Gestão
Parceria entre Gerdau e Randoncorp, Addiante investirá R$ 1 bilhão para assumir e gerir a frota da Ambipar, diz Leite B4

Biocombustíveis
Caramuru Alimentos e Biocen formam joint venture para investir R$ 1,1 bi em usina de etanol de milho B10

Exploração de petróleo
Decisão do Ibama sobre a Margem Equatorial deve sair até o fim do ano e "será técnica", diz a ministra Marina Silva B3

Quarta-feira, 21 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6070 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Poderes anunciam acordo e definem critérios para emendas

Orçamento Liminares de Flávio Dino que suspenderam repasses continuam válidas até que ele se manifeste

De Brasília

Após reunião de quatro horas a portas fechadas no Supremo Tribunal Federal (STF), representantes dos Três Poderes anunciaram ontem diretrizes para guiar os repasses das emendas parlamentares ao Orçamento, tema de tensão entre o Judiciário e o Legislativo. O acordo prevê que elas serão mantidas, mas com novos critérios, a serem ajustados em dez dias. Por ora, as liminares do ministro Flávio Dino, que suspenderam o pagamento das emendas, seguem válidas até que ele se manifeste.

Para o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, os Poderes chegaram ao consenso "possível", enquanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e o Planalto comemoraram a negociação. Já as organizações não governamentais que acompanham o assunto têm dúvidas sobre a efetividade do acordo em relação à transparência dos recursos.

Na análise dos representantes dos Poderes, cada um saiu com alguma vitória. O Congresso reverteu o fim da "emenda Pix", o governo conseguiu que as verbas das emendas de bancada e de comissão passem a ser destinadas para obras estruturantes e de interesse nacional e o STF demonstrou ser capaz de fixar alguns critérios de transparência.

Pelo acerto, as "emendas Pix" serão mantidas com pagamento obrigatório e sem necessidade de convênio com a União. No entanto, será exigida a identificação prévia sobre como será usado o dinheiro. Além disso, obras inacabadas terão prioridade. Quem receber terá que prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), embora não tenha ficado claro se os tribunais de contas estaduais deixarão de fazer a fiscalização — atuação atribuída a eles pelo próprio TCU. **Página A10**

ROSENEI COUTINHO/SCO/STF

Os chefes do Legislativo e do Judiciário reuniram-se com representantes do governo para encerrar a crise das emendas

Senado aprova projeto que compensa desoneração

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que define as medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e de municípios com até 156 mil habitantes. O texto prorroga a medida e estabelece uma reoneração gradual entre 2025 e 2028, mantendo-a integralmente neste ano.

Pelo projeto, a alíquota seguirá zerada em 2024, passará a ser de 5% em 2025, 10% em 2026 e 15% em 2027, chegando a 20% em 2028. Já os municípios seguirão com a cobrança de 8% em 2024, 12% em 2025, 16% em 2026 e 20% em 2027.

Entre as medidas compensatórias aprovadas, o texto prevê que pessoas físicas e jurídicas poderão atualizar o valor dos seus bens imóveis, informando o valor real de mercado. A diferença (ganho) em relação ao custo de aquisição será tributada, no caso das pessoas físicas, a uma alíquota de 4%, e no das empresas, 6%, mais 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Receita Federal ainda vai definir a forma e os prazos para o contribuinte fazer essa atualização. O recolhimento do tributo terá que ser feito em 90 dias.

Durante a deliberação, o relator da matéria, senador Jaques Wagner (PT-BA), acolheu destaque apresentado pela liderança do PL e retirou do texto o aumento da taxação dos juros sobre capital próprio (JCP), de 15% para 20%. O dispositivo era uma das principais resistências dos parlamentares. O texto segue para votação na Câmara. **Página A12**

Abastecimento de energia no horário de pico preocupa ONS

Rafael Bitencourt
De Brasília

A segurança do abastecimento de energia do país no horário de pico de consumo voltou a preocupar o setor. O Operador Nacional do Sistema (ONS) se depara com uma situação em que conta com energia contratada de sobra, mas falta de potência para garantir que não haverá blecaute devido às variações na entrega de energia pelas fontes renováveis (eólica e solar). A situação foi agravada devido à estiagem severa que afeta hidrelétricas da Amazônia.

O desafio de operação do sistema elétrico nessas circunstâncias foi reportado pelo ONS ao Ministério de Minas e Energia, em ofício obtido pelo **Valor**. Como solução, o órgão propõe a antecipação do início de suprimento da usina Termopernambuco, do grupo Neoenergia, a partir de outubro de 2024. O ofício foi remetido pelo ministério à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Procurado, o ONS afirmou que "não há qualquer problema de atendimento energético e que o Sistema Interligado Nacional dispõe de recursos suficientes para atender a demanda por energia (...), não havendo risco de desabastecimento". **Página A7**

Democratas confiam em força de Obama

Dow Jones, de Chicago

A disputa eleitoral nos EUA em novembro será um importante teste para o ex-presidente Barack Obama medir sua força para se conectar com uma nova geração, quase oito anos após deixar o comando do país. Líderes democratas esperam que Obama, político mais popular do partido e que construiu sua carreira em Chicago, mostre que pode levar a vice-presidente, Kamala Harris, ao principal posto do país — após a frustração de ver, em 2016, sua candidata, Hillary Clinton, perder a eleição para Donald Trump, o mesmo adversário republicano de agora. Poderoso arrecadador de fundos, que ainda desfruta da aprovação da maioria dos americanos, Obama era aguardado na noite de ontem para discursar, junto com sua esposa, Michelle, na arena United Center, durante a Convenção Nacional Democrata. **Página A15**

Indicadores

Indicador	Data	Valor	
Ibovespa	20/ago/24	0,23 %	R$ 21,3 bi
Selic (meta)	20/ago/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	20/ago/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	20/ago/24	5,4541/5,4547	
Dólar comercial (mercado)	20/ago/24	5,4840/5,4846	
Dólar turismo (mercado)	20/ago/24	5,5132/5,6932	
Euro comercial (BC)	20/ago/24	6,0568/6,0585	
Euro comercial (mercado)	20/ago/24	6,1006/6,1012	
Euro turismo (mercado)	20/ago/24	6,1678/6,3478	

Na indústria, pouca ociosidade e estoques baixos

Alessandra Saraiva
Do Rio

A indústria de transformação teve em julho o maior uso da capacidade instalada em 13 anos, ao mesmo tempo em que exibiu o menor nível de estoques em mais de dois anos. Essa combinação ocorre num cenário de expansão moderada da produção industrial, influenciado pelo bom momento da demanda interna. Por enquanto, a maior parte dos economistas não vê uma fonte de risco inflacionário preocupante nesse cenário — o setor de serviços é a principal fonte de pressão sobre os preços. As projeções indicam uma expansão de 2% a 3% da produção da indústria em 2024, depois da alta de 0,1% em 2023.

Segundo levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Nível de Utilização de Capacidade Instalada (Nuci) ficou em 83,4% no mês passado, o maior desde os 83,6% de maio de 2011. Já o nível de estoques ficou em 96,2 pontos, o mais baixo desde os 95,5 pontos de março de 2022. Estoques reduzidos, na média da indústria, levaram ao uso acelerado de capacidade em julho, diz Stefano Pacini, da FGV. Isso ocorre num quadro de demanda em alta por bens industriais. **Página A4**

Maior exportador de algodão, Brasil vende até ao Egito

Rafael Walendorff
De Cristalina (GO) e Brasília

A safra 2023/24 poderá se transformar em um divisor de águas para o algodão brasileiro. O país não só se tornou o maior exportador mundial — objetivo que o setor só esperava atingir em 2030 —, como conquistou um cliente de grande prestígio na cotonicultura, o que deve ajudar a difundir a qualidade da pluma nacional. Com negócios iniciados há cerca de dez meses, o Egito já é o nono principal destino das exportações brasileiras. Referência em algodão de qualidade, o país africano procura no Brasil um parceiro confiável e de longo prazo, uma vez que não tem como expandir sua produção. "Eles estão agregando e fazendo um 'blend' com o produto brasileiro. Se a maior referência em qualidade do mundo gosta do nosso algodão, é porque estamos no caminho certo", diz Alexandre Schenkel, presidente da associação dos produtores. **Página B10**

Urbanismo

DIVULGAÇÃO

Com a experiência de quem já trabalhou com planejamento urbano em mais de 20 cidades de 10 países, a brasileira Clara de Andrade Hallot afirma à repórter Marli Olmos que "a cidade que funciona para as crianças funciona para todos". Página A18

Gestora aposta em 'situações especiais'

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O segmento de gestoras especializadas em situações especiais, conhecidas como "special sits", deu um novo salto. Hoje, já são 45 casas atuantes no setor, ante 39 no ano passado. Os recursos para investimento foram de R$ 10,3 bilhões para R$ 13,4 bilhões no período, conforme levantamento da Spectra. As "special sits" não fazem apenas investimentos em empresas com dificuldades financeiras. Muitas vezes, essas gestoras estruturam equações de financiamento mais complexas e atuam onde não chega o crédito bancário tradicional. Em meio ao cenário atual de juros elevados, que tende a pressionar as finanças das companhias, o segmento pode ficar mais aquecido. "Esse mercado segue pujante e o interesse dos investidores continua alto", diz Frederico Wiesel, da Spectra. **Página C1**

Destaque

Estudos para concessão de hidrovias
O governo federal prepara sua primeira rodada de concessões de hidrovias. O projeto mais avançado é o do rio Madeira, que poderá ter o edital lançado ainda neste ano. Também estão em curso estudos para o rio Paraguai e a Lagoa Mirim (RS), além de três iniciativas ainda incipientes, no rio Tapajós, no Tocantins e na foz do Amazonas. A estimativa, bastante preliminar, é de que os contratos poderiam viabilizar pelo menos R$ 4 bilhões em investimentos. **B1**

Reforma do IR pode ser "anti-Robin Hood"

Lu Aiko Otta

Nos bastidores, já estão em movimento as engrenagens para a montagem de uma proposta de reforma do Imposto de Renda (IR). É o próximo round a ser enfrentado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e não será nada fácil.

O risco nesse caso é a política se sobrepor aos números, como tem ocorrido nesse tipo de discussão.

"O componente técnico está ficando muito por trás do componente político, e isso é preocupante", afirmou à coluna o professor do IDP José Roberto Afonso, um dos maiores especialistas em política fiscal do país. "Já houve esse problema no Imposto sobre Bens e Serviços e é mais preocupante no Imposto de Renda."

O receio de Afonso está presente também entre os técnicos da equipe econômica. Há temas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) que, na frieza das planilhas, precisariam ser discutidos. Mas deverão permanecer escondidos nas gavetas da burocracia.

É o caso das deduções de gastos com saúde e educação. Há décadas se discute se é justo, do ponto de vista social, uma pessoa pagar menos imposto por ter plano de saúde ou ter matriculado os filhos na rede privada de educação, enquanto contribuintes mais pobres não têm renda para acessar esses serviços, por isso não têm o que abater.

Ainda na transição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção para a própria situação: consultou médicos particulares e abateu do IR. Porém, é pouco provável que a proposta de reforma do Imposto de Renda, cujo cardápio de opções já lhe foi apresentado, trate desse assunto. É um tema caro à classe média, um estrato da sociedade que é disputado a tapa no atual ambiente de polarização política.

Planilhas e argumentos técnicos perdem de lavada quando questões tributárias são submetidas ao Congresso Nacional, como será o caso da reforma do IR.

Durante as discussões da reforma dos impostos sobre o consumo, receberam pouca atenção dois estudos elaborados pelo Ministério do Planejamento, sobre as desonerações da cesta básica e dos medicamentos.

Ambos chegavam à mesma conclusão: os maiores beneficiados são os mais ricos. Esses consomem mais, por isso ficam com uma fatia maior do bolo de impostos que o governo deixa de arrecadar - para, supostamente, beneficiar as pessoas de baixa renda. Do ponto de vista redistributivo, seria mais efetivo cobrar os impostos e devolver o dinheiro arrecadado aos pobres por meio de cashback ou reforço em programas como Farmácia Popular, apontam os estudos.

Os parlamentares sabem disso, mas prevaleceu a opção mais conectada com a intuição dos eleitores.

O próprio Lula vem comemorando a inclusão da carne na cesta básica desonerada. Trata-se, porém, de algo que tornará difícil respeitar o teto de 26,5% para a nova tributação sobre o consumo. Todos pagarão a conta do incentivo fiscal ao consumo de picanha.

Coisa semelhante tende a acontecer com a tabela do IRPF. À medida que avançam os estudos internos, Lula tem repetido que cumprirá sua promessa de campanha: elevar para R$ 5 mil o limite de isenção do tributo, atualmente em R$ 2.824. Na semana passada, falando a trabalhadores de uma montadora, acrescentou que está esperado para "dar o bote" e isentar também as distribuições de Participação em Lucros e Resultados (PLR).

Será um "anti-Robin Hood", alertou Afonso. Também nesse caso, a "bondade" beneficia mais os mais ricos, ao contrário do que pode parecer.

Em 2021, quando o Congresso analisava uma proposta de reforma do IR elaborada pela equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, o Projeto de Lei (PL) 2.337/21, a Instituição Fiscal Independente (IFI) calculou o impacto da proposta, que elevava o limite de isenção de R$ 1.903,98 para R$ 2,5 mil e reajustava as demais faixas em menor magnitude. Chegou a uma perda de R$ 1,38 bilhão por mês.

Cruzando com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o estudo da IFI constatou que os contribuintes da faixa mais alta de renda se apropriariam de 80,3% do que deixaria de ser arrecadado. Aqueles na faixa de tributação mais baixa, de 7,5%, ficariam com apenas 7,8% da renúncia.

"Subir a faixa de isenção beneficia todos os contribuintes", comentou Afonso. "Ao contrário do discurso político, os dados revelam que, ao fazê-lo, eu benefício mais os mais ricos e menos os mais pobres." O quadro não deve ter mudado muito de 2021 para cá, acredita.

O especialista tem uma sugestão para esse caso: em vez de elevar a faixa de isenção, melhor seria aumentar o desconto-padrão da declaração simplificada, usada pelos contribuintes de menor renda. "A vantagem: é uma reforma progressista e certamente beneficia só quem ganha menos", comentou. A desvantagem é que esse contribuinte seguiria sofrendo retenção de IR na fonte, para só resgatá-lo com a apresentação da declaração de ajuste.

O ponto de partida dos técnicos na reforma do IR foi: aumentar a tributação sobre os mais ricos para, entre outras coisas, baratear o emprego. No atual quadro de restrição fiscal, pode ficar difícil atingir esses objetivos e ao mesmo tempo cumprir as determinações de Lula.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Relações externas Organizações não governamentais têm participação inédita nas discussões do grupo de potências globais

Movimentos sociais começam a construir propostas para o G20

Paula Martini
Do Rio

Movimentos sociais e organizações não governamentais deram o pontapé inicial para o documento com propostas da sociedade civil que será entregue aos chefes de Estados do G20, grupo que reúne grandes economias do mundo, mais União Europeia e União Africana, durante a reunião de cúpula dos líderes, em novembro, no Rio.

Representantes desses movimentos, além de especialistas e autoridades, participaram nesta terça-feira (20) do encontro preparatório para a Cúpula Social do G20, na região central do Rio. Na ocasião, debateram e sistematizaram as propostas para o evento que acontecerá de 14 a 16 de novembro, também no Rio.

As contribuições do encontro desta terça irão embasar um relatório final que servirá de base para as discussões da Cúpula Social e, posteriormente, para o documento que a sociedade civil irá apresentar aos líderes do grupo de maiores economias do mundo.

Os debates tiveram como eixo as três prioridades estabelecidas pelo Brasil na presidência rotativa do grupo: o combate à fome e à pobreza; o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental); e a reforma da governança global.

Os movimentos sociais, as organizações não governamentais e grupos de engajamento da sociedade civil integram o G20 Social, iniciativa proposta pela presidência brasileira do G20 e anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Nova Déli, na Índia, quando o Brasil assumiu simbolicamente a liderança do grupo.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e coordenador do G20 Social, Márcio Macêdo, explicou que a ideia é que o grupo funcione como uma "terceira trilha" do G20. Oficialmente, o G20 é dividido em duas trilhas – a econômica e a financeira.

"Nós estamos acostumados a ter uma fotografia do G20 com as pessoas numa sala, de paletó e gravata, definindo os destinos do mundo. O que nós queremos agora é a fotografia dos povos dessas 20 economias, participando do processo de construção das políticas públicas que vão atingir a população desses países e do mundo inteiro", disse ele.

Também participaram da abertura dos trabalhos o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Eles estão à frente de duas forças-tarefas propostas pela presidência brasileira do G20 — a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a de Mobilização contra a Mudança do Clima.

DIVULGAÇÃO

"Queremos fotografia dos povos dessas vinte economias" *Márcio Macêdo*

Marina Silva e Wellington Dias defenderam a taxação dos super-ricos, proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para a ministra do Meio Ambiente, a tributação dos bilionários é fundamental para financiar uma transição energética justa.

"O mundo está discutindo US$ 100 bilhões para fazer a transição ecológica. Com essa proposta, a gente conseguiria US$ 200 bilhões para combater a questão do clima e o combate à desigualdade", disse. "Por isso, é fundamental a taxação dos super-ricos e meios de implementação que venham do setor privado", completou a ministra.

O ministro do Desenvolvimento Social afirmou que os países desenvolvidos devem ajudar as nações em desenvolvimento a enfrentar a fome no mundo. Segundo Dias, a aliança global contra a fome pode ser um meio para isso.

"A gente quer que os países mais ricos possam contribuir com os mais pobres e promover apoio técnico ou financeiro para dar condições de se atingir a redução da fome e da pobreza até 2030."

No encontro, também foi lançada a plataforma G20 Social Participativo, desenvolvida como um ambiente digital para receber propostas e abrigar um banco de informações da sociedade civil. Por meio dela, o texto construído a partir desta terça será submetido a consultas até novembro.

Governo espera fechar meta do clima até novembro

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O governo quer ter um novo compromisso climático para anunciar na conferência do clima de Baku, a COP29, no Azerbaijão, em novembro. O país, que sedia a COP30, em Belém, em 2025, quer liderar pelo exemplo.

Segundo o calendário, as novas NDCs (sigla em inglês para Contribuição Nacionalmente Determinada) devem ser entregues por todos os países até fevereiro. O órgão da ONU que recebe os compromissos é o secretariado da Convenção do Clima, a UNFCCC.

"Estamos correndo atrás para ver se conseguimos. O certo é que iremos cumprir o deadline da ONU. Mas se conseguirmos antes, melhor", diz Ana Toni, secretária nacional de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, o MMA.

A nova NDC americana deve ser uma das primeiras tarefas de Kamala Harris, a candidata democrata ao governo dos EUA, caso ganhe a eleição em novembro — como ela própria tem dito. Se o republicano Donald Trump vencer, o mais provável é que ele retire, novamente, os EUA do Acordo de Paris.

No caso do Brasil, a nova NDC depende do Plano Clima. "A NDC é consequência do Plano Clima", explica Ana Toni. O compromisso climático brasileiro —estruturado sobre uma meta de redução de emissões de gases-estufa — será para 2035 e abrangerá toda a economia. "Queremos fazer direito. Teremos uma meta e saberemos como vamos implementá-la", diz.

O governo brasileiro está preparando o Plano Clima que terá dois pilares — a Estratégia Nacional de Mitigação, para reduzir as emissões de gases-estufa, e a Estratégia Nacional de Adaptação, para diminuir a vulnerabilidade de cidades e biomas à mudança do clima e garantir melhor condições para o país enfrentar eventos climáticos extremos.

A elaboração do Plano Clima cabe ao CIM, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, o principal órgão de governança climática do país. Presidido pela Casa Civil e com o MMA na secretária-executiva, tem quatro grupos técnicos temporários — um deles justamente para elaborar os componentes de mitigação e adaptação do Plano Clima. A próxima reunião do CIM deve acontecer em outubro, com ministros de todas as pastas.

"Estamos fazendo o Plano Clima não só tecnicamente, com a melhor ciência, mas de uma maneira absolutamente transversal, com todos os 23 ministérios e diálogos no setor privado e sociedade civil, com Estados e municípios e também com as caravanas participativas", explica Ana Toni. As caravanas têm sido feitas em todos os biomas brasileiros.

O plano terá sete setores na área de mitigação e 16 para adaptação. "É a primeira vez que Brasil que une mitigação e adaptação", diz ela. O professor Roberto Schaeffer, do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, está rodando cenários.

"Temos uma meta para 2030 e outra para 2050. Estamos olhando qual a melhor trajetória para chegarmos em 2035, 2040 e 2045", explica a secretária do MMA. "Parece simples, mas não é apenas uma questão matemática ou científica, requer alianças e acordos políticos. Precisamos saber qual a melhor curva para o país: pode ser a mais barata, a que gera mais empregos, a que irá favorecer um ou outro setor".

"Estamos correndo atrás. O certo é que iremos cumprir o deadline da ONU" *Ana Toni*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Pará sobe 20 posições e é o 6º no ranking nacional de educação

Políticas públicas respondem pelo avanço recorde na história do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na etapa do ensino médio

ALEX RIBEIRO / AGÊNCIA PARÁ

Abordagem integrada e colaborativa: investimentos em infraestrutura e benefícios a alunos e servidores impulsionam o desenvolvimento da educação no Pará

Saltando da penúltima posição para o 6º lugar no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em dois anos, o Pará conquistou um marco histórico na avaliação dos estudantes do ensino médio. “Crescemos 1,3 ponto (entre 2021 e 2023). Para se ter uma ideia, o segundo maior crescimento da História do Brasil é 0,7, quase a metade do que o Pará fez”, afirma Rossieli Soares, secretário de Estado de Educação.

O Ideb, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), é o principal indicador de qualidade do aprendizado e acompanhamento das metas da qualidade de ensino no país.

Para o governador do Pará, Helder Barbalho, o resultado gera motivação, mas também se apresenta como oportunidade para a realização de uma análise mais profunda das escolas das redes estadual e municipal. “Precisamos fazer um diagnóstico escola por escola e entender o que temos de fazer para manter e melhorar ainda mais a quem está lá em cima, e poder puxar quem ficou lá embaixo para a média do estado”, diz.

De acordo com os dados do Ideb, as 12 Regiões de Integração do Estado tiveram melhoras nos índices educacionais de suas escolas estaduais. O fortalecimento do ensino público é fruto de uma agenda prioritária da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) nos 144 municípios paraenses que atua em frentes como melhora da qualidade pedagógica, do combate à evasão escolar e da valorização dos servidores nesse setor.

DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA PARÁ

Estado do Pará obtém resultado acima da média nacional na avaliação do Ensino Médio no Ideb

INCENTIVOS À EDUCAÇÃO

Vinculados à Seduc, os programas Escola que Transforma e Bora Estudar foram sancionados no ano passado pelo governador Helder Barbalho com investimento previsto de aproximadamente R$ 350 milhões. A proposta se diferencia por ser um sistema de bonificação para estudantes e trabalhadores da rede pública paraense.

Pelo Bora Estudar, o melhor estudante de cada turma recebe um auxílio financeiro de R$ 10 mil, por meio do Programa Sua Casa. O objetivo é que esse valor seja usado na compra de materiais de construção para reconstrução e ampliação das residências dos alunos. Segundo o governo, desde maio, R$ 67 milhões já foram investidos nesses benefícios e, no total, 19 mil alunos serão contemplados nos 144 municípios paraenses. “O programa mostra que o melhor é premiado, servindo de exemplo para arrastar os outros para esse movimento, para que todos possam ser os melhores”, aponta Barbalho.

Olhando para a outra ponta, o Escola que Transforma foi pensado como uma estratégia de valorização dos servidores das instituições públicas. A ideia é contemplar com até mais 3,5 salários os profissionais que atuarem no atingimento das metas propostas pela Seduc no Ideb. A abrangência do programa contempla os mais diversos cargos dentro da escola, como merendeiras, vigias, professores, técnicos em educação, técnicos administrativos e operacionais, somando mais de 30 mil funcionários.

Ainda dentro da proposta de valorização dos profissionais, no ano passado, o governo paraense já havia repensado a política de reajuste salarial aos professores e aumentado em 15% o salário inicial dos docentes da rede estadual. Além disso, foram oferecidos cursos de atualização e especialização profissional ao corpo docente.

Outra ação estratégica para reforçar a educação no estado foi a alteração na matriz curricular que ampliou a carga horária da Formação Geral Básica da rede estadual de 1.800 para 2.400 horas. Além do aumento do tempo de aula de disciplinas como Biologia, História, Química, Física e Geografia, a Seduc passou a garantir a oferta de Língua Inglesa, Educação Física, Filosofia, Sociologia e um novo componente curricular, de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Clima. Podendo chegar esse novo componente a 1,5 milhão de estudantes da rede pública, uma vez que é obrigatório nas escolas estaduais e, por adesão, nas municipais.

> “Podemos nos orgulhar de que o Pará tem no ensino médio da rede pública uma das melhores educações do Brasil.”
> **HELDER BARBALHO**
> governador do Pará

ESTRUTURA PARA O APRENDIZADO

Segundo o governo do estado, desde 2019, 147 escolas passaram por obras estruturantes para atender às necessidades de docentes, discentes e servidores da rede estadual, além de receberem investimentos em merenda e transporte.

O estado ainda vem apostando em programas como o Dinheiro na Escola Paraense (Prodep), que dá mais autonomia para os gestores escolares das 898 escolas estaduais para realizar as ações de melhorias. Com a descentralização, a gestão não depende da intervenção da secretaria ou das Diretorias Regionais de Ensino (DRE), agilizando os processos. Somente neste ano, a Seduc repassou mais de R$ 87 milhões para 665 escolas estaduais para o emprego em reformas, manutenção, aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos, robótica e reforço da alimentação. De acordo com a secretaria, os investimentos feitos com o Prodep têm proporcionado melhorias significativas nos níveis de aprendizagem.

Para Barbalho, a soma de todos os esforços empregados na agenda educacional está refletida nos indicadores do Ideb. “Isso é fruto de um esforço coletivo, de um trabalho de milhares de pessoas, porque todos têm participação direta e indireta nesse resultado”, afirma.

De acordo com o governador, daqui para a frente o estado tem como lição de casa manter o investimento de fortalecimento pedagógico, estímulo de alunos e servidores, redução de evasão e de estratégias transversais para melhorar o ensino, além da construção de um movimento que envolva os municípios. “Estamos no caminho certo para transformar a educação no Pará”, conclui.

PEDRO GUERREIRO / AGÊNCIA PARÁ

Segundo o Ideb, as 12 Regiões de Integração do Estado obtiveram melhora nos índices educacionais na rede de ensino público estadual

Conjuntura Estoques do setor estão no menor nível desde março de 2022, mostra estudo da FGV

Indústria usa maior capacidade desde 2011

Alessandra Saraiva
Do Rio

A indústria da transformação mostrou, em julho, o maior uso de capacidade em mais de dez anos, com menor patamar de estoques em mais de dois anos. É o que mostrou levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV) feito a pedido do **Valor**, com base em dados da Sondagem da Indústria, elaborada pela fundação. No estudo, o Nível de Utilização de Capacidade Instalada (Nuci) ficou em 83,40% no mês passado, o maior desde maio de 2011 (83,60%). O nível de estoques, por sua vez, atingiu pontuação de 96,2 pontos na pesquisa – o mais baixo desde março de 2022 (95,5 pontos). Estoques reduzidos, na média industrial, levaram ao uso acelerado de capacidade em julho, explicou Stefano Pacini, economista da FGV responsável pela sondagem e pelo levantamento, divulgado ao **Valor**.

"E isso em um contexto de demanda em alta [por produtos industriais]", acrescentou o técnico. "Se o nível de estoque está baixo, é porque a prateleira está vazia. Se a prateleira está vazia, a gente vai produzir [mais] para encher a prateleira. Nunca falha isso", resumiu o pesquisador.

Os dados da FGV vão ao encontro de dados oficiais mais recentes. A produção da indústria brasileira cresceu 4,1% em junho ante maio, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento foi o mais forte desde julho de 2020 (9,1%) e interrompeu dois meses seguidos de taxas negativas, período em que acumulou perda de 1,8%. Pacini lembrou que esse desempenho também foi influenciado por efeito "rebote" de retomada da indústria do Rio Grande do Sul, que sofreu perdas, em maio, devido às fortes chuvas.

No acumulado de janeiro a junho, a indústria sobe 2,6% em relação a igual período do ano passado, com destaque para os bens de capital, cuja produção cresceu 5% nessa base de comparação.

Mesmo com produção em alta, Nuci elevado e estoques baixos, a indústria, nos resultados de junho anunciados pelo IBGE, ainda se encontrava 14,3% abaixo do nível recorde, em maio de 2011 — sendo que o uso de capacidade em julho, de 83,40%, só perdeu para o de 83,60%, em maio de 2011.

Ao ser questionado por que a indústria está ainda distante do nível recorde, mesmo com bons desempenhos em uso de capacidade e em estoques, Pacini comentou que 2011 e 2024 são anos com contextos bem diferentes. Há 13 anos, a indústria estava bem menos estocada do que em julho deste ano. Em maio de 2011, o nível de estoques estava em 92,2 pontos, conforme estudo elaborado pelo economista. Havia, também em 2011, muita alocação de investimento, por parte dos empresários industriais; além de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido, o que favorecia produção, lembrou ele. O especialista não descartou a hipótese de que a indústria possa ter perdido capacidade de produção no período.

Mas os resultados oficiais do setor, delineados pelo IBGE, também evidenciam outra conclusão de Pacini: a de que os estoques não estão baixos por causa de escassez de insumos para produção. Isso ocorreu nos anos de 2021 e de 2022, com movimento de "escalada" em preços e em custos, com alcance mundial, lembrou. No período, o começo da guerra entre Rússia e Ucrânia, em 2021, causou desorganização na cadeia global de fornecimento de insumos. "[Estoques baixos] podem significar que as empresas não estão conseguindo produzir. Já ocorreu no passado, uma escassez de oferta. Não é o que temos hoje, não temos problemas de [falta de] insumo", disse.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Não temos problemas [de falta] de insumos hoje"
Stefano Pacini

Pacini mapeou os patamares de estocagem por segmentos da indústria da transformação. De 17 segmentos usados na Sondagem, 10 apresentaram nível de estoques abaixo de 100 pontos [patamar de equilíbrio]. Ele citou alguns setores que contribuíram para menor estocagem na média total industrial e, por consequência, por maior uso de capacidade. Caso das indústrias de máquinas e equipamentos e de material plástico.

"Mas creio que essa melhora [de redução dos estoques] foi difusa. São poucos os segmentos que se mantiveram em patamar elevado [de estocagem, até julho]" disse. "A maioria melhorou muito o nível de estoque. Isso foi graças a uma melhora da demanda. Até setembro do ano passado, outubro, a indústria estava andando de lado, só enchendo a prateleira", lembrou. "Foi uma melhora gradual e bem consistente na demanda e no nível de estoques", resumiu.

Pacini acrescentou que o contexto macroeconômico até julho foi fundamental para o cenário mais favorável na demanda por produtos industriais. "Os fatores macroeconômicos de melhora da renda, melhora do nível de emprego, melhora da confiança dos demais segmentos também. Isso é um ponto que contribui muito para essa melhora na demanda."

O técnico lembrou que, no caso de fatores macroeconômicos, a evolução da taxa básica de juros (Selic) influenciou. O Banco Central começou a cortar a Selic em agosto de 2023 e, embora o ciclo de queda tenha sido interrompido este ano, as reduções tiveram efeito na economia real. A Selic norteia tanto os juros do crédito tomado pelos industriais, quanto os usados pelo consumidor para comprar produtos industrializados.

Pacini diz que o patamar de estoques em julho não está em subestocamento, que seria abaixo de 94 pontos. O nível de estoques está próximo de 100 pontos — padrão de equilíbrio, quando o nível de estoque equivale ao da demanda.

Os sinais de bom desempenho da indústria não foram percebidos somente pela FGV. A MB Associados prevê alta de 2% na produção industrial neste ano, informou Sergio Vale, economista-chefe da consultoria. Em 2023, houve expansão de apenas 0,2% ante 2022. Porém, o especialista salientou que, mesmo com bons resultados, isso na prática não significa que a indústria ensaia retomada sustentável a partir de julho. "Esse é setor que está sofrendo, literalmente pelo menos, quatro décadas com questões estruturais" disse. "Para se reerguer isso passa, em parte, pela reforma tributária que estamos vendo agora, que vai ter um papel importante ao longo dos próximos anos para 'reengatar' a indústria", disse. O Bradesco estima uma alta de 3% na produção industrial este ano.

Outro ponto a se olhar com cuidado na trajetória da indústria esse ano é o impacto do câmbio, acrescentou o economista chefe do Banco BV, Roberto Padovani, que também projeta alta de 2% na produção industrial em 2024. Embora tenha classificado como bons os recentes resultados do setor industrial, o técnico salientou que as frequentes oscilações da moeda americana afetam custos na indústria. "O dólar subindo acaba pressionando o custo das empresas e com um ambiente de crescimento, elas repassam esse custo", notou. Isso, na prática, também pode afetar a inflação — acompanhada pelo BC na hora de definir a Selic.

Fonte: FGV. * Nível de Utilização da Capacidade Instalada

Estoques em baixa
Patamar é o menor em mais de dois anos

Fonte:FGV. *Em pontos

Para economistas, risco de inflação é baixo, por ora

Do Rio

O risco de nova pressão inflacionária, originada do atual aquecimento do setor industrial, é considerado baixo pela maioria dos economistas consultados pelo **Valor**. Para eles, a indústria até julho, com produção em alta e estoques em baixa, reflete mais o bom momento atual da economia como um todo, com demanda interna forte. Mas alguns ressalvam: não é impossível que a indústria aquecida seja mais um fator, na mesa do Conselho de Política Monetária (Copom), para justificar possível aumento na taxa básica de juros (Selic) ainda neste ano.

"A indústria certamente tem papel importante no ciclo de atividade", disse Sergio Vale, economista chefe da MB Associados. "Mas a maior preocupação [em inflação] continua sendo serviços, que têm tido não apenas um crescimento forte; mas, quando olhamos os indicadores de preços, quando vemos inflação de bens e inflação de serviços, a inflação de bens está muito comportada", disse.

Além de serviços, Vale comentou que outras pressões relevantes hoje, na inflação, são taxa de câmbio — com o patamar de dólar elevado a influenciar itens relacionados, como commodities — e o mercado de trabalho aquecido. Este último impulsiona renda originada do trabalho e, com isso, o poder de consumo do brasileiro, a favorecer a inflação de demanda.

"Não podemos nos esquecer também que as commodities têm papel muito relevante e importante [no crescimento] da indústria", disse. "Não houve mudança estrutural na indústria. Temos um rearranjo, um crescimento que está acontecendo agora, muito atrelado ao movimento das commodities. Vemos o crescimento [industrial] justamente das regiões que estão atreladas a esses setores e dos setores que estão atrelados às commodities", disse.

As indústrias de máquinas e equipamentos, um dos destaques de melhora na produção e em estoques em julho, são bastante influenciadas pelo agronegócio, em particular pela produção de soja.

Assim, o especialista não acredita em uma retomada consistente da indústria, que possa conduzir não somente a elevações de produção contínuas; mas também a posteriores movimentos de preços em alta.

Outro aspecto lembrado por André Valério, economista sênior do Inter, é o fato de que a melhora da indústria até junho também foi influenciada pela normalização do setor no Rio Grande do Sul, após os efeitos das fortes enchentes em maio. "Mas podemos dizer que a atividade também tem se mostrado mais resiliente que o esperado em 2024, uma tônica constante nessa recuperação pós-pandemia", assinalou.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também entende que a melhora industrial deve ser interpretada dentro de um contexto maior, de melhora da demanda interna e da economia como um todo. Para ele, a preocupação do Banco Central e de boa parte dos analistas, não é se o desempenho da indústria vai gerar impactos inflacionários. A preocupação é que esse bom desempenho da economia talvez atrapalhe a volta da inflação para o patamar de 3%, que é a meta de inflação para 2024.

Porém, ao ser questionado se o BC analisaria o aquecimento industrial, dentro do contexto de subir ou não a Selic novamente, ele foi cauteloso. "Seria mais um fator na mesa. Não é o único. Quando o Banco Central toma a sua decisão, eles não estão olhando o que aconteceu em junho na indústria, o que aconteceu no setor de serviços. Eles estão olhando o 'conjunto da obra'", disse. "Então quando se olha o conjunto da obra, a atividade está aquecida", admitiu.

Por sua vez, para o economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Jonathas Goulart, o aquecimento do setor industrial tem potencial de elevar o custo de mão de obra. "A recuperação da economia tem começado a refletir na falta, no alto custo da mão de obra também para a indústria", afirmou, a lembrar que o mercado de trabalho opera aquecido. "E um mercado de trabalho aquecido não vai desaquecer de uma hora para outra. E por isso, não à toa, parte do mercado já está entendendo necessidade de subir taxa de juros."

Andréa Angelo, estrategista de inflação da Warren Investimentos, ressaltou, no entanto, que não pode ser imputada à indústria aquecida uma possível subida de Selic. "Se o BC vai subir a taxa de juros, será por mais do que isso [indústria aquecida]. Será por um fator de crescimento econômico inteiro" disse. *(AS)*

Máquinas e equipamentos e plásticos elevam atividade

Do Rio

As indústrias de máquinas e equipamentos e de material plástico tiveram melhora de produção, com impacto em estoques, ao longo do 2024. É o que informam ao **Valor** os presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Jose Velloso; e da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz. De acordo com ambos, a melhora parece ter ocorrido principalmente no segundo trimestre desse ano.

No caso de máquinas e equipamentos, junho mostrou altas de produção de 2,4% ante maio; e de 1,7% ante junho de 2023, informou a Abimaq. "Tivemos fluxo de vendas que, no segundo trimestre foi melhor do que no primeiro trimestre. Como o estoque está baixo, existe espaço para aumentar a produção, para a reposição de estoques", resumiu Velloso.

Ele pontuou que a melhora é recente. Isso porque, no acumulado de primeiro semestre, a produção de máquinas e equipamentos ainda acumula recuo de 2%.

Cristina Zanella, diretora de competitividade, economia e estatística da Abimaq, concorda e complementa. "Quando olhamos os dados mensais, o último trimestre, por exemplo, notamos leve recuperação do setor. Ainda acumulamos essa queda forte, mas quando olhamos o primeiro trimestre, acumulávamos queda ainda maior, de 21%", disse. Um movimento de melhora na demanda externa — o setor exporta em torno de 20% a 25% da produção —, aliado a procuras mais fortes em segmentos específicos, levou ao bom desempenho, frisaram.

No entanto, Zanella salientou que, no caso de máquinas e equipamentos, a recuperação ocorreu "um pouco tardia". Isso porque não impedirá quedas em receita líquida de vendas e em produção, em 2024, respectivamente de 7% e de 1,1%. Mas as quedas poderiam ser maiores, não fosse a recuperação no segundo trimestre, admitiu. No acumulado até junho, receita e produção mostram recuos mais intensos do que o projetado para o ano: de 16,4% e de 2% respectivamente, segundo dados da Abimaq e do IBGE, afirmou ela.

Para a indústria de material de plástico, no entanto, a previsão é de alta na produção. Segundo a Abiplast, no primeiro semestre o setor produziu 3,6 milhões de toneladas de produtos transformados plásticos, com previsão de atingir 7,13 milhões de toneladas em 2024 — o que representaria alta de 1,5% ante 2023. No primeiro semestre, houve aumento de 5,9% ante igual período de 2023, contra expansão de 2,7% da indústria da transformação, notou Roriz. "Nós estamos crescendo principalmente na indústria de embalagens. Embalagens para alimentos, embalagens para bebidas, no setor eletroeletrônico, no setor de automóveis", completou Roriz. "Isso é muito positivo para nós. Porque é o fato de você estar crescendo mais que a indústria como um todo; e mais do que crescemos aí no ano passado", disse. *(AS)*

Conjuntura Banco espera alta de 0,5% para o PIB no período e afirma que “não há dúvida” de que o cenário inflacionário piorou diante de riscos como câmbio

Maioria dos dados mostra que economia perdeu força no 2º tri, aponta Citi Brasil

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no segundo trimestre, que será conhecido em duas semanas, será “crucial” para a calibragem dos rumos da política monetária do país, diz Leonardo Porto, economista-chefe do Citi Brasil.

“Não há dúvidas de que a economia está muito forte, mas uma coisa é um carro andando a duzentos quilômetros por hora e outra é um carro andando a cem”, afirma.

Na contramão de um movimento recente de economistas que passaram a prever avanço maior da atividade no período de abril a junho do que no de janeiro a março, Porto diz ver desaceleração entre os trimestres. Para ele, esse movimento, que também tem levado as projeções de alta do PIB em 2024 para uma faixa entre 2,5% e 3%, está ligado à divulgação do índice de atividade do BC, o IBC-Br, na semana passada. No segundo trimestre, o indicador, que é uma “proxy” (aproximação) para o PIB calculado pelo IBGE, cresceu 1,1%, sendo que o PIB em si avançou 0,8% no primeiro trimestre.

“Fazemos projeção em função dos indicadores mensais individualmente analisados, vendas no varejo, serviços, construção, e todos, exceto a produção industrial, apontaram desaceleração no segundo trimestre”, diz Porto. Por isso, ele também projeta desaceleração do PIB no período, para 0,5%.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

“Política fiscal, sozinha, não explica economia aquecida”
Leonardo Porto

Ele pondera que mesmo um crescimento nessa magnitude seria “muito robusto”, considerando que não houve “impulso temporário” da agropecuária, como no primeiro trimestre, mas um “freio temporário”, que foi o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul.

“Mas não é 1%”, diz Porto, acrescentando que isso importa para o BC.

Segundo ele, “não há dúvida” de que o cenário inflacionário piorou diante de riscos que ficaram mais “latentes”, como a dificuldade de os preços de serviços cederem e o repasse do câmbio mais pressionado a itens comercializáveis. Tanto que o Citi elevou suas projeções de IPCA para 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025.

A taxa de câmbio, embora ainda desvalorizada, em pouco menos de R$ 5,50 por dólar, no entanto, recuou dos R$ 5,55 que rondava na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em julho, nota Porto. E o Citi ainda prevê que ela possa encerrar 2024 em R$ 5,35. Além disso, as expectativas de inflação para 2025, perto do horizonte relevante atual do BC (primeiro trimestre de 2026), diz, estão em queda há duas semanas. “Em paralelo, a conjuntura internacional ainda tem muita incerteza, mas melhorou um pouco.”

Tudo isso mantido e somado à eventual desaceleração da atividade no segundo trimestre daria razões ao Copom para adiar de setembro uma elevação da Selic, diz Porto. “O BC está fazendo esse trabalho de sinalizar que o cenário piorou, como quem diz que, se as coisas ficarem do jeito que estão, ele vai ter de subir juros. Agora, a pergunta é: as coisas vão ficar do jeito que estão? Elas já não estão do jeito que estavam. O mercado, hoje, está posicionado de uma forma que é certo e líquido que o BC vai subir a Selic em setembro. Acho que não é bem assim. O BC está correto em sinalizar que quer ver os dados para definir próximos passos”, afirma.

Porto reconhece que a chance de os juros voltarem a subir não é “nada desprezível”, mas ele menciona que as âncoras fiscal e monetária não estão mais no seu “pior momento”. “O fiscal melhorou um pouco, porque o PIB pode ser maior e por causa da decisão do governo de contingenciar/bloquear R$ 15 bilhões. Do lado monetário, vimos um trabalho sistemático e alinhado do BC em dizer que os membros estão todos no mesmo barco.”

A melhora dessas “âncoras”, pondera, está longe de ser total. Os preços dos ativos brasileiros ainda performam abaixo do observado em outros emergentes, mas estão menos descolados, diz Porto.

Faz um tempo que o Citi projeta uma Selic parada em 10,5%. No médio-longo prazo, Porto diz considerar difícil o Brasil ter taxa de juros de um dígito. “Um componente importante dessa inflação são os serviços, que me parecem que não vão ceder. E existe uma discussão legítima sobre se uma Selic de 10,5% é suficiente para colocar o crescimento da demanda e o da oferta alinhados. Como a gente explica uma economia que estava estagnada no segundo semestre do ano passado e que cresceu 0,8% no primeiro trimestre deste ano e que vai crescer com força de novo no segundo?”, questiona.

Para Porto, a política fiscal é importante, mas, sozinha, não é suficiente para explicar o comportamento da economia, principalmente porque os serviços avançam mais do que o comércio. A avaliação do Citi, entre outras, é que um juro real de equilíbrio (que não contrai nem acelera a economia) abaixo de 5% “não parece razoável”, diz Porto. Para o BC, esse juro neutro está em 4,75%; agentes do mercado apontam um número ao redor de 5%. Para o Citi, essa taxa é, potencialmente, próxima de 6%.

“Parece que taxa Selic de dois dígitos no Brasil é muito mais norma do que exceção”, afirma.

Gasolina pressiona prévia do IGP-M

Alessandra Saraiva
Do Rio

Pressionada por gasolina mais cara, a segunda prévia do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) acelerou de 0,40% para 0,45% entre julho e agosto, informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). No entanto, mesmo com taxa maior na segunda prévia, a tendência do indicador, usado para reajuste em contratos de aluguel, não é de aceleração, afirmou André Braz, economista da fundação responsável pelo índice.

Segundo Braz, a segunda prévia foi fortemente pressionada por um fator pontual: o reajuste do preço de gasolina, anunciado no mês passado pela Petrobras, nas refinarias. No entendimento do técnico, mesmo com taxa maior na prévia, é possível que o índice encerre o mês abaixo do IGP-M de julho (0,61%).

Caso isso se confirme, continuou o especialista, deve favorecer uma taxa anual de IGP-M para 2024 próxima à acumulada em 12 meses do índice. Até a segunda prévia de agosto, o IGP-M acumula altas de 2,17% no ano e de 4,43% em 12 meses.

Ao falar sobre a evolução do indicador entre a segunda prévia de julho e igual prévia em agosto, o especialista detalhou a influência da gasolina mais cara na taxa maior do índice.

Dentro do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o atacado, e pesa 60% no IGP-M, o combustível ficou 4,11% mais caro, na segunda prévia do mês. Em igual prévia em julho, a gasolina subia apenas 0,70%.

Contas públicas Ministro diz que, ‘se todo mundo fizer o que está determinado’, resultado primário não será problema nos próximos anos

Haddad defende revisão de gastos do BPC e vê exagero em temor fiscal

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant’Ana
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a revisão de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros benefícios sociais, ao dizer que não se trata de corte de gastos, mas somente um controle rígido, mensal, dos critérios de elegibilidade dos programas, o que teria sido perdido nos últimos anos, segundo ele.

“Isso não tem nada a ver com ortodoxia. Ninguém pode ser contra ter programa consistente e com condições de elegibilidade verificadas mês a mês”, disse o ministro durante evento do BTG Pactual. “Estamos num momento particularmente favorável para fazer esse tipo de ajuste.”

A revisão de gastos com benefícios sociais, incluindo o BPC, tem o objetivo de conseguir um espaço de R$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025, cuja proposta será encaminhada ao Congresso Nacional até o fim da próxima semana.

Conforme mostrou o **Valor** recentemente, o governo estima economizar R$ 47 bilhões em quatro anos (2025 a 2028) com o pente-fino no programa destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Mesmo assim, a projeção de gastos com o BPC, pela ótica financeira e sem incluir precatórios e sentenças judiciais, saltará de R$ 106,6 bilhões neste ano para R$ 140,8 bilhões em 2028.

Ele também afirmou que há uma preocupação exagerada no Brasil com a questão fiscal. “Fiscal interessa, mas precisamos ver o todo”, defendeu. A fala do ministro ocorreu quando ele comparou o debate fiscal que acontece nos EUA com o daqui

DIOGO ZACARIAS/MF

“Momento é particularmente favorável para esse tipo de ajuste”
Fernando Haddad

do Brasil. Haddad avaliou que há preocupação até menor do que deveria nos EUA, enquanto haveria “exagero aqui”.

“Não vejo diagnóstico que aponte erro grave [do governo na questão fiscal]”, defendeu o ministro. Ele citou que a questão tributária, as vezes pouco observada pelos analistas de mercado, é um problema que “está no topo da nossa prioridade”.

Haddad disse ainda que “não tem como fiscal [neste ano] não ser muito melhor do que em 2023, aconteça o que acontecer". Ele citou dados de crédito e do setor de construção para embasar a afirmativa.

Questionado sobre as metas de resultado primário estabelecidas pela Fazenda — déficit zero neste e no próximo ano —, o titular da pasta disse que, se “todo mundo fizer o que está determinado e o que pela lei ou pela Justiça, vamos transitar numa boa por 2024, 2025 e 2026”.

Nesse sentido, o ministro voltou a pedir harmonia entre os poderes para o cumprimento das metas, ao citar projetos de lei que possam ampliar a renúncia de receitas, mas que precisam de compensação.

Segundo Haddad, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que exigiu medidas compensatórias para renúncias aprovadas pelo Congresso Nacional é uma mudança na governança fiscal do Brasil.

Já o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, também presente ao evento, afirmou que o esforço em termos de receita para cumprir a meta prevista no arcabouço fiscal para 2025 será menor que o observado para 2024.

"Temos um projeto consistente, não vamos abrir mão do compromisso fiscal [com a meta]. Não existe o que fazer além de seguir no mesmo projeto que se iniciou no ano passado", afirmou Durigan. "Novas medidas de receita vão vir em intensidade menor que no ano passado. É preciso também que se siga com medidas do lado da despesa, mas sem tapar o sol com a peneira."

Ele não adiantou que medidas podem fazer parte desse novo pacote, mas disse que o governo irá detalhá-las na apresentação do projeto de Orçamento Anual (PLOA) de 2025, no fim de agosto.

Sobre juros, Haddad disse que o país ainda está sob uma política monetária "bastante restritiva com a atual taxa de juros", atualmente fixada em 10,50% ao ano pelo Banco Central.

De acordo com o ministro, “falando por hipótese”, se o BC “apertar demais o monetário em um momento no qual você pode ter uma turbulência externa, momentânea, e não está olhando para a inflação do fim de 2025, começo de 2026, você pode abortar um processo virtuoso de combate à inflação pelo lado da oferta”.

No evento, informou ainda que já apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva “cenários” sobre a reforma da renda. Agora, haverá uma avaliação de Lula e dos demais ministros sobre o tema. ***(Colaborou Marcelo Osakabe, de São Paulo)***

Setor exportador vai ganhar muito com reforma, diz Loria

Marta Watanabe
De São Paulo

Um dos grandes benefícios com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é que o todo o tributo pago por uma empresa no fornecimento de bens ou serviços para outra empresa é creditável pela outra empresa, com a não cumulatividade plena, diz Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. Isso, diz, irá beneficiar as operações B2B e também os setores exportadores. Esses setores, diz Loria, vão “ganhar muito” com a reforma.

Segundo ele, hoje há setores “que se acham desonerados ou acham que pagam baixos impostos”. “Na verdade eles não estão desonerados, não pagam baixos impostos. Porque para trás, na cadeia, tem um monte de impostos embutido que eles não enxergam nos preços, nos insumos.”

Loria exemplifica com o setor agro exportador. “O agro exportador acha que é imune no Brasil. Hoje em dia ele não é imune.” Porque, explica, apesar de a exportação não ser tributada, a energia elétrica tem imposto e o serviço prestado pelos advogados tem imposto, entre outros.

“Todos os insumos têm impostos, e o agro não recupera esses impostos. Com a reforma, um setor exportador como o agro vai ganhar muito. Porque todo aquele imposto que estava escondido virá à tona, será creditável e devolvido para a empresa. Ou compensando com débito. Ou no exemplo de um exportador, que estará totalmente imune, será ressarcido em dinheiro. Colocamos prazos para isso na lei complementar. Para simplificar a conversa, estamos falando em 60 dias para ressarcimento de créditos.”

Loria pondera que há algumas diferenças “para cima ou para baixo” no prazo de 60 dias, Mas, segundo ele, haverá ganhos em comparação com o cenário “em que hoje esses créditos ou não existem, ou são de muito difícil recuperação, como se vê no ICMS”.

“Então todo o B2B vai ganhar muito. Todo o setor exportador vai ganhar muito, certamente, por causa da eliminação do resíduo tributário. E todo o funcionamento da economia, por consequência, vai ganhar.”

Vanessa Canado, coordenadora do núcleo de pesquisas em tributação do Insper, diz que certamente, entre as empresas que praticam operação B2B, “100% delas terão redução de carga tributária”. Porque o resíduo tributário será substituído por “28% de crédito”. “Então na operação B2B não há aumento de carga tributária. Agora, na operação B2C, havia evidências do Banco Mundial de que educação e saúde seriam setores mais afetados, mas [esses setores] tiveram alíquota reduzida. Então espera-se realmente impacto muito pequeno do ponto de vista setorial.”

Para o tributarista Roberto Quiroga, sócio do Mattos Filho, a grande questão na reforma tributária está na credibilidade. “A última reforma tributária [no Brasil] foi em 1965. Essa aqui é a primeira reforma após a nova Constituição. E todos nós vivemos esses anos sem acreditar muito porque o governo, durante todo esse tempo, não cumpriu aquilo que estava na lei.”

Quiroga exemplifica com a chamada Lei Kandir. “A lei falava em créditos na exportação. Nós não recebemos. Agora nós temos o cashback. E as pessoas ficam pensando: será que isso vai ocorrer de verdade? O pessoal do agro deve pensar o seguinte: será que vamos ter mesmo todos os créditos? Ou daqui a algum tempo vai mudar? Não é questão técnica. O que temos é questão de credibilidade.”

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Infraestrutura Estiagem afeta usinas hidrelétricas como Belo Monte, e ONS aponta riscos para o fim do ano caso nada seja feito

Pico de consumo de energia e seca no Norte acendem sinal de alerta

Rafael Bitencourt
De Brasília

A segurança do abastecimento de energia no "horário de ponta" volta a preocupar autoridades do setor, o que fica demonstrado em troca de ofícios nos últimos dias entre Operador Nacional do Sistema (ONS), Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O pico de consumo nesta época do ano, entre 18h e 19h em dia útil, ocorre quando a geração solar encerra a curva de declínio. Essa situação, que já era observada com atenção desde o início do ano, se agravou com a estiagem que afeta importantes hidrelétricas.

Na região Norte, a seca atinge três usinas da Amazônia: Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. Cada uma delas tem entregue volumes inferiores ao esperado.

Esse desafio de operação foi reportado pelo ONS ao Ministério de Minas e Energia em ofício obtido pelo **Valor**.

"Identificamos uma degradação das condições de atendimento decorrente da escassez hídrica na região Norte do país, levando a uma menor disponibilidade hidráulica nas usinas daquela região, cuja contribuição para o atendimento da ponta de carga é fundamental", registrou o diretor-geral Marcio Rea, no documento.

No ofício, o ONS indica que, se nada for feito, "há perspectiva de esgotamento dos recursos para atendimento da ponta de carga no mês de outubro de 2024 e invasão da reserva operativa (RO) nos meses de novembro e dezembro de 2024". Um técnico de referência no setor explicou, ao **Valor**, que essa "reserva operativa" representa o último recurso a ser acionado apenas em situações de contingência.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Geração solar está em 25 GW e, daqui a três, quatro anos, vai chegar a 50 GW"
Luiz Carlos Ciocchi

Procurado, o ONS reconheceu que, já na segunda-feira, o sistema enfrentou um dia atípico, que levou o custo marginal de operação (CMO) a R$ 1.248 por megawatt-hora (MWh). Isso, frisou, é justificado pelo "aumento da demanda e a menor disponibilidade de recursos hidráulicos, especialmente das usinas situadas no Norte do Brasil, situação esperada no decorrer da travessia do período seco".

Ontem (20), o operador ressaltou que "não há qualquer problema de atendimento energético e que o Sistema Interligado Nacional (SIN) dispõe de recursos suficientes para atender a demanda por energia (...), não havendo risco de desabastecimento".

Como solução para a demanda no horário de ponta, o órgão propôs a antecipação do suprimento da Termopernambuco, da Neoenergia, a partir de outubro de 2024. A térmica foi contratada no leilão de reserva de capacidade de potência, em 2021. Essa energia só seria entregue em 2026.

Ao **Valor** a Aneel informou que "já iniciou a instrução processual" para garantir o acionamento da usina o quanto antes.

Sobre a possibilidade dar início à operação da usina, com 500 MW de potência, o grupo Neoenergia informou que o seu ativo está à disposição do sistema. "A Termopernambuco está pronta para atender ao pedido do Ministério das Minas e Energia e do Operador Nacional do Sistema (ONS)", destacou, reforçando que "a operação da usina é necessária à manutenção da segurança do sistema elétrico brasileiro".

Na segunda-feira, a geração solar entregava quase 30 gigawatts (GW) entre meio-dia e 13h. Este volume caiu, às 18h30, para menos de 50 MW, o que inclui a geração própria de energia pelo consumidor com painel solar (GD). No instante seguinte, às 18h44, o consumo no país já se aproximava do seu patamar máximo no dia: 90,6 GW.

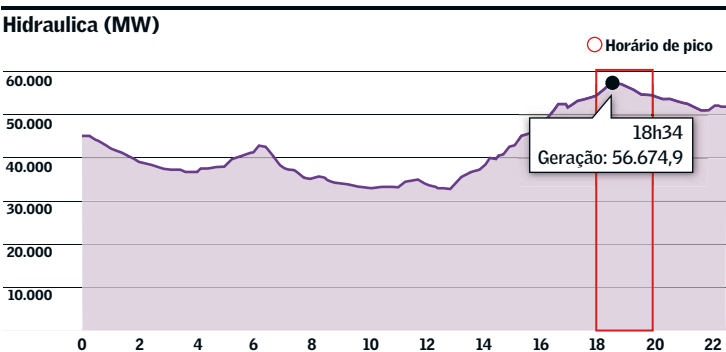
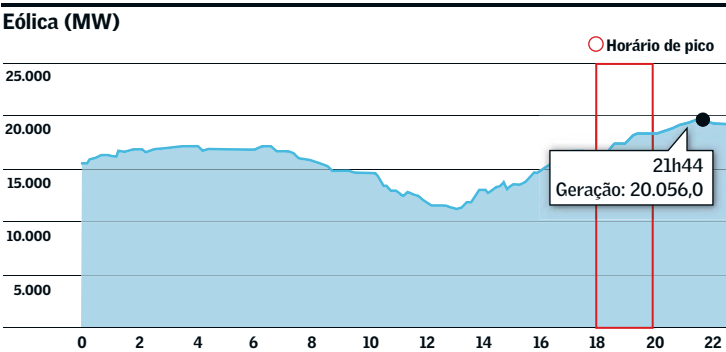
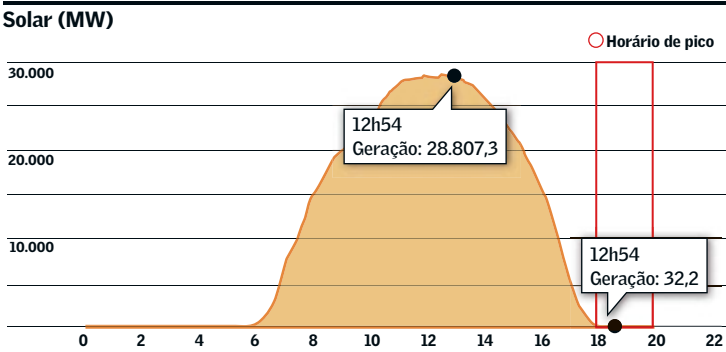
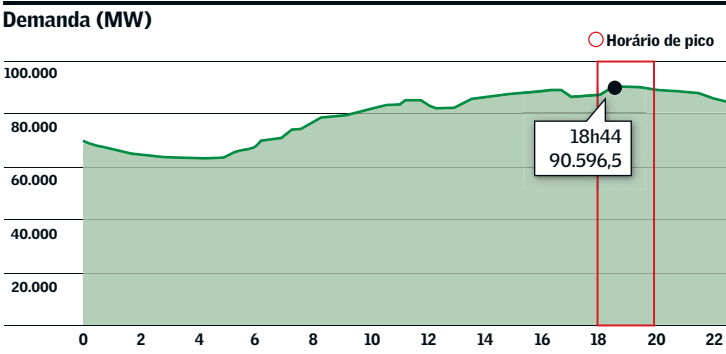
O ONS tem se deparado com situações onde conta com energia contratada de sobra, mas sem "potência" para garantir que não haverá corte de carga (blecaute) relacionado à variação na entrega de energia pelas fontes renováveis..

Mesmo com grande produção, as usinas eólicas não garantem segurança dadas as oscilações na entrega, que variam a todo momento com a intensidade dos ventos. Nestes casos, resta ao operador recorrer a todo e qualquer tipo de geração "firme" disponível, como hidrelétricas e térmica convencional ou nuclear, que entregam energia sem variações *(veja quadro ao lado)*.

O ex-diretor do ONS Luiz Carlos Ciocchi, que comandava a instituição até maio, afirma que este cenário vem se constituindo desde o início do ano, e tende a se agravar. "Hoje, a geração solar já está em 25 GW e, daqui a três, quatro anos, vai chegar a 50 GW. Essa é a previsão", alertou.

Dada a necessidade de ter que acionar fontes de geração mais caras até o fi, do ano, especialistas do setor já dão como certo o acionamento da bandeira, pelo menos, amarela em setembro e outubro, com cobrança adicional de R$ 1,88 a cada 100 kilowatt-hora (kWh) na fatura.

"Com certeza, vamos ter que subir a bandeira [sair da cor verde] porque essa intermitência vai prevalecer até o início do período úmido, quando começa a chover e, então, teremos mais reservatórios para fazer esse ajustes", disse o Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel-UFRJ).

Em choque
Rampa de entrada e saída da energia solar no sistema desafia ONS

Fonte: ONS. Obs. Dados apurados em 19/AGO/2024, às 22:34.

Ministério discute novas ações para impedir blecaute

De Brasília

Para conter o risco de blecaute no "horário de ponta", o Ministério de Minas e Energia (MME) já vinha tomando, desde o início do ano, medidas para aumentar a confiabilidade do sistema, e novas ações estão sendo discutidas pelas autoridades do setor. A situação se agravou com a falta de chuvas em regiões estratégicas para as grandes hidrelétricas.

No primeiro semestre, o ministério, por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), determinou que as hidrelétricas Jupiá e Porto Primavera tivessem a vazão de água reduzida para elevar o nível do reservatório de Furnas, aumentando a potência dos despachos.

Além de tentar antecipar a geração da Termopernambuco para outubro de 2024, o MME tenta postergar a parada para manutenção das nucleares Angra 1 (640 MW de potência) e Angra 2 (1.350 MW), mantendo a operação enquanto o sistema estiver em situação vulnerável no atendimento do horário de ponta.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro tem negociado com o Paraguai para elevar a cota (nível de água) da binacional Itaipu. Quanto maior o volume de água do reservatório, maior é a potência da energia gerada pela usina.

Outra alternativa buscada envolve colocar à disposição do sistema as térmicas sem contratos de venda — chamadas de "merchant", no jargão do setor.

Ainda está sendo avaliado ajuste nos contratos de pelo menos três usinas abastecidas com gás natural liquefeito (GNL) importado: Santa Cruz, Linhares e Porto de Sergipe 1. Essas já possuem contratos, mas só entram em operação quando chamadas com antecedência de 60 dias.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também está envolvida no esforço de aumentar a confiabilidade do sistema.

O órgão regulador informou que vai calcular o custo variável unitário (CVU) para as usinas que hoje não têm valores estabelecidos e poderão ser acionadas. Também está buscando o "aprimoramento dos procedimentos" do programa de Resposta da Demanda, para estimular grandes consumidores a deslocar seu consumo para fora do horário de ponta do consumo.

O MME já está em interação com o representante da indústria para aumentar a adesão ao programa, que tende a oferecer incentivo para reprogramar a produção de grandes fábricas.

A Aneel informou que está buscando o "aprimoramento dos procedimentos" para o programa. O diretor do Serena Energia, Bernardo Bezerra, defendeu que o setor elétrico brasileiro precisa aperfeiçoar o mecanismo oferecendo melhores incentivos econômicos. Segundo ele, o programa é visto como prejudicial à economia, pois, com um olhar "distorcido", como se fosse uma forma branda de racionamento.

O executivo explica que, com a Resposta da Demanda, há apenas uma "pausa" na linha de produção, que acaba se concentrando mais pela manhã ou à noite.

"Como em outros países, existe a possibilidade de propor um pagamento fixo para a indústria se ajustar a dinâmica de produção à necessidade do setor", afirmou Bezerra, que é diretor da Plataforma de Energia e Regulação da empresa.

"Ao deslocar o consumo de um grande consumidor, é como se, na prática, o setor elétrico contratasse uma térmica a mais para o sistema", acrescentou o diretor da Serena Energia.

INÊS 249

Inovação Estudante deu primeiros passos como pesquisador da inteligência artificial, em 2012, ao ser um dos vencedores do Prêmio Jovem Cientista

Busca pelos ritmos do corpo despertou interesse por ciência

"O Globo", do Rio

Em 2012, o estudante João Pedro Wieland começou a escrever sua história como pesquisador da inteligência artificial, ao vencer o Prêmio Jovem Cientista na categoria ensino médio, com a criação de um aplicativo de celular que controla o ritmo das atividades físicas. Grande motivador de João Pedro, o programa está com inscrições abertas até o dia 4 de outubro, e recebe projetos de estudantes do ensino médio e do ensino superior, mestres e doutores.

Apaixonado por tecnologia, Wieland conta que, na época, quando tinha 15 anos, aproveitou o tempo livre em decorrência de uma greve no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde estudava, para aprender a programar aplicativos de celulares.

O estudante acabou criando um app que controla os resultados para o corpo de uma corrida no parque ou na esteira, a partir do ritmo da música ouvida pelo praticante do exercício. A pesquisa contou com orientação de um professor da UFRJ e voluntários do colégio.

"Me perguntei se poderia usar algum algoritmo para ajudar na escolha da melhor música para cada tipo de treino. Comecei a ler artigos na internet e fiz vários experimentos com pessoas correndo com diferentes tipos de música. Com erros e acertos, consegui desenvolver o app", lembra João Pedro, hoje com 27 anos.

O estudante descobriu que os efeitos do exercício podem variar de acordo com as batidas sonoras, já que o atleta adapta seus movimentos, e analisou a velocidade atingida por cada um conforme a música. O aplicativo fornecia ainda informações como a distância percorrida, o gasto calórico e o índice de massa corporal.

"Se pudesse dar uma dica para os jovens, seria para abraçar as oportunidades" *João Pedro Wieland*

Hoje formado em engenharia, Wieland afirma que o prêmio foi um grande motivador para chegar até o mestrado na UFRJ na área de engenharia de software, e trabalhar com aprimoramento de inteligência artificial.

"Se pudesse dar uma dica para os jovens, seria para abraçar as oportunidades. O ensino médio é onde se aprende muita coisa e escolhemos a carreira. O Jovem Cientista abriu e abre muitas portas pra mim. As pessoas me reconhecem pelo prêmio quando analisam meu currículo", destaca Wieland.

Em sua 30ª edição, o Prêmio Jovem Cientista, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. O tema desta edição é Conectividade e Inclusão Digital. As inscrições são feitas pelo site cientista.cnpq.br. Entre as premiações previstas, estão laptops, bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.

DIVULGAÇÃO

Início de uma história: João Pedro Wieland teve o Prêmio Jovem Cientista como um grande motivador

Portal promete facilitar vida de empresas

Estevão Taiar
De Brasília

A União trabalha para colocar em funcionamento até o fim do ano um único portal virtual que reúna todas as normas e todos os atos infralegais que as empresas precisam cumprir no âmbito federal no Brasil. O portal fará parte do Regula Melhor, uma "estratégia nacional de melhoria regulatória" que será lançada hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) em Brasília.

"Falta um portal único que permita ao investidor olhar o arcabouço regulatório brasileiro", diz a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera, em entrevista ao **Valor**. O Portal Único de Comércio Exterior é a plataforma digital pela qual são realizadas todas as exportações do país.

Já a plataforma voltada à regulação, que vem sendo elaborada em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) do Ceará, reunirá também todas as consultas públicas do governo federal.

"Tudo isso para evitar que a sociedade e o setor produtivo tenham que entrar em infinitos sites para saber qual é a agenda regulatória [em vigor]", diz a secretária.

A elaboração do Regula Melhor começou em outubro do ano passado, contando com a participação de dezenas de entidades, entre ministérios, órgão reguladores e institutos empresariais. Entre os objetivos da estratégia, que terá medidas voltadas tanto para o setor público quanto para o setor privado, estão o aumento da competitividade das empresas e a facilitação de investimentos.

"Não queremos que seja uma agenda de burocratas, em que só o governo entende o que está fazendo", diz a secretária. "Queremos que isso se traduza também em entregas para a sociedade."

Ela cita estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que calcula que, apenas para o setor industrial, o custo regulatório foi de R$ 243 bilhões no ano passado. O número leva em conta, entre outros, os gastos com a "obtenção de licenças, autorizações e certificações" e "as perdas por paralisações na produção por causa de atrasos na concessão de licenças e alvarás", segundo a própria CNI.

"Existem soluções bastante simples [para melhorar a regulação]", diz a secretária, mencionando como exemplos a identificação e a remoção de normas duplicadas, a digitalização de processos e a criação de indicadores de monitoramento, como o tempo de obtenção de uma licença.

Também está sendo elaborada para ser usada por mais de 200 órgãos reguladores federais, entre agências, secretarias e conselhos, uma calculadora que aponte "o custo das obrigações impostas para aquele setor regulado cumprir" normas e atos específicos. Modelo semelhante já foi adotado pela União Europeia em parceria com o Banco Mundial.

"Há custos com preenchimento de formulários, apresentação de documentos e informações, pagamentos de taxas", diz. "A regulação é necessária, é a responsável pelo funcionamento dos mercados em áreas como saúde e educação. Mas é preciso que essa regulação esteja atenta aos resultados que produz."

Outras novidades, segundo o Mdic, serão as criações de: um portal virtual com "currículos e contatos de profissionais com notório saber em regulação"; Cadastro Único da Regulação, que "possibilite que a apresentação de um documento seja realizada uma única vez pela pessoa jurídica, sendo compartilhada para os demais anuentes em um processo regulatório"; um "instrumento de auxílio para elaboração de análise de impacto regulatório por meio de inteligência artificial".

GABRIEL LEMES/MDIC

"Queremos que isso se traduza também em entregas para a sociedade" *Andrea Macera*

Parceria permite acesso a banco de dados ambiental

Fábio Couto
Do Rio

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) disponibilizou nesta terça-feira (20) a página do Banco de Dados Ambientais (BDA) Netuno, uma parceria entre a Agência e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) firmada por meio de acordo de cooperação técnica, sobre informações de licenciamento de atividades sísmicas.

O BDA Netuno disponibiliza dados do licenciamento ambiental das atividades de pesquisa sísmica marítima (offshore) no Brasil, realizado pelo Ibama. A sísmica envolve uma série de estudos, comparados ao "ultrassom do subsolo", para coleta de informações referentes a eventuais reservatórios de óleo e gás natural.

O banco de dados é resultado da promoção de ambiente favorável para o fortalecimento de gestão de dados, informações e estudos ambientais relativos às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, segundo a ANP.

"O banco centraliza dados de diversos projetos de monitoramento, controle e mitigação requeridos pelo órgão licenciador, permitindo a visualização georreferenciada dos dados e o download de informações relacionadas à biota marinha", disse a ANP, em comunicado.

Parque nacional em MG tem incêndio pelo terceiro dia

Folhapress, de Belo Horizonte

Um incêndio que atinge desde o último domingo (18) o Parque Nacional da Serra do Cipó, em Minas Gerais, mobiliza agentes do Corpo de Bombeiros e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Nesta terça (20), 19 bombeiros e 40 brigadistas do ICMBio e voluntários atuam no combate às chamas, que atingem uma área estimada de 478 hectares.

Distante cerca de cem quilômetros de Belo Horizonte, o parque nacional tem área total de 33.800 hectares, e sua visitação está suspensa desde segunda (19).

Ele foi criado em 1984, nos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro. O bioma predominante no local é o Cerrado, e a topografia acidentada e a grande quantidade de nascentes formam diversos rios, cachoeiras, cânions e cavernas.

De acordo com o ICMBio, o incêndio foi causado por ação humana, já que o uso de fogo no atual período de estiagem é proibido.

O órgão ainda afirma que múltiplos focos de incêndio foram localizados próximos ao quilômetro 120 da rodovia MG-010 e se espalharam ao longo da serra do Espinhaço, inclusive em unidades de conservação como a APA (Área de Proteção Ambiental) Morro da Pedreira.

Os bombeiros afirmaram que conseguiram conter as chamas que avançavam em direção à Santana do Riacho e às comunidades de Serra Morena e Mãe D'água.

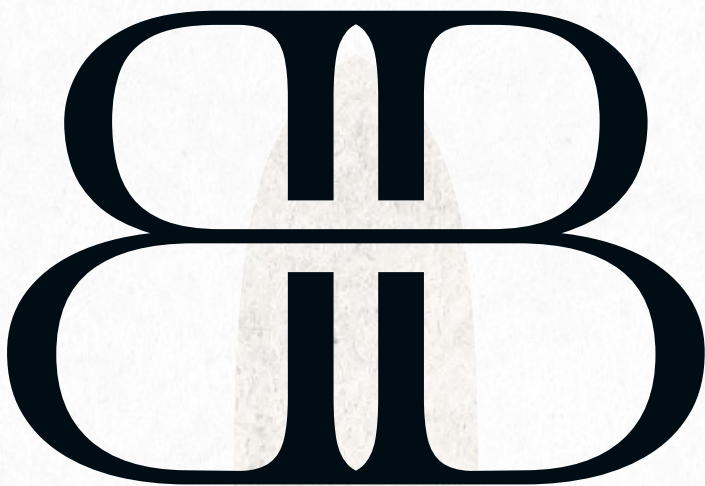
O tempo seco que predomina no Estado favorece a ocorrência de focos de calor e dificulta o controle das chamas. Foram 17.341 registros de incêndios em vegetações até agosto deste ano, mais que o contabilizado em todo o ano de 2023 (17.135), de acordo com os bombeiros.

Apenas na capital mineira e na região metropolitana, são mais de 120 dias sem chuva, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

17.341 **registros de incêndio em MG até agosto, mais que em todo o ano de 2023**

Além da Serra do Cipó, os bombeiros também atuam no combate a incêndios florestais em 7 das 95 unidades de conservação no Estado: nos monumentos naturais Serra da Moeda, Peter Lund e Itatiaia, nos parques estaduais Serra do Brigadeiro e Serra do Papagaio, na APA Sul, em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, e no refúgio de vida silvestre da Serra de São Jose.

A corporação disse que não há a orientação para que as pessoas deixem suas casas.

Na Serra da Moeda, distante 50 quilômetros de Belo Horizonte, o segundo dia de operação contou com 32 combatentes.

Poderes Liminares de Flávio Dino que suspenderam repasses continuam válidas, até que ele se manifeste

Governo, Congresso e Judiciário fecham acordo e estabelecem critérios para emendas

De Brasília

Representantes dos três Poderes anunciaram na terça-feira (20) diretrizes que devem guiar os repasses das emendas parlamentares ao Orçamento, tema que virou ponto de tensão nas últimas semanas entre o Judiciário e o Legislativo. O acordo firmado após quatro horas de reunião a portas fechadas no Supremo Tribunal Federal (STF) prevê que as emendas serão mantidas, mas com novos critérios, que ainda serão “ajustados” em 10 dias. Por enquanto, as liminares do ministro Flávio Dino, que suspenderam as emendas, continuam válidas, até que ele se manifeste.

A avaliação do presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, foi a de que os Poderes chegaram a um consenso “possível”. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e o Planalto comemoraram a negociação. Presente ao encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não se manifestou publicamente. Já as organizações não governamentais de transparência têm dúvidas sobre a efetividade do acordo em relação à transparência dos recursos.

Pelo acordo firmado, as “emendas Pix” serão mantidas com pagamento obrigatório e sem necessidade de convênio com a União. Mas passará a ser exigida a identificação prévia sobre como será usado o dinheiro e as obras inacabadas terão prioridade. Quem receber terá que prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), embora não tenha ficado claro se os tribunais de contas estaduais deixarão de fazer a fiscalização — atuação atribuída a eles pelo próprio TCU.

As mudanças buscam corrigir um problema sobre a falta de transparência e fiscalização, que ensejaram as primeiras decisões de Dino sobre a suspensão das emendas. Atualmente não há a necessidade de identificação antecipada sobre como o dinheiro da “emenda Pix” seria usado pela prefeitura ou governo do Estado. O ente que recebe hoje pode gastar a verba como quiser, como se fosse de seu próprio orçamento.

Em consonância com esta decisão, o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, disse ao **Valor** que já discute com a Controladoria-Geral da União (CGU) a ideia de realizar um sorteio das cidades que terão as despesas com as “emendas Pix” fiscalizadas. Essa é a saída encontrada para a falta de estrutura e pessoal para acompanhar a alocação nos mais de 5 mil municípios.

HENRIQUE RAYNAL/CASA CIVIL

Poderes reunidos: “O que for preciso para materializar o que foi definido hoje será feito. Inclusive alterações constitucionais são cogitadas”, disse Pacheco

Uma das possibilidades é que as cidades sorteadas tenham fiscalizadas todas as emendas recebidas nos quatro anos anteriores. “O TCU vai fiscalizar as ‘emendas Pix’ da mesma forma que fiscaliza os convênios, considerando materialidade, relevância e riscos. São muitos convênios e não é possível fiscalizar tudo”, disse Dantas. Ele ressaltou, porém, que os detalhes ainda serão discutidos tanto com a CGU quanto com os tribunais de contas estaduais.

Além disso, as emendas de bancada serão destinadas a projetos estruturantes em cada Estado e no Distrito Federal, proibida a individualização que tem ocorrido desde que se tornaram de pagamento obrigatório. Já as de comissão (que substituíram o orçamento secreto) serão destinadas “a projetos de interesse nacional ou regional”, definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo — portanto, negociadas dentro de programas de governo federal. O comunicado do STF não deixa claro como se dará a transparência nesses casos, e os parlamentares ainda aguardam mais detalhes sobre como será esse novo modelo, que pode enfraquecer os presidentes das Casas e os líderes partidários.

Também ficou definido que Executivo e Legislativo “ajustarão” a vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida (RCL) “de modo a que elas não cresçam em proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias”. As emendas individuais equivalem a 2% da RCL de dois anos antes e as de bancada, a 1%.

Uma das preocupações de especialistas em contas públicas é que a vinculação pode fazer com que as emendas impositivas cresçam mais rápido do que o limite de despesas do novo arcabouço fiscal, que prevê que os gastos do governo aumentarão em no máximo 2,5% acima da inflação. Já a RCL, desde 2009, teve variação que chegou a até 34,1% de um ano para outro. Se isso se repetir, o governo teria que cortar em outras áreas.

> “O Supremo não participa de negociação política”
> *Luís R. Barroso*

O problema ocorreu em parte pela revogação do teto de gastos aprovado no governo Temer (MDB). Até então, as emendas eram corrigidas pela inflação, o que tinha controlado esse ritmo de crescimento. Além disso, como contrapartida à PEC da Transição, que permitiu ao governo Lula (PT) gastar mais R$ 168 bilhões, as emendas individuais subiram de 1,2% da RCL para 2%.

Na análise dos representantes dos Poderes, cada um saiu com alguma vitória da mesa de negociação. O Congresso reverteu o fim da “emenda Pix”, o governo federal conseguiu que as verbas das emendas de bancada e de comissão passem a ser destinadas para obras estruturantes e de interesse nacional e o STF demonstrou ser capaz de fixar alguns critérios de transparência. Segundo interlocutores da Corte, os ministros consideraram que uma das principais vitórias da reunião foi estabelecer um teto para o crescimento das emendas ao discutir sua proporção em relação à RCL. Essa mudança, no entanto, precisará da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição.

Em sua fala, Barroso destacou que houve “consenso pleno” em torno de alguns temas, como o de ser preciso que haja rastreabilidade e transparência em relação às emendas. De acordo com o presidente do STF, havia três debates na mesa: o valor das emendas; a fragmentação orçamentária; a rastreabilidade e transparência dos recursos. Barroso apontou ainda que, no encontro, todos expressaram preocupação com o tema da governabilidade.

Segundo Barroso, “ninguém chegou com uma resposta pronta” e houve “uma construção coletiva” de uma saída para o problema. “O Supremo não participa de negociação política. As nossas preocupações eram de natureza constitucional”, disse.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu que as emendas “são instrumentos legais e legítimos” e destacou que os “ajustes” por maior transparência “vêm muito a calhar para o Brasil como um todo na execução orçamentária”. Segundo ele, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 “obviamente buscará ser aderente a todas as diretrizes estabelecidas” e a LDO de 2024 também pode ser alterada. “O que for preciso para materializar o que foi definido hoje será feito. Inclusive alterações constitucionais são cogitadas”, afirmou.

Integrantes do primeiro escalão do governo celebraram o acordo. De maneira geral, disse uma fonte ao **Valor**, as medidas darão uma folga ao caixa dos ministérios ao destinarem as emendas de bancada e de comissão a “projetos estruturantes” ou “de interesse nacional ou regional”, o que era uma reivindicação desde a transição de governo em 2022. “Também é um espírito muito positivo desse resultado final”, elogiou o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que precisava analisar o acordo antes de comentar. Antes do encontro, afirmou em um evento que os Poderes estavam em “semana de fricção”, mas disse que “[nós] sairemos maior disso.

A Transparência Brasil e a Transparência Internacional veem com cautela as medidas anunciadas e pedem mais informações. Na opinião de Juliana Sakai, diretora-executiva da Transparência Brasil, a nota divulgada pelo STF foi “bastante econômica” e anuncia algumas possibilidades de melhorias no controle e transparência apenas das emendas individuais.

Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional no Brasil, entende que a sinalização de que a transparência e a rastreabilidade são critérios obrigatórios é positiva, mas é preciso garantir que a implementação seja adequada. ***(Flávia Maia, Isadora Peron, Mariana Assis, Renan Truffi, Fabio Murakawa, Murillo Camarotto, Julia Lindner, Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro)***

Propostas que limitam STF começam a tramitar na Câmara

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O acordo costurado na terça-feira (20) entre os Poderes sobre as emendas parlamentares ao Orçamento não deve ser suficiente para enterrar as possíveis apreciações dos temas das propostas de emenda à Constituição (PEC) que buscam limitar o poder do Supremo Tribunal Federal (STF). A presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Caroline de Toni (PL-SC), pretende designar ainda nesta semana os relatores dos textos.

As medidas foram desengavetadas na semana passada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que as despachou para a CCJ. A iniciativa do alagoano foi vista como uma reação do parlamentar à decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de bloquear o pagamento das emendas. Lira negou que o movimento representasse retaliação e argumentou que atendeu a pedido dos pares para que as matérias tramitassem.

Uma das PECs (8/2021) restringe as decisões monocráticas dos ministros do STF e de outros tribunais superiores, como do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ela foi aprovada pelos senadores em novembro do ano passado e desde então aguardava despacho de Lira.

O texto proíbe a concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia de lei e só permite que sejam tomadas durante o recesso do Judiciário — e, neste caso, com julgamento pelos demais ministros em até 30 dias. Além disso, determina que decisões cautelares sobre a inconstitucionalidade de leis deverão ter o mérito julgado em até seis meses.

A outra PEC (28/2024) permite que as decisões do STF, no exercício da jurisdição constitucional em caráter concreto ou abstrato, possam ser sustadas por até quatro anos pelo Congresso. Para isso, será preciso o voto favorável de 2/3 dos deputados e senadores — ou seja, 342 dos 513 deputados e 54 dos 81 senadores. O placar é igual ao exigido em processos de impeachment do presidente da República.

Pela PEC, caso uma decisão do STF seja derrubada pelo Legislativo, o caso volta à Corte, que só poderá manter sua determinação se houver apoio de 9 dos 11 ministros do Tribunal.

Ao **Valor**, a presidente da CCJ afirmou que quer decidir nos próximos dias os relatores das duas PECs. Ela explicou que diversos parlamentares da oposição já se colocaram à disposição para assumir a missão de relatar um dos textos.

Apesar de sinalizar que avançará com o tema com a designação das relatorias, De Toni indicou que baterá o martelo apenas na quinta-feira sobre iniciar a discussão dos projetos na próxima semana.

Antes da decisão, a deputada pretende conversar com Arthur Lira e entender melhor o acordo costurado ontem pelos Poderes.

Ainda assim, ela indicou não ver problemas na eventual análise das proposições, porque a CCJ aprecia apenas a admissibilidade e não aborda questões do mérito.

“Ali na CCJ é só a admissibilidade. Depois, ainda tem a comissão especial. São projetos tranquilos para a gente pautar e acredito que aprovar em função dos últimos acontecimentos que ocorreram no Supremo”, avaliou a parlamentar ao **Valor**. “A PEC 8 vem para estabilizar as relações entre os Poderes. A República ganha com isso. E a 28, eu sou entusiasta dela, porque sou crítica do ativismo judicial há muito tempo”, completou.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 04/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00003858/2024-76

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 04/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é o **Fornecimento de Projetores a Laser, Projetores a Laser Tiro Curto de Projetores Multimídia**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 22/08/2024 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 04/09/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov” através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 22/08/2024, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 03/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00002920/2024-11

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 03/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é o **Fornecimento de monitor de 24 polegadas, mesa digitalizadora e aparelho de televisão 75 polegadas,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 22/08/2024 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/09/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov” através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 22/08/2024, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 91009/2024 - FFLCH - UASG: 102108 -
PROCESSO Nº: 154.00004337/2024-36

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 91009/2024 - FFLCH**, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de **SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO DE ITENS DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 20/08/2024 a partir das 08h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 04/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov”** através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 20/08/2024** além da página do **ComprasGov**, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS – SALIC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – SALIC/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 2024.110222.01694
PROCESSO SIGA: SES/0003/2024

A **Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas - SALIC** torna público que fará realizar, na forma da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 38.338, de 06 de junho de 2023, Decreto Estadual nº 38.425 de 20 de julho de 2023 alterado pelo Decreto Estadual nº 38.479 de 15 de agosto de 2023, Decreto Estadual nª 38.136, de 06 de março de 2023, Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, da Lei Estadual n° 10.403, de 29 de dezembro de 2015, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006** e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, licitação na modalidade **Pregão** na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço por Item**, objetivando o **Registro de Preços para Aquisição de Materiais Permanentes de Uso Hospitalar, com serviços acessórios de instalação e/ou montagem (quando cabíveis), para suprir as unidades de saúde da Rede Estadual de Saúde, e eventuais doações aos munícipios do Estado, conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, no dia 04/09/2024, às 09h00min (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, no site **www.comprasnet.gov.br**, sendo presidida por Pregoeiro devidamente designado para atuar na Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas - SALIC, nos termos do art. 9º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 38.425/23, alterado pelo Decreto Estadual nº 38.479/2023. A Secretária informa que, o edital encontra- se disponível nas páginas web **www.compras.ma.gov.br, compranet.gov.br, www.sead.ma.gov.br e www.csl.saude.ma.gov.br**

São Luís, 13 de agosto de 2024.
ALINE PINHEIRO VASCONCELOS
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 26357, válida até 05/02/2025, para a Subestação de Energia Elétrica – **SE 138 kV ALTO PARANÁ,** instalada no município de Alto Paraná, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 328434-R1, válida até 15/08/2034, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – **LDAT 138 kV VILA CARLI-SANTA CLARA,** instalada no município de Guarapuava, no Estado do PR.

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819.48
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 30/07/2024, às 9h, na sede social da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **PRESENÇA**: Participação da maioria dos conselheiros efetivos por meio de videoconferência. **MESA**: Presidente: Marco Antônio Cassou; Secretário: Marcello Guidotti. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a análise das Informações Financeiras do Trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 e demais documentos relativos ao 2º trimestre do exercício social de 2024 (“2º ITR 2024”). **DELIBERAÇÕES**: O Conselho de Administração decidiu, após exame e discussão, por unanimidade dos votos dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar as informações financeiras do 2º ITR 2024 e determinar a respectiva publicação, considerando a recomendação do Comitê de Auditoria de que toda a documentação apresentada reflete de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira da Companhia. Os Conselheiros autorizam a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar a deliberação acima aprovada. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 30/07/2024. Presidente: Marco Antônio Cassou. Secretário: Marcello Guidotti. Conselheiros de Administração: Marco Antônio Cassou; Alberto Gargioni; Stefano Mario Giuseppe Viviano; Eros Gradowski Junior; Ricardo Bisordi de Oliveira Lima; e Sonia Aparecida Consiglio. Mesa: Marcello Guidotti - **Secretário.** JUCESP nº 303.816/24-7 em 15/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E O DESAFIO DE SE TORNAR COMPETITIVA

A nova política industrial brasileira visa resgatar o destaque do setor no país, que já representou um terço do PIB há 20 anos, e pavimentar o caminho para a efetiva participação do Brasil na elaboração de estratégias para um planeta sustentável. Neste evento presencial, vamos discutir como levantar recursos para a inovação e soluções concretas capazes de viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial. **Participe.**

LIVE
HOJE, ÀS 10H

PAINEL 1 - 10H: A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA, SEU FINANCIAMENTO E SEU IMPACTO NA VIDA DAS PESSOAS

José Luis Pinho Leite Gordon
Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES

Naercio Menezes Filho
Professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper

Perpétua Almeida
Diretora de Economia Sustentável e temas de Defesa na ABDI

Rafael Lucchesi
Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi

Lu Aiko Otta
Repórter especial do Valor Econômico [mediação]

PAINEL 2 - 11H: PASSO A PASSO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL: O QUE PENSAM AS EMPRESAS BRASILEIRAS

Ailtom Nascimento
Vice-presidente do Grupo Stefanini

David Canassa
Diretor-executivo da Reservas Votorantim

Jandaraci Araújo
Cofundadora do Conselheira 101

Ludmila Nascimento
Diretora de Energia e Descarbonização da Vale

Frederico Goulart
Jornalista da Rádio CBN [mediação]

ACESSE E ASSISTA:

Efeitos da repactuação das emendas parlamentares

Fernando Exman

Há nos bastidores do governo a expectativa de que o entendimento sobre as emendas parlamentares ao Orçamento também possa alterar a dinâmica das articulações para a sucessão no Senado. Um efeito colateral, espera-se, é a redução da força gravitacional que existe em torno do senador Davi Alcolumbre (União-AP), referência na gestão desses recursos na Casa.

Outros impactos institucionais e econômicos podem ser identificados com mais facilidade. A repactuação promovida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, fortaleceu o Executivo e reposicionou o Judiciário, em um jogo que tem como objetivo buscar o equilíbrio entre os Poderes. Ela colocou no centro do tabuleiro a Corte, que estrategicamente demonstrou coesão: todos os seus 11 magistrados participaram da reunião realizada no gabinete de Barroso com a presença de dois ministros enviados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes da Câmara e do Senado.

O acordo também altera a lógica na gestão dos recursos públicos, a poucos dias de acabar o prazo para o governo enviar ao Congresso a proposta de Orçamento para o ano que vem.

A intenção do governo é transformar 2025 em um ano marcado pelo avanço do Novo Programa de Aceleração do Crescimento, que foi lançado há um ano e ainda está sem um balanço público de suas realizações. Recuperando o conceito ideal das emendas de bancada e de comissão, ou seja, transformando-as em um mecanismo para canalizar verbas para projetos estruturantes de forma impessoal, de fato o Novo PAC pode ganhar um impulso.

É muito dinheiro. Uma das contas que circulou no Supremo antes de os ministros proferirem a decisão que enfureceu o Congresso se refere ao Orçamento de 2024, ao qual foram apresentadas 7.934 emendas — 6.207 de deputados, 1.053 de senadores, 419 de bancada estadual e 255 de comissão. Ao todo, elas somam R$ 53 bilhões. Segundo técnicos em contas públicas, o montante representa cerca de 25% das despesas primárias discricionárias e 33% dos investimentos das empresas estatais.

"Não tem lógica ter mais de R$ 50 bilhões nas mãos do Congresso. Qual é a política pública que se institucionaliza no Brasil? Nenhuma. Qual é o lugar do mundo que o Congresso tem isso? Não existe", exaspera-se um auxiliar do presidente Lula.

Mas ainda há, em paralelo, um cálculo político. Acredita-se que a reunião entre as cúpulas dos Poderes também acabe por gerar uma reacomodação das forças no Senado.

Presidente da poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e cotado para retornar ao comando do Senado a partir de fevereiro do ano que vem, Alcolumbre já travou uma batalha silenciosa com o Executivo sobre a transparência dos senadores contemplados pela liberação de recursos de emendas. Na percepção de articuladores políticos do governo, em vez de viabilizar a consolidação de uma base aliada, a atuação de Alcolumbre visava mais seu próprio projeto político.

Procurado, Alcolumbre não comenta este assunto. Nem outros temas que estão sob sua esfera de influência e preocupam o governo.

Um é a tramitação da proposta de emenda constitucional que dá autonomia financeira ao Banco Central (BC). Em vez dessa PEC, a equipe econômica preferia ver avançar um projeto para introduzir no Brasil o chamado modelo "twin peaks", levando o BC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a virarem "superórgãos" reguladores. A pauta pressiona o Executivo, mesmo diante da iminente mudança no comando da autoridade monetária.

O preenchimento de vagas em agências reguladoras também está na lista de aflições do Planalto e ministros setoriais. O governo considera que o senador quer fazer muitas indicações para essas estratégicas instituições e, teme-se, as demandas só tendem a crescer com seu eventual retorno à presidência do Parlamento.

É nesse contexto que existe a esperança, entre autoridades do governo, de uma possível mudança na dinâmica proporcionada pela permanente e intensa perspectiva de poder emanada por Alcolumbre. Um cenário é o surgimento de candidaturas alternativas à presidência do Senado ou, pelo menos, que emissários do Planalto possam sentar-se com o senador do Amapá para uma conversa em novos termos.

Em junho, por exemplo, o senador Otto Alencar (BA), líder do PSD, partido com a maior bancada, afirmou aos repórteres Julia Lindner e Caetano Tonet que no tempo certo pretendia reunir a legenda e ouvir o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) sobre a disputa da Mesa Diretora. "Em qualquer Casa Legislativa, o comandante da sucessão é o próprio presidente, conversando com diversos partidos. Eu ainda não ouvi do presidente Pacheco a preferência pelo nome do Davi, do meu ou de um outro senador", ponderou o baiano.

Aliado do governo, ele também sinalizou à oposição nessa entrevista ao **Valor**. Disse que uma eventual candidatura asseguraria a ela participação na Mesa Diretora. E afirmou não existir, naquele momento, a menor possibilidade de o Senado fazer impeachment de ministro do Supremo. Na sua visão, o que se via era apenas integrantes do STF tomando decisões que de alguma forma se chocavam com interesses políticos.

Otto Alencar também argumentou que a sucessão somente deveria ser tratada depois das eleições municipais. O momento está se aproximando.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Proposta estabelece reoneração gradual entre 2025 e 2028 e medidas compensatórias

Senadores aprovam projeto que compensa a desoneração

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Wagner: relator acolheu destaque apresentado pelo PL e retirou do texto o aumento da taxação dos juros sobre capital próprio (JCP) de 15% para 20%

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O Senado aprovou, na terça-feira (20), o projeto de lei que define as medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra e municípios. O texto prorroga a medida e estabelece uma reoneração gradual entre 2025 e 2028. A votação foi simbólica e teve votos contrários dos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Magno Malta (PL-ES). A desoneração é mantida totalmente em 2024. O texto segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

A matéria ratifica o acordo construído por Legislativo e Executivo prevendo as compensações e garantindo a manutenção do programa para 17 setores e municípios de até 156 mil habitantes.

Durante a transição, a alíquota seguirá zerada em 2024; passará a ser de 5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027, chegando ao patamar de 20% em 2028. Já os municípios seguirão com a cobrança de 8% em 2024; 12% em 2025; 16% em 2026; e 20% em 2027. As medidas acordadas buscam compensar a medida nesse período.

Os parlamentares também entraram em acordo para que as empresas se comprometam com a manutenção de 75% dos postos de trabalho. O percentual corresponderá sempre ao número de postos de trabalho do ano anterior.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A medida é válida para 17 setores intensivos em mão de obra. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a esse tipo de segmento. Juntos, esses segmentos geram cerca de 9 milhões de empregos.

Durante a deliberação, o relator da matéria, senador Jaques Wagner (PT-BA), cedeu a pressão dos colegas parlamentares retirou do texto o aumento da taxação do juros sobre capital próprio (JCP) de 15% para 20% como forma de compensação. O pacote final de compensações pode mudar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que se houver necessidade o governo poderá apresentar novas medidas para compensar desoneração.

Entre as medidas compensatórias aprovadas, o texto prevê que as pessoas físicas e jurídicas poderão atualizar o valor dos seus bens imóveis. Elas poderão informar o valor de mercado, e a diferença para o custo de aquisição será tributado. No caso das pessoas físicas, a alíquota será 4%. No caso das empresas, a tributação será de 6% no Imposto de Renda e 4% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Receita Federal ainda vai definir a forma e prazo para o contribuinte fazer essa atualização. O recolhimento do tributo se dará dentro de 90 dias.

Também como forma de compensação, as pessoas físicas e jurídicas poderão fazer a repatriação de recursos mantidos no exterior. O valor que for considerado acréscimo patrimonial estará sujeito à incidência de Imposto de Renda, a uma alíquota de 15%.

O projeto traz ainda uma espécie Refis para as dívidas que empresas possuem com agências reguladoras. A Procuradoria-Geral Federal vai propor transações (acordos) coletivos ou individuais, com descontos e prazo para pagamento do débito. Em contrapartida, o devedor deverá assumir alguns compromissos, como manter a prestação dos serviços públicos, concluir obras e manter a regularidade dos pagamentos à agência.

Em outra frente, será criada pelo governo federal a "Central de Cobrança e Regularização de Dívidas Federais Não Tributárias", que ficará subordinada à Advocacia-Geral da União (AGU).

O texto traz também mudanças nas regras de depósitos judiciais, possibilitando a transferência de valores para a Conta Única do Tesouro Nacional.

Mesmo não sendo uma medida direta de compensação, o texto também incluiu como medida compensatória ações de "pente-fino" em benefícios previdenciários e assistenciais. Não se tratam de novas receitas, mas sim de economia de despesa, mas o valor também será considerado para neutralizar a desoneração da folha de pagamentos.

O projeto autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a "adotar medidas cautelares visando a conter gastos e prejuízos decorrentes de irregularidades ou fraudes". Também poderá ser feito o bloqueio imediato do pagamento e suspensão do benefício quando detectada essas fraudes.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o texto prevê a exigência de biometria a partir de 1º de setembro e o recadastramento das pessoas com a inscrição desatualizada há mais de 48 meses. O não cumprimento da atualização pode levar à suspensão do benefício.

Instituído em 2011, no ano passado, o modelo da desoneração foi prorrogado pelo Congresso até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula e mais tarde teve o veto derrubado pelo parlamento. Como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração. Sem o avanço da MP, o governo recorreu ao STF que chegou a suspender a medida, mas após uma articulação das partes, deu novo prazo para a construção de um acordo prevendo as compensações.

Congresso Votação prevista para terça-feira foi adiada para a próxima semana e, com isso, governo ganhou tempo para negociar

Flexibilização do porte de armas tem urgência aprovada

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Um imprevisto com o relator, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), adiou na terça-feira a apreciação do projeto que flexibiliza as regras sobre o porte e a posse de armas, sustando trechos de um decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A situação inusitada garantiu mais tempo ao governo para tentar evitar a derrota.

Nos bastidores, a aprovação da matéria já é dada como certa. Os senadores aprovaram um requerimento de urgência para a matéria voltar à pauta na terça-feira (27).

Ao longo da noite, o secretário nacional para assuntos legislativos, Marivaldo Pereira, esteve no plenário da Casa para acompanhar as negociações pessoalmente. Em certo momento, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), admitiu que tentou adiar a votação, mas não conseguiu.

A situação mudou após o relator de plenário, Angelo Coronel (PSD-BA), pedir o adiamento por perceber que haveria "polêmica" em torno do tema. Ele foi escolhido de última hora diante da ausência do relator original, Vanderlan Cardoso, que teve que viajar para comparecer ao enterro de uma pessoa próxima. Pela manhã, Vanderlan ainda participou das negociações em Brasília.

"Estou entendendo que esse acordo não está firmado. Gostaria de solicitar a retirada de pauta dessa matéria, para que na primeira sessão presencial ela voltasse a ser relatada pelo senador Vanderlan", disse Coronel.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Coronel pediu o adiamento por perceber que haveria "polêmica" em torno do tema

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apoiou o pedido. "É inusitado que, se aprovarmos o requerimento para a votação, o relator deseje ter mais prazo para a apreciação", disse Pacheco. "A presidência, diante da fala de Angelo Coronel, não pode impor a votação. Faço um apelo para que façamos na próxima semana", pontuou.

Um dos principais motivos de controvérsia entre os parlamentares envolve a derrubada do trecho que impõe restrições à localização dos clubes de tiro esportivos, que não poderiam ficar a menos de um quilômetro de escolas. O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), destacou o ponto como o mais sensível.

"Eu sou obrigado a firmar essa posição. Tentei chegar a um acordo inclusive no Ministério da Justiça, mas não foi possível. Há outros pontos, mas eu diria que o mais significativo é esse em relação às escolas", declarou Jaques.

A oposição alega que, da forma que está, o texto poderia prejudicar clubes de tiro já existentes. "Com relação ao futuro, acho que é possível construir isso dentro de um outro ambiente e texto", disse o líder da oposição, Marcos Rogério (PL-RO).

Wagner disse que propôs um acordo para manter o trecho das escolas e deixar claro na regulamentação que a regra não vale para os estabelecimentos já existentes. Segundo ele, a oposição não teria aceitado porque não quer que o texto volte à Câmara dos Deputados.

O senador Magno Malta (PL-ES) disse, então, que o líder do governo no Senado estaria descumprindo acordo para a deliberação ocorrer na terça-feira (20).

"Eu não pedi verificação. Só pontuei o que para mim é o mais delicado disso. Mantenho a minha posição", rebateu Wagner, acrescentando que o PT fará outros destaques.

Comissão adia votação de cigarros eletrônicos

De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou a votação do projeto de lei que trata da produção, importação e comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil. O presidente do colegiado, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), atendeu ao pedido do relator da proposta, Eduardo Gomes (PL-TO), pela retirada do item da pauta. A proposta será deliberada na primeira semana de setembro, quando a Casa estará em regime presencial.

A proposta regulamenta todos os Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), como os chamados "pods" e "vapes", e tem dividido parlamentares. Há os que acreditam que a regulamentação reduzirá o contrabando e estabelecerá regras claras para a produção e a venda do produto. Por outro lado, parlamentares alertam para o dano causado pelos cigarros eletrônicos e questionam a capacidade que o Estado terá de coibir o mercado paralelo.

"Quem está forçando demais, não está querendo discutir o mérito. Não está preocupado se criança de 12 anos está comprando 'vape', se o crime organizado está faturando com esse absurdo e não está preocupado em resolver o problema das famílias brasileiras que plantam fumo no Sul", argumentou Eduardo Gomes.

Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que não será a lei regulamentando o produto que acabará com o mercado paralelo e disse que isso é "caso de polícia". O parlamentar cobrou uma maior participação do governo na abordagem do tema.

"O governo tem que agir também. Não é o Senado que tem que fazer isso não. Aliás, a comunicação do presidente Lula é a pior de todos os governos que eu já vi. Não tem igual, é uma péssima comunicação", afirmou o parlamentar.

A proposta, de autoria da senadora Soraya Tronicke (Podemos-MS) separa o produto em diferentes categorias: sistemas eletrônicos de administração de nicotina (SEAN), sistemas eletrônicos sem nicotina (SESN) e sistemas eletrônicos de aquecimento sem tabaco (SEAST).

Entre as obrigatoriedades fixadas pela proposta para a comercialização do produto está a de apresentação de laudo de avaliação toxicológica para o registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O projeto também prevê o cadastro na Receita Federal dos produtos fabricados, importados ou exportados e também no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

O texto proíbe ainda a comercialização e o fornecimento, direta ou indiretamente, para menores de idade. A multa para quem infringir a regra vai de R$ 20 mil a R$ 10 milhões. Também fica proibida a propaganda dos produtos, com exceção do interior do ponto de venda ou em comércio eletrônico com estrito controle de maioridade. Os anúncios deverão deixar claro que o produto contém nicotina e, em pelo menos 20% da área, destacar os riscos do cigarro eletrônico à saúde do usuário.

Também ontem, a Comissão de Infraestrutura (CI) adiou a votação do projeto de lei do Combustível do Futuro. Após pedido de vista coletiva, o presidente do colegiado, senador Confúcio Moura (MDB-RO), anunciou que a proposta voltará à pauta na primeira semana de setembro, que terá regime presencial. *(CT e JL)*

Eleição nos EUA Depois de decepção com Hillary Clinton em 2016, discurso de ex-presidente se voltaria a esforço de romper barreiras

Partido vê 2ª chance de Obama em luta para romper barreira

Dow Jones, de Chicago

O ex-presidente dos EUA Barack Obama e sua mulher, Michelle, eram as estrelas programadas para o segundo dia da Convenção Nacional Democrata, ontem, em Chicago. Um dia depois da aclamação pública ao presidente americano, Joe Biden — na prática, forçado a deixar a corrida pela reeleição pro pressão do partido —, seria a vez de Obama ser apresentado como o líder democrata que tentará, pela segunda vez, romper uma barreira histórica e ajudar a eleger uma mulher, e desta vez uma mulher negra, para a Presidência.

Líderes democratas esperavam que Obama, político mais popular do partido e que construiu sua carreira em Chicago, mostrasse por que poderia levar a vice-presidente Kamala Harris ao principal posto do país — após a frustração de ver, em 2016, sua candidata Hillary Clinton perder a eleição para o mesmo adversário republicano de agora, o ex-presidente Donald Trump.

Obama entra agora na Convenção Democrata como um poderoso arrecadador de recursos que ainda conta com a aprovação da maioria dos americanos. "Dado seu nível de popularidade em todo o país, acho que ele será fundamental como representante da campanha de Kamala", disse Valerie Jarrett, ex-conselheira e amiga de longa data da família Obama.

Uma fonte próxima dos democratas disse que tanto Obama quanto Michelle — que tem luz própria no partido para além da condição de ex-primeira-dama e também discursaria ontem — explicariam por que Kamala e o candidato a vice-presidente do partido, o governador de Minnesota, Tim Walz, são os líderes certos para este momento, e exporiam as tarefas que os democratas têm pela frente e porá em foco os valores que estão em jogo na eleição.

HANNAH BEIER/BLOOMBERG

Democratas aguardam chegada de ícones do partido, como o casal Obama, durante a convenção em Chicago

O discurso de Obama na arena United Center será o de maior visibilidade desde pelo menos 2020 e uma das muitas participações em eventos de apoio a Kamala que a campanha espera dele conforme o dia da eleição ficar mais próximo.

A atividade política dele, que deve se intensificar quando a eleição estiver mais perto, será coordenada com os democratas do Congresso e a campanha de Kamala, segundo uma fonte próxima ao ex-presidente.

A avaliação dos líderes democratas é a de que a candidatura de Kamala, ganhou tração desde o dia 21, quando Biden desistiu de concorrer à reeleição, sob a pressão de dirigentes partidários e doadores de campanha — após o desastroso primeiro debate com Trump, em junho, quando o atual presidente pareceu apático e confuso. Quando a expectativa era de que Biden fosse o candidato democrata, ele parecia ainda estar perdendo algum espaço para Trump entre os eleitores negros.

Kamala vem recuperando o forte apoio que o partido tradicionalmente tem entre o eleitorado afro-americano. Como ela tem força entre esses eleitores, isso pode permitir que Obama também seja destacado para fazer campanha em outros lugares, como áreas suburbanas críticas.

A amizade entre Obama e Kamala tem mais de 20 anos — os dois se conheceram quando ele concorria ao Senado. Depois disso, ela foi uma das primeiras a apoiar sua candidatura à Presidência em 2008 e fez campanha para ele de porta em porta na preparação para as convenções de Iowa.

Obama, de 63 anos, e Kamala, de 59, mantiveram-se em contato desde 2020 e o ex-presidente lhe dava conselhos, disse uma fonte.

A avaliação de alguns analistas, porém, foi a de que Obama e Michelle foram alguns dos últimos políticos importantes do partido a endossar a candidatura de Kamala. O casal nega e diz ter apoiado a vice-presidente logo que o Comitê Nacional Democrata — a instância máxima do partido — declarou Kamala candidata, dias depois da saída de Biden.

Embora analistas americanos venham considerando que a organização da Convenção Democrata está atingindo o objetivo de mobilizar a militância, a polícia local teve de reforçar a segurança ontem para evitar a aproximação de manifestantes que protestam contra o apoio dos EUA a Israel na guerra com o grupo terrorista Hamas. Revistas no acesso à arena e nas ruas próximas foram intensificadas.

Kamala tem muito a perder ao não se afastar da economia de Biden

Análise

Janan Ganesh
Financial Times

A retirada sensata e atrasada de Joe Biden — cujo legado foi incensado no primeiro dia da Convenção Democrata — tem apenas um senão. Seu protecionismo de altos gastos nunca terá seu dia do julgamento nas urnas. A "Bideconomics", se é que vamos dar um nome tão moderno a um programa tão antiquado, parecia destinada à derrota em 5 de novembro. Se nada de valor viesse de uma vitória de Donald Trump, pelo menos haveria um consolo: demoraria um bom tempo para os democratas voltarem a demonizar os mercados e o comércio exterior como atalho para ganhar votos.

De qualquer modo, deveriam parar de fazer isso. Entre os americanos, 60% querem que Kamala Harris se livre do plano econômico de Biden ou o altere de forma "importante". Não é difícil entender o motivo. Durante quase todo o mandato de Trump, o crescimento dos salários superou a inflação. No de Biden, isso não ocorreu de forma consistente até 2023. Ele tem motivos atenuantes de sobra para explicar o desempenho, como a pandemia e uma guerra. Ainda assim, sua conta de gastos públicos o implica muito mais na alta dos preços do que outros líderes mundiais durante o período. Isso já seria motivo suficiente para Kamala se desvincular dela.

Mesmo que a inflação nunca tivesse disparado, a Bidenomics poderia ter sido um problema político. Para entender por que, vale a pena lembrar algumas máximas políticas que os democratas praticamente cunharam nos anos 90.

Aqui está uma. Políticas que são populares de forma isolada podem ser impopulares em seu somatório. Ganhar um cheque pelo correio do governo é puro deleite. Um cheque somado a uma explosão de obras de infraestrutura, a uma cruzada contra abusos de preços das empresas, a um ataque contra as gigantes tecnológicas e a alguns outros gestos paternalistas cheiram a demasiado zelo por parte do Estado. Os eleitores ouvem o acorde completo, não as notas isoladas. De outra forma, a política seria absurdamente fácil: bastaria empilhar ideias que agradam ao público uma em cima da outra.

Em segundo lugar, faz diferença quem propõe o quê. Republicanos podem sair imunes se propuserem um Estado forte porque os eleitores confiam que um partido de direita não vai exagerar contra os ricos por fervor doutrinário. Existe algo que se chama "permissão". Os democratas não a têm.

Some esses fatores e a Bidenomics teria enfrentado problemas eleitorais em qualquer era, a não ser em uma em que os eleitores desejassem um Estado intervencionista. E aqui está o cerne da questão. Será que estamos vivendo em tal momento? Será que 2020 foi uma virada à esquerda no consenso público, como foi 1979/1980 na direção oposta? Será que a pandemia revelou uma frustração preexistente com o "neoliberalismo"? Caso positivo, Kamala deveria se comprometer a prosseguir o projeto estatista de seu chefe.

Mas eu duvido. Tal ponto de virada dialético sempre pareceu algo que os comentaristas querem ver como realidade mais por vontade deles. Na véspera da pandemia, a confiança econômica dos EUA estava em seu ponto mais alto desde a virada do milênio. A tendência mundial na política não tem sido contrária a este ou aquele programa, mas contra quem estiver no governo. E poucas eras têm uma identidade ideológica clara.

Se há um líder de centro-esquerda mundo afora que entende o sentimento ambíguo da população, é Keir Starmer, que tem os números parlamentares para virar o Reino Unido de ponta-cabeça, mas sabe que os ganhou sob a premissa de que não ousaria fazê-lo.

Em três oportunidades neste jovem século, os progressistas sentiram uma reorientação à esquerda no clima intelectual: no próprio ano de 2020, no desastre financeiro de 2008 e — as pessoas esquecem — no 11 de setembro, quando o heroísmo dos trabalhadores do setor público foi saudado em certas áreas como o início de uma época pró-governo. A baboseira teleológica já seria ruim o suficiente para na voz de especialistas. Um partido que disputa uma eleição não deveria se permitir nem chegar perto dela.

Além desse argumento eleitoral para aposentar a Bidenomics, há motivos mais elevados. Trabalhadores industriais, se os democratas forem sinceros em admitir os apuros pelos quais esse grupo passa, também são consumidores que sofrem com os preços, muitas vezes de importados. E o paternalismo pode ser uma convocação para os lobistas, daí o atual artifício de isentar gorjetas de impostos. (Nevada, onde os sindicatos do setor de hospitalidade têm influência, é um Estado-pêndulo neste ano.)

Acima de tudo, no entanto, a Bidenomics não tem resposta para a crise em formação nos EUA: uma dívida pública que ambos os partidos preferem ignorar. Os subsídios a setores comerciais têm um custo inicial, mesmo se presumirmos, como não se deve, que em parte se autofinanciam graças a um crescimento futuro maior.

Mas a substância pode esperar. Novembro vem primeiro. Se entendi corretamente, a atitude dos democratas é a seguinte: derrotar Trump é uma questão existencial para os EUA, mas a Bidenomics, execrada pelos eleitores, é sagrada. Cabe a Kamala o ônus de cortar a metade final dessa sentença.

Kamala quer elevar taxação a empresas, diz jornal

Agências internacionais

A democrata Kamala Harris quer aumentar o imposto corporativo nos EUA de 21% para 28%, disse um porta-voz da campanha ao jornal britânico "Financial Times" (FT). Caso aprovada, a medida fará com que os EUA tenham o maior imposto corporativo entre economias avançadas, acima da taxa corporativa de 25% do Reino Unido.

A ideia da equipe de Kamala dá continuidade a uma proposta defendida pelo presidente Joe Biden, mas que não conseguiu ser aprovada durante o mandato.

O plano de Kamala contrasta com a proposta de seu rival Donald Trump, que tem como uma das principais plataformas econômicas reduzir o imposto corporativo para 15%.

A proposta de Kamala visa aumentar a arrecadação do governo para bancar alguns dos planos econômicos anunciados, como benefícios fiscais para quem busca comprar sua primeira casa e a construção de moradias populares no país.

Em um comício na Carolina do Norte na sexta-feira, Kamala anunciou parte de seu plano econômico para reduzir o custo de vida no país, que inclui ideias como práticas de controle de preços, projetos de moradia popular e crédito para ajudar as famílias que estão comprando sua primeira casa.

Kamala prometeu incentivos para construir 3 milhões de novas casas durante seu mandato, o que, segundo ela, resolveria a escassez de moradias nos EUA.

A candidata democrata também planeja oferecer créditos adicionais de US$ 25 mil para famílias que buscam comprar seu primeiro imóvel, incentivos fiscais para quem quer construir uma casa e créditos tributários para famílias com filhos.

A ideia da equipe de Kamala é compensar o custo desses programas aumentando a cobrança de tributos sore empresas e americanos ricos. O Comitê para Orçamento Federal Responsável (CRFB) disse que o aumento do imposto corporativo para 28% garantiria uma arrecadação de cerca de US$ 1 trilhão ao longo de uma década.

Argentina tem superávit comercial, mas resultado reflete estagnação

Agências internacionais

Com a atividade econômica reduzida e ainda sob o efeito da venda da safra agrícola, a Argentina obteve em julho um superávit de US$ 1,575 bilhão na balança comercial, completando com isso, oito meses consecutivos de resultado positivo no saldo do comércio exterior, segundo divulgou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec).

Mas o intercâmbio comercial — que leva em consideração exportações e importações — refletiu a estagnação econômica e cresceu apenas 0,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

As exportações argentinas aumentaram 19,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto as exportações caíram 16,5%, comparadas com julho de 2023. Os resultados da balança em julho marcam uma queda de 16,6% em relação ao superávit de junho deste ano, um recuo que pode ser explicado por uma diminuição sazonal na oferta de produtos primários e manufaturados de origem agropecuária e por um aumento nas importações de energia durante o inverno.

Comércio exterior da Argentina
Em milhões de US$

Fonte: INDEC. Elaboração: Valor Data. *Em valores FOB, **Em valores CIF

A forte queda nas importações foi puxada pela redução da compra de combustíveis (redução de 33,5%) e peças e acessórios para bens capitais (redução de 23,5%). A atividade industrial da Argentina caiu 11,2% em junho — na comparação com o mesmo mês do ano passado. A cifra significa o 14º mês consecutivo de baixa no setor.

Milionário considerado morto em naufrágio, Lynch festejava absolvição

Agências internacionais

O empresário britânico de tecnologia Mike Lynch, juntamente com membros da sua família e outras pessoas, foram considerados mortos após o naufrágio, na segunda-feira, de um iate de luxo na costa da Sicília, disseram ontem autoridades da guarda costeira italiana.

Além de Lynch — de 59 anos e considerado "o Bill Gates do Reino Unido" —, há outros cinco desaparecidos e um morto, cujo corpo foi resgatado, no naufrágio. Fontes britânicas informaram ontem que Lynch celebrava sua absolvição, em junho, após cerca de um ano de prisão domiciliar nos EUA. Ele foi julgado por fraude empresarial em uma corte de São Francisco.

Entre os desaparecidos no iate estão o presidente internacional do Morgan Stanley Jonathan Bloomer — que foi testemunha de defesa de Lynch na corte —, e Christopher Morvillo, advogado do milionário no caso.

SALVATORE CAVALLI/AP PHOTO

Mergulhadores na Sicília, Itália

A filha de 18 anos de Lynch, Hannah, também sumiu no naufrágio, enquanto a mulher dele foi resgatada com vida.

A guarda costeira disse que os corpos dos desaparecidos provavelmente estão presos no iate. Os socorristas estavam reavaliando a forma de acessar os destroços, depois que a primeira inspeção feita por mergulhadores de cavernas foi bloqueada por detritos.

Lynch fundou a maior empresa de software do país, a Autonomy, que foi vendida em 2011 para a Hewlett-Packard (HP) por US$ 11 bilhões, mas o negócio acabou sendo marcado por uma acusações de fraude.

A embarcação — o "Bayesian" — foi construída em 2008 pela fabricante italiana Perini Nave. O iate tinha seis suítes e capacidade para acomodar até 12 hóspedes, além de uma tripulação de dez pessoas. De acordo com testemunhas, o afundamento do iate foi causado por um tornado.

Valor ECONÔMICO

Ideb indica pontos fracos e saídas para a Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que reflete a situação da Educação no país, mostrou resultados desapontadores em 2023. Fica evidente que o Brasil ainda precisa se esforçar bastante para melhorar a formação dos jovens de modo a aumentar a produtividade e reduzir a desigualdade, temas importantes em que o governo Lula ainda não conseguiu avançar.

Composto pela nota obtida pelos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pela taxa de aprovação registrada pelo Censo Escolar nas redes pública e privada, o Ideb tem três metas e só atingiu uma delas, a estabelecida para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ficou bem aquém das fixadas para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Para piorar, as metas de 2023 já deveriam ter sido atingidas em 2021 e foram mantidas por conta das dificuldades que a pandemia causou ao sistema de ensino.

Os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental obtiveram a nota média 6, fixada como meta para essa fase para o Ideb de 2023. Já o Ideb dos anos finais do Ensino Fundamental ficou em 5, abaixo da meta de 5,5; e o resultado do Ensino Médio, de 4,3, ficou ainda mais distante da meta de 5,2. Levando em conta apenas as notas do Saeb, nenhuma etapa do ensino teve avaliação superior à registrada em 2019. O resultado final do Ideb de 2023 somente ultrapassou o patamar anterior à pandemia por conta da redução da taxa de reprovação. Alguns especialistas, notam, ademais, que as metas não são elevadas e nem assim conseguem ser atingidas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, atribuiu os resultados fracos a efeitos retardados da pandemia, quando as escolas ficaram fechadas por um longo período, e houve dificuldade de se levar adiante o ensino à distância. O Brasil foi um dos países onde as escolas ficaram mais tempo fechadas.

No entanto, o desempenho diferente conforme os Estados mostra a fragilidade desse argumento, além de expor a desigualdade no país. No Ensino Médio, por exemplo, etapa que vai ser determinante para o futuro aperfeiçoamento do jovem e sua inserção no mercado de trabalho, enquanto os estudantes de Roraima obtiveram Ideb de 3,5, quase 1 ponto abaixo da média nacional, o Paraná marcou 4,9, e Goiás e o Espírito Santo, 4,8.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que a média do país chegou à meta de Ideb 6 e foi comemorada pelo governo, o Amapá e o Pará ficaram distantes, um ponto abaixo, em 5; e bem acima da média ficaram o Paraná, com 6,7, e o Ceará, com 6,6. Outro sinal da desigualdade é o fato de que se forem consideradas apenas as escolas da rede pública, a média teria ficado apenas em 5,7, abaixo até da pontuação anterior à pandemia.

Na apresentação dos resultados, Camilo Santana falou em rever as regras do Ideb. De fato, o Ideb mantém o mesmo formato desde que foi aplicado pela primeira vez, em 2007, no segundo governo Lula, quando Fernando Haddad era ministro da Educação. Há críticas ao fato de o Saeb aferir apenas português e matemática, e sugestões para que outros conhecimentos, como ciências, sejam incluídos. Alguns especialistas também criticam a influência no Ideb da taxa de reprovação, que pode ser manipulada.

Dois terços dos 16 anos de existência do Ideb se passaram em governos do PT, que já poderiam ter promovido aperfeiçoamentos. A importante reforma do Ensino Médio, por exemplo, foi feita no governo de Michel Temer (MDB), entrou em vigor em 2022, foi questionada no atual governo Lula, que gastou quase um ano de debates politizados, e introduziu mudanças em 2023, aprovadas pelo Congresso neste ano, com a promessa de entrar em vigor em 2025.

Tão importante quanto revisar o Ideb é buscar nos seus resultados os casos de sucesso para que possam servir de exemplo para os Estados e municípios. A tão debatida escola em tempo integral, por exemplo, é um dos motivos dos bons resultados do Paraná no Ideb, segundo o instituto Sonho Grande (O Globo 16/8). O Paraná triplicou o número de escolas em tempo integral no ensino médio e conseguiu aumentar em 0,5 o Ideb dessas unidades. Já as escolas que permaneceram em tempo parcial tiveram avanço de 0,1.

Com mais escolas em tempo integral, Estados menos ricos em PIB per capita, como Pernambuco, Ceará e Piauí, têm conseguido índices de aprendizagem equivalentes aos mais ricos, como Goiás, Espírito Santo e Paraná. Além de ampliar o número de aulas de Português e Matemática, e cuidar da recuperação de aprendizagens, o Piauí focou na escola em tempo integral. Cerca de 70% das escolas da rede estadual funcionam em tempo integral, percentual que deve chegar a 100% até 2025. Também ampliou o número de avaliações e estabeleceu metas. No Ceará, além de o governo estadual ajudar os municípios, oferece incentivo por meio da distribuição do ICMS para os mais bem-sucedidos.

A avaliação mostra que nem sempre é preciso gastar mais para melhorar a Educação. O Ideb de 2023 revelou também a importância da formação dos professores e sua adequada remuneração, dos programas de reforço escolar, da gestão das escolas e da avaliação periódica de professores e alunos.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Agressões letais e não letais estão em constante ascensão. Por **Melina Risso e Vivian Calderoni**

Violência contra a mulher e eleições municipais

No recente debate entre candidatos à prefeitura de São Paulo, um tema crucial foi abordado: a violência doméstica. A inclusão desse assunto é não apenas essencial, mas urgente, em um país onde todas as formas de violência contra as mulheres têm crescido de maneira alarmante nos últimos anos. Dada a gravidade da situação, é necessário que o tema receba ainda mais espaço nos debates eleitorais, proporcional ao impacto devastador que exerce sobre a vida de milhares de mulheres.

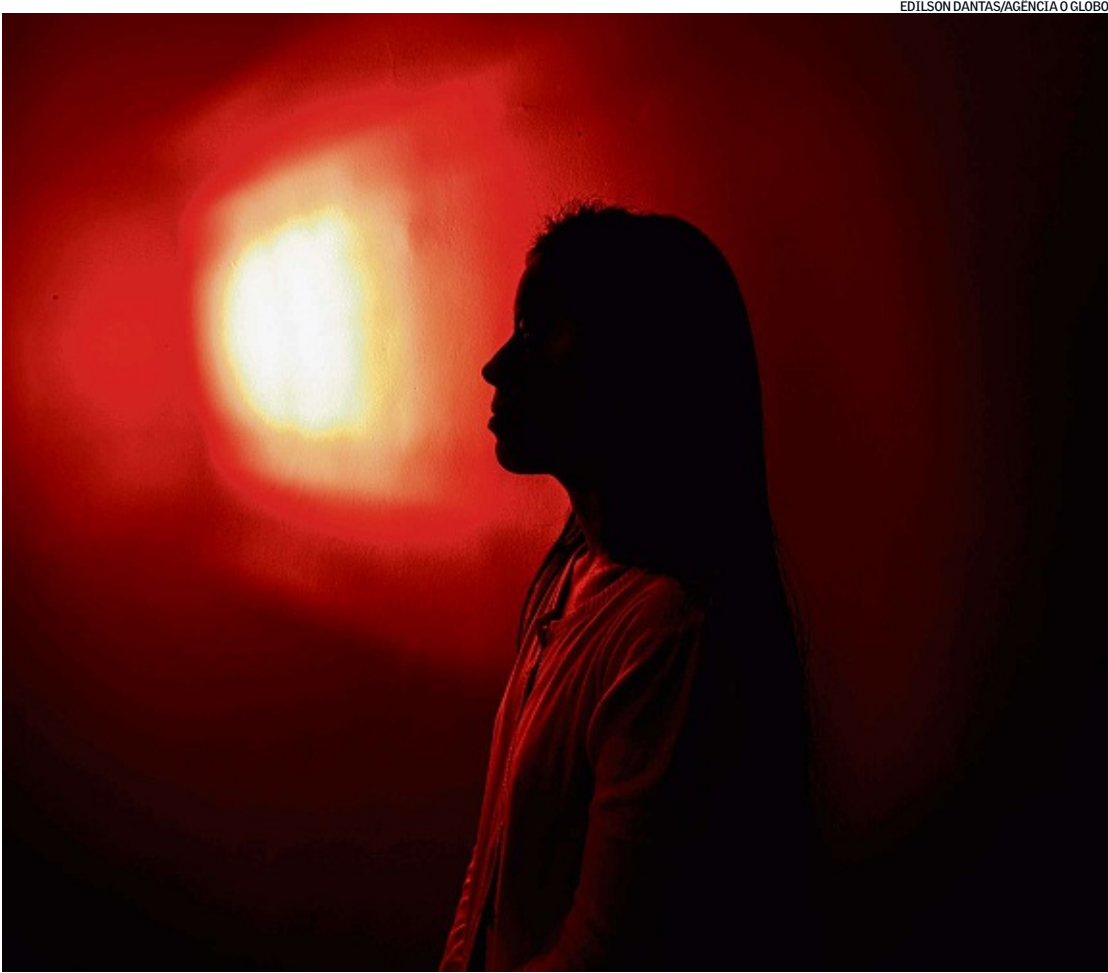
Entendida não só como uma violação de direitos humanos, mas também como um problema de segurança e saúde pública, a violência contra a mulher é uma manifestação complexa da desigualdade de gênero que permeia todas as esferas sociais. É um fenômeno que exige uma abordagem abrangente e integrada, não apenas para o seu enfrentamento, mas principalmente para a sua prevenção.

Além disso, é um tipo de violência multifacetada, que pode ser categorizada em dois tipos principais, com base na intenção e no resultado final do ato violento: violência letal e violência não letal. A violência letal, que resulta na morte da vítima, é tristemente comum em diversos contextos, desde situações de violência doméstica até crimes ditos "de honra" e feminicídios. Muitas vezes, os assassinatos de mulheres costumam representar a fase final de uma sucessão de agressões.

A violência não letal, por sua vez, engloba uma ampla gama de comportamentos e ações que causam danos físicos, emocionais ou psicológicos à vítima, sem, no entanto, levar à morte. Pode incluir violências físicas, abusos psicológicos, violências sexuais, morais ou patrimoniais.

A Lei Maria da Penha tem sido fundamental na conscientização sobre a violência contra a mulher e na garantia de proteção e acesso à Justiça para as vítimas desde sua promulgação, em 2006. Essa legislação está intrinsecamente ligada aos esforços de ativistas, organizações da sociedade civil e movimentos de mulheres que há décadas lutavam pelos direitos das mulheres vítimas de violência.

Entre os principais pontos desta Lei estão a implementação de medidas protetivas, a definição e ampliação das formas de violência, a criação de juizados especializados, o endurecimento das medidas de restrição de liberdade para agressores e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo a criação de serviços de acolhimento e de assistência social, psicológica e jurídica. A legislação também estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo as diferentes formas de violência e definindo conceitos para cada uma delas.

Ainda assim, no Brasil os últimos cinco anos foram marcados por um aumento preocupante na violência contra a mulher. Dados da Plataforma EVA revelam que as violências não letais também estão em constante ascensão, atingindo os maiores índices desde 2009. Houve um crescimento de 8,3% nos casos de violência física, um impressionante salto de 45,7% na violência sexual, um aumento de 56,4% na violência patrimonial e um incremento de 23,2% na violência psicológica. Embora os homicídios de mulheres tenham diminuído, os feminicídios cresceram tanto em números absolutos quanto em sua proporção no total de homicídios.

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Em São Paulo, a situação é ainda mais grave: mais de uma mulher é vítima de violência física a cada hora. As taxas de violência física e sexual no município superam as já alarmantes taxas nacionais. Enquanto a taxa de violência física no Brasil foi de 164,6 por 100 mil mulheres, em São Paulo esse número foi de 178,1. Em relação à violência sexual, a taxa nacional foi de 54,5, enquanto no município de São Paulo chegou a 62,6 por 100 mil mulheres.

As prefeituras têm um papel vital na prevenção da violência contra a mulher, e é imperativo que todos os candidatos e candidatas expliquem claramente suas propostas à população. Essas propostas devem abordar tanto os fatores de risco - características, condições ou circunstâncias que aumentam a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos - quanto os fatores de proteção, que fortalecem indivíduos e comunidades, reduzindo sua vulnerabilidade a situações adversas. Esses fatores podem ser de natureza individual, social, econômica, cultural ou ambiental. Estudos do Instituto Igarapé mostram que políticas públicas focadas em ampliar a autonomia financeira das mulheres têm um impacto positivo significativo na redução da violência. Isso inclui o acesso a recursos financeiros, treinamento e capacitação, e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Esses elementos não apenas empoderam as mulheres, mas também criam um ambiente mais seguro e estável, onde a violência encontra menos espaço para se manifestar e proliferar.

O fortalecimento das habilidades cognitivo-comportamentais, como o manejo da raiva e a resolução de conflitos, é igualmente essencial para reduzir a violência intrafamiliar. A promoção de habilidades parentais que favoreçam a criação de ambientes familiares harmoniosos é outro fator de proteção fundamental. Aliados à redução do uso abusivo de substâncias como álcool e drogas ilícitas, esses fatores desempenham um papel crucial na mitigação dos riscos de violência.

O aperfeiçoamento das redes de proteção às mulheres também deve ser uma prioridade das prefeituras. Isso envolve desde a criação e o fortalecimento de serviços de acolhimento e suporte, até a garantia de que as mulheres tenham acesso a informações e recursos que as ajudem a sair de situações de violência. A integração dessas redes com políticas de prevenção amplia sua eficácia, assegurando que as mulheres recebam o apoio necessário nos momentos mais críticos.

As prefeituras têm uma responsabilidade enorme em relação à prevenção da violência contra a mulher, e a população deve exigir dos candidatos comprometimento e propostas concretas e eficazes. Assim, o eleitorado poderá votar consciente do impacto que a escolha terá para o futuro de milhares de mulheres.

Melina Risso e Vivian Calderoni são, respectivamente, diretora de Pesquisa e Coordenadora de Programas e Pesquisa do Instituto Igarapé.

Taxa de câmbio e derivativos cambiais

Márcio Garcia

Nos primeiros sete meses de 2024, a taxa de câmbio depreciou-se 15,8%, de R$ 4,89 para R$ 5,66 por dólar. No mesmo período, as previsões do mercado financeiro para a taxa de câmbio ao final de 2024 passaram de R$ 5 para R$ 5,30 por dólar.

Muito se debateu sobre as causas da depreciação do real. Dentre as causas externas, ressalta-se a percepção pelo mercado financeiro de que o Fed manteria a taxa dos Fed funds mais elevada por mais tempo para combater uma inflação mais renitente do que a princípio se supunha. No front doméstico, a deterioração das perspectivas fiscais, aliada à percepção de que o presidente da República não daria mão forte à equipe econômica, teria sido importante para impulsionar a taxa de câmbio do real para além das de seus pares. Também seria fator importante a incerteza sobre a transição no comando do BC ao final do ano.

Determinar as causas dos movimentos da taxa de câmbio, bem como prevê-los, é a pedra filosofal dos estudiosos de economia internacional. É trabalho inglório. Quando bem-sucedido, geralmente dura pouco. Não obstante, é grande o esforço de pesquisa devotado ao entendimento dos mistérios do câmbio. Assim, é provável que a discussão sobre as causas da acentuada depreciação recente permaneça por muito tempo.

Em paralelo à discussão sobre as causas da subida recente do dólar, há outra, sobre como se deu, de forma mais mecânica, tal movimento. Sempre que o preço de algum ativo financeiro sobe, isso se dá, claro, porque há mais pressão compradora do que vendedora. O preço do ativo sobe exatamente para igualar a demanda à oferta. Não é diferente do preço do tomate na feira quando, por exemplo, chuvas fortes reduzem a quantidade de tomates disponíveis para a venda.

Portanto, se o dólar subiu tanto do início do ano até agora, seria de se esperar haver mais compradores de dólares do que vendedores. Entretanto, o exame das estatísticas do mercado cambial, publicada pelo BC mostra que o volume total de dólares que entrou no país superou o volume que saiu por US$ 13,18 bilhões, nos sete primeiros meses deste ano. Não teria a lei da oferta e da demanda funcionado?

O aparente paradoxo é explicado pela complexidade dos mercados cambiais no Brasil. Aqui, os mercados de derivativos cambiais (dólar futuro e cupom cambial)[2] são os mais líquidos. E a taxa de câmbio é formada no mercado futuro de câmbio, em vez de no mercado à vista, em contraste com a regra internacional[3].

As estatísticas disponibilizadas pela B3, onde tais derivativos são negociados, nos permitem olhar o comportamento de algumas classes agregadas de agentes. E, para episódios anteriores de grande depreciação cambial, observa-se geralmente aumento significativo da posição comprada em dólar dos investidores não residentes. Comprar esses derivativos cambiais é semelhante a comprar dólares, pois o ganho financeiro é o mesmo. Mas não há troca de moeda estrangeira, física ou virtual. Tudo é cursado em reais.

Foram as compras internas de derivativos cambiais que impulsionaram o dólar em 2024

O gráfico mostra a evolução da taxa de câmbio (R$/US$) neste ano. Mostra também a posição comprada em derivativos financeiros (dólar futuro e cupom cambial) pelos investidores não residentes. Fica claro que ambas as séries se movem em conjunto[4]. E também o aumento da posição dos estrangeiros nos sete primeiros meses do ano, de US$ 20,4 bilhões, superou a entrada líquida de dólares do câmbio à vista, citada anteriormente. Além disso, muitos fundos domésticos também compraram derivativos cambiais no período (US$ 6,3 bilhões). Em princípio, portanto, não parece que o mercado cambial deixou de obedecer à lei da oferta e da demanda.

É também nos mercados de derivativos cambiais que o BC faz a maior parte de suas intervenções cambiais. Como argumentei no artigo do mês passado (O susto recente do câmbio, **Valor**, 17/7/24), isso não é razão para argumentar que o BC deveria ter intervindo para arrefecer a subida do dólar. Um dos elementos fundamentais do tripé macroeconômico é o câmbio flutuante. Justamente no momento em que os investidores nutrem temores de enfraquecimento dos outros dois pilares do tripé, o fiscal e o monetário, uma intervenção do BC no câmbio, sem clara disfuncionalidade dos mercados cambiais, poderia alimentar a crença de que o combate à inflação passaria a ser feito via contenção artificial da taxa de câmbio. O que poderia acirrar a compra de derivativos cambiais. Ou seja, o tiro poderia muito bem sair pela culatra.

1. Série 13961, Movimento de Câmbio Contratado – Saldo, disponível no site do BC. Houve entrada de US$ 56,06 bilhões no câmbio comercial e saída de US$ 42,88 bilhões no câmbio financeiro.

2. Deixarei de lado aqui opções e outros derivativos não lineares, cuja dimensão é menor.

3. Ventura e Garcia, Mercados futuro e à vista de câmbio no Brasil: O rabo abana o cachorro, Revista Brasileira de Economia, v66, 2012.

4. A correlação entre as duas séries é 0,73.

Márcio G. P. Garcia é professor titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, pesquisador sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da Faperj. Escreve mensalmente neste espaço. (https://sites.google.com/view/mgpgarcia).

Posição dos estrangeiros em derivativos

O que move a taxa de câmbio são os derivativos cambiais

Fonte: Elaboração do autor

Conta de luz cresceu no Norte e Nordeste e aumentará mais ainda. Por **Edvaldo Santana**

A transição elétrica e os sofismas

Dia 4 agosto, em matéria de Juliana Causin, o Globo destacou que a inteligência artificial (IA) tem brechas para usos indevidos. O tema já tinha sido tratado pelo Globo de 30 de julho, em reportagem de Rafael Garcia. Com detalhes inquietantes, ficou evidente que a IA não tiraria boas notas nos testes de lógicas. Alguns bem simples.

Apresentei o enunciado do paradoxo de Russel a um desses buscadores mais utilizados. A resposta foi perturbadora. Também perguntei: se $a > b$ e $c = a - b$, então $c < a$ ou $b < c$? A IA desconversou.

O setor elétrico passa pelo "mal da IA". De 0 a 10, tiraria no máximo 1 num teste de lógica. Veja alguns exemplos. No dia 19 de agosto, 86% da matriz elétrica eram formados por fontes renováveis. Desses, 57 pontos percentuais vinham de hidrelétricas. Ocorre que, mesmo competitivas e com elevado potencial, essas usinas já não podem ser construídas.

Ao que consta, a "visão ambiental" ficará opaca para a exploração da Margem Equatorial, mas que não se fale em novas hidrelétricas com reservatório. Nesse quadro, a inteligência humana, como a IA, entra em "looping" para entender o significado de energia limpa.

Dia 13, o ministro de Minas e Energia afirmou que "não será o pai da conta de luz mais cara do mundo". Ameaçou voltar para casa. E sabia do que falava. Dos subsídios, por exemplo. Chamou de monstrengo, e estava certo, o projeto de lei que trata do hidrogênio verde.

Mas, bem olhadas, essas falas se confundem com sofismas, ou o uso de bons argumentos para iludir, como as evasivas da IA. No mesmo dia 13, a autoridade listou uma série de pretensões, uma delas meritória — a ampliação dos benefícios da tarifa social. Mas outras apenas agregariam custos, como a conclusão de Angra 3. Ou seja, o ministro indica ter um diagnóstico preciso da situação, mas apresenta soluções que agravam o problema.

No caso de Angra 3, a premissa é que não devem ser "enterrados" os mais de R$ 20 bilhões já afundados em 1/3 da obra. O governo, porém, topa gastar outro tanto para concluir a usina, o que elevará a conta de luz. E a estratégia é bizarra. A Eletrobras, com quem o governo vive em confronto, é sócia e avalista da usina. Tal empresa será indenizada por deixar de ser sócia da nuclear e "perde" o papel de avalista. Como, na privatização de 2022, Angra 3 foi, muito provavelmente, provisionada como perda, a Eletrobras sairá bastante beneficiada.

É sintomático que o Brasil esteja perdendo espaço no papel de líder da transição energética. Não faz sentido movimento tão relevante para a humanidade ser liderado por quem usa sofismas, que distorcem a alocação de riscos e custos, quase sempre em desfavor dos mais pobres

É que, para o governo, não interessa se a fonte nuclear é ou não necessária na matriz elétrica em curso. O que vale é o controle de mais uma estatal, mesmo que isso prejudique o consumidor.

O sistema elétrico brasileiro é todo interligado. As regiões Nordeste (NE) e Norte (N) são grandes exportadoras de eletricidade. No NE, por exemplo, a capacidade de instalada de geração, grande parte por meio de renováveis, é duas vezes e meia maior que a demanda. É uma região que, nos paradigmas técnicos e econômicos, deveria atrair mais consumo, e não mais oferta.

O regulador, para cumprir esse objetivo, intensificou o incentivo para atrair novas consumos de eletricidade para o NE (e para o N). A tarifa de transmissão aumentaria para as usinas e reduziria para os consumidores. Não deu certo. O lobby, os parlamentares e governadores, em coalizão, resistiram. O Congresso aprovou Decreto Legislativo que barrou a iniciativa do regulador. Resultado: a conta de luz cresceu no NE e no N, e crescerá mais ainda, apesar de a coalizão dizer o contrário.

Não faz muito, o ministro de Minas e Energia reclamou de não poder resolver o grave problema da Amazonas Energia com um mero telefonema à Eletrobras. Mas o ciclo de decadência dessa distribuidora foi agravado quando ainda estava sob controle da Eletrobras. A distribuidora amazonense, como outras, ficou sob as amarras da estratégia de federalização, que apenas acentuou os vícios de gestão. A história conta.

Em abril, com o pressuposto de reduzir a tarifa, o governo editou a Medida Provisória (MP) 1.212, que acrescentaria pelo menos R$ 8 bilhões ao ano de subsídios (desnecessários) às renováveis nos próximos 15 a 20 anos. E, em julho, ampliou as benesses. A MP resultou da pressão de lobbies e de governadores reunidos em consórcio.

Na "lógica" desses governadores, a maior oferta ajudaria no desenvolvimento da região. Não lhes informaram que o excesso de eletricidade nada acrescenta em confiabilidade (vide o apagão de 15 de agosto de 2023) e aumenta mais ainda a conta de luz no NE e no N. A MP, assim, criou restrições ao desenvolvimento. E tal resultado macula o virtuoso objetivo da transição energética.

Nota-se, nesse contexto, que as regiões NE e N, de menor IDH, sofrem bem mais com a interferência política. Uma consequência é a desigualdade elétrica, que decorre de sofismas, isto é, da inquietante lógica das decisões de políticas públicas que iludem, em lugar de levar a sério o caráter inclusivo da transição energética.

A Corte de Contas, em diversas ocasiões, entrou no jogo para imprimir alguma racionalidade. Mas, na busca de culpados, ora vai na direção das distribuidoras, mas logo o foco muda para a agência reguladora, o elo mais fraco. É o quadro ideal para que tudo fique como d'antes.

É sintomático que o Brasil esteja a perder espaço no papel de líder da transição energética. Não faz sentido movimento tão relevante para a humanidade ser liderado por quem usa sofismas, que distorcem a alocação de riscos e custos — quase sempre em desfavor dos mais pobres.

Apresentei à IA outro simples quesito de lógica: "toda energia renovável é rentável. Toda energia renovável tem subsídio. Então os subsídios são rentáveis". Resposta: "Não encontrado nenhum documento correspondente. Precisa de ajuda?". A (não) resposta, por incrível que pareça, está correta. Só a lógica política, alimentada por lobbies, respaldaria esse silogismo.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel...

Frase do dia

"A decisão sobre à Margem Equatorial será técnica. Se disser sim, será técnica. Se for não, a decisão também será técnica".

Da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ontem

Cartas de Leitores

Recuperação judicial

O **Valor** noticiou que batemos um infeliz recorde: o de número de pedidos de recuperação judicial, principalmente de pequenas empresas. Infelizmente, em função de aspectos culturais e jurídicos, a probabilidade (principalmente) das pequenas empresas efetivamente se beneficiarem da tutela estatal contra credores é zero. O aspecto cultural vem do fato de que os empresários e executivos raramente se utilizam da RJ antes de estarem com o caixa "esgarçado".

Não existe a menor probabilidade de sobrevivência de uma companhia (de qualquer tamanho) sem caixa, e muito menos sem caixa e crédito. Mas é exatamente nesta situação que empresários e executivos normalmente se colocam quando fazem pedidos de RJ no Brasil. O aspecto jurídico vem do fato que a nossa lei falimentar não foi idealizada para proteger o pequeno e médio empreendimento em situação de crise. Isso porque a legislação exige que o recuperando monte uma estrutura cara para fiscalizar a administração judicial.

Por essas razões, quando vejo que centenas de empresas médias e pequenas adentraram esses processos, infelizmente, eu sei que estamos assistindo aos últimos movimentos dessas empresas: a despeito de tudo, são empresas zumbis. São "corpos" já mortos, mas que acham que estão vivos.

Oscar Thompson
OscarThompson@hotmail.com

Energia

Em relação ao texto "ONS vê risco de faltar energia em horário de pico por falta de chuvas", na edição de 20/08, passou-nos a impressão de que as autoridades "dormiram no ponto" e somente agora se deram conta de que os reservatórios das hidrelétricas estão com níveis baixos. Explico.

Por dever de ofício, há muitos anos acompanho diariamente os volumes dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) e alertei várias vezes sobre o viés de baixa dos reservatórios desde o mês de maio, notadamente aqueles dos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, responsáveis, por 70,16% e 17,70%, respectivamente, da Energia Armazenada (EAR) do SIN.

Para que se tenha uma ideia precisa da gravidade da situação, basta comparar os volumes atuais (19/08) com aqueles do mesmo período de 2023: SE/CO: -19,81%; Nordeste: -14,50%; Sul: -6,7% e Norte: - 0,43%.

Diante dessa situação, o governo federal deveria, já, tomar as seguintes providências: a) bandeira tarifária vermelha nível 2: b) uma ampla campanha nacional para a racionalização do consumo de energia e: c) o acionamento de mais termelétricas a gás natural e outros combustíveis.

Muitos poderão criticar tal procedimento, pois as termelétricas têm o megawatt mais caro, mas, pior do que energia cara é não tê-la.

Humberto Viana Guimarães
humberto702020@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Entrevista Clara Hallot é a 2ª entrevistada da série que trata dos desafios urbanos e soluções pensadas em ano eleitoral

‘A cidade que funciona para a criança funciona para todos’

DIVULGAÇÃO

Clara Hallot, consultora da Bloomberg Associates: "Uma cidade não é feita de prédios e ruas, mas de pessoas"

Marli Olmos
De São Paulo

Muitas vezes, ao percorrer uma cidade, ficamos com a impressão de que crianças pequenas não vivem naquele local. Na verdade, elas existem, mas não estão visíveis. Não circulam nas ruas, seja porque as calçadas são estreitas e cheias de obstáculos ou pela falta de segurança. Experiências internacionais bem-sucedidas podem, no entanto, servir de inspiração a administradores que buscam ideias inovadoras não apenas para a população infantil como também para muitas outras medidas que podem tornar as cidades mais inclusivas.

Há cerca de sete anos, a brasileira Clara Cezar de Andrade Hallot acompanhou um mutirão de mães de crianças de zero a 5 anos, parte delas empurrando carrinhos de bebê, pelas ruas de La Acacia, em Ciudad Bolívar, um dos bairros mais pobres de Bogotá. Na época, Hallot era gerente de equipes de serviços sociais e de planejamento urbano da Bloomberg Associates, onde ainda trabalha como consultora.

Para muitos, a ideia de mapear propostas de intervenções urbanas num dos bairros do Bronx de Bogotá, que, quando dominado pelo tráfico, era conhecido como “a porta para o inferno”, parecia desafio quase impossível.

Mas foi com ideias simples que uma parceria entre a Bloomberg, a fundação holandesa Van Leer e a colombiana Casa de la Infancia conseguiu criar em La Acacia um conceito chamado de zona prioritária para crianças.

Entre as mudanças, os que precisam empurrar um carrinho de bebê ganharam corredores específicos, que cortam percursos destinados ao trânsito. Além disso, com a ajuda do serviço social local, um antigo prédio do batalhão militar foi convertido em centro recreativo. E uma quadra que no passado servia a usuários de drogas foi cedida a uma creche para a prática de esportes.

O projeto incluiu alterações no trânsito, parques, murais coloridos e espaços para as próprias crianças pintarem. “A dinâmica do bairro mudou”, diz Hallot. “A cidade que funciona para a criança funciona para todos.”

Com a preocupação do impacto que o desenho urbano tem sobre o desenvolvimento infantil, a Van Leer costuma provocar gestores públicos, arquitetos e urbanistas a pensar nas cidades sob a perspectiva de quem tem 95 centímetros, altura média de uma criança de três anos.

A experiência em La Acacia serviu de inspiração para a Fundação Van Leer e a Prefeitura do Recife desenvolverem projetos semelhantes na capital pernambucana.

Entre as ações e intervenções urbanas já executadas, estão as Praças da Infância, desenvolvidas a partir de um guia, segundo Luciana Lima, secretária-executiva da Primeira Infância do Recife.

Já são dez praças com essas características na cidade. Utilizado pelo município desde 2022, o guia estabelece parâmetros de inclusão, segurança, liberdade e visibilidade das crianças e serve para orientar o desenvolvimento de futuros espaços.

Realizadas em coautoria com as comunidades, por meio do gabinete de Inovação Urbana, as ações em bairros do Recife criaram, ainda, rotas mais seguras para crianças de zero a 6 anos.

Projetos que criaram espaços amigáveis para bebês, crianças pequenas e seus cuidadores em Bogotá e no Recife são exemplos apontados por Hallot para explicar que projetos-piloto numa cidade podem servir de inspiração a tantas outras que enfrentam problemas semelhantes em qualquer parte do mundo.

Desde que iniciou o trabalho na Bloomberg Associates, há dez anos, num projeto voltado a prefeitos, Hallot já trabalhou em programas de planejamento urbano com foco na questão social para 20 cidades de dez países.

A experiência internacional lhe ensinou, por exemplo, que “o conceito de espaço público não é o mesmo em todas as cidades”. Mas isso não impede que soluções criadas numa parte do planeta não possam ser replicadas. E ainda: hábitos da população de todo um país podem ser imitados pelos habitantes de outro.

Nos Estados Unidos e na França, por exemplo, diz ela, a população interage mais com as cidades, tem em mente que o espaço público é comunitário.

“O cidadão precisa ter o senso de pertencimento de uma cidade. Mas na América Latina prevalece a ideia de que o espaço público é do Estado. Nas cidades brasileiras isso melhorou bastante. Mas ainda há quem pense: por que vou catar meu lixo se existe o lixeiro?”

Somente por meio da troca de experiências entre prefeitos e outros gestores públicos é possível ajudar a dar luz a soluções muitas vezes limitadas a uma determinada comunidade. Hallot cita a iniciativa de Chicago, que, depois da pandemia, abriu licitações dirigidas a pequenas e médias empresas. “Foi uma forma de energizar o comércio local, de impulsionar o empreendedor da cidade”, diz.

Essa não foi a única lição deixada pela pandemia. O trabalho remoto, que ganhou impulso com a necessidade de isolamento social, ainda pode servir ao cidadão. Segundo Hallot, em Londres, há dois anos, começou uma força-tarefa que reuniu empresas com o sistema nacional de saúde (NHS), e os de transporte coletivo rodoviário e ferroviário (TCL e Thamslink) para devolver ao mercado de trabalho pessoas que precisam ficar em casa.

As reuniões envolvem a revisão de horários, cargos e funções dos funcionários. “Estão todos na mesma mesa discutindo como dar mais flexibilidade a quem precisa, por exemplo, cuidar de um familiar”, afirma Hallot.

Formada em direito pela PUC-SP, Hallot mudou os rumos da carreira ao começar a trabalhar na Bloomberg Associates logo depois de concluir mestrado em administração pública pela Columbia University. Morou em Nova York por sete anos, até que, em 2019, ao casar-se com um carioca, decidiu se mudar para o Rio, onde cria as três filhas.

Seu trabalho voltado ao planejamento de cidades inclui projetos de educação infantil, equidade nas contratações públicas, prevenção da violência juvenil, pessoas em situação de rua e violência doméstica.

Por se tratar de um problema que se alastra em todo o mundo, a questão das pessoas em situação de rua é um dos temas que mais pode intensificar o intercâmbio de ideias entre cidades.

EDSON HOLANDA/PCR

Inspirada em Bogotá, Recife criou um guia para desenvolver praças da infância

Para Hallot, o debate exige envolvimento de diversos atores, de instituições religiosas à academia. “As soluções têm de ser integradas porque se a pessoa não faz nada de errado não pode ser removida da rua”, diz.

Segundo ela, algumas cidades avançaram na discussão em torno do morador de rua porque envolvem várias frentes. Londres e Manchester, por exemplo, lançaram um documento assinado por empresas, instituições de caridade, grupos religiosos e comunitários. O texto apela para que cada signatário desempenhe seu papel, desde reportar ao ver pessoas necessitadas até buscar soluções.

A opção pela rua nem sempre é consequência de não ter onde morar, embora, diz a consultora, ter acesso à moradia ajude muito. “Às vezes é preciso primeiro atrair aquele morador de rua para um abrigo que permite o uso de drogas e só depois encaminhá-lo a um que proíbe. É um trabalho de formiguinha, custoso, mas tem que ser feito”, afirma.

A prevenção precisa andar junto. “Se uma família está prestes a perder a casa onde mora tem de saber quem procurar”, diz. Ela lembra que serviços públicos assim são anunciados em cartazes fixados no metrô de Nova York, por exemplo. “Às vezes, uma cidade oferece muitos serviços que as pessoas desconhecem. É preciso fazer marketing.”

Durante a pandemia, Alexandria, cidade da Virginia, nos EUA, deu início a um movimento para evitar despejos. A força-tarefa se mantém e envolve desde tribunais e autoridades policiais até serviços de apoio jurídicos ou de nutrição.

A abordagem dos sem-teto leva a conversa com Hallot para outro tema que frequentemente reaparece em época de eleições municipais: a dificuldade de atrair o morador da periferia para viver no centro da cidade e mais próximo do trabalho.

Para Hallot, algumas cidades que investiram em habitação popular nas periferias se deparam com o problema que levou pesquisadores a Milão. Eles queriam entender por que ali havia uma marcante segregação escolar.

Como os imigrantes se concentraram nos bairros periféricos, nas salas de aula dessas regiões a quantidade de alunos estrangeiros chegou a ser de 100%.

“Isso cria uma barreira econômica e cultural”, destaca Hallot. Segundo ela, o trabalho desenvolvido em Milão buscou não só atrair os imigrantes para o centro como também elevar a qualidade de vida nas periferias para atrair os italianos para os bairros mais distantes.

Existem, diz a consultora, várias formas de oferecer moradia no entorno do local de trabalho. O aluguel subsidiado é uma delas. Conceder benefícios a comerciantes é outra. “Caso contrário, vira o chamado efeito Tostines: Eu não moro ali porque não há atrativos ou não há atrativos porque não há moradores”, diz.

Para Hallot, toda cidade precisa oferecer um transporte de qualidade. Mas, ao mesmo tempo, é preciso “pensar em bairros autossuficientes”. São projetos de longo prazo. Requerem, destaca, o envolvimento de múltiplas administrações e diversas esferas do poder público.

“Quando se faz um projeto de moradia subsidiada é preciso avaliar conexões daquele bairro com a rodoviária, por exemplo, com outros serviços, ou se há parques para crianças. Uma cidade não é feita de prédios e ruas, mas de pessoas”, afirma.

Para Hallot, ao contrário do que muitos pensam, as cidades brasileiras também têm muito a oferecer. “Quantas vezes as pessoas de fora nos dizem que gostariam de morar no Brasil só pelo clima?”, diz. E aí vale buscar pontos em comum.

Ao acertar, recentemente, um plano de trabalho em Adis Abeba, a consultora da Bloomberg Associates se entusiasmou ao sentir o alívio de representantes da sociedade da capital da Etiópia, que disseram: “Ótimo; estamos cansados de saber como se vive em Copenhague”.

Hallot valoriza a figura do prefeito em uma cidade. “Mas ele precisa ser criativo. Se o prefeito não é responsável pela Polícia Militar, ele pode igualmente colaborar com a segurança cuidando da iluminação pública, por exemplo”, diz.

“Muitos dizem que o prefeito não tem poder. Mas ele tem uma relação direta com a cidade. E tem que deixar sua marca, trabalhar com a sociedade civil para que seus projetos se perpetuem. A grandeza de um projeto público aparece quando ele se perpetua”.

Valor Investe
Ações do varejo esboçam reação na bolsa após desempenho fraco no ano
C6

Energia
Cemig estima R$ 13 bi de economia com desinvestimentos, diz Reynaldo Pazzanese, presidente B2

Petróleo
Ibama deve definir até o fim do ano licença para explorar Foz do Amazonas B3

ESG
Número de inventários de emissões sobe 24%, constata o FGVces B4

Agronegócio
Produção da agroindústria reagiu em junho e teve alta de 3,9% B9

Logística Regulação pouco desenvolvida, riscos climáticos e necessidade de subsídio são incertezas

Primeira leva de concessões de hidrovias do país atrai interessados, mas levanta dúvidas

Taís Hirata
De São Paulo

O governo prepara sua primeira leva de concessões de hidrovias. O projeto mais avançado é o do rio Madeira, que poderá ter edital lançado neste ano. Também estão em curso estudos do rio Paraguai e da Lagoa Mirim (RS), além de três iniciativas preliminares no Tapajós, no Tocantins e na foz do Amazonas. A estimativa inicial é de ao menos R$ 4 bilhões de investimentos.

Por um lado, analistas do setor de infraestrutura apontam incertezas sobre o novo formato, como o arcabouço regulatório pouco desenvolvido e os riscos climáticos. Por outro, tanto governo quanto setor privado avaliam que há grupos interessados nos leilões e que as concessões são necessárias para viabilizar o desenvolvimento das hidrovias no país.

"O Brasil demorou a acordar para a importância da infraestrutura aquaviária. Hoje, não temos hidrovias, temos vias navegáveis. A via navegável é como a estrada de chão: se chover, você não passa. No rio navegável, o navio passa quando está cheio, mas na seca há restrições que afetam a eficiência operacional. É preciso criar hidrovias de fato", diz Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

O objetivo das concessões, diz ele, é garantir às hidrovias dragagem constante ao longo do ano e instrumentos de sinalização e medição para dar segurança ao fluxo logístico — algo que praticamente não existe, o que prejudica o uso do modal. O crescente risco climático é um fator adicional. "Os eventos estão cada vez mais críticos e recorrentes, precisamos estar preparados. A concessão vai mitigar."

A iniciativa mais avançada é a concessão do rio Madeira, que é estruturada pela Infra S.A. Será uma concessão de 12 anos, com investimento de R$ 109 milhões e despesas operacionais de R$ 480 milhões ao longo do contrato.

"Os recursos vão ser destinados a sinalização, manutenção do calado, gestão do tráfego, com todo o levantamento de dados, batimetria. Em alguns pontos, haverá derrocamento com retirada de rochas. E haverá obrigação do concessionário de manter terminais para passageiros", explica Cristiano Della Giustina, diretor da estatal que faz os estudos.

O projeto tem a vantagem de ter demanda de carga consolidada e verba garantida para subsidiar o contrato, que será uma Parceria Público-Privada. O aporte público virá de recursos previstos na lei da privatização da Eletrobras — o texto garantiu de forma expressa dinheiro para a melhoria da navegação do rio Madeira. "Na próxima reunião do CGPAL [Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal, responsável por gerir os recursos previstos na lei], já devemos carimbar para a concessão do Madeira", diz Dino Antunes, secretário nacional de hidrovias.

Porém, há também resistências, dado que as empresas que usam o rio para transportar carga passarão a pagar tarifa. "É natural, qualquer concessão de um setor novo gera receio inicial dos usuários", afirma Antunes. Ele diz que, antes da consulta pública, o governo deverá fazer conversas com a sociedade para mostrar os benefícios da hidrovia e explicar à população que passageiros e pequenos navios não pagarão.

Segundo o secretário, a ideia é publicar o edital neste ano, mas o prazo é flexível. "O importante é que o processo seja robusto, que tenha alinhamento com a sociedade e os atores políticos."

A Infra S.A. também trabalha nas concessões do rio Paraguai e da Lagoa Mirim. A primeira deverá ter estudos finalizados em outubro, segundo Giustina. A segunda passa por atualização devido às chuvas no Estado, que afetaram os rios.

Em julho, o governo contratou o BNDES para iniciar a modelagem de outros dois leilões, da hidrovia do rio Tocantins, de Belém até Peixes (TO), e a do Tapajós, no Pará. Outra concessão planejada é da hidrovia Barra Norte, na foz do Amazonas.

No mercado, a previsão é que operadores logísticos, como a Hidrovias do Brasil, empresas de dragagem e donos de carga, principalmente de grãos e de minério, sejam os maiores interessados nos leilões. A empresa de dragagem DTA Engenharia diz que analisa os projetos do Madeira, da Lagoa Mirim e do Paraguai, segundo o presidente, João Acácio Oliveira Neto. "Temos muito interesse, vamos participar." A Hidrovias do Brasil não se manifestou.

Segundo Nery, investidores de diferentes perfis já demonstraram interesse pelo projeto do Madeira. "Fundos de investimento e empresas de construção buscaram me conhecer. Os produtores rurais podem se unir a grupos para explorar. Certamente vai atrair."

Analistas do setor também avaliam que há interessados, mas apontam preocupações. A primeira é o arcabouço regulatório. "O setor de hidrovias precisa passar pelo que setores como o aéreo já passaram. A regulação técnica é feita pela Marinha, que não tem olhar econômico. Precisa melhorar a governança", afirma Natália Marcassa, presidente da Moveinfra, que reúne empresas de infraestrutura.

Ela também cobra mais clareza sobre a governança da outorga de uso da água, regulada pela ANA (Agência Nacional de Águas). "Em uma seca, quem será privilegiado? Isso afeta a receita. Hoje, a geração de energia é privilegiada. Se tiver concessão, precisa organizar", diz.

"É algo desafiador para se construir, como qualquer estrutura pioneira. É necessário desenhar um contorno regulatório e contratual que pare em pé. Como abarcar os riscos climáticos também não é algo óbvio", afirma Marcos Pinto, sócio-diretor da A&M (Alvarez & Marsal) Infra.

Nery diz que a modelagem dos contratos deverá contemplar essas questões e que a Antaq tem conversado com Marinha e ANA. "A dificuldade da Marinha é a falta de levantamento hidrográfico constante. Com o novo nível de informação que a concessão vai trazer, isso vai ser mitigado. Com ANA, temos avaliado a possibilidade de uma certidão de outorga de uso para garantir uma vazão mínima para o concessionário."

Para Luiz Soggia, diretor da A&M Infra, a equação econômico-financeira é outra questão. "No mundo todo, o setor hidroviário é subsidiado, porque precisa de investimento alto e o que se consegue cobrar é pouco, para manter a competitividade. Sem subsídio, os projetos devem ser mais voltados à manutenção do que a melhorias."

Casemiro Tércio Carvalho, sócio da 4 Infra, afirma que a concessão é essencial para garantir o avanço do modal. "Não faz sentido dar dinheiro público com dragagem, balizamento, manutenção de eclusa e não cobrar. Entrega-se um nível de serviço para quem quer navegar, e nada mais natural do que cobrar. É possível fazer tarifa social para população e tem saídas para subsidiar projetos. A conta fecha", diz ele.

"O Brasil demorou a acordar para a importância das hidrovias"
Eduardo Nery

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Natália Marcassa, presidente da Moveinfra: Setor de hidrovias precisa de arcabouço regulatório com olhar econômico

Rios navegáveis

Principais complexos hidroviários do Brasil

● Solimões-Amazonas ● Hidrovias do Sul ● Paraguai ● Paraná-Tietê ● Tocantins

Histórico do fluxo de cargas por regiões hidrográficas, em toneladas

	2011	2015	2020	2022
Amazônia	51.021.649	51.918.152	72.415.511	70.624.398
Paraguai	5.480.890	4.477.087	2.190.494	4.601.862
Atlântico Sul	4.336.610	4.974.383	6.314.320	5.214.224
Tocantins	23.183.496	23.653.738	40.069.852	46.003.340
Paraná	5.804.070	5.893.047	3.974.146	2.364.918

Fonte: Antaq

R$ 4 bi
é a estimativa inicial de investimentos

Destaques

Cimed desiste da Jequiti

Numa transação que parecia quase certa, dado o patamar avançado das tratativas, a Cimed acabou saindo da mesa de negociação pela Jequiti, apurou o Pipeline, site de negócios do **Valor**. Hoje, não há mais conversa em curso entre as partes, garantiram duas fontes com conhecimento do assunto. A paralisação não tem relação com a morte do empresário Silvio Santos no último sábado, cujo grupo é dono da Jequiti. Não se trata de potencial atraso em relação a sucessão ou espólio para a venda da empresa de cosméticos. Com a papelada adiantada, João Adibe Marques e seus executivos que participavam do M&A partiram para o tudo ou nada num ajuste final de "valuation" — e o grupo Silvio Santos não topou renegociar. A Jequiti pedia R$ 450 milhões para a venda total. O grupo Silvio Santos deve manter o mandato de venda na rua. Com operações consideradas deficitárias nos últimos anos, os últimos dados financeiros públicos da companhia são de 2022. À época, teve faturamento de R$ 360,5 milhões e prejuízo de R$ 94,2 milhões, segundo levantamento do Valor Data com base em informações publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Prejuízo da Coty

A perfumaria e fabricante de cosméticos Coty teve prejuízo de US$ 100,2 milhões entre abril e junho deste ano, revertendo o lucro de US$ 29,6 milhões registrado no mesmo intervalo do ano passado. Já no acumulado do ano, o lucro caiu 85%, para US$ 76,2 milhões. De acordo com a Coty, o prejuízo no quarto trimestre fiscal de 2024 reflete um efeito negativo de US$ 88 milhões da marcação a mercado de um "swap" (troca) de ações, o desinvestimento dos direitos da marca Lacoste e uma base de comparação difícil, após o "maior ajuste de valor justo para os investimentos da Coty na Wella realizados no ano anterior". A receita avançou 1%, para US$ 1,36 bilhão, enquanto o faturamento anual cresceu 10%, para US$ 6,12 bilhões. A Coty espera crescimento entre 6% e 8% no ano fiscal de 2025. A companhia destaca que o mercado global de beleza cresceu cerca de 9% nos últimos 12 meses e todas as regiões geográficas cresceram. Na região das Américas, onde estão as operações brasileiras, a receita aumentou 10%. O segmento de massa avançou 6%, com destaque para o portfólio de cuidados com corpo e pele, cosméticos e fragrâncias no Brasil.

Déficit do setor químico

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria química foi de 63% nos primeiros seis meses deste ano, três pontos percentuais abaixo da média registrada no mesmo período do ano passado e um dos resultados mais baixos da história. O destaque negativo ficou por conta do grupo "intermediários para fertilizantes", cujo nível de utilização recuou de 67% para 58% nos seis primeiros meses de 2024, sobretudo pela suspensão das operações nas fábricas de fertilizantes nitrogenados (fafens) da Unigel. De acordo com os dados do último Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC) relativos ao primeiro semestre de 2024, feito pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a produção de químicos de uso industrial caiu 1,14% e o volume de exportações recuou 27,5%, em relação ao mesmo período de 2023. Já os demais indicadores de volume apresentaram crescimento no acumulado entre janeiro e junho deste ano. As vendas internas subiram 4,39% e o consumo aparente (CAN) cresceu 0,4%. Segundo a associação, neste mesmo período, elas apresentaram alta de 4,5%, respondendo por 45% da demanda local.

INÊS 249

Medicina Setor investe em convênio com cobertura local. A Porto já tem produtos focados por bairro

Sami cria plano de saúde restrito à Zona Leste de SP

Beth Koike
De São Paulo

Na esteira da Porto, a operadora de planos de saúde Sami criou um convênio médico com cobertura restrita à Zona Leste de São Paulo, região mais populosa da capital paulista, com 4 milhões de habitantes. Esse tipo de produto é uma tendência que está se desenhando no setor, diante dos custos da saúde que sobem três vezes acima da inflação.

Em geral, as maiores despesas médicas vêm de internações e outros procedimentos hospitalares. Com isso, as operadoras estão lançando planos com cobertura hospitalar restrita a fim de evitar que os pacientes usem esse estabelecimento de saúde para atendimentos simples.

Fundada em 2020, a Sami é uma das quatro startups de planos de saúde que existem no país e criadas em plena pandemia. As outras são Leve, Alice e Qsaúde (essas duas últimas se juntaram, no ano passado). A Sami oferta planos de saúde para PME e tem 20 mil usuários. A empresa, fundada pelo médico Vitor Asseituno, tem como investidores os fundos Monashees, Redpoint, Valor Capital, Canary, entre outros.

> "Maior parte dos casos não precisa de atendimento hospitalar"
> *Vitor Asseituno*

Segundo Asseituno, a expectativa é desenvolver planos de saúde regionalizados paras as zonas Norte, Sul e Oeste da cidade de São Paulo, onde a operadora concentra suas atividades. "O preço do novo plano é de R$ 168, ou seja, 16% menor do que o nosso plano básico", disse o presidente da Sami.

Do total de clientes da operadora, 20% estão na Zona Leste. Para esse novo plano de saúde, a Sami credenciou o Hospital Santa Virgínia, com cerca de 100 leitos. Questionado se um único hospital tem condições para atender toda a demanda da região, Asseituno explicou que o número de procedimentos que necessita efetivamente de atendimento hospitalar é pequeno, e que maior parte dos casos é solucionada em consultórios ou via telemedicina.

A rede credenciada de médicos especialistas também fica concentrada na região. A Sami trabalha num modelo com médico de família — aos moldes do ocorre no SUS e países europeus —, em que o usuário necessariamente é atendido por esse profissional antes de ser encaminhado a um especialista, se houver necessidade. As exceções são oftalmologista e dermatologista, que demandam equipamentos específicos, e ginecologia, considerado um médico geral. Já os exames laboratórios podem ser realizados em unidades fora da Zona Leste.

A primeira empresa do setor a lançar um plano de saúde tão regionalizado foi a Porto. No mês passado, a seguradora criou um plano com cobertura por região. Foram escolhidos dez bairros da capital paulista, sendo que cada um deles tem um hospital e um laboratório credenciados. Já as consultas podem ser realizadas em qualquer localidade.

A Unimed Nacional também havia desenhado um plano de saúde específico para a Zona Leste de São Paulo, mas esse projeto está paralisado no momento.

Outras operadoras estão desenvolvendo planos de saúde com abrangência local, rede credenciada menor, além de maior co-participação (em que o paciente paga parte do procedimento) e menos reembolso. "A maioria das pessoas não necessita de um plano com cobertura nacional, que custa muito mais caro. A co-participação também ajuda a controlar a utilização do convênio", disse.

R$ 168
é o valor do novo convênio médico

A Sami acredita que seu novo produto vai contribuir para a operadora atingir a meta de ampliar sua base de usuários em 50% em 12 meses. A receita anualizada da operadora é de R$ 110 milhões, com taxa de sinistralidade variando de 70% a 80%.

Para reduzir esse indicador, a operadora vem lançando mais produtos com co-participação e promoveu ajustes de preços.

Cemig economiza R$ 13 bilhões com desinvestimentos e põe foco em MG

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

Os processos de desinvestimento promovidos pela estatal mineira Cemig, a fim de enxugar sua estrutura, focar no Estado de Minas Gerais e avançar na eficiência operacional, geraram economia de R$ 13 bilhões, afirmou o presidente da companhia, Reynaldo Pazzanese, em entrevista ao **Valor**.

Segundo ele, entre 2009 a 2018, a empresa esteve desequilibrada nos parâmetros regulatórios de eficiência operacional e perdas, que juntas somaram R$ 15 bilhões em despesas, e fez investimentos que causaram prejuízos de R$ 14 bilhões.

Nos últimos anos, a Cemig saiu de negócios considerados não estratégicos, envolvendo empresas em graves dificuldades financeiras, como Light e Renova, ambas em recuperação judicial. A empresa também alienou sua participação na hidrelétrica de Santo Antônio para Furnas, da Eletrobras, vendeu sua fatia na Aliança para a Vale por R$ 2,7 bilhões, e saiu da Axxiom e do Ativas Data Center.

R$ 39 bi
foi o investimento da Cemig fora de MG

"A Cemig não é um private equity [investidor que compra participações em empresas], mas se comportou no passado como empresa de participações minoritárias e investiu, fora de Minas, R$ 39 bilhões entre 2009 a 2018. A destruição de valor foi de R$ 14 bilhões (...) Estamos saindo destes ativos e isso nos trouxe R$ 13 bilhões de economia", disse Pazzanese.

Segundo o executivo, essa economia é resultado do valor de venda mais o que a empresa deixou de aportar em aumentos de capital. Esse recurso tem ajudado a financiar o atual plano de investimentos da Cemig, que tem como foco principal a ampliação da rede de distribuição.

Por outro lado, não foi apenas de maus negócios que a Cemig viveu. A transmissora Taesa é considerada uma empresa financeiramente equilibrada, lucrativa e boa pagadora de dividendos. Da mesma maneira, a Gasmig, empresa de distribuição de gás natural canalizado controlada pela Cemig, é considerada um bom negócio, já que a ajuda a diversificar sua atuação além da eletricidade, gera receita estável e previsível, tem sinergias operacionais, como infraestrutura compartilhada e integração de serviços, e tem perspectivas de crescimento.

"A gente quer ficar em ativos em que temos o controle, já que ter participações minoritárias não é o foco da Cemig. E nosso mantra, agora, é focar em Minas Gerais".

Parte da estratégia se assemelha a de outros grandes "players", como Copel e Eletrobras, que passaram por reestruturação e reduziram o número de SPEs, anunciaram desinvestimentos e enxugaram o quadro de funcionários. A Cemig, contudo, prioriza o crescimento da base de ativos com investimentos novos, como geração distribuída e comercialização de energia no ambiente de livre contratação.

Na análise de Rafael Rodrigues, sócio-diretor da A&M Infra, existe uma racionalidade na estratégia da Cemig, dado que ela privilegia o reforço direto do caixa e a simplificação da estrutura societária, em um momento em que planeja concentrar investimentos expressivos na distribuição para composição da base para o próximo ciclo tarifário, negócio que tem gerado bons retornos ao investidor.

O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana pondera que o braço de distribuição da empresa deve, sim, se manter no Estado. Contudo, avalia que a Cemig não conseguirá ser uma empresa relevante nos segmentos de geração e transmissão se investir apenas no Estado, já que estes são negócios nacionais.

"Sair de alguns ativos de geração fora do Estado pode não ser uma boa alternativa, especialmente hoje em que os ativos de geração estão valendo pouco. Já investir em transmissão foi um bom negócio e sair disso significa se limitar ao setor de distribuição", afirma Santana.

O cofundador e gestor da Trígono Capital, Werner Roger, avalia que a empresa acerta em focar em Minas Gerais em distribuição. Mas, se quiser ser relevante em geração e transmissão, terá que olhar além das suas fronteiras, diz.

"Faz sentido investir onde há potencial de geração. Não adianta tentar desenvolver onde os recursos são escassos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, não tem insolação suficiente. Já no Nordeste, a insolação é abundante, mas a demanda é baixa, exigindo a construção de linhas de transmissão que atravessem Estados para levar a energia aos grandes centros consumidores", explica.

> "A Cemig não é um private equity, mas se comportou assim no passado"
> *Reynaldo Pazzanese*

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Curtas

Reajuste da Celesc

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um reajuste médio de 3,02% nas tarifas de distribuição de energia praticadas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Ao calcular o reajuste, a Aneel considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais. O grande responsável pela alta nas tarifas da Celesc foi a retirada dos componentes financeiros do processo ordinário de reajuste anterior. A companhia viu queda nos encargos setoriais, custos de transmissão e componentes financeiros. Na composição da receita líquida para o período, a Parcela A, dos custos não gerenciáveis, participa com 79,20%. A Parcela B, custos gerenciáveis, representa 20,8%, definida no valor de R$ 2,51 bilhões.

Atrasos da Springs

A Springs Global disse nesta terça-feira (20) que está concluindo as demonstrações financeiras pendentes de entrega ao mercado. Na última semana, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu a negociação das ações da Coteminas e da Springs Global por inadimplência na entrega de documentos. "Com isso, espera que muito em breve a negociação das suas ações estará normalizada", informou em comunicado.

Perspectivas sobre decisões e dilemas

Liderança

Carlo Pereira

Recentemente, ao participar de um evento de networking com líderes empresariais, me vi refletindo sobre a complexidade do papel que esses indivíduos desempenham. Frequentar esses ambientes tem sido uma prática cada vez mais comum para mim, e essa experiência me proporciona uma visão privilegiada sobre as dinâmicas que ocorrem nos bastidores das grandes decisões corporativas.

Os líderes empresariais, muitas vezes vistos como figuras distantes ou até insensíveis aos temas sociais, são, na verdade, indivíduos que carregam uma carga emocional significativa. A experiência acumulada ao longo de anos de trabalho os torna "casca grossa", mas isso não significa que sejam alheios às preocupações da sociedade. Pelo contrário, muitos deles estão profundamente envolvidos em questões de responsabilidade social, embora nem sempre isso seja visível para o público em geral.

É fácil esquecer que, além de gerenciar um volume de trabalho imenso, esses líderes enfrentam pressões emocionais e expectativas que poucos conseguem imaginar. Eles não são super-humanos, como algumas equipes tendem a pensar, mas sim pessoas que precisam equilibrar decisões difíceis com a responsabilidade de guiar suas organizações em direção a um futuro mais consciente.

Essa dualidade entre a percepção externa e a realidade interna é um desafio constante. No contexto dos dilemas sociais, é vital que os profissionais se engajem com esses líderes de maneira empática e respeitosa. Em vez de impor mudanças com base em um imperativo moral, devemos buscar entender suas perspectivas e as pressões que enfrentam. A persuasão eficaz nasce do diálogo e da construção de pontes, não da imposição de valores.

Questões como a crise climática, a diversidade e o respeito aos direitos das pessoas são reconhecidas pela maioria da liderança como desafios importantes. No entanto, não é colocando uma faca no pescoço que eles serão persuadidos a agir. É necessário um esforço conjunto e compreensivo para encontrar soluções que sejam viáveis e eficazes.

Os líderes empresariais estão cientes de que a crise climática exige uma resposta urgente e coordenada, mas também precisam equilibrar essas ações com as realidades econômicas e operacionais de suas empresas. Da mesma forma, a diversidade e a inclusão são vistas como fatores críticos para o sucesso organizacional, mas implementar mudanças significativas requer tempo, recursos e um compromisso genuíno de toda a organização.

Durante um desses eventos, fui solicitado a comentar sobre a ideia de que o investimento em sustentabilidade sempre se paga, nem que seja no futuro. Respondi que não. Precisamos abandonar a postura arrogante de que tudo em responsabilidade social tem retorno garantido. As decisões devem ser tomadas com a mesma seriedade de qualquer outra, considerando o retorno para a empresa. Isso não significa focar apenas no resultado financeiro imediato, mas também não devemos nos iludir com a promessa de que, eventualmente, tudo trará benefícios. Devemos ser claros e realistas em nossas expectativas e abordagens.

A liderança empresarial está aberta a novas ideias e práticas, desde que apresentadas de uma forma que respeite suas realidades e desafios. Ela reconhece a importância de se adaptar às mudanças sociais, mas precisa de soluções que sejam viáveis dentro do contexto de suas operações. É hora de desmistificar a imagem do líder empresarial como alguém insensível ou alheio às mudanças sociais. Muitos desses profissionais estão na linha de frente, buscando maneiras de integrar práticas responsáveis em suas estratégias de negócios. O caminho para um futuro mais consciente e responsável passa pelo reconhecimento de que a liderança empresarial é uma aliada, não uma adversária.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU – Rede Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

Petróleo Ibama avalia que a decisão sobre a licença do órgão para que a Petrobras perfure um poço na Foz do Rio Amazonas, no Amapá, pode sair até o fim deste ano

Decisão sobre exploração na Margem Equatorial será técnica, diz Marina Silva

Fábio Couto e Paula Martini
Do Rio

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estima que, até o fim do ano, pode ter uma decisão sobre o licenciamento para a perfuração de um poço de petróleo, pela Petrobras, na Bacia da Foz do Rio Amazonas, no Amapá. O poço está localizado no bloco FZA-M-59, a 160 quilômetros do município de Oiapoque, na Margem Equatorial, uma das novas fronteiras petrolíferas do país.

Ao mesmo tempo, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou que a decisão sobre a exploração da Margem Equatorial será técnica e livre de interferências políticas.

Segundo a diretora de licenciamento do Ibama, Claudia Barros, o órgão está analisando informações adicionais enviadas pela estatal para complementar um plano de fauna que havia sido apresentado pela estatal no ano passado, para verificar se elas atendem às exigências do órgão, antes de passar pelas instâncias que tomarão a decisão sobre a licença.

O plano de fauna foi um dos principais motivos para a negativa do Ibama em conceder a licença ambiental, em maio de 2023. Procurada, a Petrobras não comentou sobre o tema.

Barros, que participou na terça-feira (20) do 1º Seminário de Licenciamento Ambiental de Linhas de Transmissão, realizado pela FGV Energia, ressaltou que a análise do recurso apresentado pela petroleira, após a negativa do Ibama, foi impactada pela greve dos servidores da autarquia, que terminou neste mês.

Na avaliação dela, em entrevista a jornalistas, se a greve não tivesse ocorrido, "provavelmente" a decisão teria saído. "Sem dúvida. De fato, há uma retenção de projetos, o impacto é grande."

Após as análises, o processo passará pelas instâncias decisórias do órgão até chegar ao presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. "Ainda neste ano sai um posicionamento", disse Barros.

Marina, que estava no Rio de Janeiro para participar do encontro preparatório para a Cúpula Social do G20, também ontem, comentou as declarações da diretora de licenciamento do Ibama.

"A decisão sobre a Margem Equatorial será uma decisão técnica. Se disser sim, será técnica. Se for não, a decisão também será técnica. Porque, num governo republicano, não há interferência que se tentou fazer no governo anterior na decisão do Ibama, da Anvisa e de outros órgãos técnicos", disse Marina.

O início das atividades na região, considerada ecologicamente sensível por ambientalistas, é alvo de controvérsias e opõe as áreas ambiental e energética do próprio governo federal.

> "Licenciamento é fruto do setor e não acredito em atalhos"
> *Claudia Barros*

BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO
Marina: MMA não toma decisão estratégica sobre exploração de petróleo

Questionada se o início da exploração na Margem Equatorial poderia prejudicar a imagem de liderança ambiental que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer assumir à frente do G20, grupo de maiores economias do mundo, e na COP 30, que será realizada ano que vem, em Belém (PA), a ministra contemporizou.

"O debate que está posto para as economias globais é de transição para o fim do uso de combustível fóssil. Essa foi uma decisão tomada na COP 28 e quem fez o melhor discurso sobre isso foi presidente Lula", argumentou.

Marina destacou que o Brasil tem vantagens competitivas em energia solar, eólica, de biomassa e hidrogênio verde. Mas, na avaliação dela, a decisão sobre as estratégias da transição energética brasileira cabe ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado por representantes de diversos ministérios como o de Minas e Energia e o do Meio Ambiente.

"O MMA não toma decisão estratégica sobre exploração ou não exploração de petróleo. O debate que tem sido feito é que as empresas de petróleo devem ir se transformando em empresas de energia. E no caso do Brasil, não é diferente."

Cláudia Barros, do Ibama, destacou que, caso a Petrobras precise perfurar novos poços no bloco, terá que abrir novos processos de licenciamento. O licenciamento em curso trata apenas da perfuração de um poço.

No evento, a diretora de licenciamento classificou o período de greve e de negociações com o governo como "difícil" e disse enxergar o licenciamento de projetos de transmissão como fruto de amadurecimento do órgão e do segmento, por meio de diálogo e "construção", apesar de ainda existir necessidade de aprimoramentos.

"Licenciamento ambiental é fruto do setor, a gente responde e reage ao que o setor produz. Não acredito em atalhos, em coisa rápida", afirmou Barros.

TRF revoga ordem de prisão de Gutierrez

Caso Americanas

Joana Cunha
Folhapress

O TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) concedeu habeas corpus, nesta terça-feira (20), para revogar o mandado de prisão emitido contra Miguel Gutierrez, ex-CEO da Americanas, na esteira do escândalo contábil na varejista.

Gutierrez, que também tem cidadania espanhola e atualmente mora na Espanha, foi alvo do mandado de prisão no dia 27 de junho, no âmbito da Operação Disclosure da Polícia Federal, que também cumpriu mandados de busca e apreensão contra outros ex-executivos da companhia.

Outra ex-diretora da Americanas, Anna Saicali, também havia sido alvo de um mandado de prisão, depois revogado pela Justiça.

O ex-CEO chegou a entrar na difusão vermelha da Interpol e ser preso em Madri por um dia em junho, mas foi solto e entregou o passaporte às autoridades espanholas. Com o habeas corpus, que foi concedido por unanimidade, será enviado um ofício à representação regional da Interpol no Rio de Janeiro para a retirada do nome de Gutierrez da difusão vermelha.

Ao pedir a prisão preventiva do ex-CEO, em junho, a Polícia Federal afirmou que o executivo se desfez de bens, entre eles imóveis e veículos, e enviou valores a "offshores" sediadas em paraísos fiscais. Procurada pela reportagem, a defesa de Gutierrez não quis se manifestar.

Locadoras Parceria entre Gerdau e Randoncorp terá aporte de sócios e emissão de debênture

Addiante fecha financiamento de R$ 1 bi para negócio com Ambipar

Cristian Favaro
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

Locadoras compraram 12% dos veículos pesados produzidos no Brasil no ano passado, o que forçaria janela de crescimento do segmento, diz Leite, da Addiante

A Addiante, joint venture entre Gerdau e Randoncorp no segmento de locação de pesados, vai investir mais de R$ 1 bilhão nos próximos dois anos apenas com o acordo firmado com Ambipar, incluindo a compra dos caminhões da empresa, que vão ser alugados de volta, assim como a renovação da frota alugada ao grupo.

A sinalização foi dada por Fábio Leite, CEO da Addiante, ao **Valor**. Para fazer frente ao investimento, a Addiante recebeu R$ 300 milhões de aporte dos acionistas, além de ter estruturado uma debênture de R$ 750 milhões, disse o executivo.

O negócio vai levar a Addiante a um novo patamar, segundo Leite, ao mais do que dobrar os ativos da empresa, de 1,4 mil para mais de 3 mil. A estimativa é que o acordo seja fechado nos próximos meses, após as aprovações regulatórias necessárias.

Na semana passada, a Ambipar anunciou a venda de veículos pesados e máquinas no Brasil para companhias de locação. A negociação trouxe ao caixa da empresa R$ 717 milhões.

Para além dos caminhões transferidos para a Addiante, o negócio envolveu cerca de 500 máquinas e equipamentos de linha amarela para o grupo CHG-Meridian (John Deere).

Com o acordo, a Addiante comprou 1,6 mil caminhões da empresa, que serão alugados de volta à Ambipar. O contrato prevê ainda a renovação da frota de forma gradual em até 24 meses.

"Para isso (compra do ativo e renovação), conseguimos R$ 300 milhões de aporte (dos acionistas Randoncorp e Gerdau) e buscamos no mercado R$ 750 milhões em uma debênture", disse. O executivo explicou que a empresa já fechou a captação com grupo de investidores e que apenas é aguardada a validação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que mais detalhes sejam liberados. "Temos de esperar a aprovação. Após o Cade, a gente já tem investimento de terceiros em uma debênture simples", afirmou o executivo, esclarecendo que não se trata de dívida conversível ou a entrada de um novo sócio.

Hoje, a Addiante tem uma frota de 1,4 mil ativos, ao passo que até o fim do ano a empresa espera atingir os 2 mil para além do negócio com a Ambipar. Da frota, 60% é de carretas e implementos rodoviários, 35% de caminhões e 5%, de máquinas.

"Com o negócio da Ambipar, a frota de caminhões vai para a casa de 55% de participação. Ou seja, vai ser uma das maiores fortalezas da empresa", disse o presidente da Addiante.

A consulta ao Cade, segundo o executivo, foi mais uma formalidade do grupo para evitar qualquer imprevisto diante do fato de a Addiante ser uma parceria de duas grandes empresas do Brasil, assim como a Ambipar também ser listada na bolsa.

> "Para investir, buscamos no mercado R$ 750 milhões"
> *Fábio Leite*

Apesar de ser uma operação de grande volume, o executivo explicou que, pelo critério de consolidação, ela não precisaria ser chancelada pelo Cade, uma vez que o setor de pesados hoje é bastante pulverizado — apenas 2,5% dos caminhões em operação no Brasil atualmente são terceirizados, ao passo que em carretas esse percentual é de 5%, segundo estudos da empresa.

A previsão do grupo é ter um veredicto do Cade em cerca de 45 dias, com a entrada dos ativos no portfólio ainda neste ano.

O segmento de locação tem crescido no Brasil. As elevadas taxas de juros acabam levando empresas a buscar uma melhor alocação de capital, desinvestindo em ativos para converter o dinheiro em investimento no negócio principal. O cenário tem beneficiado negócios como locação de frotas de carros leves e também de pesados e máquinas. Paralelo, a locação tem sido influenciada pelo fenômeno da economia compartilhada, em que um dos principais protagonistas é a Uber.

No lado de pesados, o executivo contou que antes a indústria era praticamente dominada por dois "players", a Vamos (do grupo Simpar, líder de mercado com cerca de 40 mil caminhões e 10 mil máquinas) e a Unidas (antes Ouro Verde, da Brookfield, com cerca de 12 mil veículos pesados). O mercado cresceu e, hoje, bancos e até montadoras investem no setor.

Dados da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema) apontam que a representatividade da locação no setor de máquinas é de 20% — muito acima do registrado no segmento de veículos pesados.

"Todo mundo entende que o setor no Brasil hoje tem poder de crescimento grande", disse, destacando a baixa penetração do serviço de locação em pesados e caminhões contra o mercado mais aquecido em máquinas.

> **R$ 300**
> **milhões virão dos dois controladores**

"O Brasil produziu 100 mil caminhões no ano passado. Desse total, 12% foi escoado pelas locadoras", disse o executivo, sinalizando que a tendência é que esse percentual bata 14% neste ano. "Ou seja, a representatividade da locação vai crescer mais. Em 2018, esse número (de venda às locadoras) era de 2%", disse, apontando dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Número de inventários de emissões sobe 24% neste ano

PRÁTICA
ESG

Sustentabilidade

Naiara Bertão
De São Paulo

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) observou um crescimento considerável no número de organizações que relatam suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). A instituição é responsável pela coordenação, no Brasil, do Programa Brasileiro GHG Protocol, e, junto com o Inmetro, adaptou as regras internacionais à realidade brasileira, seguindo também os padrões ISO.

Pelo relatório, no ciclo 2024, 539 organizações aderiram ao programa GHG Protocol, o que representa um aumento de 24% em relação ao ano anterior e um crescimento de 77% nos últimos três anos, conforme obteve com exclusividade o Prática ESG. O estudo completo com os dados deste ano será divulgado pelo FGVces nesta quarta-feira (21). Em 2024, o programa, que já tem 15 anos, atingiu novo recorde, com 986 inventários de emissões publicados no Registro Público de Emissões (RPE), principal referência para a divulgação voluntária de dados do tipo.

"O inventário é uma ferramenta de gestão. Não dá para fazer gestão daquilo que não mensura. É importante para a organização saber onde está e atuar para mitigar as emissões e o impacto que ela produz", diz Guilherme Lefèvre, pesquisador e gestor do Programa pelo FGVces. Para o pesquisador, o crescente número de empresas que relatam suas emissões de gases de efeito estufa é sinal de maior comprometimento com transparência e responsabilidade frente às mudanças climáticas. Mas ele faz ressalvas. "O evento anual é um momento de celebração, mas também para reflexão sobre o tamanho do desafio. Precisamos encorajar as empresas a não pararem no diagnóstico", diz.

Ele cita que, globalmente, é preciso reduzir em 43% as emissões de GEE até 2030 para frear o aquecimento do planeta no nível adequado, segundo o Acordo de Paris. "Não estamos apontando nesta direção, estamos muito aquém. Por isso, é preciso aumentar a ambição", reforça Lefèvre. Políticas públicas, pressão da sociedade civil e de investidores são incentivadores naturais, segundo ele. A partir de 2026, por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passará a exigir (Resolução 193) um inventário de carbono das empresas de capital aberto, o que deve gerar uma pressão adicional.

A pressão de investidores e de clientes também é importante motivador. Isso fica claro quando observado o setor que mais se destaca no relatório deste ano: indústria de transformação. Em 2024, 152 organizações do segmento fizeram inventário de carbono seguindo o GHG Protocol. Para Lefèvre, a indústria de transformação é uma das que está há mais tempo monitorando as emissões, principalmente porque é intensiva em poluição. "É o setor que mais sente pressão dos 'stakeholders' para fazer diagnóstico e redução de emissões."

O setor agropecuário também apresentou aumento significativo, com alta de 38% no número de membros em comparação com o ano passado, de 21 para 29 empresas, refletindo um crescente compromisso com a sustentabilidade dentro dessa área. "É um setor com emissões muito pulverizadas no campo. O crescimento que vemos vem pela pressão das grandes indústrias de alimentos das quais são fornecedores e de mercados exportadores. É uma cascata que deve chegar cada vez mais ao produtor rural", diz Lefèvre. Para o pesquisador, apesar de ser um número ainda modesto, principalmente se considerar que o setor é responsável por pelo menos um terço das emissões de GEE do Brasil, é um sinal positivo.

Lefèvre cita que varejo, setor financeiro e serviços são áreas que são menos pressionadas, pois não são diretamente grandes poluidores. Mas isso não quer dizer que não tenham que "se mexer". Pelo contrário: em geral, são setores que possuem uma concentração grande de emissões indiretas, do chamado escopo 3, vindas de fornecedores, uso do produto por clientes, serviços oferecidos, transporte de funcionários, pós-uso de produtos, entre outros. Existem 15 categorias dentro do escopo 3 da metodologia, incluindo emissões financiadas, comum no setor financeiro. "Nos surpreendeu que 52% das empresas possuem metas de escopo 3, enquanto 93% têm de escopo 1 e 88%, de escopo 2", comenta.

Lefèvre destaca a importância de dar transparência aos dados e colocação de metas, não apenas de longo prazo, mas intermediárias. Segundo o levantamento, mais da metade das organizações-membro do Programa já estabeleceu compromissos nesse sentido. Entre as indústrias de transformação, por exemplo, esse percentual chega a 78%. A sondagem realizada pela organização revelou ainda que mais de 100 organizações possuem metas "net-zero", buscando neutralizar suas emissões de GEE, com planos de mitigação e compensação. Cerca de 38% delas almeja alcançar esse objetivo até 2050, enquanto 26% pretendem atingi-lo até 2030.

O uso de créditos de carbono, como forma de compensação pelo que a empresa não conseguiu reduzir, é uma estratégia variada entre as empresas, com 33% fazendo uso considerável desse mecanismo e 25% optando por não utilizá-lo.

"O importante é que ocorra a transição para uma economia de baixo carbono pelos setores que possuem maior parcela de responsabilidade", afirma o gestor do Programa pelo FGVces. "Apesar do crédito de carbono possuir importante papel, não pode ser a principal ferramenta de gestão. A chave é buscar reduzir, de fato", completa.

O Programa destaca as emissões de Escopo 1, que representam uma parcela significativa das emissões nacionais em certas categorias, como os processos industriais. Essas emissões correspondem a cerca de 90% do total nacional para essa categoria. Emissões de Escopo 2, relacionadas ao consumo de energia, representaram 25% do consumo nacional de eletricidade. Já o Escopo 3, abrangendo todas as outras emissões indiretas, alcançou a marca simbólica de 1 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Draceaço Comércio de Ferro e Aço Ltda. Epp -** CNPJ: 08.869.179/0001-20 - Endereço: Rua Ipiranga, 2590, Centro - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Sky Polímeros Comercial Ltda. -** CNPJ: 41.513.389/0001-56 - Endereço: Rua Hilário Negrini, 232, Bairro Vila Natal - Requerente: Premium Recebíveis I Multissetorial Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara de Francisco Morato/SP

Falências Decretadas

Empresa: **A T Trindade Vestuários ME -** CNPJ: 22.035.248/0001-20 - Endereço: Rua Monsenhor Henrique Volta, 270, Sala 01, Centro - Administrador Judicial: Urbano Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Celso Richard Urbano - Vara/Comarca: Vara Única de São Miguel Arcanjo/SP

Empresa: **Emparsanco Engenharia S/A -** CNPJ: 21.617.548/0001-55 - Endereço: Av. Tiradentes, 3207, Bairro Vila do Tanque - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara de São Bernardo do Campo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Emparsanco S/A -** CNPJ: 56.473.317/0001-08 - Endereço: Av. Tiradentes, 3207, Bairro Vila do Tanque, São Bernardo do Campo/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara de São Bernardo do Campo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Emparsanco S/a, Filial 08 -** CNPJ: 56.473.317/0009-57 - Endereço: Av. Torquato Tapajós, S/nº, Lotes 01 e 02, Bairro Colonia Terra Nova Ou Av. Djalma Batista, 1661, Salas 305, 306 e 307, Bairro Chapada, Manaus/am - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara de São Bernardo do Campo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Emparsanco S/a, Filial 10 -** CNPJ: 56.473.317/0011-71 - Endereço: Rua Amarela, 401, Bairro Jardim Itaparica, Itapevi/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara de São Bernardo do Campo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Sds Service Ltda. Ou Sds Tecnologia Ltda. -** CNPJ: 20.033.076/0001-20 - Endereço: Av. General Francisco Glicério, 567, Apto. 13, Bairro José Menino, Santos/sp - Administrador Judicial: Action Administração Judicial, Representada Pela Dra. Mariana Jurado Garcia Gomes de Almeida - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Clean Air Comércio e Transporte de Gases e Gelo Ltda. -** CNPJ: 36.474.857/0001-90 - Endereço: Rua Santa Vitória, 270 C, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, Guarulhos/sp - Requerente: Inoxil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Requerido: **Zupo Auditoria e Contabilidade Eireli ME -** CNPJ: 55.075.923/0001-02 - Endereço: Av. Montemagno 2761, Bairro Vila Formosa - Requerente: Tera Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Carla Aparecida Abe Ventura Itapetininga -** CNPJ: 52.593.844/0001-97 - Endereço: Rua Izaltino Serafim Dos Santos, 1036, Bairro Vila Serafim Ou Fazenda Santa Luzia, S/nº, Bairro Chapada Grande, Itapetininga/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Celso Antonio Dos Santos Ventura Itapetininga -** CNPJ: 52.593.505/0001-00 - Endereço: Rua Izaltino Serafim Dos Santos, 1036, Bairro Vila Serafim Ou Sítio Santa Terezinha, S/nº, Bairro Chapadinha, Itapetininga/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Maria Cecília Dos Santos Ventura Itapetininga -** CNPJ: 09.160.923/0001-85 - Endereço: Sítio Santa Terezinha, S/nº, Bairro Bairro Chapadinha, Itapetininga/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Primar Navegações e Turismo Ltda. -** CNPJ: 03.854.439/0001-70 - Endereço: Rua Dr. José Freire Villas Boas, 468, Bairro Vila Rodrigues, Botucatu/sp - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Primar Plaza Hotel Ltda. -** CNPJ: 69.349.710/0001-28 - Endereço: Rua Dr. José Freire Villas Boas, 468, Bairro Vila Rodrigues, Botucatu/sp - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Primar Serviços e Mão de Obra Ltda. -** CNPJ: 01.085.692/0001-80 - Endereço: Rua Dr. José Freire Villas Boas, 468, Bairro Vila Rodrigues, Botucatu/sp - Administrador Judicial: Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos Ltda., Representada Pela Economista Eliza Fazan - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Rosival Ventura Proença, Empresário Rural -** CNPJ: 08.516.455/0001-76 - Endereço: Chácara do Chá, S/nº, Bairro Vila Serafim, Itapetininga/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Ventura Cereais Ltda. -** CNPJ: 22.037.540/0001-82 - Endereço: Rua Dr. Francisco de Assis Iglesias, 721, Bairro Jardim Monte Santo, Itapetininga/sp - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

americanas sa

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 00.776.574/0006-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Mensagem da administração

Em 2023, a Americanas enfrentou o momento mais difícil de sua trajetória: a descoberta da fraude de resultados e o início do processo de recuperação judicial. Para evoluirmos na readequação da estrutura de capital da Companhia e, em paralelo, mantermos o foco do time no negócio, dividimos as ações de reestruturação em três blocos: investigações, recuperação judicial e operações. Na frente de investigações, foram apresentadas ao Conselho de Administração as conclusões dos trabalhos conduzidos pelo Comitê Independente, o que confirmou a existência de fraude contábil e ratificou os mecanismos utilizados e envolvidos, apontados anteriormente nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal. A conclusão das investigações também permitiu que os auditores independentes da Companhia emitissem opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao desempenho operacional em 2023 e relatório de revisão sobre as informações trimestrais de março e junho de 2024. Em paralelo, aprovamos o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e cumprimos com todas as etapas previstas até este momento, incluindo a homologação do aumento de capital de cerca de R$ 24,5 bilhões, que contou com o aporte em dinheiro de R$ 12,3 bilhões de nossos acionistas de referência. Realizamos o pagamento da maior parte dos créditos restantes, incluindo fornecedores, e fizemos a reestruturação de nossa dívida. Após este reperfilamento, passamos a ter uma das menores dívidas entre as empresas do varejo brasileiro de grande porte. Na frente de operações, o canal físico, nossa fortaleza, já retomou crescimento em 2024 concomitante à melhora da margem bruta. A fase crítica foi superada, com a adoção de ajustes de curto e médio prazos, mas ainda há muito trabalho a fazer, como a adequação de diferentes sortimentos às demandas dos clientes. Além disso, seguimos também com o redimensionamento dos esforços do digital e com a otimização da Hortifruti Natural da Terra. No primeiro semestre de 2024, o cenário desafiador para o varejo demandou uma operação ainda mais fortalecida. E o resultado se refletiu em uma Páscoa bem executada, com lojas abastecidas e organizadas, precificação correta, milhões de produtos à disposição dos clientes e uma meta de vendas superada. Nove meses após a apresentação do planejamento estratégico, podemos dizer que estamos no caminho certo, mas ainda devemos ganhar mais velocidade na execução. A partir do mapa de ações estratégicas e da imersão na operação, identificamos ajustes fundamentais para o ganho de eficiência operacional que projetamos. Esse diagnóstico, somado ao contexto econômico desafiador, demandou a recente contratação de três novos executivos vai nessa direção, com foco no desenvolvimento do capital humano e no aprimoramento do modelo de gestão; na organização da oferta de serviços para clientes e parceiros e do programa de fidelidade; e na otimização da operação e aceleração dos resultados da Hortifruti Natural da Terra. Outro exemplo é a estrutura das áreas comercial e de abastecimento, que passou a ser dividida em quatro unidades de negócio *end-to-end*, com times multidisciplinares que agrupam categorias e olham o processo de compra de ponta a ponta para maior agilidade e foco. Também aprimoramos a estratégia de precificação e a revisamos a modulação de lojas, concluída em junho e aplicada a partir de julho, por meio de variáveis inteligentes como demografia e renda. Além do foco em eficiência, temos testado conceitos e processos para melhoria da performance e do atendimento em praças em que temos mais presença, como a aproximação de categorias que conversam entre si, no espaço de vendas, e a flexibilidade no formato para a exposição de produtos. Expandimos o uso de painéis digitais na jornada do cliente, o que destrava ganhos da frente de *retail media*, ampliamos o calendário comercial e a participação de nossos fornecedores no negócio. No *e-commerce*, buscamos o fortalecimento da relação com grandes parceiros no marketplace para complementar a jornada de consumo. Todo esse trabalho amplia a nossa caminhada em direção ao objetivo de ser uma Americanas mais leve, com foco na geração de caixa operacional e a aceleração do crescimento, o segundo e terceiro grandes blocos da nossa estratégia de recuperação. A trajetória é desafiadora e a Americanas, mais uma vez, demonstra sua resiliência, reflexo da confiança dos nossos milhões de clientes e da crença de um time empenhado na transformação em curso para recolocar a Companhia como uma liderança do setor. Seguiremos comprometidos com a reconstrução da Americanas, amada pelos brasileiros há exatos 95 anos, e com o propósito de atender e resolver de forma simples e descomplicada a vida dos consumidores.

Resumo Financeiro

Os últimos 18 meses foram marcados por grandes desafios: a revelação de inconsistências contábeis, que posteriormente foram identificadas como uma complexa fraude de resultados, a Recuperação Judicial e a necessidade de reconstrução da Americanas. Esses eventos impactaram o resultado do período, com queda relevante na receita e consolidação de prejuízos recorrentes. Na primeira metade do ano de 2023, o foco foi na manutenção da operação de lojas e do site, bem como no atendimento aos clientes da melhor forma possível. Na segunda metade do ano, já se conseguiu fazer um diagnóstico e a implementação de algumas mudanças emergenciais, o que possibilitou a desaceleração da queda na receita consolidada, principalmente no varejo físico. A implementação da nova estratégia para reconstrução da Companhia passou por alguns pilares como: (i) seleção mais precisa de sortimento, focada em aumentar a participação de departamentos de maior margem no mix total da Companhia; (ii) revisão completa do processo de compras, incluindo o fortalecimento das relações com os fornecedores e a melhoria no abastecimento das lojas; (iii) maior inteligência no processo de precificação; (iv) reformulação das modulações das lojas por tamanho, região e renda; e (v) uma avaliação contínua de performance do parque de lojas. Nas tabelas abaixo, apresentamos os resumos financeiros de 2023 com os respectivos comparativos anuais.

Resumo Financeiro (R$MM)	Consolidado 2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
GMV	**22.794**	**42.117**	**-45,9%**
GMV Físico	*14.068*	*14.399*	*-2,3%*
GMV Digital	*6.026*	*24.753*	*-75,7%*
GMV Outros	*2.699*	*2.964*	*-8,9%*
Receita Líquida	**14.942**	**25.821**	**-42,1%**
Lucro Bruto	**4.356**	**5.036**	**-13,5%**
Margem Bruta %	*29,2%*	*19,5%*	*9,6 p.p*
SG&A[1]	(5.942)	(7.491)	-20,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	(1.218)	(4.045)	-69,9%
EBITDA	**(2.804)**	**(6.500)**	**-56,9%**
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
IR/CSLL	4.762	129	3.591,5%
Prejuízo do exercício	**(2.272)**	**(13.220)**	**-82,8%**
Despesas da RJ e investigação	545	–	–
Custos adicionais c/ fornecedores[2]/conciliação fiscal	–	3.235	-100,0%
Impairment / baixa de ativo	102	–	–
Revisão de estimativa de Contingências	(254)	–	–
EBITDA Ajustado	**(2.411)**	**(3.265)**	**-26,2%**
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-8,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	**(3.489)**	**(4.448)**	**-21,6%**

1 Sem efeito de depreciação e amortização; 2 Ajuste pro-farma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22.

GMV - Em 2023, o GMV Total da Americanas foi de R$ 22,8 bilhões, registrando uma queda de 45,9% em relação a 2022, devido, principalmente à redução de 75,7% nas vendas da plataforma digital. Esse desempenho negativo no digital é atribuído à estratégia da Companhia de diminuir o volume de vendas do 1P (vendas próprias) e migrar categorias relevantes para o 3P (marketplace), com o objetivo de melhorar a rentabilidade da operação. A plataforma física demonstrou sua força, alcançando R$ 14,1 bilhões em 2023, e respondeu por mais de 60% do GMV Total da Companhia, com uma leve retração de 2,3% em comparação com 2022. A performance do varejo físico melhorou sequencialmente a partir do 2T23, quando a Americanas reestabeleceu o relacionamento com boa parte dos fornecedores, estabilizando o abastecimento, e iniciou mudanças na gestão de categorias, possibilitando uma oferta mais adequada de sortimento nas lojas. **Vendas Mesmas Lojas (SSS) -** Em 2023, as vendas brutas no conceito "mesmas lojas" cresceram 1,0%, resultado de uma melhora sequencial de desempenho ao longo do ano, principalmente durante o segundo semestre. O último trimestre concentra três importantes eventos para o varejo em geral e para a Americanas: Dia das Crianças, Black Friday e Natal. Por conta da Recuperação Judicial, chegamos nesse período com o fornecimento ainda não normalizado de itens de grande relevância. Mesmo com esse desafio, alcançamos um crescimento no conceito "mesmas lojas" de 2,1% no último trimestre de 2023. Outro fator que também contribuiu para a melhora do indicador de vendas "mesmas lojas" foi a otimização do parque de lojas. Abaixo, apresentamos o número de lojas em 2023.

Quadro de lojas				
Formatos	**2022**		**2023**	
	# lojas	**Área de vendas (mil m²)**	**# lojas**	**Área de vendas (mil m²)**
Convencional	1.023	988	991	923
Express	780	284	687	258
Local*	–	–	53	6
Total	**1.803**	**1.273**	**1.731**	**1.188**

(*) As lojas do formato Local foram reincorporadas à gestão da Americanas em dezembro de 2023, após o desfazimento da VEM.

No ano de 2023, encerramos as operações de 125 unidades que estavam sob a gestão da Americanas e que não atendiam aos critérios de rentabilidade da Companhia, o que resultou em uma redução de 91,4 mil metros quadrados de área de vendas. Os encerramentos tiveram uma maior concentração no Sudeste, onde o grupo possui maior presença. Com o desfazimento da VEM, as lojas Local retornaram à gestão da Americanas em dezembro de 2023.

Receita Líquida

Receita Líquida por segmento (R$ MM)			
Segmentos	**2023**	**2022 Reapresentado**	**Var. (%) 23 x 22**
Varejo (físico + digital)	13.365	25.318	-47,2%
HNT	1.849	2.012	-8,1%
AME	283	1.296	-78,2%
Uni.co	239	259	-7,7%
Eliminações / Aj.Consolidação	(794)	(3.064)	-74,1%
Total	**14.942**	**25.821**	**-42,1%**

Em 2023, a receita líquida consolidada atingiu R$ 14,9 bilhões, queda de 42,1% em relação a 2022. O desempenho consolidado de 2023 se deve, principalmente, à queda de 47,2% vs. 2022 no segmento do varejo (Americanas físico + digital), com redução do digital de aproximadamente 80%. O físico, mais resiliente, caiu cerca de 17%, impactado por problemas de abastecimento ocorridos logo após o pedido de recuperação judicial. **Lucro Bruto -** Em 2023, o lucro bruto caiu 13,5% vs. 2022, alcançando R$ 4,4 bilhões. Já a margem bruta representou 29,2% da receita líquida, um avanço de 9,6 p.p.. Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas já descritas, entre as quais: ajustes no mix de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de pricing mais adequada e início do projeto de modulação de lojas, apresentando resultados robustos na Páscoa. No varejo digital, a contribuição veio da redução de tamanho do 1P e foco no 3P, além da maior racionalidade de precificação. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A") -** As despesas com SG&A, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R$ 5,9 bilhões em 2023, uma redução de 20,8% em relação ao ano anterior, consequência principalmente do fechamento de 125 lojas no ano e redução de despesas de marketing no digital. O percentual do SG&A sobre receita líquida foi de 39,8% em 2023 vs. 29,1% em 2022, devido à velocidade de redução de despesas ser mais lenta do que a de queda de receita apresentada no período, principalmente no digital. A primeira metade do ano de 2023, período de diagnóstico e início da nova estratégia de redução das estruturas, apresentou um SG&A de 42,0% da receita líquida. Como resultado dos esforços realizados no 6M23, o SG&A do segundo semestre do ano já apontou uma melhora, atingindo 36,2% da receita líquida. **Outras Receitas/Despesas Operacionais -** Em 2023, a linha de outras receitas/despesas operacionais totalizou um saldo negativo de R$ 1,2 bilhão. A principal despesa contabilizada está relacionada aos custos dos processos de Recuperação Judicial e Investigações de R$ 545 milhões. Além disso, no período foi registrada uma reversão de R$ 661 milhões de *impairment* e uma baixa de ativos de direito de uso de *software* no valor de R$ 763 milhões. Esta baixa ocorreu em razão da aceleração de amortização de custos com desenvolvimento de sistemas, em decorrência da mudança de estratégia da Companhia no que tange ao desenvolvimento de softwares que resultou na descontinuidade de sistemas que estavam em elaboração e operação. Dessa forma, o resultado operacional da Companhia foi impactado negativamente pelo efeito líquido de R$ 102 milhões. Ainda, em 2023 a Companhia revisou as estimativas das provisões de contingências considerando situações anteriores a janeiro de 2023 que, se perdidas, serão liquidadas com base nos critérios estabelecidos no PRJ e não mais pelos seus valores originais. Como resultado, os processos de natureza cível e imobiliária tiveram uma redução de cerca 80% no saldo provisionado e reconhecemos R$254 milhões de outras receitas operacionais. **Reconciliação - EBITDA** - O EBITDA Ajustado apresentado abaixo exclui despesas relativas à recuperação judicial e investigação, *impairment*, baixas de ativos e revisão de estimativas de contingências por conta do desconto (haircut) previsto no PRJ. O detalhamento de cada ajuste ao EBITDA abaixo está detalhado em outras/receitas despesas operacionais. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) exclui, do EBITDA Ajustado, os efeitos do IFRS 16 referentes a aluguéis. O EBITDA ajustado ex-IFRS 16 em 2023, apesar de ainda negativo de R$3,5 bilhões, melhorou em quase R$1 bilhão comparado com 2022.

Conciliação EBITDA (R$MM)	Consolidado 2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	-82,8%
Impostos	4.762	129	3.591,5%
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
EBITDA	**(2.804)**	**(6.500)**	**-56,9%**
Despesas da RJ e investigação	545	–	–
Custos adicionais c/ fornecedores[1]/conciliação fiscal	–	3.235	-100,0%
Impairment/ baixa de ativo	102	–	–
Revisão de estimativas de Contingências	(254)	–	–
EBITDA Ajustado	**(2.411)**	**(3.265)**	**-26,2%**
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-8,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	**(3.489)**	**(4.448)**	**-21,6%**

1 Ajuste pro-forma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22

Resultado Financeiro - Em 2023, o resultado financeiro consolidado registrou um saldo negativo de R$ 2,9 bilhões, o que representa uma melhora de R$ 2,4 bilhões em comparação ao ano anterior. Esta evolução deve-se, principalmente, à redução dos encargos financeiros relacionados a risco sacado, que deixaram de ser contabilizados devido ao término das contratações dessa operação financeira. É importante destacar que, apesar da Recuperação Judicial, a Companhia registrou em 2023 elevados níveis de despesas financeiras provenientes das dívidas existentes pré Recuperação Judicial. Essa contabilização ocorre até o momento da novação das dívidas da Americanas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Abertura Resumo Financeiro Consolidado - R$MM	Consolidado 2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	1.263	587	676
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	22	60	(38)
Outras receitas financeiras	99	147	(48)
Total receita financeira	**1.384**	**794**	**590**
Juros e variação monetária dos financiamentos	(3.361)	(2.808)	(553)
Encargos financeiros risco sacado	–	(2.004)	2.004
Outras despesas financeiras	(245)	(520)	275
Despesa financeira s/ arrendamento	**(3.606)**	**(5.332)**	**1.726**
Encargo de arrendamento	(634)	(703)	69
Resultado financeiro	**(2.856)**	**(5.241)**	**2.385**

Prejuízo do exercício - O prejuízo em 2023 foi de R$ 2,3 bilhões, o que representa uma redução de 82,8% em relação a 2022. O resultado de 2023 foi negativamente marcado pelo impacto operacional da crise e redução de receitas, incluindo os custos adicionais da Investigação e Recuperação Judicial e parcialmente compensados por impactos tributários. A homologação do PRJ e sua execução abre caminho a perspectiva da Companhia gerar lucro tributável em 2024 o que possibilitou o reconhecimento de impostos diferidos no valor de R$ 4,8 bilhões no 4T23.

Balanço Patrimonial - Principais Indicadores

Endividamento

Endividamento Consolidado - R$MM	Consolidado 2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.910	0,0%
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	15.889	17.386	-8,6%
Debêntures de Curto Prazo	7.634	5.363	42,3%
Cash Flow Hedge Account	–	(1.328)	–
Endividamento de Curto Prazo	**39.431**	**37.331**	**5,6%**
Endividamento Bruto (1)	**39.431**	**37.331**	**5,6%**
Disponibilidades	4.003	6.075	-34,1%
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.972	3.563	-44,7%
Disponibilidades Totais (2)	**5.975**	**9.638**	**-38,0%**
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	**(33.456)**	**(27.693)**	**20,8%**

Em 2023, em virtude da Recuperação Judicial, houve apenas a captação do financiamento extraconcursal na modalidade *"debtor-in-possession"* (Financiamento DIP) pelos acionistas de referência. A primeira tranche, no valor de R$ 1 bilhão, foi obtida no primeiro trimestre, seguida por uma tranche adicional de aproximadamente R$ 500 milhões no quarto trimestre. **Patrimônio Líquido -** No fim de 2023, a Companhia apresentou um patrimônio líquido negativo de R$ 28,8 bilhões, uma deterioração de R$ 2,1 bilhões em relação ao fim de 2022, principalmente devido ao resultado do ano.

Relacionamento com os Auditores Independentes:

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, a Companhia informa que os auditores independentes BDO RCS, prestaram serviços de auditoria externa do exercício de 2023 (e reapresentação das informações comparativas de 2022). A política da Companhia na contratação de serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes garante que não haja conflito de interesses e que os serviços contratados não comprometam a independência dos seus auditores. Assim, a companhia busca que seus auditores prestem serviço de forma objetiva e emitam uma opinião imparcial acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Aviso:

1 - As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideras isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2 - As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.valor.globo.com/valor-ri
b) https://ri.americanas.io
c) https://sistemas.cvm.gov.br/

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E EM 1º DE JANEIRO DE 2022

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.681	2.413	2.379	1.758	2.479	2.628
Títulos e valores mobiliários	8	1.608	2.082	3.254	2.245	3.596	4.224
Contas a receber de clientes	9	2.371	5.010	6.502	2.380	5.413	7.005
Contas a receber - Partes relacionadas	13	277	39	28	–	–	–
Estoques	10	1.969	3.611	4.931	2.028	3.700	5.304
Impostos a recuperar	11	900	1.330	973	1.149	1.476	1.112
Imposto de renda e contribuição social	12	435	185	–	467	204	–
Despesas antecipadas		71	41	32	78	64	86
Outros ativos circulantes		568	5	287	622	46	409
Total do ativo circulante		**9.880**	**14.716**	**18.386**	**10.727**	**16.978**	**20.768**
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	8	–	178	90	–	44	73
Impostos a recuperar	11	3.048	3.387	4.063	3.048	3.389	4.078
Imposto de renda e contribuição social	12	208	405	–	208	405	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	4.809	–	–	4.821	–	–
Depósitos judiciais	24	623	525	318	630	550	348
Contas a receber - Partes relacionadas	13	–	16	2	–	14	–
Outros ativos não circulantes		6	17	25	7	18	35
Investimentos	14	2.371	1.943	3.896	29	612	8
Imobilizado	15	2.314	2.921	2.225	2.381	2.976	2.671
Ativo de direito de uso	17	4.037	5.301	4.890	4.085	5.359	5.840
Intangível	16	890	1.214	–	1.179	1.527	3.403
Total do ativo não circulante		**18.306**	**15.907**	**15.509**	**16.388**	**14.894**	**16.456**
TOTAL DO ATIVO		**28.186**	**30.623**	**33.895**	**27.115**	**31.872**	**37.224**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	18	5.756	6.538	11.068	5.866	6.748	10.970
Risco sacado	19	15.908	15.910	14.171	15.908	15.910	14.171
Empréstimos e financiamentos	20	8.816	9.366	4.821	15.889	17.386	11.571
Debêntures	21	15.005	11.658	7.869	7.634	5.363	2.149
Contas a pagar - Partes relacionadas	13	1.153	1.514	168	–	16	12
Salários, provisões e contribuições sociais		246	223	183	307	296	306
Contas a pagar - Combinação de negócios	22	137	10	–	147	17	42
Tributos a recolher	23	1.328	1.147	579	1.355	1.180	638
Imposto de renda e contribuição social	12	–	–	–	16	6	8
Dividendos e participações propostos		–	–	508	–	–	508
Provisão para processos judiciais e contingências	24	57	191	64	57	194	125
Adiantamento recebido de clientes		34	92	132	303	1.042	720
Passivo de arrendamento	17	445	491	382	452	507	635
Outros passivos circulantes		1.219	1.360	366	1.341	1.516	389
Total do passivo circulante		**50.104**	**48.500**	**40.311**	**49.275**	**50.181**	**42.244**
NÃO CIRCULANTE							
Contas a pagar combinações de negócios	22	–	135	15	–	285	351
Tributos a recolher	23	3	–	–	3	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	–	52	–	–
Provisão para processos judiciais e contingências	24	1.519	1.591	461	1.614	1.780	767
Passivo de arrendamento	17	4.470	5.577	5.063	4.514	5.621	5.851
Provisão para perdas em investimentos	14	435	834	38	–	–	–
Plano de assistência médica	33	120	110	112	120	110	112
Outros passivos não circulantes		385	546	226	387	565	230
Total do passivo não circulante		**6.932**	**8.793**	**5.915**	**6.690**	**8.361**	**7.311**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	25	15.430	15.430	14.883	15.430	15.430	14.883
Ações em tesouraria		–	–	(228)	–	–	(228)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1	–	1	1	–
Reservas de capital		115	147	262	115	147	262
Reservas de lucros		–	–	1.213	–	–	1.213
Outros resultados abrangentes		(1.260)	(1.384)	(347)	(1.260)	(1.384)	(347)
Prejuízos acumulados		(43.136)	(40.864)	(28.114)	(43.136)	(40.864)	(28.114)
Total do patrimônio líquido		**(28.850)**	**(26.670)**	**(12.331)**	**(28.850)**	**(26.670)**	**(12.331)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**28.186**	**30.623**	**33.895**	**27.115**	**31.872**	**37.224**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Receita operacional líquida	27	**14.160**	**23.665**	**14.942**	**25.821**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	28	(10.154)	(19.249)	(10.586)	(20.785)
Lucro bruto		**4.006**	**4.416**	**4.356**	**5.036**
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	29	(3.849)	(5.209)	(4.134)	(4.918)
Gerais e administrativas	29	(2.807)	(2.801)	(3.180)	(4.188)
Resultado de equivalência patrimonial	14	714	(627)	(2)	7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(1.197)	(3.636)	(1.218)	(4.045)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(3.133)**	**(7.857)**	**(4.178)**	**(8.108)**
Receitas financeiras	30	504	574	1.384	794
Despesas financeiras	30	(4.458)	(5.823)	(4.240)	(6.035)
Resultado financeiro		**(3.954)**	**(5.249)**	**(2.856)**	**(5.241)**
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social		**(7.087)**	**(13.106)**	**(7.034)**	**(13.349)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	–	(59)	(32)	(101)
Diferidos	12	4.815	(55)	4.794	230
Prejuízo do exercício		**(2.272)**	**(13.220)**	**(2.272)**	**(13.220)**
Prejuízo por ação (básico e diluído) - em R$	31	**(2,5161)**	**(14,6401)**	**–**	**–**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhões de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Prejuízo do exercício	**(2.272)**	**(13.220)**	**(2.272)**	**(13.220)**
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxo de caixa	188	(1.052)	188	(1.052)
Efeitos tributários decorrentes do *hedge*	(64)	357	(64)	357
Efeitos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	–	485	–	485
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	2	14	2	14
Variação cambial de investidas no exterior	(2)	(2)	(2)	(2)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	3	–	3
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercícios subsequentes	124	(195)	124	(195)
Total do resultado abrangente do exercício	**(2.148)**	**(13.415)**	**(2.148)**	**(13.415)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhões de reais)

Controladora e Consolidado

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital: Plano de subscrição de ações	Reservas de capital: Reserva especial de ágio na incorporação	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Para novos empreendimentos	Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.883**	**–**	**118**	**144**	**136**	**1.077**	**(228)**	**(347)**	**(28.404)**	**(12.621)**
Ajustes de exercícios anteriores - nota 2	–	–	–	–	–	–	–	–	290	290
Saldos em 1º de janeiro de 2022 - Reapresentados	**14.883**	**–**	**118**	**144**	**136**	**1.077**	**(228)**	**(347)**	**(28.114)**	**(12.331)**
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	(1.052)	–	(1.052)
Aumento de capital - Plano de ações - nota 25	50	–	–	–	–	–	–	–	–	50
Aumento de capital por subscrição de ações - nota 25	468	–	–	–	–	–	–	–	–	468
Aumento de capital por incorporação de reservas - nota 25	29	–	(29)	–	–	–	–	–	–	–
Plano de opção de ações	–	–	58	–	–	–	–	–	–	58
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Ações em tesouraria adquiridas	–	–	–	–	–	–	(589)	–	–	(589)
Ações em tesouraria canceladas	–	–	–	–	–	(817)	817	–	–	–
Variação cambial de investida no exterior	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	(2)
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	–	–	–	–	–	–	–	14	–	14
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	3	–	3
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.220)	(13.220)
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	(144)	(136)	(260)	–	–	540	–
Ajustes acervo incorporado	–	–	–	–	–	–	–	–	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentados	**15.430**	**1**	**147**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.384)**	**(40.864)**	**(26.670)**
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	124	–	124
Plano de opção de ações	–	–	(32)	–	–	–	–	–	–	(32)
Variação cambial de investida no exterior	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	(2)
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	–	–	–	–	–	–	–	2	–	2
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.272)	(2.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.430**	**1**	**115**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.260)**	**(43.136)**	**(28.850)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		**(2.272)**	**(13.220)**	**(2.272)**	**(13.220)**
Ajustes ao prejuízo do exercício					
Depreciação e amortização		1.291	1.468	1.374	1.608
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	(4.815)	114	(4.762)	(129)
Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação		4.353	2.723	3.354	2.828
Equivalência patrimonial	14	(714)	627	2	(7)
Ajuste ao valor justo - Combinação de negócios		–	(170)	–	(170)
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	24	276	1.388	418	1.437
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	24	(369)	(283)	(603)	(507)
Provisão (reversão) para *impairment*	29	(629)	2.363	(518)	2.363
Outros		785	(189)	619	464
		(2.094)	**(5.179)**	**(2.388)**	**(5.333)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		2.646	1.499	3.054	1.493
Estoques		2.005	2.160	2.035	2.444
Impostos a recuperar		722	(270)	543	(257)
Despesas antecipadas		(30)	(9)	(14)	22
Depósitos judiciais		(98)	(207)	(80)	(204)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		(550)	295	(565)	552
		4.695	**3.468**	**4.973**	**4.050**
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(782)	(4.654)	(882)	(4.388)
Salários, encargos e contribuições sociais		23	39	11	(10)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		184	569	178	547
Pagamento de contingências	24	(113)	(72)	(118)	(74)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(358)	589	(1.237)	1.414
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(583)	1.322	(2)	(9)
		(1.629)	**(2.207)**	**(2.050)**	**(2.520)**
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(134)	(1.496)	(146)	(1.559)
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(630)	(663)	(634)	(703)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	–	(10)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**208**	**(6.077)**	**(245)**	**(6.075)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	8	652	1.083	1.395	658
Aquisição de imobilizado	15	(314)	(570)	(329)	(647)
Aquisição de intangível	16	(10)	(1.519)	(85)	(2.133)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(514)	(730)	–	(22)
Ajuste de preço na combinação de negócios		–	109	–	–
Aquisições de participações societárias	14	–	(51)	–	(51)
Dividendos recebidos	14	–	45	–	1
Caixa líquido incorporado		–	85	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**(186)**	**(1.548)**	**981**	**(2.194)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.503	8.339	1.803	8.951
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.823)	(1.339)	(2.814)	(1.512)
Risco Sacado		(2)	1.739	(2)	1.739
Pagamentos de passivo de arrendamento	17	(432)	(503)	(444)	(481)
Aumento de capital em dinheiro		–	344	–	344
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	1	–	1
Aquisição de ações em tesouraria		–	(589)	–	(589)
Dividendos e participações pagos		–	(333)	–	(333)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(754)**	**7.659**	**(1.457)**	**8.120**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**(732)**	**34**	**(721)**	**(149)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	2.413	2.379	2.479	2.628
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	1.681	2.413	1.758	2.479
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**(732)**	**34**	**(721)**	**(149)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	16.349	28.498	17.283	30.849
Outras receitas	(1.610)	(1.759)	(1.474)	(1.229)
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(467)	(187)	(566)	(242)
	14.272	**26.552**	**15.243**	**29.378**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(11.444)	(22.545)	(11.837)	(23.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.837)	(4.157)	(3.000)	(5.649)
	(14.281)	**(26.702)**	**(14.837)**	**(29.273)**
Valor adicionado bruto	**(9)**	**(150)**	**406**	**105**
Perda e recuperação de valores ativos	629	(2.363)	518	(2.363)
Depreciação e amortização	(1.291)	(1.468)	(1.374)	(1.608)
Valor adicionado líquido produzido	**(671)**	**(3.981)**	**(450)**	**(3.866)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	714	(627)	(2)	7
Receitas financeiras	504	574	1.384	794
Valor adicionado total a distribuir	**547**	**(4.034)**	**932**	**(3.065)**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.526	1.206	1.855	1.784
Benefícios	224	266	265	332
FGTS	117	90	151	137
	1.867	**1.562**	**2.271**	**2.253**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(4.870)	176	(4.742)	44
Estaduais	1.069	1.238	1.091	1.323
Municipais	104	120	122	170
	(3.697)	**1.534**	**(3.529)**	**1.537**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	4.458	5.823	4.240	6.035
Aluguéis	152	250	181	274
Outras	39	17	41	56
	4.649	**6.090**	**4.462**	**6.365**
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
	(2.272)	**(13.220)**	**(2.272)**	**(13.220)**
Valor total adicionado distribuído	**547**	**(4.034)**	**932**	**(3.065)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Grupo Americanas") combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, *Express*, Ame *Go* e Hortifruti Natural da Terra ("HNT")), franquias (Imaginarium e *Puket*) ("Uni.Co"), *fulfillment*, *fintech* (Ame Digital e Parati) e publicidade (*ads*). A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.700 lojas próprias e *e-commerce*, com milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30.000 colaboradores por trás de toda a operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R$ 2.272, possui prejuízo acumulado de R$ 43.136, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes individuais e consolidados de R$ 40.224 e R$ 38.548, respectivamente, geração de caixa operacional individual de R$ 208 e aplicação de caixa operacional consolidado de R$ 245, impactados pelas operações de risco sacado e demais eventos mencionados no Fato Relevante de 13 de junho de 2023 e de seus resultados operacionais em períodos anteriores. O plano para equalização da situação econômica e financeira da Companhia está aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Além disto, a Administração possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos e foco na restruturação dos negócios da Ame. **Plano de Recuperação Judicial:** Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial"). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente. A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos. Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005. Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores. Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders,* inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas. Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial. Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê: (i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir: a. Valor de R$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024; e b. Valor de até R$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024. Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação. (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir: a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor; b. Credores Quirografários (Classe III): (i) Credores com Créditos Quirografários até R$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024; (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R$ 12 mil que aceitaram receber R$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024; (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2026; (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil. (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil. (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor de R$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso. No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024. (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano. (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por: (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ; (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que estão no processo de emissão e (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024. (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de março de 2043, nos termos do Plano. (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento. Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra ("HNT") e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas ("Ativos Relevantes" inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II. A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários. Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores. Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes)*, tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores ("AGC"). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ. Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque *(U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 ("*Recognition Order*"). As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site "https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/". Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter* 15. **Encerramento da Investigação Independente e Apurações Internas:** Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente ("Comitê"), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do comitê independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda. Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações ("Relatório"), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada ("VPC") e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia. O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras. Em 12 de julho de 2024, o Comitê realizou uma apresentação ao Conselho e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024. As evidências apresentadas pelo Comitê confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como "risco sacado", dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia. Em paralelo ao trabalho do Comitê, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022. A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integravam os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades –, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso. Adicionalmente, conforme informado no referido Fato Relevante, o Conselho solicitou que a Diretoria avalie as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia. **Governança e Medidas Tomadas pela Companhia -** A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época. A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas. Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo. A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, *Dow Jones*, MSCI, *Ranking Merco*, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos. A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os *stakeholders* e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo "*management override of controls"* pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes. Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos. A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *Insider Trading*. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações e devem, em breve, adotar outras medidas. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia. Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis. Ainda como contramedidas, visando a fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, *Information Technology General Controls* e *cyber* sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de *lives* com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a *live* específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência do Canal.

2. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após a apresentação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram identificados certos assuntos, conforme detalhado a seguir, além de aprimoramentos nas divulgações em notas explicativas, que requereram ajustes, por correção de erros nas demonstrações financeiras divulgadas anteriormente, principalmente em relação ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2022. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), estão apresentados a seguir: **1) Reconhecimento de plano de assistência médica:** contabilização do impacto atuarial do benefício a empregados da Americanas com seus funcionários, conforme requerimento do CPC 33 (R1); **2) Contratos de parceria:** adequação receitas de contratos de garantia estendida, onde as obrigações não estavam completamente satisfeitas; **3) Ajustes de saldos das controladas:** a Companhia identificou ajustes nos saldos de seus investimentos e respectivos impactos nos saldos das controladas do Grupo, em decorrência principalmente da auditoria da controlada Ame Digital. Os ajustes no consolidado estão impactando as rubricas: intangível, impostos, contas a receber, outros ativos, fornecedores, adiantamento de clientes, outros passivos e despesas operacionais; **4) Ajustes de Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD):** realizamos um complemento da PECLD, pois foi identificado um risco de perda referente as transações de *MarketPlace* reconhecidas a época; **5) Ajustes de provisão de honorários:** complemento de provisão de despesas com terceiros, decorrente de execução de serviços realizados; **6) Ajustes da controlada JSMS:** Correção de saldos de transações relacionadas a fundação da Associação Juntos Somos Mais Solidários; **7) Ajustes de imobilizado:** ajustes na ST importações de correção de erros de avaliação inicial dos ativos e aplicação das taxas de depreciação do imobilizado; **8) Ajuste de saldos da combinação de negócios:** divulgados em 2022, referente à correção de pagamentos realizados no exercício e não contabilizados na competência correta, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo: Efeitos dos referidos ajustes nos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

Ativo	Controladora 01/01/2022 Publicado	Controladora Ajuste	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Publicado	Consolidado Ajuste	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado	Ref.
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.379	–	2.379	2.626	2	2.628	6
Outros ativos circulantes	292	(5)	287	414	(5)	409	2
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	15.720	–	15.720	17.731	–	17.731	
Total do ativo circulante	**18.391**	**(5)**	**18.386**	**20.771**	**(3)**	**20.768**	
Não Circulante							
Investimentos	3.949	(53)	3.896	8	–	8	3
Intangível	–	–	–	3.694	(291)	3.403	3
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	11.613	–	11.613	13.045	–	13.045	
Total do ativo não circulante	**15.562**	**(53)**	**15.509**	**16.747**	**(291)**	**16.456**	
Total do Ativo	**33.953**	**(58)**	**33.895**	**37.518**	**(294)**	**37.224**	

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 01/01/2022 Publicado	Controladora Ajuste	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Publicado	Consolidado Ajuste	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado	Ref.
Circulante							
Outros passivos circulantes	899	(533)	366	1.158	(769)	389	2 e 3
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	39.945	–	39.945	41.855	–	41.855	
Total do passivo circulante	**40.844**	**(533)**	**40.311**	**43.013**	**(769)**	**42.244**	
Não Circulante							
Plano de assistência médica	–	112	112	–	112	112	1
Outros passivos não circulantes	153	73	226	157	73	230	1 e 2
Demais rubricas do passivo não circulante não afetadas	5.577	–	5.577	6.969	–	6.969	
Total do passivo não circulante	**5.730**	**185**	**5.915**	**7.126**	**185**	**7.311**	
Patrimônio Líquido							
Lucro/Prejuízos acumulados	(28.404)	290	(28.114)	(28.404)	290	(28.114)	1, 2, 3 e 6
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	15.783	–	15.783	15.783	–	15.783	
Total do patrimônio líquido	**(12.621)**	**290**	**(12.331)**	**(12.621)**	**290**	**(12.331)**	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**33.953**	**(58)**	**33.895**	**37.518**	**(294)**	**37.224**	

Ativo	Controladora 31/12/2022 Publicado	Controladora Ajuste	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022 Publicado	Consolidado Ajuste	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Ref
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2.413	–	2.413	2.477	2	2.479	6
Contas a receber de clientes	5.010	–	5.010	5.470	(57)	5.413	3
Impostos a recuperar	1.330	–	1.330	1.463	13	1.476	3
Outros ativos circulantes	34	(29)	5	75	(29)	46	2 e 7
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	5.958	–	5.958	7.564	–	7.564	
Total do ativo circulante	**14.745**	**(29)**	**14.716**	**17.049**	**(71)**	**16.978**	
Não Circulante							
Investimentos	1.571	372	1.943	535	77	612	3
Imobilizado	2.898	23	2.921	2.953	23	2.976	7
Intangível	919	295	1.214	959	568	1.527	3
Outros ativos não circulantes	34	(17)	17	35	(17)	18	3
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	9.812	–	9.812	9.761	–	9.761	
Total do ativo não circulante	**15.234**	**673**	**15.907**	**14.243**	**651**	**14.894**	
Total do Ativo	**29.979**	**644**	**30.623**	**31.292**	**580**	**31.872**	

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/2022 Publicado	Controladora Ajuste	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022 Publicado	Consolidado Ajuste	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Ref.
Circulante							
Fornecedores	6.476	62	6.538	6.665	83	6.748	3 e 4
Tributos a recolher	1.147	–	1.147	1.183	(3)	1.180	3
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	9	(3)	6	3
Adiantamento recebido de clientes	92	–	92	1.056	(14)	1.042	3
Contas a pagar - Combinação de negócios	10	–	10	51	(34)	17	8
Outros passivos circulantes	1.136	224	1.360	1.303	213	1.516	2, 3 e 5
Demais rubricas do passivo circulante não afetadas	39.353	–	39.353	39.672	–	39.672	
Total do passivo circulante	**48.214**	**286**	**48.500**	**49.939**	**242**	**50.181**	
Não Circulante							
Provisão para perdas em investimentos	834	–	834	–	–	–	3
Plano de assistência médica	–	110	110	–	110	110	1
Contas a pagar - Combinação de negócios	135	–	135	322	(37)	285	8
Outros passivos não circulantes	295	251	546	297	268	565	2 e 3
Demais rubricas do passivo não circulante não afetadas	7.168	–	7.168	7.401	–	7.401	
Total do passivo não circulante	**8.432**	**361**	**8.793**	**8.020**	**341**	**8.361**	
Patrimônio Líquido							
Outros resultados abrangentes	(1.401)	17	(1.384)	(1.401)	17	(1.384)	1
Prejuízos acumulados	(40.844)	(20)	(40.864)	(40.844)	(20)	(40.864)	(i)
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	15.578	–	15.578	15.578	–	15.578	
Total do patrimônio líquido	**(26.667)**	**(3)**	**(26.670)**	**(26.667)**	**(3)**	**(26.670)**	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**29.979**	**644**	**30.623**	**31.292**	**580**	**31.872**	

(i) Os ajustes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 refletem o impacto na linha de prejuízos acumulados.

Efeitos dos referidos ajustes no resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 31/12/2022 Publicado	Controladora Ajuste	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2022 Publicado	Consolidado Ajuste	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Ref.
Receita operacional líquida	23.653	12	23.665	25.809	12	25.821	2
(-) Custo das mercadorias e serviços	(19.249)	–	(19.249)	(20.785)	–	(20.785)	
Lucro bruto	**4.404**	**12**	**4.416**	**5.024**	**12**	**5.036**	
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(5.147)	(62)	(5.209)	(4.856)	(62)	(4.918)	4
Gerais e administrativas	(2.797)	(4)	(2.801)	(4.184)	(4)	(4.188)	1 e 6
Resultado de equivalência patrimonial	(255)	(372)	(627)	7	–	7	3
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.764)	128	(3.636)	(3.801)	(244)	(4.045)	3
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(7.559)**	**(298)**	**(7.857)**	**(7.810)**	**(298)**	**(8.108)**	
Receitas financeiras	574	–	574	794	–	794	
Despesas financeiras	(5.813)	(10)	(5.823)	(6.025)	(10)	(6.035)	1
Resultado Financeiro	**(5.239)**	**(10)**	**(5.249)**	**(5.231)**	**(10)**	**(5.241)**	
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	**(12.798)**	**(308)**	**(13.106)**	**(13.041)**	**(308)**	**(13.349)**	
Correntes	(59)	–	(59)	(101)	–	(101)	
Diferidos	(55)	–	(55)	230	–	230	
Prejuízo do exercício	**(12.912)**	**(308)**	**(13.220)**	**(12.912)**	**(308)**	**(13.220)**	
Prejuízo do exercício - básico e diluído - em R$	**(14,3973)**	**(0,3440)**	**(14,6401)**				

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

Efeitos dos referidos ajustes nas demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	Ref.
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	
Outros resultados abrangentes:							
Hedge de fluxo de caixa	(835)	(217)	(1.052)	(835)	(217)	(1.052)	(ii)
Efeitos tributários	140	217	357	140	217	357	(ii)
Efeitos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	485	–	485	485	–	485	
Variação cambial de investidas no exterior	(2)	–	(2)	(2)	–	(2)	
Ajuste de avaliação patrimonial	–	3	3	–	3	3	1
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	–	14	14	–	14	14	1
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercícios subsequentes, líquido dos tributos	(212)	17	(195)	(212)	17	(195)	
Total do resultado abrangente	(13.124)	(291)	(13.415)	(13.124)	(291)	(13.415)	

(ii) Reclassificação DRA: Refere-se à reclassificação dos impostos contabilizados nas rubricas do *hedge* de fluxo de caixa.

Efeitos dos referidos ajustes no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado	Ref.
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2021	(12.621)	(12.621)	
Reconhecimento de plano de assistência médica	(112)	(112)	1
Contrato de parcerias	455	455	2
Ajuste de correção de saldos de controladas	(53)	(53)	3
Patrimônio Líquido reapresentado em 1º de janeiro de 2022	(12.331)	(12.331)	
	Controladora	**Consolidado**	
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.667)	(26.667)	
Reconhecimento de plano de assistência médica	(110)	(110)	1
Ajuste referente ao contrato de parcerias	(78)	(78)	2
Ajuste de correção de saldos de controladas	652	652	3 e 6
Ajuste referente a *marketplace*	(62)	(62)	4
Ajustes de provisão de honorários	(405)	(405)	5
Patrimônio Líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.670)	(26.670)	

Efeitos dos referidos ajustes na demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	Ref.
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	1, 2, 3 e 4
Depreciações e amortizações	1.466	2	1.468	1.608	–	1.608	7
Equivalência patrimonial	255	372	627	(7)	–	(7)	3
Outros	(106)	(83)	(189)	(942)	1.406	464	1, 2, 3 e 4
Demais rubricas não afetadas	6.135	–	6.135	5.822	–	5.822	
	(5.162)	(17)	(5.179)	(6.431)	1.098	(5.333)	
Contas a receber	1.499	–	1.499	1.550	(57)	1.493	
Impostos a recuperar	(270)	–	(270)	(270)	13	(257)	
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	248	47	295	563	(11)	552	2 e 3
Fornecedores	(4.592)	(62)	(4.654)	(4.305)	(83)	(4.388)	3 e 4
Risco sacado	1.739	(1.739)	–	1.739	(1.739)	–	(iii)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	569	–	569	544	3	547	3
Outras obrigações (circulante e não circulante)	140	449	589	505	909	1.414	1, 2, 3 e 5
Demais rubricas não afetadas	1.074	–	1.074	(103)	–	(103)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.755)	(1.322)	(6.077)	(6.208)	133	(6.075)	
Imobilizado	(546)	(24)	(570)	(623)	(24)	(647)	7
Intangível	(1.224)	(295)	(1.519)	(1.384)	(749)	(2.133)	3
Aumento de capital em controladas e coligada	(681)	(49)	(730)	(22)	–	(22)	
Aquisições de participações societárias	–	(51)	(51)	1.048	(1.099)	(51)	
Demais rubricas não afetadas	1.322	–	1.322	659	–	659	
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(1.129)	(419)	(1.548)	(322)	(1.872)	(2.194)	
Captações	8.337	2	8.339	8.951	–	8.951	
Risco sacado	–	1.739	1.739	–	1.739	1.739	(iii)
Demais rubricas não afetadas	(2.419)	–	(2.419)	(2.570)	–	(2.570)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	5.918	1.741	7.659	6.381	1.739	8.120	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	34	–	34	(149)	–	(149)	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.379	–	2.379	2.626	2	2.628	6
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.413	–	2.413	2.477	2	2.479	6

(iii) Reclassificação do risco sacado na demonstração de fluxo de caixa: Reclassificação da natureza do "Risco sacado" de atividades operacionais para atividades de financiamento em conformidade com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Efeitos dos referidos ajustes na demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	Ref.
Receitas	26.477	75	26.552	29.675	(297)	29.378	1, 2, 3 e 4
Insumos adquiridos de terceiros	(26.702)	–	(26.702)	(29.273)	–	(29.273)	
Valor adicionado bruto	(225)	75	(150)	402	(297)	105	
Perda e recuperação de valores ativos	(2.363)	–	(2.363)	(2.363)	–	(2.363)	
Depreciação e amortização	(1.466)	(2)	(1.468)	(1.608)	–	(1.608)	
Valor adicionado líquido produzido	(4.054)	73	(3.981)	(3.569)	(297)	(3.866)	
Valor adicionado recebido em transferência							
Resultado de equivalência patrimonial	(255)	(372)	(627)	7	–	7	
Receitas financeiras	574	–	574	794	–	794	
Valor adicionado total a distribuir	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)	(3.065)	
Distribuição do valor adicionado							
Demais rubricas não afetadas	3.363	–	3.363	4.120	–	4.120	
Juros	5.814	9	5.823	6.024	11	6.035	
Remuneração de Capitais Próprios	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	1, 2, 3 e 4
Total do valor adicionado distribuído	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)	(3.065)	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

DIRETOR DE CONTROLADORIA E TRIBUTOS
David Tavares Neves Nunes - CRC/RJ 069.013/O-3

CONTADOR
Alessandro Rocco Di Sant'Anna Langone - CRC/RJ 126.887/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado, analisou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a reapresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., emitido nesta data sem ressalvas. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Administração da Companhia, tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Os membros do Conselho Fiscal registram que tiveram acesso ao relatório final de investigação emitido pelo Comitê Independente, constituído para apurar as circunstâncias que ocasionaram os fatos reportados no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023. Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalva emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral dos acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Elias de Matos Brito — Raphael Manhães Martins — Ricardo Scalzo

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, no uso de suas atribuições estatutárias, após análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, emite o presente parecer.

Os membros do Comitê de Auditoria, por unanimidade e considerando, inclusive, o parecer sem ressalvas apresentado pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., opinaram favoravelmente às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Vanessa Claro Lopes

Eduardo Seixas — Mauro Muratório Not

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Americanas S.A. – em recuperação judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.
Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.
Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 35, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") e de créditos detidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. As demais opções de pagamentos a credores não aconteceram até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional e os impactos da homologação do plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 24, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo de R$ 40.224 milhões (Controladora) e R$ 38.548 milhões (Consolidado) e prejuízo acumulado no montante de R$ 43.136 milhões (Controladora e Consolidado). O Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e suas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecimento, portanto, tendo os efeitos legais atendidos e obrigando a Companhia, tanto quanto todos os credores a ele sujeitos, ao seu cumprimento a partir da sua publicação nos termos da Lei nº 11.101/2005. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia e suas controladas a partir da publicação da sua homologação, em especial dos passivos financeiros com instituições financeiras e "*bondholders*", assim como resultou na revisão da estimativa dos demais passivos em 31 de dezembro de 2023 em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes e CPC 24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em especial a causas de natureza imobiliária e cível. Como resultado do evento subsequente da homologação do Plano, a Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas como base para mensuração de certas provisões dos seus passivos, resultando na redução de R$ 254 milhões (Controladora e Consolidado), enquanto os efeitos de novação da dívida financeira e dos demais passivos ("*hair cut*"), conforme previsto no Plano, devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023.

Considerando a complexidade relacionada à aplicação da Lei nº 11.101/2005 e das especificidades do Plano em relação ao momento de reconhecimento, mensuração e divulgação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, bem como os aspectos de cumprimento do Plano nos eventos subsequentes, como fator primordial de avaliação de sua continuidade operacional, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do Plano, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do Plano, cujos efeitos contábeis de novação da dívida e demais passivos, exceto provisões, impactados pelo Plano ("*hair cut*") devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023;
- Avaliação das características dos passivos de natureza imobiliária e cível, descritos no Plano, para analisar: (i) o momento de reconhecimento dos passivos vis a vis os efeitos do Plano vigentes a partir da data de sua publicação; e (ii) a razoabilidade das premissas utilizadas para mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores;
- Avaliação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que demonstrem a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando os aspectos de: cumprimento do Plano, desempenho realizado versus o orçado, cumprimento de obrigações de curto prazo, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem a mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investigação independente e de autoridades públicas e aspectos de governança

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em decorrência de diversos fatos relacionados a inconsistências em lançamentos contábeis divulgados pela Companhia, desde 11 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências ("Comitê Independente"). O Comitê Independente tinha, dentre outras, a função de aprovar os processos de investigação que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com a governança, ex-executivos e profissionais da Companhia. O relatório final da investigação foi emitido em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na rubrica Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como "risco sacado", dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de: (i) deficiências significativas nos controles internos da Companhia; (ii) do fato de a sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo; (iii) encontrar em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos; e (iv) em 27 de junho de 2024, ter sido deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos, cujas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo; esse assunto foi considerado na auditoria como um assunto de risco e significativo, devido às incertezas inerentes quanto aos resultados da investigação independente, da investigação das autoridades públicas, que poderiam impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas forenses no acompanhamento e na avaliação das principais ações investigatórias presentes no plano de trabalho determinado pelo Comitê Independente quanto à avaliação do escopo e abrangência da investigação, a avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, e a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes e na avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de efeitos relevantes pelos meios de comunicação, bem como, entendimento das políticas de compliance da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas nos controles internos, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- Realização de reuniões com a Administração e assessores jurídicos, interno e externo, com foco no entendimento de diretrizes adotadas frente aos aspectos do resultado da investigação independente e relacionados a deflagração da Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolveu a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos;
- Obtenção de representações da Administração da Companhia e indagações à Governança a respeito da inexistência de novos fatos sobre a investigação independente;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, consideramos que a metodologia e diretrizes utilizadas na investigação independente foram adequadas, bem como, as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Em relação aos aspectos dos controles internos, principalmente quanto aos efeitos vinculados as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que se apresentam em operação, requerem aprimoramentos. Assim estendemos procedimentos de auditoria para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. Além disso, as distorções identificadas, foram discutidas com a Administração e adequadamente ajustadas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3, 3.22 e 3.23, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas tem suas transações mercantis, altamente dependentes do funcionamento efetivo da estrutura de tecnologia e seus sistemas, conjugado com a dispersão geográfica, bem como, pelo fato de terem ocorrido deficiências significativas no ambiente de tecnologia, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTI") implementados pela Companhia para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
- Avaliação de procedimentos de extração de relatórios que suportam as informações que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que existe a necessidade de aprimoramentos no ambiente de tecnologia que foram comunicados a Administração e a Governança. Considerando, esses aspectos, estendemos os procedimentos de auditoria sobre as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Tributos a recuperar e a recolher

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 11 e 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de Impostos a Recuperar e a Recolher de R$ 3.948 milhões e R$ 1.331 milhões (Controladora) e de R$ 4.197 milhões e R$ 1.358 milhões (Consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui, dentre outros, créditos tributários oriundos de registos extemporâneos relativos ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado em tribunais regionais, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa, uma vez que os principais temas já foram decididos pelos tribunais superiores. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, bem como os aspectos de relevância e complexidade existente no âmbito tributário, para a determinação de reconhecimento de créditos fiscais e os tributos a recolher.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos tributos a recuperar e a recolher;
- Entendimento e avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções futuras, devidamente elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração;
- Para a análise das bases e registros de créditos fiscais e de tributos a recolher, envolvimento dos nossos especialistas tributários, com o objetivo de obtenção e discussão das opiniões legais, bem como análise dos procedimentos existentes de formação de bases de apuração de tributos a recuperar e a recolher;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como, os julgamentos utilizados pela Companhia, e possuem procedimentos de apuração de tributos a recuperar e a recolher adequados. As divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 15 e 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado e intangível, no montante de R$ 2.314 milhões e R$ 890 milhões (Controladora) e de R$ 2.381 milhões e R$ 1.179 milhões (consolidado), em 31 de dezembro de 2023.

Os bens integrantes do intangível de vida útil definida são compostos significativamente por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como, bens integrantes do ativo imobilizado, principalmente relacionados a investimentos e benfeitorias em lojas, outros intangíveis de vida útil definida e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em aquisição de investimentos, que é testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam e foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela Administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções, no qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de suas controladas, bem como a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos;
- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia;
- Desafio e sensibilização das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, margem, e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências fiscais, trabalhistas, imobiliários e cíveis

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem o montante de provisão de R$ 1.576 milhões (Controladora) e de R$ 1.671 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, imobiliário e cível originados no curso normal dos negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia e suas controladas, pois dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da Administração e análise técnica jurídica e legal por especialistas. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências, também podem trazer alterações nas estimativas da Administração. Por essa razão, consideramos como um assunto de atenção em relação aos trabalhos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes;
- Obtenção da confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, contemplando os prognósticos de perda, bem como, as informações relacionadas a mensuração dos montantes estimados como perda possível e provável;
- Para determinadas causas de natureza tributária, com o apoio dos nossos especialistas tributários, obtenção e discussão das opiniões legais com outros assessores jurídicos, quando aplicável, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronos das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e julgamentos utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinação das provisões, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 1º de janeiro de 2022

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nos valores correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022, os quais foram originalmente base de abstenção de opinião conforme nosso relatório emitido em 14 de novembro de 2023 sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Não fomos contratados para reemissão do relatório de auditoria sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base de abstenção de opinião, foram resolvidos e não produzem efeitos em relação as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e de suas controladas em decorrência da recuperação judicial em que até a data de conclusão de nossos trabalhos à época, não havia ocorrido a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), fato que ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque *(U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York)* teve reconhecimento. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 35 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia vem divulgando as suas ações previstas no Plano até a presente data;
- O fato de a Administração ter preparado um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 – Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas na Nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Em detrimento a homologação do Plano e possuir informações econômicas, financeiras e estudos atualizados, reuniu condições de poder apresentar uma avaliação de valor recuperável de ativos em 2023;
- Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, desde 11 de janeiro de 2023 e em datas posteriores, a Companhia divulgou fatos relevantes comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta, incluindo o exercício de 2022. O Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis ("Comitê Independente"), que até a conclusão dos trabalhos de 2022, a investigação independente não havia sido concluída, bem como, demais aspectos relacionados a governança. A investigação independente foi concluída e o seu relatório entregue ao Conselho de Administração em 16 de julho de 2024;
- Os trabalhos de auditoria da controlada indireta AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("AME Digital") ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que poderiam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas nas cifras comparativas de 2022;
- Os estoques e seus reflexos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em vista da contratação subsequente dos auditores independentes, cujos procedimentos alternativos de auditoria foram concluídos satisfatoriamente após a emissão do relatório de auditoria de 2022;
- O fato de que não nos foram apresentadas composições e análises suficientes, nem documentações e bases de dados que nos permitissem validar as suas extrações sistêmicas, reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes e verificar se as suas divulgações em notas explicativas estão adequadamente apresentadas pela Companhia e suas controladas, sobre os saldos das rubricas: Fornecedores (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R$ 11.067.769 mil e no consolidado: R$ 10.970.297 mil), Adiantamentos recebidos de clientes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R$ 132.252 mil e no consolidado: R$ 720.087 mil), Outros Passivos Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R$ 899.006 mil e no consolidado: R$ 1.157.985 mil) e Outros Passivos Não Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R$ 153.515 mil e no consolidado: R$ 157.573 mil), em que foram ressalvados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas, sem impactos subsequentes conhecidos até a presente data;
- Diante da ausência de confirmação de saldos, transações e informações com terceiros, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, inclusive por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nem formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos dessas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de não obtermos a totalidade das respostas de circularização de instituições financeiras relacionadas à Companhia (duas solicitações não respondidas), e as respostas de circularização não obtidas em relação às controladas: ST Importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), IF Capital Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida), Click Rodo Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BWU Entretenimento Ltda. (duas solicitações não respondidas), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida), cujos procedimentos de eventos subsequentes até a presente data, não apresentou distorções significativas em relação aos saldos e transações decorrentes desse tema;
- A insuficiência de informações essenciais e suporte documental na preparação dos laudos de alocação de preço de compra para fins de determinação do ágio com expectativa de rentabilidade futura que são requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, em relação às (i) aquisições realizadas em 2021 referentes ao negócio "HNT" e ao controle do Grupo Uni.Co S.A., por meio da controlada IF Capital Ltda.; e (ii) aquisições relevantes ocorridas anteriormente a 2021, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de que não foram obtidas evidências de auditoria suficientes em relação às informações contábeis dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022 do Grupo Uni.Co S.A., tendo em vista que os trabalhos de auditoria referentes a essa sociedade e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 04 de abril de 2022, sem ressalvas, mas, até o momento de emissão do nosso relatório, não tivemos acesso a essa documentação de auditoria, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de não ter sido possível reunir evidências em relação à reestruturação das Lojas Americanas S.A. em 2021, sem impactos subsequentes, conhecidos até a presente data.

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F
Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5-S-RJ

INÊS 249

Marketing Campanhas em rádio, televisão, redes sociais e mobiliário urbano se inspiram no agronegócio e focam o consumidor final

Setor de mineração investe para melhorar imagem

Luana Dandara
De São Paulo

Cinco anos após o rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019, e quase dez anos após o rompimento da barragem de Mariana, em 2015, dois dos maiores desastres da história brasileira em Minas Gerais, o setor de mineração busca melhorar sua imagem junto à opinião pública. Para isso, aposta na publicidade e se inspira no movimento feito pelo agronegócio, que nos últimos nove anos tem investido em campanhas institucionais.

Em julho, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) lançou sua primeira campanha institucional. Com o mote "Minerais, presentes no que você imaginar", a ação publicitária aborda a presença e a importância dos minerais no dia a dia. Criada pela Oficina, consultoria de reputação e gestão de relacionamento, a publicidade conta com uma estratégia de divulgação ampla que envolve TV, rádio, mobiliário urbano e influenciadores. Já foi vista por cerca de 89 milhões de pessoas, segundo o Ibram.

"A estratégia adotada pelo Ibram demonstra seu entendimento de que, num mundo cada vez mais conectado, as organizações precisam demonstrar toda sua abertura para o diálogo constante com a sociedade", diz o presidente do Ibram, Raul Jungmann.

Jungmann assumiu o cargo na instituição em março de 2022, após uma longa trajetória como ministro de Estado em áreas como Segurança Pública, Defesa e Desenvolvimento Agrário. Desde então, procura "reposicionar o setor" e torná-lo "mais aberto, transparente, e estratégico para o país". A mineração representa cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e, em 2023, faturou R$ 248,2 bilhões, de acordo com o Ibram.

"A mineração tem um déficit de imagem histórico, que vem até antes de Mariana e Brumadinho, associado ao imperialismo e à colonização. As tragédias ambientais só fragilizaram ainda mais a reputação do setor", diz Jungmann.

A campanha tenta modificar esse panorama. "Os minérios estão presentes em tudo e não são percebidos em nada. Se a sociedade não tem noção dos benefícios da atividade, sobram apenas as tragédias. Evoluímos muito após os acidentes nas barragens, e queremos comunicar isso. A regulação mudou, hoje temos um monitoramento 24 horas e a responsabilidade ambiental só tende a aumentar", diz o presidente do Ibram.

Jungmann dá como exemplo a campanha "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", lançada em 2015 e que modernizou a comunicação do agronegócio: "A gente mira o que fez o agro, mas temos nosso próprio caminho. Não se trata apenas de propaganda, mas um cesto de ações que demonstram nossa honestidade de propósito."

Copresidente e cofundador da agência Africa Creative, Márcio Santoro, acredita que a mineração "pode e deve seguir os caminhos do agronegócio na comunicação". O executivo observa que apesar de o negócio das mineradoras se dar entre empresas, a comunicação precisa ser com o consumidor final. "São empresas que vendem reputação, ações e trabalham com licença social. Uma reputação ruim vai impactar no negócio. Trabalhar a imagem é fundamental", disse.

A agência é responsável pelas campanhas da Vale, maior mineradora do país, e que tem em seu histórico a tragédia de Brumadinho. A empresa lançou, em dezembro de 2023, o primeiro de uma série de anúncios publicitários com um conceito similar à campanha do Ibram, sobre a essencialidade dos minerais na rotina e em atividades corriqueiras.

O filme, com veiculação em TV aberta e fechada, em canais digitais e em mobiliário urbano, foi ampliada, desde julho, para falar sobre a presença desses elementos químicos em setores como o esporte. Para o fim de agosto está previsto um novo filme, sobre mineração e música. Ainda neste ano, a mineradora programa novas ações publicitárias com foco em temas de preservação ambiental, transição energética e economia de baixo carbono.

> Brumadinho deve receber o equivalente a R$ 585 milhões e tratativas para Mariana ainda estão em andamento

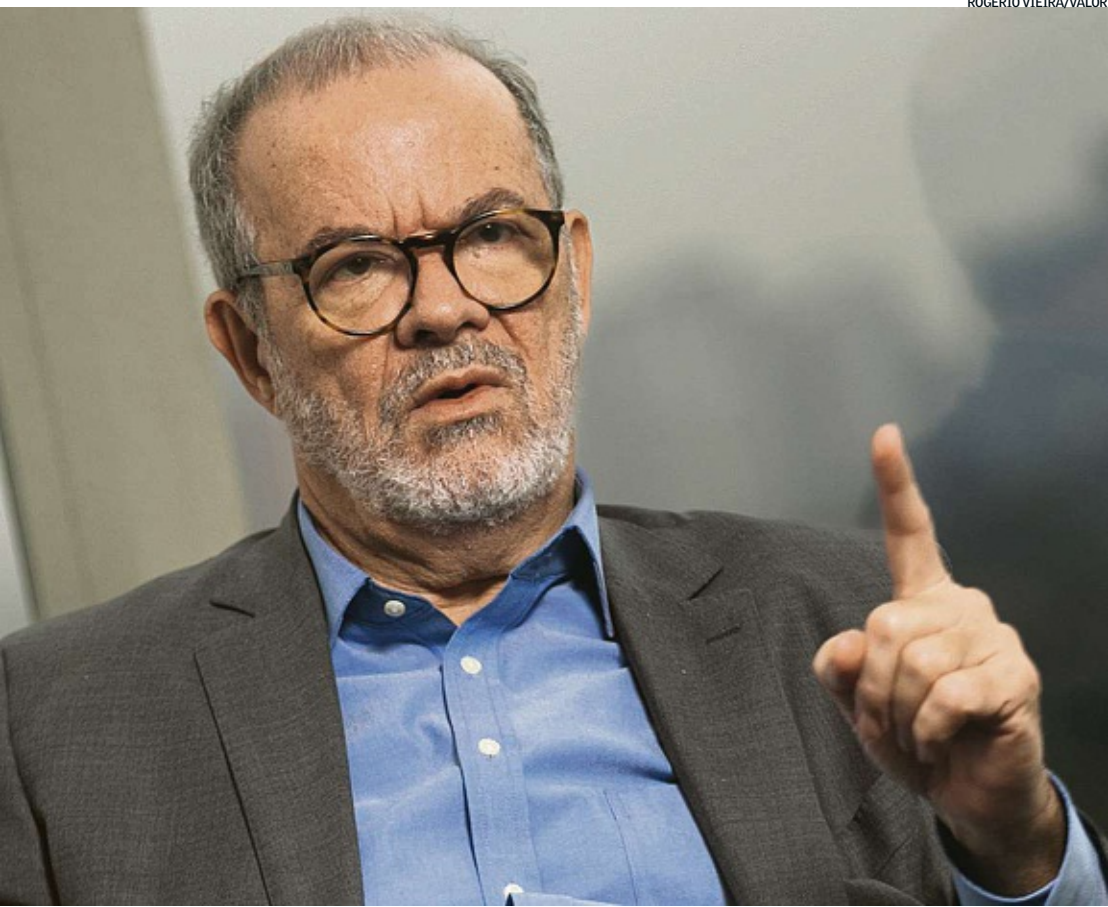
"Cinco anos depois da tragédia em Brumadinho, o momento de crise aguda ficou para trás, o que abriu espaço para conversarmos com a sociedade sobre outros assuntos. No auge da crise não teríamos como fazer campanha sobre a essencialidade da mineração, a companhia estava totalmente mobilizada para a reparação do desastre e das vítimas", diz o diretor de comunicação da Vale, Leandro Modé.

No último dia 12, o **Valor** informou que o município de Brumadinho vai receber novas obras do acordo de reparação da Vale pelo rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em 2019, totalizando R$ 585 milhões. Os recursos serão usados na construção de um distrito industrial, na recuperação e duplicação do acesso rodoviário que liga Brumadinho à BR-381, trecho Fernão Dias, e na pavimentação do município.

Medidas de reparação em Mariana ainda estão em negociação. Os governos federal, mineiro e capixaba tratam com a Samarco e suas sócias Vale e BHP Billiton novas medidas de reparação pelos danos causados após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015. A repactuação é discutida desde 2021. A proposta mais recente das mineradoras é de R$ 100 bilhões. Os governos de Minas Gerais e Espírito Santo estão de acordo. O governo federal ainda não bateu o martelo.

Após a proposta, o Movimento dos Atingidos por Barragens divulgou uma carta aberta pedindo que a proposta das mineradoras fosse rejeitada pelo governo federal. Na carta, o movimento reivindica "um acordo coerente, que considere a centralidade das vítimas e sua reparação integral, não os interesses especulativos e imediatistas de quem há anos segue impune pelos seus crimes". O MAB estima que a reparação custaria R$ 500 bilhões.

Segundo o diretor de comunicação da Vale, a recepção às campanhas tem sido positiva. "Se a sociedade não tivesse validado, não teríamos como seguir em frente. As ações foram muito bem avaliadas e o recall da marca [pesquisa para identificar a lembrança da marca após o lançamento de uma publicidade] aumentou. O mundo mudou e precisamos nos aproximar das pessoas com intencionalidade, transparência, recorrência e conversas engajadoras. Os desastres ambientais serão sempre motivo de tristeza e vergonha, mas temos muito mais coisa para mostrar", disse Modé.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "A mineração tem um déficit de imagem histórico, que vem até antes de Mariana e Brumadinho"
> *Raul Jungmann*

Em relação ao investimento no setor de marketing, Modé explica que os números vêm estáveis, mas com uma proporção diferente entre as áreas: "No auge da crise tomamos as tragédias foi preciso aumentar o investimento em assessoria de imprensa e gestão de crise em redes sociais. Com o tempo, pudemos fazer a evolução desse valor para outras disciplinas, como a publicidade e projetos de conteúdo."

No segundo trimestre de 2024, a empresa registrou lucro de R$ 14,6 bilhões, aumento de 219% em comparação ao mesmo período do ano passado, impulsionada por uma produção recorde. A receita líquida somou R$ 51,7 bilhões, alta de 8,3% na mesma base de comparação.

Outra empresa do setor que vem apostando no marketing é a Hydro. Os investimentos, de cerca de R$ 1 milhão em 2023, chegam a R$ 5,8 milhões neste ano, um aumento de 480%. A multinacional norueguesa opera no Pará uma mina de bauxita e uma refinaria de alumina, além da maior produtora de alumínio primário do país e unidades de extrusão em São Paulo e Santa Catarina.

Em dezembro do ano passado, a Hydro lançou uma campanha institucional no Pará tendo a cantora Fafá de Belém como embaixadora. A publicidade foi ampliada, entre os meses de março e junho, para São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e Santa Catarina, com mais de 700 inserções em TV, mídia impressa, rádio, redes sociais e mobiliário urbano. A empresa estima o impacto da campanha em mais de 100 milhões de pessoas.

"A Fafá é um símbolo da origem da nossa cadeia, do Pará para o mundo, nos ajudando a disseminar a mensagem. Mais do que tornar a marca conhecida, queremos esclarecer que não temos relação com as grandes tragédias na mineração [Mariana e Brumadinho] e mostrar nossas diversas ações positivas. Se trata de um esforço dobrado", diz a diretora Lydia Damian, contratada há um ano para reestruturar e ampliar a área de comunicação da empresa.

A Hydro é alvo de ações por supostos vazamentos nos processos produtivos de alumínio e a consequente contaminação do meio ambiente no município paraense de Barcarena, em 2009. No mês passado, a Justiça Federal condenou a refinadora de alumínio a pagar R$ 100 milhões pelos danos causados.

"Foi um caso no passado, noticiado sem as informações claras e que agora está se desdobrando por conta do tempo da Justiça. Mas essa não é a realidade atual da Hydro, não trabalhamos mais com barragens. Com as campanhas, também procuramos esclarecer nossas operações e procedimentos para dar segurança aos clientes e expandir os negócios", diz Damian. Entre os principais clientes para quem a Hydro fornece alumínio estão Apple, Grupo Volvo, Mercedes-Benz e Porsche.

Em setembro, a mineradora planeja o lançamento de uma nova ação publicitária, novamente com Fafá de Belém. O objetivo dessa segunda fase é, para além de apresentar a marca, informar sobre a atuação da empresa e seu relacionamento com a comunidade e o meio ambiente.

Com mais de 140 unidades em 40 países, a Hydro reportou um lucro líquido global de US$ 39,12 milhões no primeiro trimestre deste ano, queda de 63% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A receita recuou 2% em base anual, para US$ 4,34 bilhões.

A empresa afirmou que preços de venda de alumínio mais baixos, volumes menores de extrusões e margens de reciclagem, e custos fixos mais elevados impactaram negativamente os resultados, em parte compensados pelos menores custos de matéria-prima.

O movimento da mineração na publicidade ganha impulso alguns meses depois de o setor siderúrgico lançar campanhas de grande porte direcionadas ao público final. Empresas como Gerdau e ArcelorMittal investiram em anúncios de TV, patrocínio de shows de música, de esportes e divulgações em redes sociais.

Em nota, a Samarco, que operava a barragem que se rompeu em Mariana, disse apoiar a iniciativa do Ibram. "A campanha busca demonstrar de forma didática que a mineração é essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira e que as empresas do setor desempenham importante função social, gerando valor para os territórios nos quais atuam", informou a mineradora, que tem como acionistas Vale e BHP Billiton.

A BHP afirma que "acredita na importância das iniciativas comunicacionais como ferramentas fundamentais para dar mais transparência à atividade minerária".

Empresas bloqueiam acesso à IA generativa

Tecnologia

Ivone Santana
De São Paulo

Admiração e medo. É assim que as empresas percebem a inteligência artificial generativa (IAGen), a tecnologia que cria novos conteúdos, como texto, imagens ou música, a partir de padrões aprendidos de dados existentes. O que começou como euforia no segmento empresarial, pela facilidade e rapidez na realização de trabalhos, tornou-se um fator de risco em diversos países. Nesse sentido, três quartos das empresas pesquisadas pela Netskope, especializada em cibersegurança, passaram a bloquear uma ou todas as aplicações de GenAI em suas organizações.

As empresas que bloquearam ao menos uma aplicação em junho deste ano representam 77% da base analisada. Isso equivale a um avanço de 45% na comparação com os 53% um ano antes. Para a Netskope, esse aumento indica "boa maturidade e adoção de controles básicos em relação ao uso de IAGen". É a partir dessa decisão que os riscos podem ser mitigados. Segundo a Netskope, uma empresa pode liberar pesquisas gerais com o uso do ChatGPT, o chatbot da OpenAI, por exemplo, mas impedir o envio do código-fonte — a base que os programadores criam para que um computador execute tarefas específicas.

O relatório "Netskope Threat Labs" foi elaborado a partir de uma sondagem feita de julho de 2023 a junho de 2024. A empresa não informa o número de entrevistas realizadas. Diz que usou dados anônimos, coletados junto a uma parte de seus 3,4 mil clientes. Entre os dez principais aplicativos de GenAI mais bloqueados estão apresentações, redação, imagens, vídeo, transcrição de reuniões, sumarização de PDF, pesquisa e batepapo, entre outros.

Apesar das restrições, o número de empresas que usam GenAI triplicou nos últimos 12 meses. Agora, 96% das companhias utilizam esse tipo de aplicativo. A média é de uso de 10 apps de GenAI frente a 3 em 2023, sendo que 1% adota 80 aplicações, em média.

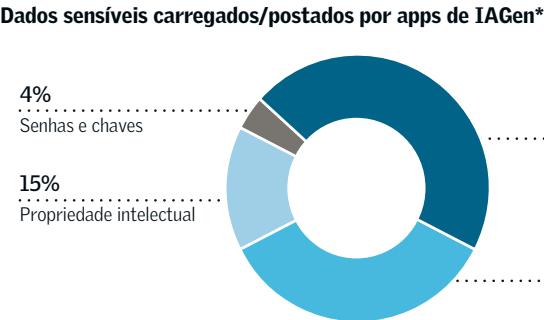
Mundo corporativo

Informações comerciais compartilhadas por IA

Dados sensíveis carregados/postados por apps de IAGen*

Tipo	%
Código fonte	46%
Dados regulamentados	35%
Propriedade intelectual	15%
Senhas e chaves	4%

96% das organizações pesquisadas têm usuários de IAGen

80% das empresas usam o ChatGPT, a aplicação mais popular

Fonte: Relatório Netskope Threat Labs. IAGen - inteligência artificial generativa. *Com base no percentual de organizações que usam os apps

O estudo revela que a maioria das empresas está atrasada na adoção de táticas avançadas de prevenção contra perda de dados para habilitar a IAGen com segurança. Na outra ponta, menos da metade das organizações aplica controles para evitar o compartilhamento de informações confidenciais.

Do lado de iniciativas positivas, o relatório indica que 65% das empresas agora implantam treinamento de usuários em tempo real para ajudar a orientar as interações com aplicações de IAGen. Constatou-se que após as orientações, 57% dos usuários passaram a alterar suas ações com a tecnologia.

"As empresas devem reconhecer que os resultados da IAGen podem expor inadvertidamente informações confidenciais, propagar desinformação ou até introduzir conteúdo malicioso", diz o diretor de Segurança da Informação da Netskope, James Robinson, no relatório.

Entre 2020 e março de 2024, o financiamento de projetos de IA superou US$ 28 bilhões, distribuídos em mais de 240 negócios, segundo a Netskope. Algumas empresas, inclusive startups, ficaram com uma fatia bem maior do bolo, como mostra a análise das 10 empresas com mais financiamento de capital. No topo está a OpenAI, com US$ 14 bilhões, seguida de Anthropic (US$ 4,2 bilhões) e Databricks (US$ 4 bilhões).

> **96%** das companhias usam IA generativa

Apesar do investimento de bilhões de dólares no segmento de IA, startups, em geral, enfrentam um período difícil, sem acesso a novos recursos, depois do boom de investimentos em 2021 e 2022. As falências de startups cresceram 60% nos Estados Unidos em 2023, segundo o jornal "Financial Times". Os aportes que essas novatas receberam em uma primeira fase não se repetiram, tornando parte desses negócios insustentável.

Curtas

Endrick e Zico

Ancorado em futebol, novelas e música sertaneja, a instituição financeira Sicoob escala o atacante do Real Madrid Endrick e o ex-jogador do Flamengo Zico para sua nova campanha de marketing, criada pela Loggia. O Sicoob também investe na novela "No Rancho Fundo", da TV Globo. E tem parceria com a dupla sertaneja Jorge & Mateus. Em 2023, último balanço divulgado, o Sicoob alcançou R$ 298,4 bilhões em ativos, um aumento de 25% em relação ao ano anterior. As operações de crédito registram um crescimento de 14% no último ano, resultando em uma carteira de crédito total de R$ 168 bilhões, com R$ 80,7 bilhões destinados exclusivamente para o público de pessoas jurídicas. O saldo da carteira de crédito rural representou 25% do total. *(Natália Flach, de São Paulo)*

KFC e Ambipar

Nesta terça-feira (20), duas agências anunciaram novas contas. A DM9 assumiu a gestão de estratégias e campanhas criativas do KFC (Kentucky Fried Chicken) e a Africa Creative, da Ambipar, empresa de gestão de resíduos. *(LD, de São Paulo)*

Tecnologia Empréstimo de US$ 13 bilhões ficou 'pendurado' nos balanços das instituições financeiras

Compra do Twitter é o pior negócio dos bancos

Dow Jones Newswires, de Nova York

Os US$ 13 bilhões captados pelo empresário Elon Musk para comprar a rede social Twitter, agora chamada X, se tornaram o pior negócio bancário de financiamento a aquisições desde a crise financeira mundial de 2008 e 2009.

Os sete bancos envolvidos no negócio, entre os quais o Morgan Stanley e o Bank of America, concederam o empréstimo para a holding do bilionário comprar e fechar o capital da rede social em outubro de 2022.

Bancos que fornecem empréstimos para aquisições costumam logo revender a dívida a outros investidores para retirá-la de seus balanços, ficando com o lucro das comissões.

Neste caso, os bancos não conseguiram se desfazer da dívida sem incorrer em altas perdas — em grande parte em razão do fraco desempenho financeiro do X —, o que deixou os empréstimos presos em seus balanços ou, como se diz no jargão do setor, "pendurados".

As baixas contábeis resultantes prejudicaram as carteiras de empréstimos dos bancos e chegaram a impactar a remuneração da equipe de fusões e aquisições de um banco, segundo fontes envolvidas na operação.

O valor dos empréstimos a Musk se deteriorou rápido após a conclusão da aquisição de US$ 44 bilhões. Agora, uma nova análise mostra como a continuidade do mau desempenho colocou o negócio em patamares inéditos.

De acordo com dados da PitchBook LCD, a operação do Twitter ficou pendurada por mais tempo do que qualquer empréstimo semelhante não revendido a terceiros pelos bancos desde a crise financeira de 2008/2009, entre as operações com registros completos avaliadas pela firma de análises.

Na época da crise, houve muitos outros negócios pendurados. Ainda assim, cerca de um ano após a concessão dos empréstimos, os bancos conseguiram revender ou cancelar a maior parte deles. Um dos negócios pendurados — uma aquisição inteiramente financiada por dívidas de US$ 20 bilhões em 2007 — foi maior que o do Twitter, mas a firma acabou em recuperação judicial cerca de 12 meses depois que os bancos assinaram o cheque.

Steven Kaplan, professor de finanças da Universidade de Chicago que acompanha esse tipo de operação desde os anos 1980, disse que o Twitter não é apenas o maior negócio pendurado, em termos de valor em dólar, desde a crise financeira de 2008, mas um dos maiores de todos os tempos.

"Os empréstimos estão pesando sobre os [balanços dos] bancos há muito mais tempo do que outros negócios pendurados que vimos", disse.

Os bancos que concordaram em subscrever um negócio que até Musk considerou ter sido feito com sobrepreço o fizeram em grande parte porque o poder gerado pelo fascínio de financiar a pessoa mais rica do mundo era atraente demais para que deixassem passar, segundo fontes envolvidas no negócio.

JORDAN VONDERHAAR/BLOOMBERG

Desde que Elon Musk (foto) comprou a rede social, rebatizada de X, a operação perde valor

Musk e outros investidores entraram com cerca de US$ 30 bilhões para comprar a empresa, dando aos bancos certa proteção caso as coisas dessem errado.

Os bancos, entre os quais também estão Barclays, Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), BNP Paribas, Mizuho e Société Générale, têm recebido altos pagamentos de juros dos empréstimos concedidos ao X.

Em geral, esses empréstimos vencem em sete a oito anos e têm juros vários pontos percentuais acima da taxa referencial cobrada das empresas com boas classificações de crédito. Além disso, os bancos ainda podem, no fim das contas, recuperar o total investido se a rede social conseguir continuar honrando as obrigações com os juros e pagar o principal no vencimento.

"Eles conseguiriam vendê-los a algum preço com perda, mas se as coisas derem certo com Musk, [mantendo os empréstimos] eles poderiam acabar recebendo 100 centavos por dólar", disse Kaplan.

No entanto, quase dois anos após a aquisição de Musk, os negócios do X ainda encontram dificuldade para sair do buraco em que caíram sob o controle dele — em 2023, a empresa informou que seu valor havia caído para menos da metade, cerca de US$ 19 bilhões.

Embora dados indiquem que o uso do aplicativo aumentou nas últimas semanas em meio à eclosão de notícias políticas, não há evidências de que isso esteja se traduzindo em uma grande recuperação da receita publicitária que dê sustentação à empresa, que já sofria para manter os lucros mesmo antes de Musk.

Por sua vez, o bilionário, que já havia dito aos anunciantes fugindo da plataforma para "se f******", agora entrou com processo contra eles e uma associação setorial em agosto, argumentando que conspiraram ilegalmente para boicotar o X. A associação informou que planeja rebater as acusações na Justiça.

Pagar o serviço da dívida não ajuda em nada a saúde financeira do X. Quando os juros ainda não haviam interrompido a tendência de alta, Musk disse que os pagamentos anuais de juros somavam cerca de US$ 1,5 bilhão.

O marco de dois anos desde a concessão dos empréstimos ao Twitter se aproxima rapidamente, mas os bancos ainda não se mexeram para vendê-los, mesmo depois de alguns deles terem contabilizado baixas de centenas de milhões de dólares na operação.

Essas perdas contábeis já afetaram os lucros dos bancos. Além disso, manter empréstimos de alto risco diretamente no balanço atrai mais holofotes dos reguladores. Em razão dos empréstimos ao Twitter e de outros negócios pendurados, alguns dos bancos também reduziram o volume emprestado a outras fusões, de acordo com algumas das fontes.

Os empréstimos ao Twitter, somados a outros negócios pendurados, tiveram influência na perda de posições de algumas instituições nos rankings da área de banco de investimento, uma classificação sobre sua participação de mercado que costuma ser acompanhada de perto. Os rankings são uma parte importante de como os bancos se promovem junto aos clientes e podem impactar os pacotes de remuneração do funcionários.

Em 2021 e durante alguns trimestres de 2022, antes de Musk comprar o Twitter, o Bank of America e o Morgan Stanley ocuparam as duas primeiras posições nos rankings da área de banco de investimento em finanças alavancadas nos Estados Unidos, de acordo com dados da Dealogic. Em 2023 e 2024, as primeiras posições passaram a ser do J.P. Morgan e do Goldman Sachs — que não participaram do negócio do Twitter.

Os empréstimos pendurados também reduziram o pacote anual de remuneração de alguns executivos de bancos de investimento. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Agricultor brasileiro prevê crescimento de lucro em dois anos, aponta McKinsey

Pesquisa

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Os agricultores brasileiros apostam em um cenário de aumento nos lucros daqui a dois anos. No entanto, essa melhoria só será possível com avanço na produtividade, considerando as expectativas de volatilidade de preços e riscos associados a eventos climáticos extremos. A conclusão faz parte do estudo "A mente do agricultor brasileiro 2024", elaborado pela McKinsey.

De acordo com a pesquisa, 37% dos produtores agrícolas brasileiros esperam aumento nos lucros já em 2024. Dos produtores ouvidos, 33% estimam resultados estáveis neste ano, e 29% preveem queda. Em uma projeção para daqui a dois anos, 57% esperam aumento nos lucros, 33% preveem estabilidade e 11% acreditam que os resultados financeiros vão piorar até lá.

O otimismo é maior entre produtores de café: 65% esperam aumento nos lucros em dois anos. Entre produtores de grãos do Sul do país, 64% esperam lucrar mais até 2026. O otimismo também é alto entre produtores de frutas e hortaliças (61%), e de grãos que atuam na região do Matopiba (60%), que compreende Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

"Os agricultores passaram por uma montanha-russa nos preços desde 2022 e ainda esperam para os próximos anos volatilidade de preços e eventos climáticos extremos. Esses fatores elevam a preocupação com produtividade", afirma Nelson Ferreira, sócio sênior da McKinsey. Segundo o estudo, 52% dos produtores veem como principal risco os eventos climáticos extremos. Em seguida estão aumento nos preços dos insumos (35%) e escassez de mão de obra (23%).

Em relação às oportunidades, 56% consideram que a alta no lucro virá com a melhora na produtividade. A queda no preço de insumos foi citada por 27%, e 24% mencionaram maior previsibilidade no custo de insumos.

Para aumentar os lucros, 47% dos agricultores estão dispostos a testar produtos para elevar a produtividade; 39% vão testar produtos de proteção de cultivos; 32% investirão em tecnologias inovadoras; e 25% adotarão novas práticas agrícolas.

> "O aumento da contratação de seguro agrícola é uma das principais mudanças"
> *Nelson Ferreira*

Segundo a pesquisa, 55% dos produtores adotam ao menos um tipo de tecnologia no campo. Ferreira diz que a maioria das tecnologias é para controle de pragas, doenças e ervas daninhas (43%) e de agricultura de precisão (23%).

Para os próximos dois anos, 70% dos agricultores esperam manter ou elevar os gastos com bioinsumos. "O insumo biológico aumenta a produtividade e tem custo menor que do insumo químico", diz Mikael Djanian, sócio de agronegócios da McKinsey.

O estudo revela ainda que os brasileiros investem mais em produção sustentável que outros países. Do total, 87% adotam agricultura de precisão — no mundo, são 67%. Em relação à gestão de campo, que engloba plantio direto, cultura de cobertura e rotação de cultivos, o índice de adoção no Brasil é de 83% — no mundo é de 80%. Segundo Ferreira, a adoção é maior no Brasil porque o custo no país é mais baixo e porque há bom retorno no rendimento.

"Uma das principais mudanças é o aumento da contratação de seguro agrícola", observa Ferreira. Do total, 51% dos brasileiros afirmaram que usam seguro de cultivos, 2 pontos percentuais acima do que foi apontado em 2022. Outros 15% pretendem usar seguro nos próximos dois anos. Os seguros de equipamentos são usados por 63% dos agricultores, 1 ponto percentual a menos que em 2022. E 9% pretendem adotar no futuro.

Outra mudança é o maior uso de fontes externas para financiar a safra. Este ano, 38% dos agricultores recorreram a financiamentos bancários — em 2022, foram 34%.

A modalidade de compra a prazo no varejo foi usada por 22% dos produtores em 2024 — eram 6% há dois anos. Já a adoção da modalidade "crédito em loja" (com pagamento em uma só parcela futura) caiu 1 ponto percentual, para 33%, enquanto a adoção de pagamento à vista recuou 15 pontos, para 58%.

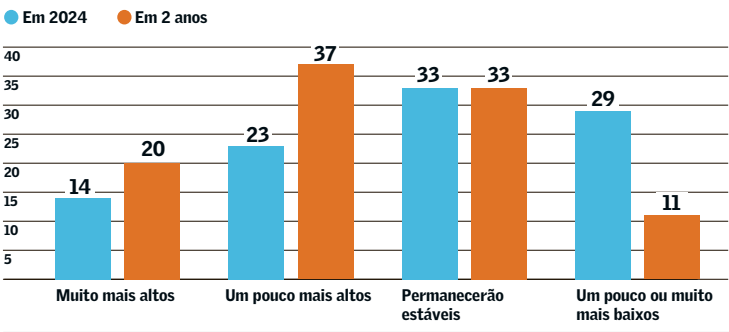
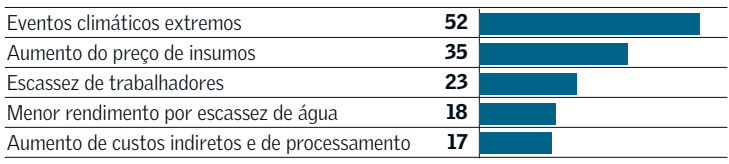
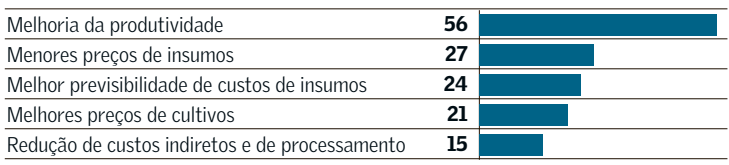
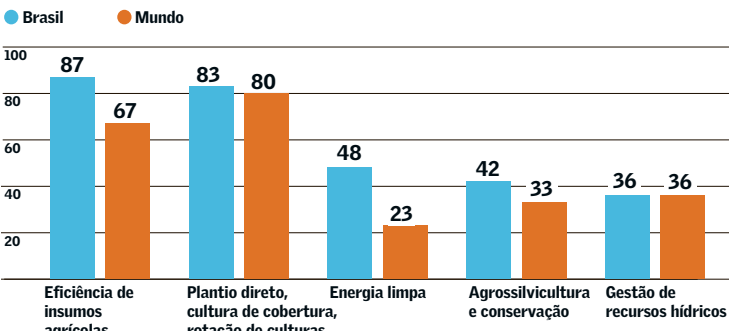
As operações de barter (troca de insumos por colheitas) caíram pela metade, sendo adotadas por 9% dos produtores em 2024. O financiamento de fornecedores foi usado por 17% dos produtores, queda de dez pontos percentuais.

O estudo é um recorte da pesquisa Global Farmers Insights 2024. Foram ouvidos mais de 4.250 agricultores em nove países (757 no Brasil), de fevereiro a junho.

Otimismo

Destaques da pesquisa "A mente do agricultor brasileiro 2024"

Riscos para os próximos 2 anos - em %

Risco	%
Eventos climáticos extremos	52
Aumento do preço de insumos	35
Escassez de trabalhadores	23
Menor rendimento por escassez de água	18
Aumento de custos indiretos e de processamento	17

Oportunidades para os próximos 2 anos - em %

Oportunidade	%
Melhoria da produtividade	56
Menores preços de insumos	27
Melhor previsibilidade de custos de insumos	24
Melhores preços de cultivos	21
Redução de custos indiretos e de processamento	15

Fonte: Pesquisa Global Farmers Insights 2024 da McKinsey

BRF nega bloqueio de câmara fria em morte de funcionário

Frigoríficos

Adriana Mattos
De São Paulo

A BRF se manifestou sobre o acidente em uma câmara fria que causou a morte de um funcionário do centro de distribuição do grupo, localizado em Embu das Artes (SP). A companhia informou que "acionou imediatamente seus protocolos de segurança" logo depois do ocorrido, e direcionou equipes de pronto atendimento ao local.

Segundo a delegacia de Embu das Artes que apura o caso, dezenas de prateleiras com pallets de produtos e painéis de aço empilhados caíram sobre o funcionário enquanto ele trabalhava na unidade, em frente à única porta de acesso e saída, bloqueando a passagem. A temperatura dentro da câmara estava em torno de 18°C negativos, apurou o **Valor** com bombeiro que atendeu a ocorrência.

Segundo a BRF, o trabalhador faleceu em decorrência da queda dos pallets e havia outras saídas do local. A empresa nega que tenha ocorrido bloqueio do acesso à câmara, assim como a temperatura informada. "O empregado não ficou preso no espaço", disse em nota à reportagem ontem.

O **Valor** procurou a BRF na segunda-feira (19/8) e recebeu essas declarações ontem. Segundo a companhia, o outro colaborador que estava na câmara fria foi encaminhado ao hospital, já recebeu liberação e passa bem.

Em relação ao trabalho em espaços de resfriamento, a empresa afirmou que seus profissionais seguem os protocolos e determinações de segurança exigidas por lei. Isso inclui as pausas dos funcionários para prevenção de fadiga e a neutralização da exposição ao frio.

A companhia disse que é referência em saúde e segurança no setor e que registrou resultados históricos em 2023, "com as melhores taxas do ramo", e fazia um ano que o centro de Embu das Artes não registrava incidentes, "o que reforça as práticas de saúde e segurança da empresa, que incluem reuniões diárias e campanhas mensais de segurança".

valor.com.br

Comércio

Exportação de arroz teve queda em julho

As exportações de arroz (base casca) somaram 175 mil toneladas em julho, uma queda de 2,7% em relação ao mesmo mês de 2023, informou a Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz), com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Em receita, as vendas caíram 8,9%, a US$ 70 milhões.

valor.com.br/agro

Startups

Gestora apoiará solução para o leite

A gestora de fundos de investimento The Yield Lab lançou um desafio global para startups com tecnologias que contribuam para o setor leiteiro reduzir suas emissões, melhorar o manejo de dejetos, o uso da terra e a qualidade da água. Os vencedores receberão um investimento de € 100 mil.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por

Cenários Exportação ao país é uma chancela para o produto nacional, diz Abrapa

Algodão brasileiro avança no Egito, a terra da pluma de alta qualidade

Rafael Walendorff
De Cristalina (GO) e Brasília

A temporada 2023/24 pode ser um novo divisor de águas para a cotonicultura brasileira. O país não só conquistou o título de maior exportador mundial de algodão, meta que o setor só esperava atingir em 2030, mas também alcançou um cliente de alto gabarito que pode ajudar ainda mais na estratégia de divulgação da qualidade da pluma brasileira.

Com mercado aberto em janeiro de 2023 e negócios iniciados há cerca de 10 meses, o Egito já é o nono destino das exportações brasileiras. O volume não é expressivo. Foram 17,9 mil toneladas neste ciclo, com receita de US$ 32,7 milhões. A China, o maior cliente, comprou mais de 1,3 milhão de toneladas de algodão brasileiro.

Mas a chancela egípcia é um diferencial dos produtores brasileiros em relação aos outros grandes exportadores mundiais. Famoso pela referência da qualidade do "algodão egípcio", uma fibra extralonga, o Egito procura no Brasil um parceiro confiável e duradouro para o fornecimento da pluma a longo prazo, já que a produção local não tem como se expandir.

Com o interesse dos industriais egípcios pelo algodão brasileiro em alta, a demanda deve dobrar no ciclo 2024/25, "com espaço para crescer muito mais", estima a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

"O algodão do Egito tem uma das melhores qualidades do mundo. Agora, eles estão agregando e fazendo um blend com o algodão brasileiro. Se a maior referência em qualidade do mundo gosta do algodão brasileiro, significa que estamos no caminho certo na questão de qualidade", afirmou Alexandre Schenkel, presidente da Abrapa, durante uma visita organizada pela Associação à Fazenda Pamplona, da SLC Agrícola, em Cristalina (GO). A propriedade cultiva mais de 8 mil hectares de algodão e está em fase final de colheita.

Os cotonicultores brasileiros já visitaram empresas egípcias para "costurar" melhor esses laços comerciais nos últimos meses. Segundo Schenkel, o resultado das exportações ao Egito é significativo. O mercado pode ser uma vitrine importante para a consolidação do Brasil no cenário mundial.

"Eles [egípcios] estão procurando parceiros, porque a indústria deles está crescendo, querem parceiros seguros e estratégicos para serem fornecedores nos próximos anos com algodão de qualidade e responsabilidade", disse.

DIVULGAÇÃO

Alexandre Schenkel, da Abrapa: Egito procura no Brasil um parceiro confiável para fornecimento a longo prazo

Campeão de exportação
Brasil conquistou liderança no mercado mundial no ciclo 2023/24*

Destino	Volume exportado (em mil toneladas)
China	1.318,8
Vietnã	389,8
Bangladesh	284,2
Turquia	222,3
Paquistão	164,8
Indonésia	134,5
Malásia	70,7
Coreia do Sul	33,7
Egito	17,9
Tailândia	10,4
Outros	33,1
Total geral	**2.680,7**

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetuer adipiscing elit, sed

US$ 5,1 bilhões foi o faturamento com as exportações

A China é o principal cliente do Brasil, com importação de 1,3 milhão de toneladas na temporada 2023/24

Fonte: Abrapa/ComexStat *entre agosto de 2023 e julho de 2024

O cenário de produção no Brasil evoluiu nos últimos 25 anos, período em que o país saiu de segundo maior importador de algodão — após o bicudo quase dizimar a produção nacional — para maior exportador mundial da pluma, posto alcançado após o embarque de 2,68 milhões de toneladas entre agosto de 2023 e julho de 2024. Tudo isso em uma área menor que a cultivada até os anos 1980.

Os produtores brasileiros sabem que a manutenção do país no primeiro lugar do ranking de exportadores da pluma depende de vários fatores do mercado. Mas primeiras estimativas apontam para a consolidação brasileira na liderança em 2024/25.

Relatório da Abrapa divulgado na semana passada diz que, "para a nova safra, as projeções indicam que o Brasil vai se manter como primeiro colocado no ranking". Para o período comercial de 2024/2025, a projeção é de um aumento de 6,7% nas exportações, para 2,86 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional de Exportadores de Algodão (Anea). O Departamento de Agricultura americano (USDA) estima embarques de 2,72 milhões de toneladas.

A safra atingiu a metade da colheita e deverá ser novamente recorde, com 3,67 milhões de toneladas da pluma, impulsionado pela alta de 19,5% da área neste ciclo, para 1,99 milhão de hectares.

Para Schenkel, muito além de disputar e vencer a concorrência com outros países produtores, a estratégia é promover e incentivar o consumo de algodão no mundo. A indústria têxtil global tem impulsionado sua produção, mas baseada em fibras sintéticas, espaço que os cotonicultores querem ocupar novamente.

"O principal objetivo é motivar que se use algodão. Assim, vamos aumentar a participação no mercado. Podemos aproveitar a eficiência que temos no Brasil e aumentar produção e exportação. Temos que incentivar o uso de algodão no mundo", disse. "Temos uma das melhores fibras do mundo para atender indústrias têxteis e temos responsabilidade social e ambiental nas fazendas".

O cultivo de algodão ocupa apenas 0,2% do território brasileiro, observou o diretor-executivo da Abrapa, Márcio Portocarrero. Mais de 80% da produção nacional (2,55 milhões de toneladas) é certificada para boas práticas socioambientais nacionais, com o programa ABR (Algodão Brasileiro Responsável), e pela Better Cotton Initiative (BCI), a principal chancela internacional para o segmento.

Atualmente, 374 fazendas têm a certificação ABR. São 183 itens avaliados nas propriedades.

O Brasil também é o maior exportador de algodão certificado pela BCI. Foram 1,98 milhão de toneladas embarcadas na temporada 2023/24. Boa parte da produção abastece a indústria nacional (720 mil toneladas), que é a sétima maior do planeta e a maior produtora de jeans.

Segundo Portocarrero, além de abastecer o mercado têxtil, as lavouras de algodão impactam na produção de alimentos e na geração de empregos. Mais da metade do volume colhido é caroço, que vira farelo para ração animal e óleo, usado para fabricação de biocombustíveis e para alimentação. "O óleo é usado para a alta culinária, sem deixar traço ou sabor na comida", disse. A fibrilha, extraída do processamento do caroço, é usada para confecção de tapetes e até papel moeda.

O jornalista viajou a convite da Abrapa

valor.com.br
Mais sobre produção de algodão no Brasil em
www.valor.com.br/agro

Ação promove rastreabilidade da cadeia produtiva no país

Rafael Walendorff e Paulo Santos
De Cristalina (GO), Brasília e São Paulo

A Döhler, empresa têxtil de Santa Catarina com mais de 140 anos de história, lançou neste mês as primeiras toalhas 100% algodão com rastreabilidade completa e certificação de boas práticas socioambientais na produção da fibra.

Um QR Code fixado na etiqueta do produto permite ao consumidor final escanear o item, com uso de um smartphone, e acessar todas as informações sobre o algodão usado para a confecção da peça, com tecnologia blockchain para garantir a segurança e a integridade dos dados.

De maneira geral, as toalhas representam 60% do faturamento anual da Döhler. Na primeira fase da parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) serão produzidas 73,8 mil toalhas com rastreamento via QR Code, com expectativa de chegar a 100 mil até agosto de 2025, segundo Marco Aurélio Braga, head de marketing e comunicação da Döhler.

"Para nós, esse processo de rastrear a toalha foi relativamente fácil. Monitoramos toda a cadeia, desde a fiação, confecção e distribuição para o varejo", disse Braga, acrescentando que a aceitação do produto por redes varejistas foi "muito boa" neste primeiro momento.

O consumidor que adquirir a toalha poderá ver que a matéria-prima utilizada foi produzida em duas fazendas de Mato Grosso, certificadas pelo programa ABR — Algodão Brasileiro Responsável —, de boas práticas, criado pela Abrapa. O conjunto de dados mostra o caminho que a pluma percorreu por unidade de beneficiamento, fiação, tecelagem e confecção, até chegar ao varejo.

A previsão é usar 100 fardos de algodão e 18,9 toneladas de fios nessa ação. O primeiro lote contou com 1,1 mil metros de tecido e 675 peças rastreáveis. Outras 24 mil estão em produção.

A têxtil catarinense se juntou a outras empresas que já integravam o programa Sou ABR, como C&A, Renner, Reserva e Youcom. Até 2023, já foram 160 mil peças comercializadas nesse sistema.

"O consumidor final é o mais exigente em sustentabilidade e responsabilidade da produção. Temos o papel de mostrar que o algodão brasileiro é o mais responsável do mundo e aproveitar a rastreabilidade que vai do talhão até as grandes marcas", afirmou o presidente da Abrapa, Alexandre Schenkel.

Na safra 2022/23, 72 fazendas participaram do programa, que já utilizou mais de 21 mil fardos de algodão, 2,2 mil toneladas de fios, 38,8 mil metros de tecidos e 92,4 mil quilos de malhas que chegaram aos consumidores finais.

O objetivo da iniciativa é dar maior visibilidade às práticas do setor. "Os produtores há tempos cobravam que possuíam as boas práticas, mas isso não chegava ao conhecimento do consumidor final", afirmou Silmara Ferraresi, diretora de Relações Institucionais da Abrapa.

As boas práticas não geram prêmio sobre os preços do algodão, segundo ela. Mas a executiva avalia que o uso da tecnologia trará reconhecimento maior das ações sustentáveis na cadeia.

A rastreabilidade completa, até o consumidor final, é uma evolução de outro programa da Abrapa, o Sou de Algodão. A campanha começou em 2016 com 10 apoiadores, entre eles a Döhler, e agora já reúne 1,6 mil marcas de moda e vestuário que ajudam a promover a pluma nacional nas suas peças e fomentam o consumo da fibra produzida de forma responsável.

Caramuru e Biocen investem R$ 1,1 bi em etanol de milho

Biocombustíveis

Gabriella Weiss
De São Paulo

A Caramuru Alimentos, uma das maiores empresas de agronegócios de capital nacional, e a Bioenergia Celeiro do Norte (Biocen), de etanol, criaram uma joint venture para erguer uma nova usina de processamento de milho para a fabricação do biocombustível. O investimento na planta, que ficará em Nova Ubiratã (MT), será de R$ 1,1 bilhão, segundo a projeção inicial.

A Caramuru, que já faz processamento de soja, milho, girassol e canola, será a controladora do novo negócio, com 51% das ações, e a Biocen, empresa com sede em Sorriso (MT), terá 49%. Com o início das operações previsto para o fim do primeiro semestre de 2026, a fábrica terá capacidade inicial de processamento de 605 mil toneladas de milho por ano, e de produção anual de 261 milhões de litros de etanol, 12 mil toneladas de óleo de milho e 175 mil toneladas de DDGS, usado na ração animal.

605 mil toneladas anuais será a capacidade

O projeto das duas empresas soma-se a uma nova onda de investimentos em etanol de milho no país. Com o anúncio, os investimentos em usinas de etanol de milho no Brasil em curso neste ano somam R$ 16,9 bilhões, com base em levantamento realizado pela União Nacional do Etanol de Milho (Unem). Os projetos industriais estão sobretudo no Centro-Oeste, mas também há usinas de etanol de milho em construção nas regiões Sul, Norte e Nordeste.

Em fato relevante que divulgou ontem ao mercado, a Caramuru justificou a escolha de Mato Grosso para erguer a empreendimento pelo fato de o Estado ser um dos maiores produtores de milho do país, com quase 40% da produção do Brasil. Além disso, o Estado tem o maior rebanho bovino no país e plantéis de suínos e aves, que podem consumir o DDGS.

Das cinco agroindústrias da Caramuru, duas — em Itumbiara (GO), Apucarana (PR) — processam milho e produzem derivados como milho pré-cozido , gérmen de milho e pipoca.

A companhia informou que "a conclusão da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições suspensivas usuais em transações semelhantes". Os assessores da transação foram o escritório Mattos Filho, pela Caramuru, e o banco ABC Brasil e o escritório RGSH Advogados pela Biocen.

valor.com.br

Insumos

Agrogalaxy recebe novo empréstimo

O Agrogalaxy, uma das maiores distribuidoras de insumos agrícolas do país, anunciou que o Agrofundo Brasil X, que integra o bloco de controle, acertou um empréstimo (mútuo) no valor de R$ 30 milhões para a companhia. O valor será desembolsado em uma parcela até quinta-feira (22/8) e os juros serão 100% do CDI. A operação reforça o capital de giro de forma imediata e não demanda a concessão de garantias adicionais, como num empréstimo no mercado.

valor.com.br/agro

Cenários
Agricultores brasileiros apostam na alta do lucro em dois anos, segundo pesquisa da McKinsey B9

Estratégia
Porto Serviços, de Lene Araújo, obtém registro de companhia aberta, mas ainda sem plano de fazer IPO C2

Renda variável
Bolsa engata rali, mas juros altos limitam categoria, dizem gestores C6

Bancos
Bradesco traz novo executivo para acelerar transformação digital C3

Finanças

Ativos Mercado se desenvolve no Brasil e já reúne 45 assets; juros altos e restrição de crédito têm levado companhias a buscar novos modelos de financiamento

Gestoras de investimentos alternativos crescem e têm mais de R$ 13 bilhões

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O número de casas voltadas a investimentos alternativos, comumente chamadas de "special sits" no país, deu um novo salto neste ano. Agora são 45 gestoras, ante 39 no ano passado, segundo levantamento feito pela Spectra a pedido do **Valor**. O dinheiro disponível para investir também aumentou, alcançando R$ 13,4 bilhões — eram R$ 10,3 bilhões em 2023.

O mercado teve um crescimento expressivo no Brasil nos últimos anos. Em 2015, para se ter uma ideia, eram apenas cinco gestoras especializadas.

Apesar de essas assets serem, no geral, conhecidas por transações envolvendo empresas com problemas financeiros, a classe na prática engloba investimentos alternativos que nem sempre têm um contexto de ativos "estressados". Sob o guarda-chuva também estão, por exemplo, financiamento de litígios, compra de direitos hereditários, de créditos judiciais ou estruturas mais sofisticadas para cessão de crédito.

No entanto, o ambiente de juros altos, que contribuiu para as dificuldades financeiras de uma série de empresas, teve como efeito colateral mais oportunidades no mundo das "special sits", como a compra de créditos vencidos ou até mesmo o financiamento de companhias com falta de liquidez. Esse cenário impulsionou não apenas novas gestoras a entrar no mercado, mas casas já tradicionais a abrir áreas para mergulhar no segmento.

Ao mesmo tempo, empresas sufocadas em dívidas passaram a bater na porta das gestoras em busca de auxílio financeiro e muitas encontraram a porta aberta quando o mercado de crédito estava mais seletivo.

O sócio da Spectra Investments, Frederico Wiesel, afirma que o valor disponível para investimentos de "special sits" reflete não somente o aumento do número de casas especializadas, mas também o interesse dos investidores nessa classe de ativos. "Esse mercado segue pujante e o interesse dos investidores continua alto", afirma. "Os gestores estão cada vez mais criativos para gerar retornos atrativos."

O retorno esperado, segundo ele, gira entre 25% e 40%, dependendo do risco embutido. Wiesel diz que os family offices são hoje os grandes investidores dessa classe de ativos, enquanto os fundos de pensão ainda estão de fora da categoria.

O presidente da Associação Brasileira de Special Situations e Litigation Finance, Guilherme Setoguti, afirma que o mercado cresceu muito na esteira do período de juros baixos no Brasil, abrindo espaço para o surgimento de casas menores. A expectativa, contudo, é que mais à frente haja alguma consolidação. "Esse mercado vai passar em algum momento por um ajuste", diz.

A entidade foi criada ano passado, afirma Setoguti, exatamente para organizar o mercado e criar um foro de discussão sobre a atividade. Dentre os assuntos na mesa, por exemplo, está uma proposta de autorregulação em financiamento de litígios ("litigation finance") e ações judiciais ("legal claims"), para definir, por exemplo, a necessidade de deixar transparente nos casos quem é o financiador da ação. Atualmente já são cem associados, entre as gestoras especializadas, bancos, advogados e assessores financeiros. Neste mês, a entidade organizou seu primeiro congresso.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Guilherme Setoguti: mercado brasileiro cresceu muito, mas expectativa é que haja consolidação entre gestoras de 'special sits' em algum momento

Na Journey Capital, a atuação em "special sits" se dá por meio de um fundo com recursos próprios e também como assessor — a exemplo da recuperação judicial da mineradora Samarco. O sócio da gestora, Fabiano Saragiotto, afirma que a atuação do fundo ocorre quando se identifica a oportunidade de influenciar o processo. Um exemplo recente é o da Rodovias do Tietê, em comprou dívidas no mercado e ao mesmo tempo aglutinou debenturistas para ter poder de influência na empresa. No momento, segundo o executivo, a asset está no processo de estruturação de um novo veículo com o foco em "special sits" e "credit opportunities" (investimento em papéis com alto potencial de retorno).

Saragiotto lembra que esse mercado começou a dar seus primeiros passos no Brasil há cerca de vinte anos, momento em que grandes gestoras estrangeiras de fundos hedge, muitas vezes apelidadas de "fundos abutres", passaram a olhar oportunidades no país. Essas casas, que já tinham grande sucesso no exterior, entraram comprando títulos de dívida externa ("bonds"). "Nessa época, o mercado era dominado por esses grandes fundos e pelas mesas proprietárias de bancos", afirma o executivo, que também é presidente do conselho da Turnaround Management Association (TMA).

> "Os gestores estão cada vez mais criativos para gerar retornos atrativos"
> *Frederico Wiesel*

Com o passar do tempo, contudo, competidores locais passaram a olhar a classe, à medida que o mercado de capitais brasileiro começou a se desenvolver. Num momento de juros mais baixos, os investidores passaram a buscar mais diversificação para suas carteiras. A desintermediação bancária, segundo o sócio da Journey, também foi fator preponderante para essa evolução. "Com isso houve uma proliferação de gestores e também de ativos locais", diz Saragiotto.

Para ele, existe espaço para crescimento dessas casas. Um cenário de estabilidade econômica e queda de juros — algo fora do radar neste momento, quando se fala na possibilidade de alta da Selic — poderia atrair novos agentes para o mercado, tal como investidores institucionais. A expectativa dele é a de que mais investidores comprem créditos corporativos. "Precisa ter o fornecedor. Hoje são os bancos, mas vai evoluir para investidores institucionais", afirma.

A gestora JGP passou anos longe da modalidade, mas decidiu voltar aos fundos de "special sits em 2021". Hoje, a casa possui R$ 450 milhões investidos na estratégica, já incluindo um novo veículo captado no final do ano passado, conta a responsável pela área, Luiza Oswald. "Os fundos de 'special sits' têm uma grande complementaridade com as demais estratégias (de crédito da gestora)", afirma.

De acordo com ela, o mercado de "special sits" é amplo e cíclico, e, por isso, as estratégias vão se adaptando ao momento.

No escritório Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida, o número de clientes do universo de "special sits" tem crescido exponencialmente nos últimos anos, diz o sócio da banca Diogo Rezende. O escritório atua na elaboração de pareceres para os casos que estão sendo estudados para investimento por essas gestoras, tanto para apontar riscos quanto para traçar uma estimativa de prazo. Em alguns casos, também atua ao lado das gestoras na formação do corpo jurídico da defesa da tese.

Rezende lembra que os próprios escritórios são originadores de casos. Há exemplos, segundo ele, de clientes que aceitam ceder o processo a um determinado valor. Nesse momento, entram as gestoras.

O advogado afirma que tem observado nos últimos anos o crescimento do número de casas, com sócios de algumas gestoras abrindo suas próprias casas, ou até mesmo instituições abrindo braços de atuação nesse nicho. "Esse mercado está muito aquecido e ano que tem um potencial ainda grande de crescimento dado o volume de litígios no Brasil. E ainda vemos campos pouco explorados, como crédito trabalhista", diz Rezende.

> "Precisa ter o fornecedor. Hoje são os bancos, mas vai evoluir para investidores institucionais"
> *Fabiano Saragiotto*

Prova do interesse de gestoras na temática foi a compra da SPS pela Vinci, em 2022. "A Vinci sempre teve uma área de crédito 'high grade' [com baixo risco de crédito] e ela sentia necessidade e vontade de estar nesse setor", afirma o sócio da Vinci SPS Marcelo Mifano. Segundo ele, o Brasil tem uma economia volátil e as empresas acabam sofrendo com isso, sendo que nem sempre a torneira de crédito tradicional está aberta. "A fonte alternativa de recursos acaba ocupando esse lugar", diz.

De acordo com Mifano, hoje os investidores já entendem que "special sits" é um termo amplo, que envolve diversas estratégias.

O próximo passo rumo ao crescimento, diz o sócio da ARC, Sérgio Machado, será a chegada desses produtos ao varejo — área que deve diversificar o portfólio em estruturas mais sofisticadas de crédito. Hoje a exposição está basicamente em produtos isentos. Segundo ele, há espaço para expansão dessa indústria no país. "O mercado é grande e tem espaço para todo mundo. Há diferentes focos e áreas de atuação e tamanhos de cheques diferentes."

Machado lembra que mais uma prova do amadurecimento do mercado tem sido a parceria entre gestoras para investimentos, replicando algo já comum em mercados mais maduros.

Brazil Potash entra com pedido de IPO em NY

Rita Azevedo
De São Paulo

A empresa de fertilizantes Brazil Potash entrou com pedido de oferta pública inicial (IPO) na Securities and Exchange Commission (SEC, a comissão de valores mobiliários americana) para listar ações na bolsa de Nova York. A companhia, que tem sede em Toronto e controla a Potássio do Brasil, pretende usar parte do dinheiro captado para financiar trabalhos adicionais de engenharia no projeto de extração de potássio Autazes, além da obtenção de licenças de operação e reforço de capital de giro.

Fora isso, a empresa deve cobrir gastos como um acordo com os indígenas da comunidade Mura para redução de impactos na região, estimado em US$ 2,5 milhões. Também prevê a compra de terrenos adicionais, que serão usados na destinação de rejeitos secos, por US$ 2,8 milhões.

A companhia não divulgou quanto pretende captar com a venda dos papéis. O projeto será desenvolvido no município de Autazes, no Amazonas, em antigas áreas de pastagens de fazendas de criação de gado. O custo médio inicial previsto é de US$ 2,5 bilhões, sendo que até agora a empresa já gastou US$ 242 milhões.

Neste mês, a Potássio do Brasil informou em comunicado que conseguiu todas as licenças necessárias para a fase de construção, após anos de batalhas judiciais. No primeiro trimestre de 2024, a empresa teve prejuízo de US$ 1,5 milhão. Em 2023, o prejuízo foi de US$ 8,3 milhões, abaixo das perdas de US$ 28,7 milhões do ano anterior.

Cantor Fitzgerald, Bradesco BBI, Freedom Capital Markets, Roth Capital Partners e Clarksons Securities atuam na oferta.

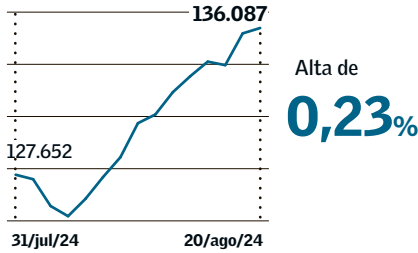
Caso a oferta da Brazil Potash se concretize, será o segundo IPO de uma empresa estrangeira, mas com operações no Brasil, desde o ano passado. Em fevereiro de 2023, a Seacrest Petroleo, que tem sede em Bermudas, listou suas ações na Bolsa de Oslo (Noruega), em uma oferta que levantou US$ 260 milhões. Já o último IPO de uma empresa com sede no Brasil foi a oferta do Nubank, em dezembro de 2021. E a última listagem na bolsa brasileira foi em setembro daquele ano, com a Vittia.

A Brazil Potash aposta no crescimento da demanda pelo minério, usado em fertilizantes, especialmente após a guerra na Ucrânia, que afetou a oferta global do produto.

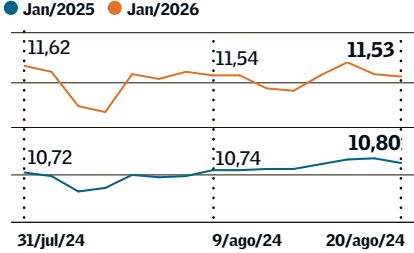
O principal acionista é o indiano-canadense Stan Barthi, com 11,7%. Na sequência aparecem CD Capital, com 30,7%, e Sentiente, com 20,5%. O presidente da companhia no Brasil é Adriano Espeschit, que tem passagens pela Vale, BHP Billiton e Shell.

Em abril, o governo do Amazonas concedeu a primeira licença ambiental para instalação da infraestrutura de exploração na mina, que é considerada a segunda maior do segmento no mundo. Na ocasião, o governo informou que, nessa fase de instalação da infraestrutura, a empresa deve investir cerca de R$ 13 bilhões no projeto, pelo período estimado de quatro anos e meio, até que a mina esteja em plena operação. Espeschit disse que já foram investidos US$ 230 milhões nos trabalhos de pesquisas geológicas e desenvolvimento.

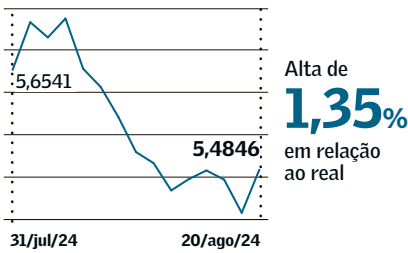
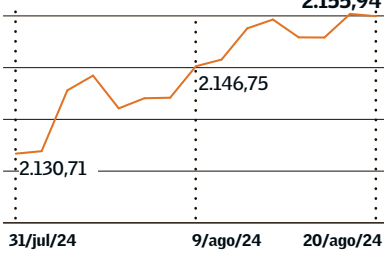
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Bolsas internacionais
Variações no dia 20/ago24 - em %

Dow Jones	-0,15
S&P 500	-0,20
Euronext 100	-0,52
DAX	-0,35
CAC-40	-0,22
Nikkei-225	1,80
SSE Composite	-0,93

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Agentes veem falas de Campos Neto como menos 'duras' que as de Galípolo; dia foi marcado pela queda do real e do peso mexicano

Dólar sobe com exterior e Ibovespa anota recorde

Arthur Cagliari, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Após uma longa sequência de otimismo nos mercados globais, a sessão de ontem foi marcada por uma menor demanda por risco e um ambiente ligeiramente mais negativo para ativos de países emergentes. Além disso, operadores se mostraram atentos às falas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que pareceu um pouco menos inclinado a elevar a Selic no curto prazo. Neste contexto, os índices em Nova York recuaram e o dólar exibiu alta forte frente ao real e ao peso mexicano, em meio à nova valorização do iene contra a divisa americana. A exceção foi o Ibovespa, que deu sequência aos ganhos recentes e anotou um novo recorde de fechamento.

Desde o início da sessão, agentes se mostraram atentos às falas de Campos Neto, que concedeu entrevista ao jornal "O Globo". Operadores destacaram, por exemplo, a indicação da autoridade de que o mercado estaria esperando uma alta de juros, mas os economistas não. Além disso, em sua participação em evento organizado pelo BTG Pactual, o presidente do BC buscou balancear os riscos para a inflação, sublinhou diversas vezes a melhora recente do cenário externo, e enfatizou que o colegiado se mantém dependente dos dados.

As falas de Campos Neto acabaram contribuindo para uma reversão parcial do movimento dos últimos dias, de apreciação do real e de achatamento da curva de juros. Ontem, o dólar comercial encerrou em alta de 1,35%, a R$ 5,4846, enquanto, no mercado de juros, as taxas curtas caíram, ao passo que as longas avançaram.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 caiu de 10,845% no ajuste anterior para 10,795%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,39% para 11,455%.

Luiz Eduardo Portella, gestor da Novus Capital, diz que o presidente do BC foi "dovish" (favorável ao afrouxamento monetário) na entrevista ao jornal "O Globo" desta terça e não mudou muito o tom no evento no BTG. "Parece uma estratégia combinada de dar espaço para os diretores que vão continuar [no Copom], em especial ao Gabriel Galípolo", diz.

Na avaliação do gestor da Novus, o chefe da autoridade monetária não quer se comprometer com alta de juros agora. "[Ele está] Indicando que não está no grupo que acha que está assimétrico o balanço de riscos", complementa. Mesmo sem um tom conservador por parte de Campos Neto, a Novus estima uma alta de 0,25 ponto percentual da Selic em setembro. "O Galípolo foi bem vocal para uma subida [dos juros]. Se não subir, vamos ver grande parte dessa melhora recente ser revertida."

Portella lembra que o movimento da última semana foi muito forte na curva dos juros de longo prazo e com o dólar caindo fortemente. "Hoje [ontem] o mercado realizou [lucros]. Houve inclinação da curva de 0,15 ponto percentual no juro e dólar mais forte."

Para além do ambiente doméstico, o movimento também foi desencadeado por algum ajuste de posições nos mercados globais. Após uma sequência de oito pregões positivos seguidos, as bolsas de Nova York interromperam seu rali de recuperação e encerraram a sessão em queda moderada. O índice Dow Jones encerrou em queda de 0,15%; o S&P 500 recuou 0,20%; e o Nasdaq cedeu 0,33%.

1,35%
foi a alta do dólar ontem, que encerrou a R$ 5,4846

AL DRAGO/BLOOMBERG

Michelle Bowman, do Fed de Kansas, prega cautela na condução dos juros

Agentes também aguardam novos sinais do Federal Reserve, o banco central americano, para a condução da política monetária no curto prazo. Na sexta-feira, o presidente da instituição, Jerome Powell, faz discurso no simpósio anual de Jackson Hole.

Ontem, Michelle Bowman, diretora do Fed, pregou cautela e tentou afastar a noção de que um corte de juros em setembro é algo certo. Segundo ela, ainda há riscos de alta para a inflação americana e o banco central deve considerar diversos cenários possíveis para as suas próximas decisões.

Ainda assim, ela admitiu que seu cenário base é de uma desaceleração contínua da inflação que permita um ciclo de flexibilização monetária. Bowman, contudo, não especulou sobre o momento de iniciar os cortes. "Precisamos ser pacientes e evitar prejudicar o progresso contínuo na redução da inflação por meio de uma reação exagerada a um único dado", argumentou a diretora do Federal Reserve.

O ambiente de menos otimismo no exterior, contudo, não foi capaz de impedir uma nova alta do Ibovespa. O principal índice da bolsa local encerrou o pregão em alta de 1,36%, aos 135.778 pontos, anotando uma nova máxima histórica de fechamento.

Em relatório, a equipe do Itaú BBA aponta que os setores bancário e doméstico são os mais atrativos da bolsa local, seguidos pelo segmento ligado às commodities, apesar de este ter apresentado um desempenho ligeiramente abaixo do índice de referência na semana passada.

"No contexto dos mercados emergentes, o Brasil continua como destaque, com o segundo melhor desempenho na semana passada, atrás apenas da Coreia do Sul", diz o banco.

Campos Neto diz que haverá desaceleração na área fiscal

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, indicou ontem que a política fiscal passa por uma fase de desaceleração, mas não esclareceu se esta força será grande o suficiente para dispensar novos apertos na taxa de juros. Em evento do banco BTG Pactual, ele disse que há uma maior sincronia entre as economias mundiais — incluindo o Brasil e excluindo os Estados Unidos — na direção de uma consolidação fiscal.

"Vai ter desaceleração de fiscal em vários lugares do mundo. É menos do que os mercados gostariam um ano atrás, mas é mais do que se pensava há dois ou três meses", disse Campos Neto. "O Brasil está numa situação meio parecida, tem uma desaceleração fiscal que está encomendada." Para ele, a desaceleração fiscal terá efeito no crescimento e nas expectativas.

Ele tocou no tema ao responder a uma pergunta do CEO do BTG, Roberto Sallouti, sobre se a desaceleração fiscal poderia reduzir o peso do governo na demanda agregada, fazendo com que passe a crescer em linha com a capacidade de oferta da economia.

Sallouti argumentou que, até agora, os gastos vinham crescendo a uma velocidade de 10% ano, mas a perspectiva é que essa taxa de expansão caia para pouco mais de 2,5% ao ano, considerando os limites previstos no novo arcabouço fiscal e as exceções à regra decorrentes do socorro ao Rio Grande do Sul, que neste ano sofreu os impactos de fortes chuvas.

No evento, Campos Neto disse que, no curto prazo, a atividade econômica voltou a surpreender, mas evitou sinalizar a necessidade de apertos monetários adicionais para evitar que um grau de aquecimento maior do que o previsto atrapalhe os planos do Banco Central de levar a inflação para a meta.

O discurso de Campos Neto é que a economia surpreende, assim como o mercado de trabalho, que leva a um aumento de renda da população e pressão em alguns preços de serviços. Mas, segundo ele, o BC ainda não concluiu de forma definitiva que o mercado de trabalho apertado causa uma pressão generalizada e sustentada na inflação de serviços. Por isso, será preciso observar os dados econômicos que forem divulgados até a reunião do Copom de setembro, para então decidir se seria necessário ou não subir os juros.

Nos últimos meses, os economistas têm discutido por que os juros altos, que atualmente se encontram em 10,5% ao ano, estão sendo incapazes de esfriar a economia da forma prevista. Alguns dizem que isso se deve ao fato de que, ao mesmo tempo que o BC coloca o freio nos juros, o governo como o todo pisa no acelerador com uma política expansionista.

A pergunta de Sallouti levanta a hipótese de que essa falta de sincronia entre as políticas monetária e fiscal esteja prestes a ser corrigida, ou pelo menos amenizada.

Há outras teorias que tentam explicar por que os juros altos não estão tendo os efeitos esperados para baixar a inflação. Algumas delas são de que, com as expectativas de inflação desancoradas, a política monetária precisa fazer um esforço maior para baixar a inflação por meio do canal da desaceleração econômica. Outras levantam a hipótese de uma taxa de juros neutra mais alta.

Presidente do BC quer centrar forças em 'transição suave'

Gabriel Shinohara
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que precisa concentrar todas as suas forças em realizar uma "transição suave" na autoridade monetária "para que as pessoas entendam que tudo tem continuidade, que o BC vai perseguir a meta, vai trabalhar de forma técnica".

A afirmação de Campos Neto veio em participação em evento após um questionamento sobre qual seria seu futuro fora do BC, já que seu mandato acaba no fim do ano. O principal candidato para sucedê-lo é o atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Campos Neto respondeu que não quer continuar na esfera pública e que provavelmente vai para uma área de finanças e tecnologia, mas que ainda não sabe com certeza. Nesse contexto, afirmou que precisa concentrar forças na transição. "A gente faz uma transição suave para ganhar amadurecimento, melhorar institucionalidade, para melhorar a situação para os que vem depois de mim."

Ao falar sobre a condução da política monetária, o presidente do BC afirmou que "entendeu e continua entendendo que é importante agora esperar. Tem um valor de esperar, ver os dados". Segundo ele, a mensagem que o BC tem tentado passar é a mesma que foi passada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada no fim de julho.

O presidente do BC afirmou que a autoridade monetária "consertou" alguns entendimentos entre o comunicado e a ata. "De lá para cá, a gente meio que tem comunicado a mesma coisa. A gente teve alguns números mais fortes na parte local e teve uma situação externa que acho que está se encaminhando para um desfecho melhor, apesar da volatilidade recente".

Campos Neto destacou que a mensagem continua sendo muito parecida com a da ata da última reunião do Copom "que a gente vai fazer o que for tiver que fazer, que se precisar subir os juros, vai subir os juros, que a gente decidiu não dar um guidance aberto, a gente entende que o BC vai estar data dependent [dependente de dados] e teve muita volatilidade no meio do caminho, e que a gente precisa atuar com cautela".

Na última reunião do Copom, o colegiado não sinalizou movimentos para o futuro, informou que o momento é de cautela e que avaliará a melhor estratégia. Segundo a ata, a primeira seria a manutenção de juros "por tempo suficientemente longo" para levar a inflação à meta no horizonte relevante, atualmente o primeiro trimestre de 2026. Já na segunda, o comitê afirmou que "não hesitará" em elevar os juros para assegurar o cumprimento da meta de inflação "se julgar apropriado".

"Construir credibilidade não é sobre uma ou duas reuniões"
Roberto Campos Neto

Campos Neto explicou que após a decisão que dividiu os membros do Copom em maio, passou a existir um prêmio de risco a partir de uma percepção de que a decisão não era técnica, mas política. A partir desse entendimento, o presidente do BC disse que o colegiado chegou à conclusão de que precisava passar a mensagem de que as decisões eram técnicas. "Construir credibilidade não é sobre uma ou duas reuniões, é sobre um processo de decisão que é técnico, que é bem explicado e que é bem comunicado".

O presidente do BC ainda comentou sobre o cenário externo que, na avaliação dele, melhorou. Para ele, o cenário que prevalece atualmente é de um pouso suave ou uma "desaceleração organizada" nos EUA. A ata apontava que o cenário externo estava "adverso" e citava incerteza sobre os "impactos e a extensão da flexibilização monetária nos Estados Unidos".

Campos Neto também falou que globalmente há uma dessincronização da política monetária, mas uma sincronia da percepção de "fiscal cliff, ou pelo menos de uma melhora fiscal no mundo". O presidente do BC disse que tem conversado sobre uma desaceleração fiscal em vários lugares do mundo em reuniões de banqueiros centrais. "É curioso que essa desaceleração é menos do que os mercados gostariam quando a gente pega um ano atrás, mas é mais do que se pensava há 2, 3 meses atrás e o Brasil está em situação meio parecida com isso. Você tem uma desaceleração fiscal, eu acho que está encomendada".

Porto Serviços vira companhia aberta

Rita Azevedo
De São Paulo

A Porto Serviço, uma das verticais da Porto, obteve o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas, pelo menos por enquanto, não tem planos de estrear na bolsa, disse o presidente da unidade, Lene Araújo. "Não temos pressa para o IPO", disse o executivo ao **Valor**.

Para além da falta de condições de mercado para uma oferta desse tipo — o último IPO feito no país foi em 2021 — Araújo afirma que a companhia agora está focada no crescimento da base de clientes, sem descartar a possibilidade de aquisições de outras empresas.

A Porto Serviço teve a operação oficialmente lançada em dezembro de 2023, após mudanças na estrutura da Porto. Os resultados financeiros começaram a ser divulgados neste ano. No primeiro semestre, a divisão teve lucro líquido de R$ 45 milhões e gerou R$ 612,4 milhões em receita. Já no segundo trimestre, o lucro chegou a R$ 48,3 milhões, enquanto as receitas somaram R$ 635,9 milhões.

O registro da companhia foi na categoria A, que permite a emissão de qualquer valor mobiliário, inclusive ações. "Entendemos que o crescimento da Porto Serviço pode levar a empresa à posição de ter benefícios com uma potencial listagem e criar valor aos seus acionistas e clientes", afirma. Além da vertical de serviços, o braço de saúde da Porto, a Porto Saúde, também obteve o registro da CVM.

Na lista de serviços oferecidos estão desde eletricista, encanador, chaveiro, assistência automotiva até a estrutura de help desk para empresas. Hoje, a maior parte do faturamento tem origem na Porto, atendendo clientes que, por exemplo, contratam um seguro residencial, mas o objetivo é buscar o aumento da participação de clientes externos.

Do primeiro para o segundo trimestre deste ano, a participação externa no faturamento passou de cerca de 21,4% para 23,5%. Uma das estratégias foi buscar parcerias com empresas que atuam em outros segmentos, como varejo. A mais recentes foi com o Carrefour. Nas vendas de eletrodomésticos, os vendedores passaram a oferecer a possibilidade da instalação ser feita pela Porto Serviço. A ação é feita em 11 mercados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Pernambuco. Com outros acordos, a empresa passou a oferecer assistência automotiva para clientes de cinco montadoras.

A Porto Serviço também tem buscado aproveitar a rede de corretores independentes da Porto para divulgar os serviços para potenciais clientes, segundo Araújo. Hoje a Porto tem cerca de 37 mil corretores parceiros que podem atuar, por exemplo, na venda de pacotes para condomínios residenciais.

Entre os desafios da empresa é lidar com um ambiente de concorrência pulverizada — e no qual as pessoas já estão acostumadas a contratar serviços como o de instalação de chuveiro a partir da indicação de um amigo – e com uma possível visão de que os serviços, por serem feitos por uma empresa e não por um prestador autônomo, tendem a ser mais caros. "Começamos a colocar em um dos nossos canais de vendas um catálogo com alguns serviços, para os clientes terem uma ideia do preço logo de início", afirma.

Reestruturação Banco traz novo executivo de fora e acelera em migração para nuvem em estrutura ágil

Bradesco avança na transformação digital

Álvaro Campos
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

"Novos executivos terão total liberdade para colocar em prática aceleração da transformação digital do banco"
Rogério Câmara

Quando anunciou um plano estratégico de cinco anos, em fevereiro, o novo CEO do Bradesco, Marcelo Noronha, disse que a transformação do banco e a recuperação dos lucros seriam graduais. Por outro lado, também apontou que o resultado da reformulação, elaborada em parceria com a consultoria McKinsey, não seria colhido somente no fim do processo, que haveria alguns "ganhos rápidos" ao longo da trajetória. Agora, sete meses depois, alguns progressos já são visíveis.

Uma das avanços se dá na migração para servidores em nuvem ("cloud"). Nesse caminho, o banco priorizou o aplicativo móvel, em que quase 70% dos processos já foram transferidos e o restante deve ser concluído em 2025. ele diz que isso deve ser concluído em 2025.

"Priorizamos o 'time to market', o que faz mais sentido para o negócio. Mas existem diversas outras iniciativas. Eu diria que, no geral, estamos perto de 60% em nuvem, e mais para frente vamos discutir se faz sentido migrar alguns processos, sistemas que têm muito pouca mudança. É uma discussão que existe no mundo todo, o que fazer com os 20%, 30% finais", afirma Rogério Câmara, vice-presidente responsável pela área de tecnologia, em entrevista ao **Valor**

Na parte de pessoal de tecnologia da informação (TI), o Bradesco tem hoje cerca de 4,5 mil profissionais e quer chegar ao fim do ano que vem com quase o dobro disso: 8 mil. Além das contratações, há um processo de substituição. Hoje o banco tem cerca de 30% de funcionários próprios e 70% de terceiros, e o objetivo é inverter essa proporção. Apesar de ser mais barato, do ponto de vista de custos trabalhistas, ter uma equipe terceirizada, Câmara diz que isso acaba tornando o processo mais lento, já que para novos projetos é necessário elaborar um plano detalhado, realizar concorrências e passar por outras instâncias burocráticas.

"Essas contratações não são fáceis, é um desafio pelo qual outras instituições já passaram. Esses profissionais de TI são disputados no mercado e geralmente um banco não é a primeira opção deles, que querem ir para uma 'big tech'. Aí, quando chegam aqui, descobrem que a gente já trabalha com Google, Microsoft", diz o executivo.

O Bradesco também está implementando o modelo de "enterprise agility", que como o nome sugere divide as equipes de modo a tornar a empresa mais ágil na adaptação a novos cenários. Em fevereiro, Noronha separou o banco em duas partes, uma responsável por manter as operações do dia a dia (batizada de "run the bank") e outra pelas transformações tecnológicas ("change the bank"). Ainda assim, as equipes trabalham em conjunto em muitos projetos e todos os executivos têm de dedicar pelo menos 20% do tempo ao "run the bank".

"O plano estratégico é de cinco anos, mas muita coisa já está sendo feita. São iniciativas que nascem no 'change the bank' e, quando são concluídas, viram o 'run the bank'. É algo evolutivo. E, para nós de tecnologia, o 'change' já é nosso dia a dia, as mudanças aqui nunca param", diz Câmara.

Ontem, o Bradesco confirmou a contratação de Francesco di Marcello, que estava há 15 anos na McKinsey, para tocar a área de TI. O executivo, que é italiano, está no Brasil desde 2020 e trabalhou na transformação digital de grandes instituições financeiras. Apesar de vir da McKinsey, não estava na equipe da consultoria que ajudou o Bradesco na elaboração do plano estratégico. Na divisão, ficará subordinado a Câmara e responsável pelo "change the bank" em tecnologia. No "run the bank" estão Edilson Reis e Cíntia Barcelos.

Em maio, o Bradesco contratou Túlio Oliveira, do Mercado Pago, para a área de varejo digital. Apesar de as áreas serem correlatas, ele não responde diretamente a Câmara, fazendo parte do comitê-executivo do banco e se reportando a Noronha. Além do atendimento digital do banco em si, Oliveira também supervisionará as iniciativas do next e Digio — banco que o Bradesco tinha em parceria com o Banco do Brasil e do qual adquiriu a outra metade em 2021.

Noronha já havia adiantado que estava esperando Oliveira tomar pé da situação para definir o que será feito dessas iniciativas digitais apartadas, e agora Câmara afirma que uma decisão pode ser tomada ainda no terceiro trimestre. "No mais tardar até o fim do ano teremos a definição dessa estratégia digital, qual é a marca, a plataforma que vamos trabalhar."

Em março de 2023, o Bradesco anunciou a incorporação da carteira digital Bitz pelo Digio.

Câmara assegura que tanto Marcello como Oliveira — que quebram a tradição do Bradesco de priorizar "pratas da casa" nos cargos de comando — terão independência para implementar seus projetos. "Estamos procurando justamente isso, visões diferentes, confronto de ideias, opiniões. Pode parecer que não, mas o Bradesco sempre incorporou outros bancos e ficou com os profissionais que vieram. Estamos acostumados a ouvir. Esses novos executivos vão ter total liberdade de colocar em prática a modernização, de acelerar a transformação digital."

Em maio, o Bradesco também trouxe uma nova vice-presidente de recursos humanos, Silvana Machado. Ela atuava na área de gestão de talentos da gestora de private equity Advent e também passou pela consultoria Egon Zehnder.

Neste semestre, entra em vigor no banco um novo plano de remuneração variável, mais meritocrático. "O negócio geral do banco continua sendo um gatilho muito importante para irmos ao encontro do interesse dos acionistas, mas é importante que o grupo de liderança tenha uma ponderação maior em relação àquelas unidades pelas quais são responsáveis", disse Noronha na divulgação dos resultados do segundo trimestre.

Balanço Companhia prevê aumento de 22% a 28% nas transações de pagamento processados no ano; antes previsão ia de 12% a 16%

PagBank tem lucro recorde e prevê volume maior em 2024

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Pagbank (antigo PagSeguro) registrou recordes em linhas como lucro líquido ajustado, volume de pagamentos processados (TPV) e depósitos no segundo trimestre. O banco revisou seu "guidance" do ano para projetar um aumento maior de lucro e TPV. As ações no pós-mercado operavam em queda após a divulgação e, por volta de 19h, recuavam 4,2%. Em um mês, no entanto, a alta dos papéis chega a quase 8%.

A instituição lucrou R$ 542 milhões no segundo trimestre, uma alta de 30,5% em 12 meses. A receita ficou em R$ 4,557 bilhões, crescimento de 19,1%. De acordo com a companhia, o resultado foi impulsionado por fatores como aceleração dos volumes processados e disciplina de custos e despesas. "Retomamos um ciclo de crescimento e a maioria dos nossos indicadores operacionais indica aceleração", afirma Eric Oliveira, diretor executivo de relações com investidores, ESG, inteligência de mercado e pesquisa macroeconômica do PagBank.

O TPV da área de adquirência do PagBank ficou em R$ 124,4 bilhões, crescimento anual de 34,2% e acima da indústria. De acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), as transações com cartão cresceram 11% no segundo trimestre na comparação com o mesmo período do ano passado. "Nosso foco principal continua sendo crescer em PMEs e vemos grandes oportunidades no e-commerce, doméstico e cross border, e via parcerias que mantemos com as casas de software", diz Alexandre Magnani, CEO do PagBank.

Em 2024, a companhia espera que o TPV fique entre R$ 480 bilhões e R$ 505 bilhões, uma alta de 22% a 28% sobre o ano anterior. Antes, a previsão era de algo entre 12% e 16%.

A instituição informa que, após um período de otimização de custos e despesas, começa a ver um amadurecimento das medidas tomadas para retomar crescimento. "E a velocidade desse crescimento até nos surpreendeu, veio com uma composição de clientes até um pouco maiores do que a gente esperava nas frentes de comércio on-line. Talvez isso tenha se dado um pouco por causa do processo de fechamento de capital da Cielo", afirma Artur Schunck, CFO do PagBank.

De acordo com o novo guidance, o lucro líquido ajustado deve ficar entre R$ 2,1 bilhões e R$ 2,2 bilhões em 2024, avanço de 19% a 25% (ante uma previsão de alta anual de 16% a 22% antes).

O PagBank encerrou o trimestre com 17,7 milhões de clientes ativos, uma alta anual de 3,9%. Considerando apenas a área de adquirência, eram 6,4 milhões queda de 4,8% em 12 meses.

A carteira de crédito da instituição, por sua vez, ficou em R$ 2,9 bilhões no final de junho, avanço de 10,9% em 12 meses. A inadimplência ficou em 3,2 % no final do trimestre, de 14,4% um ano antes. Atualmente, 80% da carteira de crédito é com garantia.

Segundo Oliveira, a companhia continua focada em linhas de crédito com baixo risco, mas começa a retomar a oferta de outras, como capital de giro e cheque especial. O volume de depósitos atingiu o valor recorde de R$ 34,2 bilhões, alta de 87,2% em 12 meses.

CVM absolve Hering e ex-CEO em suposto caso de 'insider'

Victoria Netto
De São Paulo

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu, por 4 votos a 1, a Cia. Hering e o ex-diretor presidente da empresa, Fabio Hering, pela suposta prática de "insider trading". O julgamento foi retomado ontem após ter sido suspenso em 21 de maio, depois do pedido de vista do diretor Otto Lobo.

Lobo votou pela absolvição dos acusados, com o entendimento de que "não estão suficientemente contempladas as características de insider", disse. O voto foi acompanhado pelo diretor João Accioly.

No julgamento de maio, o presidente da CVM, João Pedro Nascimento, também havia votado pela absolvição, seguido pela diretora Marina Copola. Na ocasião, o diretor relator Daniel Maeda votou pela condenação dos acusados e sugeriu a aplicação de multas de mais de R$ 20 milhões no total.

O caso envolvia a análise da recompra de ações da empresa em 2021, no período em que negociava a combinação de negócios com a Arezzo e com o Grupo Soma. O período analisado pela acusação refere-se às recompras de ações pela Hering nos dias 12, 16, 19, 20 e 22 de abril de 2021.

O diretor Otto Lobo disse que pediu vista dos autos para analisá-los em detalhes, dada a complexidade do caso. Para ele, "é inquestionável" que os acusados tiveram acesso à informação privilegiada. Porém, não identificou a intenção de obter vantagens financeiras.

O diretor destacou ainda que o programa de recompra de ações já estava em curso, com uma motivação legítima. "Restou comprovado que a recompra foi feita dentro do programa e dos limites estabelecidos", enfatizou.

O diretor João Accioly concordou com a visão de que a recompra das ações foi feita com o intuito de proteger a base acionária.

Procurada, a defesa da Cia. Hering não respondeu até o fechamento. A defesa de Fabio Hering, disse que não vai se pronunciar.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 20/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.125,6260300	0,06	0,53	6,05
IRF-M	1+**	20.591,4570680	-0,13	1,46	3,26
IRF-M	Total	18.670,0689850	-0,07	1,15	4,05
IMA-B	5***	9.408,5757360	-0,01	0,52	4,81
IMA-B	5+****	11.598,8064810	-0,59	1,95	-0,05
IMA-B	Total	10.121,5793010	-0,35	1,18	2,16
IMA-S	Total	6.831,3940830	0,04	0,56	6,90
IMA-Geral	Total	8.326,9474920	-0,09	0,90	4,75

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	06/08	05/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,96	31,18	29,38	29,63	33,64	32,37
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,13	24,65	25,27	24,96	26,59	25,50
Conta garantida pré - a.a.	38,38	36,07	47,05	38,67	42,17	44,76
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,69	21,83	21,56	21,70	23,08	27,31
Vendor pré - a.a.	15,22	15,35	15,40	15,28	15,70	17,11
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,44	18,67	16,63	16,30	17,84	19,89
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,43	18,34	17,62	18,30	17,75	17,28
Conta garantida pós - a.a.	24,36	24,73	24,59	24,76	24,38	28,39
ACC pós - a.a.	8,24	7,97	8,49	8,30	8,23	8,66
Factoring - a.m.	3,25	3,27	3,28	3,25	3,27	3,48

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	20/08/24	19/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3400	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3508	5,3535	5,3512	5,3445	5,2461
3 meses	-	5,3674	5,3660	5,3612	5,3579	5,1490
6 meses	-	5,3938	5,3928	5,3905	5,3887	5,0006
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6640	3,6530	3,6630	3,6550
1 mês	-	3,6687	3,6685	3,6681	3,6672	3,5370
3 meses	-	3,7481	3,7599	3,7943	3,8252	3,3658
6 meses	-	3,8521	3,8604	3,8781	3,8943	3,0711
1 ano	-	3,9123	3,9118	3,9106	3,9018	2,1268
Euribor ***						
1 mês	-	3,584	3,635	3,630	3,626	3,615
3 meses	-	3,551	3,542	3,647	3,698	3,816
6 meses	-	3,408	3,441	3,579	3,633	3,944
1 ano	-	3,183	3,180	3,390	3,502	4,091
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,34	5,34	5,32	5,37	5,36	5,38
T-Bill (3 meses)	5,19	5,19	5,20	5,27	5,33	5,44
T-Bill (6 meses)	4,85	4,85	4,93	5,09	5,20	5,49
T-Note (2 anos)	4,07	4,07	3,93	4,26	4,51	4,95
T-Note (5 anos)	3,76	3,76	3,67	3,91	4,17	4,39
T-Note (10 anos)	3,87	3,87	3,84	4,03	4,24	4,26
T-Bond (30 anos)	4,12	4,12	4,16	4,31	4,45	4,38

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,55	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,76	11,50
CDI	0,55	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,76	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,15	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,05	8,37
IMA-B	1,18	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,16	4,38
IMA-S	0,56	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,90	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	6,61	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,42	4,68
Índice Small Cap	7,83	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-6,83	-13,36
IBrX 50	6,18	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	2,82	6,82
ISE	8,60	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	0,36	-4,44
IMOB	9,27	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-4,75	-8,60
IDIV	5,78	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,11	11,06
IFIX	0,52	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,15	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,66	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	12,67	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,00	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	13,03	19,56
Euro (BC) (4)	-1,15	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	13,21	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,28	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	13,62	17,68
Ouro (BC)	-0,24	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	36,84	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 20/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 15/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.683.402,79					18.847,77	65.997,93	325.895,87	289.509,56
RF Indexados (2)	146.831,99	-0,13	1,00	4,46	7,84	-498,16	-770,69	-10.448,56	-15.365,17
RF Duração Baixa Soberano (2)	705.177,45	0,04	0,40	6,11	10,50	3.816,87	17.856,09	57.537,86	39.562,72
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	888.118,03	0,04	0,45	6,97	11,97	5.121,08	14.761,66	81.053,23	87.784,66
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	189.340,87	0,04	0,05	7,04	12,05	313,58	3.083,67	80.443,65	85.015,68
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.597,73	0,01	0,67	5,94	9,44	352,65	734,21	-3.247,77	-4.742,06
RF Duração Livre Soberano (2)	223.410,39	0,01	0,61	5,93	10,03	966,51	3.286,07	-8.106,45	-26.125,37
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	665.387,48	0,03	0,59	6,39	10,82	6.388,43	10.791,21	-20.978,27	-39.452,12
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	392.096,74	0,02	0,77	6,62	11,36	354,41	5.561,42	101.143,83	143.800,91
Ações	646.637,87					-18,42	-1.388,58	2.313,84	45.695,68
Ações Indexados (2)	10.875,64	0,59	5,16	0,03	14,98	-17,53	240,04	359,18	-853,08
Ações Índice Ativo (2)	31.479,38	0,44	5,04	-1,10	11,49	1,35	-485,73	-5.801,30	-5.260,61
Ações Livre	234.387,28	0,51	4,54	1,43	11,10	84,95	-1.008,81	-713,19	-5.224,11
Fechados de Ações	125.618,88	0,31	1,59	-3,31	-1,21	0,00	-12,14	-1.953,48	29.621,37
Multimercados	1.648.869,86					1.122,77	-14.475,50	-121.369,31	-251.121,55
Multimercados Macro	139.377,50	0,04	0,80	2,98	7,02	-152,64	-3.596,33	-40.317,10	-61.381,51
Multimercados Livre	631.518,70	0,04	0,84	5,87	10,46	1.311,24	-741,31	-15.168,06	-77.611,37
Multimercados Juros e Moedas	48.521,57	0,00	0,54	6,18	10,95	393,74	-351,46	-9.789,59	-15.302,64
Multimercados Invest. no Exterior (2)	747.310,35	0,03	0,11	6,98	11,95	-425,75	-9.540,50	-56.947,20	-92.323,58
Cambial	6.690,11	0,31	-2,35	17,14	16,57	-36,71	474,16	-206,89	-817,85
Previdência	1.466.361,11					633,95	2.743,81	25.937,60	40.826,14
ETF	44.086,58					-237,88	-174,50	-2.691,73	-3.316,70
Demais Tipos	2.094.221,64					2.575,36	13.070,26	85.711,23	82.766,11
Total Fundos de Investimentos	**7.496.048,32**					**20.311,49**	**53.177,33**	**229.879,38**	**120.775,27**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.797.087,17**					**-1.468,82**	**7.770,80**	**94.445,53**	**149.645,50**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.343.616,96**					**18.842,67**	**60.948,13**	**324.324,91**	**270.420,78**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	20/08/24	19/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,40
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9789
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,23
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9662
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,60	10,64	10,54	10,50	10,50	12,73
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,04	11,06	10,93	10,83	10,74	12,14
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,47	10,43	10,42	10,42	13,06
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,55	10,48	10,45	10,45	12,93
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,61	10,64	10,54	10,50	10,50	12,75
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,74	10,78	10,66	10,59	10,57	12,52
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,02	11,05	10,91	10,81	10,73	12,17
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,45	11,48	11,33	11,38	11,17	11,08

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 20/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.646,85	10,413	944.432	10,408	10,416	10,414
Vencimento em out/24	98.822,55	10,461	220.991	10,458	10,470	10,458
Vencimento em nov/24	97.914,52	10,540	76.033	10,538	10,560	10,538
Vencimento em dez/24	97.152,43	10,640	47.885	10,630	10,655	10,640
Vencimento em jan/25	96.286,87	10,797	851.257	10,760	10,820	10,795
Vencimento em fev/25	95.374,66	10,935	2.326	10,915	10,950	10,940
Vencimento em mar/25	94.525,29	11,082	11.673	11,045	11,095	11,085
Vencimento em abr/25	93.728,70	11,180	120.237	11,140	11,225	11,170
Vencimento em mai/25	92.898,07	11,259	1.284	11,245	11,270	11,245
Vencimento em jun/25	92.034,82	11,323	221	11,280	11,335	11,330
Vencimento em jul/25	91.202,92	11,397	486.915	11,345	11,415	11,380

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.494,93	1,52	246.905	5.441,00	5.499,00	5.486,50
Vencimento em out/24	5.511,72	1,52	1.560	5.468,00	5.510,00	5.505,00
Vencimento em nov/24	5.531,48	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.547,94	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.567,42	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.113,41	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.140,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.171,88	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.272	0,20	97.215	137.410	138.530	138.380
Vencimento em dez/24	140.494	0,19	8.020	139.800	140.100	140.100
Vencimento em fev/25	142.603	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 20/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4541	5,4547	0,57	-3,66	12,67	9,70
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4840	5,4846	1,35	-3,00	13,03	10,42
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5132	5,6932	1,51	-2,82	12,79	10,17
Euro (BC) - (R$/€)	6,0568	6,0585	0,91	-1,15	13,21	12,03
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1006	6,1012	1,73	-0,28	13,62	12,97
Euro Turismo (R$/€)	6,1678	6,3478	1,85	-0,24	13,21	12,42
Euro (BC) - (US$/€)	1,1105	1,1107	0,33	2,61	0,48	2,12
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	439,8468	439,8952	0,73	-0,24	36,84	45,53
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.513,67	0,40	2,77	21,71	33,05
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.521,55	0,86	4,21	22,26	33,29

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	20/08/24	19/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	177.485,64	175.911,37	164.489,50	173.997,89	0,89	7,90	2,00
Valor-Coppead Mínima Variância	104.877,64	104.191,48	101.224,36	93.533,91	0,66	3,61	12,13

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 20/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 20/08/24

Índice	20/08/24	19/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 20/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,69	188,52	185,23	165,54	152,02	-0,97	0,79	12,77	22,81
S&P BNY Emergentes	360,43	367,24	350,11	312,75	284,22	-1,85	2,95	15,25	26,82
S&P BNY América Latina	200,03	202,64	189,19	225,28	196,82	-1,29	5,73	-11,21	1,63
S&P BNY Brasil	200,92	203,54	186,11	232,95	194,87	-1,28	7,96	-13,75	3,11
S&P BNY México	297,09	302,11	295,36	331,67	324,06	-1,66	0,59	-10,42	-8,32
S&P BNY Argentina	253,23	254,23	223,58	178,27	149,30	-0,39	13,26	42,05	69,61
S&P BNY Chile	141,96	141,42	139,05	162,12	163,51	0,38	2,09	-12,44	-13,18
S&P BNY Índia	3.073,86	3.077,84	3.096,48	2.923,01	2.739,48	-0,13	-0,73	5,16	12,21
S&P BNY Ásia	219,05	222,75	218,49	189,60	171,07	-1,66	0,26	15,53	28,04
S&P BNY China	314,26	326,45	306,01	336,11	323,39	-3,73	2,70	-6,50	-2,82
S&P BNY África do Sul	224,08	223,83	221,65	199,87	184,00	0,11	1,10	12,11	21,78
S&P BNY Turquia	34,42	35,84	36,85	22,45	21,59	-3,98	-6,60	53,28	59,45

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 20/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.087	0,23	6,61	1,42	17,92
IBrX	57.407	0,21	6,49	1,70	18,24
IBrX 50	22.844	0,27	6,18	2,82	19,96
IEE	93.911	-0,32	5,30	-1,10	8,51
SMLL	2.192	0,06	7,81	-6,83	-1,83
ISE	3.777	0,01	8,62	0,36	8,96
IMOB	963	0,70	9,27	-4,75	3,21
IDIV	9.447	0,25	5,78	4,11	21,69
IFIX	3.383	0,01	0,53	2,15	5,39
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.949	-0,34	10,66	-9,99	7,49
IBrX	10.524	-0,36	10,54	-9,74	7,78
IBrX 50	4.188	-0,30	10,22	-8,74	9,35
IEE	17.216	-0,88	9,30	-12,22	-1,08
SMLL	402	-0,51	11,91	-17,31	-10,51
ISE	692	-0,56	12,75	-10,92	-0,67
IMOB	176	0,12	13,43	-15,46	-5,92
IDIV	1.732	-0,32	9,80	-7,60	10,93
IFIX	620	-0,55	4,35	-9,34	-3,93

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	07/08/24	365.067
jan/24	353.563	08/08/24	365.211
fev/24	352.705	09/08/24	365.760
mar/24	355.008	12/08/24	365.954
abr/24	351.599	13/08/24	367.023
mai/24	355.560	14/08/24	367.554
jun/24	357.827	15/08/24	366.347
jul/24	363.282	16/08/24	366.858

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	20/08/24	19/08/24	16/08/24	15/08/24	14/08/24	13/08/24
Índice	2.155,94	2.156,36	2.152,03	2.152,06	2.155,33	2.153,71
Var. no dia	-0,02%	0,20%	0,00%	-0,15%	0,08%	0,27%
Var. no mês	1,18%	1,20%	1,00%	1,00%	1,16%	1,08%
Var. no ano	4,39%	4,41%	4,20%	4,21%	4,36%	4,29%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 20/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,2200	34,2500	0,15920	0,15940
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4541	5,4547
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5931	36,6848	0,1487000	0,1491000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7780	0,7951
Colon (Costa Rica)	515,0800	521,2300	0,010460	0,010590
Coroa (Dinamarca)	6,7186	6,7191	0,8117	0,8119
Coroa (Islândia)	136,7800	137,1300	0,03977	0,03988
Coroa (Noruega)	10,5037	10,5073	0,5191	0,5193
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6380	22,6480	0,2408	0,2410
Coroa (Suécia)	10,2396	10,2421	0,5325	0,5327
Dinar (Argélia)	133,6028	134,1533	0,04066	0,04083
Dinar (Kuwait)	0,3055	0,3056	17,8472	17,8550
Dinar (Líbia)	4,7681	4,7904	1,1385	1,1440
Direitos Especiais de Saque ***	1,3433	1,3433	7,3265	7,3273
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,4847	1,4852
Dirham (Marrocos)	9,7009	9,7084	0,5618	0,5623
Dólar (Austrália)***	0,6740	0,6741	3,6761	3,6770
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4541	5,4547
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6825	2,7298
Dólar (Canadá)	1,3631	1,3632	4,0010	4,0017
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5319	6,6118
Dólar (Cingapura)	1,3061	1,3069	4,1733	4,1763
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4541	5,4547
Dólar (Hong Kong)	7,7889	7,7892	0,7002	0,7003
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6142	0,6147	3,3499	3,3530
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7384	6,8260	0,7990	0,8095
Euro (Comunidade Européia)***	1,1105	1,1107	6,0568	6,0585
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9968	3,0567
Franco (Suíça)	0,8576	0,8577	6,3590	6,3604
Guarani (Paraguai)	7571,6100	7586,7400	0,0007189	0,0007204
Hryvnia (Ucrânia)	41,3000	41,4400	0,1316	0,1321
Iene (Japão)	145,7000	145,7100	0,03743	0,03744
Lev (Bulgária)	1,7608	1,7613	3,0966	3,0979
Libra (Egito)	48,8500	48,9500	0,1114	0,1117
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3025	1,3028	7,1040	7,1064
Naira (Nigéria)	1550,0000	1600,0000	0,00341	0,00352
Lira (Turquia)	33,8942	33,8999	0,1609	0,1609
Novo Dólar (Taiwan)	31,9290	31,9590	0,17070	0,17080
Novo Sol (Peru)	3,7449	3,7462	1,4559	1,4566
Peso (Argentina)	943,5000	944,0000	0,00578	0,00578
Peso (Chile)	922,9400	923,6200	0,005905	0,005910
Peso (Colômbia)	4010,0000	4014,7200	0,001359	0,001360
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2273	0,2273
Peso (Filipinas)	56,5600	56,5800	0,09640	0,09644
Peso (México)	18,8880	18,9060	0,2885	0,2888
Peso (Rep. Dominicana)	59,4300	59,9100	0,09104	0,09178
Peso (Uruguai)	40,2400	40,2800	0,13540	0,13560
Rande (África do Sul)	17,8616	17,8663	0,3053	0,3054
Rial (Arábia Saudita)	3,7521	3,7523	1,4535	1,4538
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001298	0,0001299
Ringgit (Malásia)	4,3750	4,3800	1,2452	1,2468
Rublo (Rússia)	91,3955	91,4045	0,05967	0,05968
Rúpia (Índia)	83,7270	83,7820	0,06510	0,06515
Rúpia (Indonésia)	15430,0000	15440,0000	0,0003532	0,0003535
Rúpia (Paquistão)	278,1800	278,4900	0,01958	0,01961
Shekel (Israel)	3,6907	3,6926	1,4770	1,4780
Won (Coréia do Sul)	1331,7700	1332,4500	0,004093	0,004096
Yuan Renminbi (China)	7,1320	7,1335	0,7646	0,7648
Zloty (Polônia)	3,8520	3,8531	1,4155	1,4161

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2507,79	0,01240	439,8468	439,8952

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	20/08/24	19/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.834,97	40.896,53	-0,15	-0,02	8,35	18,36	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.719,82	19.766,49	-0,24	1,85	17,20	34,20	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.816,94	17.876,77	-0,33	1,24	18,69	34,05	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.597,12	5.608,25	-0,20	1,35	17,34	28,09	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.037,44	23.116,39	-0,34	-0,32	9,92	16,24	18.737,39	23.116,39
México	Cidade do México	IPC	53.991,06	54.104,68	-0,21	1,61	-5,92	1,50	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.345,35	Feriado	-1,15	-0,03	12,56	18,78	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	89.556,19	Feriado	0,70	-0,70	54,85	140,57	36.599,96	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.491,04	6.458,78	0,50	0,78	4,73	5,83	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.548,06	28.690,01	-0,49	-3,35	9,97	25,50	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.659.274,75	1.657.074,66	0,13	10,05	78,47	183,98	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.471,39	1.479,02	-0,52	-1,20	5,44	10,75	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.357,52	18.421,69	-0,35	-0,82	9,59	17,87	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.485,73	7.502,01	-0,22	-0,61	-0,76	4,49	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.075,62	33.266,32	-0,57	-2,04	8,97	19,14	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.068,22	4.084,74	-0,40	-1,50	9,72	13,67	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.712,57	2.739,17	-0,97	-1,42	18,79	27,73	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.087,80	11.102,50	-0,13	0,21	9,76	19,64	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.425,51	1.432,28	-0,47	-3,56	10,24	12,84	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	903,04	908,85	-0,64	-1,91	14,77	22,86	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	Feriado	Feriado	-	-2,39	19,24	28,54	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.717,15	84.884,54	-1,38	-0,75	6,70	22,96	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.678,04	6.723,81	-0,68	-0,45	4,40	11,58	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	961,60	976,50	-1,53	-10,68	-11,25	-8,16	961,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.527,29	2.540,83	-0,53	-3,14	5,38	17,79	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.266,56	12.275,24	-0,07	-0,41	10,13	13,17	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.982,28	10.054,20	-0,72	-6,17	33,63	32,86	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.043,65	2.041,49	0,11	2,28	8,95	10,49	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.783,31	83.799,31	-0,02	1,23	8,96	14,64	69.451,97	83.799,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.062,92	37.388,62	1,80	-2,66	13,74	21,02	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.207,60	8.194,80	0,16	-1,36	4,83	11,43	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.525,68	1.547,45	-1,41	-5,28	-16,99	-21,77	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.866,66	2.893,67	-0,93	-2,45	-3,64	-8,47	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.696,63	2.674,36	0,83	-2,67	1,56	7,67	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.511,08	17.569,57	-0,33	0,96	2,72	-2,45	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.802,86	80.424,68	0,47	-1,15	11,85	24,41	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.533,99	7.466,83	0,90	3,83	3,59	9,83	6.642,42	7.533,99
Tailândia	Bangcoc	SET	1.328,12	1.323,38	0,36	0,55	-6,20	-12,57	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.429,10	22.409,63	0,09	1,03	25,09	36,92	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

CNPJ/MF 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024.

Data, Hora e Local: No dia 29 de abril de 2024, às 17h00, realizada de forma exclusivamente digital, através de sessão de videoconferência, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 14 do Estatuto Social. **Convocação:** Os membros do Conselho de Administração ("Conselho") foram convocados por *e-mail* enviado em 22 de abril de 2024. **Presença:** Sven Robert Will, Marcelo Goldman, Celso Damadi, Tarcísio José Massote de Godoy, João Décio Ames, Humberto Faleiros Salles, João Carlos Cardoso Botelho, Alfredo Lalia Neto, Carlos Roberto Rafael, Roberto Piccoli, Camila Maria Silva Vidal, Anderson Fernandes Peixoto, Paulo Augusto Freitas de Souza, Paulo de Oliveira Medeiros e Antonio Clemente Campanário, conselheiros titulares, todos com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Sven Robert Will; Secretária: Margarida Costa. **Ordem do Dia:** Conforme documento anexo. **Para deliberação: Deliberação: 1. Comunicado de Renúncia do Conselheiro Suplente, Eduardo Fabiano Alves da Silva:** O Presidente do Conselho de Administração informou aos demais membros sobre o recebimento, pela Companhia, em 11 de abril de 2024, da carta datada de 03 de abril de 2024, que comunica a renúncia ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração, apresentada por Eduardo Fabiano Alves da Silva, eleito pelos acionistas, como membro suplente, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2024, cujo ato societário está em fase de homologação pela SUSEP, nos autos do Processo Eletrônico 15414.618192/2024-04. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho de Administração encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes com direito a voto. **Assinaturas:** A presente ata foi assinada por: Sven Robert Will – Presidente (ass.), Margarida Costa – Secretária (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Celso Damadi (ass.), Tarcísio José Massote de Godoy (ass.), João Décio Ames (ass.), Humberto Faleiros Salles (ass.), João Carlos Cardoso Botelho (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Carlos Roberto Rafael (ass.), Roberto Piccoli (ass.), Camila Maria Silva Vidal (ass.), Anderson Fernandes Peixoto (ass.), Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.) e Antonio Clemente Campanário (ass.), conselheiros titulares, todos com direito a voto. **Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.** Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024. **Mesa: Sven Robert Will - Presidente; Margarida Costa - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** NIRE: 333.0028479-6, Protocolo: 2024/00677940-2, Data do protocolo: 14/08/2024. Certifico o Arquivamento em 16/08/2024 sob o nº 00006400106. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 – EESC/USP - Nº da Licitação: 99009/2024

PROCESSO SEI Nº: 154.00004153/2024-76

Objeto: equipamentos de informática. **Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 21/08/2024. **Sessão de Disputa:** 04/09/2024 às 09h00. O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Sistema de Compras do Governo Federal"**, através do sítio www.compras.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 21/08/2024**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes, www.eesc.usp.br, www.imprensaoficial.com.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024 – SMMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 01-141268/2024

OBJETO: Aquisição, de mudas de flores e espécies vegetais e insumos ao Departamento de Arborização e Produção Vegetal - MAPV da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA.

PROPOSTAS: A partir do dia 22/08/2024, das 08h30 até o dia 06/09/2024, às 09h.

LANCES: 06/09/2024 das 09h05 às 09h35. Horários de Brasília/DF.

AS PROPOSTAS deverão ser encaminhadas via *internet* na data e horários determinados acima.

O EDITAL está à disposição dos interessados no Portal de Compras Eletrônicas do Município de Curitiba: https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/. Os interessados deverão observar as condições de participação e de apresentação da proposta de preço e dos lances descritas no sistema e-Compras Curitiba e no edital de embasamento.

José Roberto Martins Gomes Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN

AVISO DE LICITAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.014/2024 – Processo Administrativo: 20240177136 – SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de preços para aquisição de Medicamentos de Controle Especial da Portaria n° 344/98. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 05/SETEMBRO/2024, às 09h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.

Natal/RN, 20 de agosto de 2024.

Michele Coelho de Souza – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

Investimentos Desde edição do Plano Real, em julho de 1994, ganhos do Ibovespa se limitam a 45% do CDI, aponta fundador da JGP

No Brasil, 'bolsa é a lebre que perde a corrida para tartaruga'

Adriana Cotias
De São Paulo

O investidor que pegou o rali recente da bolsa pegou, mas quem não conseguiu aproveitar essa onda talvez seja melhor ficar nas alternativas de renda fixa, comentou André Jakurski, sócio-fundador da JGP, ao participar de evento do BTG Pactual.

Com a expectativa de aumento da Selic e opções com isenção fiscal que vitaminam o retorno das aplicações mais conservadoras para a pessoa física, não adianta tentar correr atrás do prejuízo em alternativas de maior risco, especialmente quem não conta com assessoria profissional.

O gestor colocou na conta que desde a edição do Plano Real, em 1º de julho de 1994, até aqui, o ganho do Ibovespa se limitou a 45% do CDI, o juro das trocas de mercado e que roda próximo à Selic.

Desde meados de junho o Ibovespa saiu de menos de 120 mil pontos para a casa dos 136 mil, com impulso neste mês. Paradoxalmente, o movimento veio casado com o endurecimento do discurso de integrantes do BC, sinalizando um aumento próximo de juros. No exterior, a leitura é de que o Federal Reserve, o banco central americano, deve começar a reduzir as suas taxas a partir de setembro.

Num país em que as taxas de dois dígitos prevalecem, com a Selic em 10,5% ao ano e previsões que a levam para a casa dos 12%, a fábula da lebre e da tartaruga é uma boa analogia para a bolsa, disse Jakurski.

"No Brasil, a bolsa é a lebre da corrida, é danada, mas cansa, porque é mal alimentada e a tartaruguinha dos juros vai andando, andando", afirmou. "Nós, ao contrário dos Estados Unidos, onde a lebre é forte, bem alimentada, às vezes dá uma travada, e a tartaruga é mais fraca, a bolsa ganha de lavada. Aqui é o juro que ganha de lavada da bolsa."

A anedota é importante para um país que não consegue ter juro real baixo, continuou Jakurski, e tem acesso a papéis de dívida que pagam mais de 6% e sem pagar imposto.

Mesmo nos EUA, onde a poupança da população normalmente é dividida em 60% em renda variável e 40% na renda fixa, o gestor disse esperar algum estresse com o processo eleitoral. Como há planos de subir o imposto de renda da pessoa física, Jakurski não descarta a hipótese de uma venda maciça de ações em dezembro para fugir desse aumento. "No frigir dos ovos, a economia está bem graças a um déficit fiscal gigantesco a pleno emprego, a atividade acima da capacidade. O juro precisa cair, mas o quanto está implícito no mercado hoje? Não. Com 5,25% a economia está rodando bem."

LEO PINHEIRO/VALOR
Jakurski, da JGP: injeção de liquidez por 20 anos viciou mercados e inflou ativos

Para ele, a injeção contínua de liquidez por 20 anos "foi a pior coisa do mundo", com os mercados financeiros ficando "viciados pelo QE" (o programa de afrouxamento quantitativo) e "vivendo uma ilusão monetária". Foi esse dinheiro que inflou o preço dos ativos.

> "O Galípolo, na minha visão, está numa situação muito confortável para uma puxada de juros"
> *Rogério Xavier*

No Brasil, com um déficit nominal de 10%, nível que o país só atingiu duas vezes, na crise da pandemia e durante a "confusão" do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), tem algo ajudando a economia e o BC não deve ter alternativa a não ser elevar a Selic, disse Jakurski.

"A pressão que tem no 'pipeline' de inflação é verdadeira, não tem nada a ver com déficit de 0,3%, 0,4%, 0,7%. O mercado busca certas referências, mas se aumentar o juro em 1 [ponto percentual] 1,5, não sei se vai fazer uma diferença tão dramática [para a atividade]", afirmou. "Acho que o BC tem uma missão, porque não está dentro da meta de inflação perseguida, determinada pelo Conselho Monetário Nacional."

Para André Esteves, chairman e sócio sênior do BTG Pactual, como o déficit primário foi de 2,5% no ano passado e para este a estimativa é que caia para 0,5%, já haveria uma contração fiscal que faria diminuir o déficit nominal. Não seria o caso de esperar em vez de colocar uma variável fora do lugar para consertar outra?

Se o BC em transição de mandato não tivesse que comprovar a sua credibilidade, seria normal avaliar mais dados, disse Jakurski. No meio do ruído, com ataques do presidente Lula a Roberto Campos Neto, atual presidente do BC, o nome mais cotado para o posto, o diretor de política monetária Gabriel Galípolo, escolhido por Lula, adotou um discurso pró-aperto monetário. "Se vai aumentar ou não, eu não sei, mas sei que a regra do BC é que se a inflação está fora meta tem que aumentar os juros. É só isso, mecanicamente, que analiso."

Luis Stuhlberger, sócio-fundador da Verde Asset, afirmou que a situação chegou a esse ponto porque o dólar começou a subir e a moeda tem impacto no preço dos alimentos. Com isso, Brasília se assustou e começou a articular essa reconquista da credibilidade. Foi dando mais confiança para o BC e no discurso de que vai controlar o déficit.

"As duas coisas estão em processo de acontecer, não acho que se subiria o juro somente com a inflação fora meta, talvez mantivesse, esperasse um pouco mais, mas a conjunção das coisas, depois de tudo que Galípolo falou, ficou no córner. O BC não pode ser o cão que ladra, mas não morde. Ele foi além", afirmou.

Com previsão de gastos da ordem de R$ 1,6 trilhão com previdência e outros benefícios sociais em 2025, o gestor disse que na conta das operações de arbitragem, os juros importam. "Quando o fundamento é ruim, parte da atração [de investimentos] para a moeda, para carry [carrego], [o aumento] faz diferença", continuou Stuhlberger.

Todo dirigente de BC quando assume precisa ganhar a sua credibilidade, disse Rogério Xavier, sócio-fundador da SPX. "O Galípolo, na minha visão, está numa situação muito confortável para uma puxada de juros", afirmou. "A comunicação de alta de juros pelo BC já está na imprensa, no político, já foi combinada com Lula, a inflação está acima da meta, a economia está performando bem (...) Não vai parecer loucura [aumentar], vai ser em benefício dele em relação à credibilidade."

Ações de varejistas esboçam reação após desempenho fraco no ano

Isabel Filgueiras
De São Paulo

Empresas de varejo precisam de um ambiente econômico propício ao consumo, com menos inflação e juros baixos, para melhorarem seus resultados. É assim, com margens promissoras, que elas se tornam atrativas para quem investe em bolsa. Em momentos de aperto monetário, quando o Banco Central (BC) precisa subir os juros para conter o avanço dos preços, essas companhias passam por mais solavancos que outros setores.

Para muitos analistas, não é uma surpresa que as ações de varejistas estejam na lanterna do Ibovespa no acumulado deste ano, algo que se repete desde 2022. Além dos juros altos, que reduzem os compradores e encarecem o crédito, a concorrência estrangeira também contribuiu com uma parte do estrago.

Mas em agosto, o jogo virou e algumas varejistas figuram entre as 20 ações com maior alta no mês. As ações do Pão de Açúcar (GPA) subiram 25,7%, enquanto as do Magazine Luiza tiveram alta de 25,8% e as da Lojas Renner, de 28,2%. "O movimento positivo das ações de varejo depende de uma série de variáveis, mas num contexto de início de cortes por parte do banco central americano, menos ruído político e fiscal no Brasil e uma continuidade desse cenário mais positivo de andamento da economia local, eles poderiam continuar tendo bom desempenho", afirma Priscila de Araújo, gestora da O3 Capital.

Mesmo depois do início do ciclo de cortes da Selic, em agosto de 2023, esses papéis continuaram em queda. Só agora, com mudança nos ânimos no exterior, veio o ímpeto de avanço. O analista da Suno Research, João Daronco, explica que, neste momento, o desempenho da bolsa no Brasil está mais correlacionado às taxas nos EUA que às locais. A recuperação das varejistas brasileiras coincide com a expectativa de corte de juros nos EUA em setembro, mas também conta com indicadores nacionais a seu favor. Segundo Daronco, a melhora no ambiente fiscal do Brasil foi positivo para despertar o apetite a risco e atrair de volta os investidores estrangeiros. A expectativa do especialista é que, após o corte nas taxas americanas, a bolsa brasileira deverá ver uma melhora na chegada de estrangeiros. Depois de tirarem R$ 43,3 bilhões da bolsa este ano, esse público voltou a fazer mais aportes que saques. Julho foi o primeiro mês de saldo positivo no fluxo estrangeiro, indicando uma retomada de investimentos. Agosto se encaminha para superar o mês anterior, com acumulado de R$ 6,5 bilhões somente na primeira quinzena.

"Tradicionalmente, eles investem nos papéis mais líquidos, em seguida diversificam nas small caps (empresas menores). Por terem menos liquidez, qualquer volume de recursos pode vir a mexer muito na cotação", diz.

Bruna Sene, analista de renda variável da Rico, vê um cenário benigno para as varejistas de agora em diante, com oportunidades nos próximos meses, mas defende que o investidor deve ter cautela porque o cenário está muito volátil. "Nossa bolsa está se recuperando de uma forma mais forte porque estava muito para trás no primeiro semestre, por conta de todos aqueles ruídos fiscais. Por isso, está descontada historicamente e na comparação com outros mercados emergentes", diz.

> **28,2%**
> **é a alta acumulada das ações da Lojas Renner em agosto**

Sene destaca ainda que o setor apresentou bons balanços no segundo trimestre de 2024. "Tivemos surpresas positivas para esse segmento. Talvez nossa régua estivesse baixa, mas os resultados vieram melhores que o esperado", afirma. De acordo com um levantamento da Rico: 59% das varejistas apresentaram receitas acima do esperado; 59% delas mostraram Ebtida (lucro antes de juros, impostos e amortizações) além das expectativas; 82% delas tiveram lucro líquido maior que as previsões.

Na visão de Daronco, da Suno, empresas com resultados fortes mesmo no cenário difícil do último ano são o destaque da temporada. "Renner se mostrou mais bem posicionada. E Track n Field é um varejo um pouco mais seletivo, não engloba tudo, é mais nichado. Essas ações tiveram desempenhos interessantes operacional", avalia. Para ele, Casas Bahia, Magalu e comércio farmacêutico também trouxeram bons números.

Sobre os importados, agora com alíquota de 20%, os especialistas afirmam que os impactos são limitados e ainda difíceis de prever. A medida beneficia as empresas nacionais, mas há outros fatores, entre eles o câmbio, que podem interferir com a dinâmica concorrencial.

Valor investe.com
Leia mais sobre investimentos no site
www.valorinveste.com

O mercado e a Lava-Jato, dez anos depois

Palavra do gestor

Marcelo Trindade

Muitas vezes advogados e economistas divergem sobre a melhor forma de abordar um problema. Nas palavras de Jean Tirole, Nobel de Economia em 2014, os economistas veem o direito principalmente como "um conjunto de incentivos: a perspectiva de uma multa ou de uma prisão nos dissuade de infringir as regras do trânsito, roubar ou cometer outros delitos" (Economia do Bem Comum, Zahar, 2020).

Os advogados, por sua vez — ainda segundo Tirole —, embora reconheçam a importância dos incentivos, consideram que leis e regulamentos "expressam valores sociais". Por isso, para ele, quando se trata de política pública os juristas não contam "exclusivamente com as sanções e os incentivos financeiros para obter dos agentes econômicos um comportamento pró-social".

Essas diferentes visões ajudam a explicar por que, na última semana, diante da divulgação de mensagens entre assessores do ministro Alexandre de Moraes, houve tanta discordância quanto à importância de separar a atuação de investigadores, acusadores e juízes. Para alguns, o tema é um pilar do sistema legal. Quem investiga e acusa não pode julgar, pois a investigação e a acusação formam uma opinião pré-concebida que afeta a independência do julgamento — ou ao menos a percepção geral quanto àquela independência.

Pela mesma razão, no caso da Lava Jato, a revelação das comunicações entre o juiz e os procuradores encarregados da investigação e da acusação gerou, entre muitos, a percepção de irreversível contaminação da legitimidade das condenações — agravada, é verdade, pela má impressão antes causada pelo fato de o mesmo juiz abandonar sua carreira para tornar-se ministro do principal beneficiado pela inelegibilidade de um dos condenados.

Para o direito, os fins nunca justificam os meios. Um exemplo simples: a existência de penas severas é normalmente considerada importante como meio de incentivo e dissuasão. Mas a tortura e, na maior parte dos países, a pena de morte, são proibidas, porque a busca pela máxima eficiência encontra limite diante de valores éticos e sociais considerados superiores à busca pela verdade ou ao desincentivo gerado pela punição.

Quando as primeiras prisões determinadas no âmbito da Operação Lava-Jato completam dez anos, e o inquérito das fake news (inquérito 4781) segue aberto há mais de cinco anos no Supremo Tribunal, o debate sobre a ponderação entre incentivos e valores merece ser aprofundado, especialmente porque tal debate tem sido frequentemente usurpado por quem busca, na verdade, dele extrair benefícios privados, contrários ao interesse da coletividade.

Vale resumir como chegamos até aqui. A resposta mais visível da classe política às intensas manifestações populares de junho de 2013 foi a aprovação, em agosto daquele ano, da Lei Anticorrupção (lei 12.846). A lei passava a responsabilizar as empresas que corrompessem agentes públicos (sanção), mas concedia benefícios àquelas que adotassem "mecanismos e procedimentos internos de integridade" (incentivo).

Naquele mesmo agosto de 2013, o Congresso aprovou a lei 12.850, que entre outras coisas introduziu no sistema penal brasileiro a colaboração premiada, autorizando o juiz a "conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos" do criminoso que colaborasse com a investigação. Em busca da sanção e do exemplo por ela gerado, incentivava-se a confissão.

Pouco depois, em 2014, ocorreram as primeiras prisões no âmbito da Lava-Jato, e, em 2015, as primeiras delações premiadas, que desnudaram os esquemas da corrupção endêmica no Brasil. E para completar, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as doações de empresas para campanhas eleitorais, fechando boa parte das torneiras de dinheiro. O resultado foi imediato: o Brasil testemunhou uma verdadeira revolução na cultura de observância das normas legais e éticas pelo setor privado.

Compliance virou a palavra de ordem entre as empresas, auditores e advogados. Como ocorrera quando das privatizações, rapidamente adquirimos know-how com os grandes escritórios americanos sobre investigações internas, desenho de programas de ética e conduta e estruturas de controle. Em pouco tempo a mesma tecnologia passou a ser usada nas investigações sobre fraudes corporativas que não envolvessem corrupção. As novas leis e sua aplicação efetiva constituíam um potente incentivo econômico para que as empresas combatessem a corrupção.

Tudo isso começa a mudar a partir de 2019, com a Vaza-Jato. À perda de confiança no Ministério Público e no Judiciário, amplificada pela primeira leva de decisões do STF relativas à Lava-Jato, somam-se novas leis restringindo investigações e punições e assegurando financiamento público de campanha em montantes obscenos. Mais tarde, e com efeito devastador, sobrevêm as decisões do Supremo anulando provas robustas e os efeitos de delações premiadas, tudo de uma penada.

Agora, a confusão entre investigação e julgamento volta às manchetes, mas desta vez apoiada pelo STF. Diante da concreta e irrefutável ameaça à democracia durante as eleições de 2022, sugere-se que os fins justificam os meios, e eterniza-se um inquérito conduzido por um dos membros da mesma corte que julga as acusações dele decorrentes.

Dez anos depois do início da Lava-Jato, pouco a pouco esmaecem tanto os incentivos caros aos economistas quanto os valores sociais que movem os juristas. Constata-se que um juiz aconselhou os acusadores, anulam-se confissões de ilícitos comprovados e tolera-se que um mesmo tribunal investigue e julgue. O saldo é de descrença na seriedade do sistema, na efetividade das normas e na estabilidade das relações jurídicas, o que incentiva o descumprimento da lei e dos contratos. Para o mercado, mas principalmente para o país e sua população, nada pode ser pior.

Marcelo Trindade é advogado e professor da PUC-Rio. Foi diretor e presidente da CVM

TST
Banco pagará horas extras a coordenador que ficava com celular nos fins de semana
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
M&A, planejamento tributário e as regras do jogo
E2

TRF-1
Usina eólica precisa de estudo de impacto ambiental
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Fiscal 9ª Câmara de Direito Público do TJSP adotou valor patrimonial contábil para cálculo do ITCMD

Tribunal reduz valor de imposto sobre doação de cotas de holding familiar

Marcela Villar
De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reduziu a base de cálculo do ITCMD em uma doação de cotas de sociedade fechada. Por maioria, a 9ª Câmara de Direito Público adotou o valor patrimonial contábil de uma holding familiar, e não o venal ou o de mercado, como defendia a Fazenda paulista, o que aumentaria o valor do imposto em quase R$ 200 mil.

A operação envolve doação de cotas de filhas para um pai, em abril de 2023. A peculiaridade é que a holding tinha patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos) de R$ 4 milhões, menor que o capital social, de R$ 6 milhões, o que impediu o recolhimento do tributo no sistema da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP). Por isso, o patriarca entrou com o mandado de segurança para conseguir pagar o imposto usando o valor patrimonial como base de cálculo.

O precedente é importante, segundo tributaristas, e reforça a jurisprudência favorável aos contribuintes. Porém, destacam, as decisões dependem muito do caso julgado. No analisado pela 9ª Câmara de Direito Público, por exemplo, o relator, desembargador Ponte Neto, votou com a Fazenda.

A divergência decorre das diversas interpretações a respeito da previsão legal a ser aplicada. Enquanto o Estado entende que deve ser a Constituição Federal, que institui o ITCMD e seu fato gerador, e o Código Tributário Nacional (CTN), que determina a base de cálculo, os contribuintes entendem que a Lei Estadual 10.705/2000 é que deve ser considerada nessa situação.

DIVULGAÇÃO
Tatiana Chiaradia: é difícil apurar o valor de mercado de uma holding familiar, pois não há ações negociadas em bolsa

Na lei, redigida e posteriormente regulamentada pelo Estado de São Paulo, o artigo 9º estabelece como base para a incidência "o valor venal do bem ou direito transmitido", assim entendido como "o valor de mercado do bem ou direito na data da abertura da sucessão ou da realização do ato ou contrato de doação". Porém, no artigo 14, diz que será admitido o valor patrimonial quando as ações não forem "objeto de negociação ou não tiver sido negociado nos últimos 180 dias". É nesse dispositivo que se agarram os contribuintes.

> "O contribuinte pode escolher o caminho menos oneroso"
> *Marcelo Bolognese*

Para o desembargador escolhido para relatar o acórdão, Décio Notarangeli, não há "menção expressa no ordenamento jurídico referente ao conceito de valor patrimonial", mas a "jurisprudência do tribunal concluiu que a base de cálculo do ITCMD é o valor patrimonial contábil líquido". No caso, esse valor é "o produto da divisão do valor em reais do patrimônio líquido pelo número de quotas, segundo a variação da Ufesp [Unidade Fiscal do Estado de São Paulo] da data do balanço patrimonial anterior até o momento do fato gerador", diz Notarangeli (processo nº 1015171-63.2023.8.26.0037).

Ele afastou a tese do Estado de São Paulo que busca a adoção do valor patrimonial real, fruto do "balanço de determinação". Esse balanço, segundo Notarangeli, tem como finalidade a "reavaliação dos ativos e a conferência dos lançamentos", mas não tem repercussões tributárias. "O que o Fisco pretende não tem respaldo na lei tributária em sentido estrito", afirma o desembargador.

Ele ainda diz que, no caso, "não se trata de doação direta de bens imóveis e móveis integrantes do ativo imobilizado, mas apenas de transmissão de cotas societárias". No voto, também cita precedentes do TJSP, que vem adotando esse entendimento desde 2022, nas 8ª, 9ª, 10ª e 13ª Câmaras de Direito Público (processos nº 1000481-49.2023.8.26.0483 e nº 1005713-45.2023.8.26.0482).

Para a tributarista Tatiana Chiaradia, sócia do Candido Martins Advogados, que defendeu o contribuinte no processo, é difícil apurar o valor de mercado de uma holding familiar, pois não há ações negociadas em bolsa e, muitas vezes, não há intenção de venda do patrimônio. Ela reforça que não existe ilegalidade na constituição desse tipo de estrutura.

"Nada mais é do que um instrumento de planejamento e organização", diz. "É muito mais fácil transitar entre a família cotas e ações do que transitar vários imóveis, carros e veículos. Fica muito mais fácil administrar", adiciona a advogada.

Na visão dela, as discussões judiciais contra as holdings familiares se inserem em um movimento de "sanha arrecadatória" dos Estados nos últimos anos. "Apesar de estar tudo na lei e na jurisprudência, São Paulo não se cansa, não pode deixar passar um caso, porque qualquer caso vira mais um precedente contra ele", afirma. Essa atitude, porém, traz insegurança para os contribuintes. "Sempre traz uma grande incerteza tanto para os escritórios que trabalham nessa área quanto para as famílias. A gente não consegue falar que não vai ter risco", conclui.

Marcelo Bolognese, sócio do Bolognese Advogados, diz que o TJSP tem firmado entendimento de que o valor patrimonial líquido, que nada mais é do que o patrimônio líquido, é que deve ser considerado como base de cálculo do ITCMD. "Numa primeira análise, é realmente aquilo que representa a riqueza da empresa, ela vale seu patrimônio líquido", afirma. Segundo ele, o tribunal não tem admitido qualquer tipo de arbitramento pelo Fisco. "O Fisco pode até não concordar, mas tem que ter uma métrica."

Além de existirem questionamentos sobre o conceito de valor patrimonial, a Sefaz-SP e contribuintes divergem sobre qual o balanço contábil deve ser considerado para fins de apuração do imposto. Para o Estado, é o balanço mais recente, mesmo que depois do fato gerador, isto é, da própria doação ou transmissão de bens.

Bolognese, porém, diz que o contribuinte pode escolher o caminho menos oneroso. "Na falta de um critério objetivo para dizer qual a base de cálculo do ITCMD, como o contribuinte atualizou o último balanço até o fato gerador, atende aos requisitos da legislação, então para que usar o balanço de determinação se a base seria maior? Como na escolha do lucro real ou presumido, pode se optar pelo caminho menos oneroso, desde que as formas sejam lícitas."

Em nota ao Valor, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) disse que o acórdão do TJSP não foi unânime e que já interpôs embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento. "A tese dos contribuintes contraria as disposições legais sobre a matéria (artigos 9º, parágrafo 1º, 11 e 14, parágrafos 1º e 3º, da Lei Estadual nº 10.705, de 2000, e artigo 38 do CTN)", afirma.

O órgão cita, no texto, precedentes do TJSP e do Superior Tribunal de Justiça (AREsp 2482953). A decisão do STJ mencionada, porém, não analisou o mérito do recurso, pois incidiu a Súmula 7, que veda o reexame de provas pela Corte.

Herdeiro consegue parcelar ou pagar ITCMD menor

Laura Ignacio
De São Paulo

Para tentar fazer com que a sucessão patrimonial pese menos no bolso, alternativas vêm sendo adotadas para reduzir os custos do inventário e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) — tanto nos casos de antecipação de doação quanto nos de recebimento de herança após a morte. Além da possibilidade de discussão judicial sobre a base de cálculo do imposto, há cada vez mais opções de parcelamento do ITCMD diretamente com o Estado e startups começam a enxergar um novo mercado nos procedimentos feitos em cartório.

Em um movimento de desjudicialização desde o ano de 2007, a Lei nº 11.441 autoriza a lavratura de inventários em cartório no Brasil. Com isso, já foram lavrados mais de 2,3 milhões de registros públicos dessa natureza, sendo o pico nos anos de 2021 e 2022, quando foram registrados 251 mil e 250 mil inventários no país, respectivamente, de acordo com a 5ª edição do relatório chamado "Cartório em Números".

Segundo Daniel Duque, CEO da startup Herdei, com inventários extrajudiciais, pelo menos R$ 5 bilhões foram economizados aos cofres públicos desde a edição dessa legislação. "O custo do inventário extrajudicial para o contribuinte em São Paulo é em média de R$ 324,00. No judicial, soma-se mais R$ 2 mil, o que ultrapassa 20% do patrimônio médio", afirma ele. "No cartório, o procedimento é mais rápido e dura até dois meses. No Judiciário, são cinco, seis anos de processo."

Mas Duque percebeu que muitas pessoas ainda ficavam sem acesso à herança por causa dos altos custos de um inventário. Foi então que ele e seu sócio criaram a "Herdei", startup que oferece planos de pagamentos flexíveis nesses processos. "Fazemos a avaliação de risco para saber qual opção cabe para aquele perfil de cliente, se boleto em até 60 vezes, ou pagamento no cartão em até 12 parcelas, PIX", diz. "A desjudicialização veio como oportunidade de negócio", acrescenta.

De acordo com o artigo 611 do Código Civil, o inventário deve ser aberto até dois meses a contar da data da morte. Além desse prazo, há critérios para o procedimento poder ser lavrado em cartório. Deve haver, por exemplo, consenso entre os herdeiros quanto à partilha dos bens.

Ontem, porém, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, mudanças em relação a outros requisitos. Em breve, o inventário poderá ser feito fora do Judiciário, mesmo com a presença de menores ou incapazes entre os herdeiros, de acordo com Andrey Guimarães Duarte, diretor do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF).

"Desde que o Ministério Público aprove e o pagamento do quinhão do menor ou meação do incapaz ocorra em parte ideal [todos terão uma cota, sem qualquer prejuízo]", explica. "Se houver testamento, ele poderá ser aberto em juízo e o magistrado autorizar a realização no cartório", acrescenta.

Além disso, conforme Duarte, se o herdeiro tiver bens, mas não liquidez para arcar com os custos do procedimento e do ITCMD, poderá, por meio de escritura pública, nomear um inventariante que venderá os bens do espólio. "Hoje, é comum uma pessoa receber um imóvel de R$ 1 milhão, não ter R$ 40 mil para quitar o ITCMD e ficar sem fazer o inventário", diz.

Esses novos critérios para o inventário extrajudicial, contudo, só começam a valer após a publicação da decisão do CNJ e elaboração de um ato normativo que, segundo Duarte, dirá como e a partir de quando tudo se dará na prática.

Seja no cartório, seja no Judiciário, o ITCMD é cobrado sobre a herança e a doação. Atualmente, a alíquota varia de 4% a 8% nos Estados. Mas com a aprovação da reforma tributária, no primeiro semestre deste ano (EC nº 132), o percentual será progressivo: quanto maior o patrimônio, maior a alíquota.

Como esse imposto é pesado, os Estados passaram a oferecer parcelamentos especiais. No caso de morte, o governo paulista permite o recolhimento com 5% de desconto, à vista, em 90 dias (Decreto n° 46.655, de 2002). No caso de doação, o imposto pode ser recolhido em até 12 prestações mensais, com parcela mínima de R$ 1.060,80 corrigidas pela Selic mais 1% ao mês.

Já no Rio, em maio do ano passado, o Estado aumentou o prazo de parcelamento do ITCMD (chamado de ITD por lá) de 24 para até 48 prestações, esteja o imposto vencido ou não, com base na Resolução da Secretaria da Fazenda nº 680, de 2013.

As medidas são estratégicas. O ITCMD representa valores significativos para o caixa dos Estados. Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), a arrecadação do imposto é crescente e no ano passado alcançou R$ 4,2 bilhões. A Sefaz do Rio informa que, em 2023, 2022 e 2021, ultrapassou R$ 1,5 bilhão por ano.

Mas ainda há quem prefira arcar com o custo de uma ação judicial para tentar reduzir a base de cálculo do ITCMD. No caso de bem imóvel no Estado de São Paulo, a principal tese é a que afasta o uso do valor venal de referência do cálculo do ITBI. "Como em 2022 o valor venal de referência foi declarado ilegal pelo STJ [Superior Tribunal de Justiça], por meio do Tema 11.113, essa é uma causa ganha, não tem como perder", afirma a advogada Kelly Durazzo, sócia do Durazzo e Medeiros Sociedade de Advogados.

A diferença do imposto pode ser muito grande, segundo Kelly. "Acabei de entrar com uma ação judicial para receber de volta R$ 1,8 milhão que um banco pagou a mais de ITCMD por ter usado o valor de referência no cálculo", diz. Segundo a tributarista, além de São Paulo, essa tese pode ser usada em todos os Estados do país, como Rio e Salvador, que já impuseram o valor venal de referência como base de cálculo.

DIVULGAÇÃO

> "Desjudicialização veio como uma oportunidade de negócio"
> *Daniel Duque*

Já no caso em que o bem doado são cotas de holding familiar, a discussão judicial predominante é se a base de cálculo do ITCMD é o valor patrimonial contábil — como defendem os contribuintes — ou o valor venal — como alega o Fisco. Recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu a favor do contribuinte (leia mais acima).

M&A, planejamento tributário e as regras do jogo

Opinião Jurídica

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

O charme que circunda o mercado de M&A contrasta com sua complexidade estrutural. Quem atua de verdade no segmento bem sabe que, sem suar camiseta por 365 dias ou mais, ficará apenas a ver o pó de um "sucess fee" belissimamente previsto em letras de um contrato irrealizado. Aqui, não há mágicas nem atalhos. Da tese financeira à pulsante realidade negocial, vai longo caminho, sinuoso e desafiador.

Sim, é possível que, diante de raro alinhamento planetário, uma transação se efetive em 9 ou 10 meses. A regra geral, todavia, faz indicar que um time altamente técnico, com conhecimentos plurais e complementares, vão ficar dedicados por mais de ano, a contar da originação, mergulhando em números contábeis e informações empresariais, preparando memorandos, montando narrativas e avenidas de crescimento, selecionando potenciais investidores para, diante de propostas não vinculantes, adentrarem na diligência e, mediante sustentação das premissas apresentadas, conseguir desembocar na fase final de contratos vinculantes e suas validações entre o signing e o closing.

Além de todo o trabalho financeiro, a construção do deal, em sua complexa lógica estrutural, traz consigo, não raro, elaboradas soluções jurídicas com vistas a gerar economia tributária. Sabidamente, em determinadas situações, o impacto fiscal é variável importante da equação geral do negócio, levando times jurídicos extremamente qualificados a se debruçarem sobre a realidade material da transação e, mediante exaustiva dialética jurídica, viabilizarem lícitas incidências de redução do efeito tributário. Sem cortinas, a partir do momento que a Constituição protegeu a propriedade privada (artigo 5°, XXII) e tutelou a livre iniciativa (artigo 170), o dever de pagamento tributário com máxima economia possível passou a ser direito potestativo do contribuinte.

Infelizmente, no chão da vida, o direito fundamental à economia tributária nem sempre recebe o merecido prestígio constitucional. Ao invés de titular de direitos, o contribuinte muitas vezes é transformado em suspeito de ilicitudes. Assim, num instalar de dedos, complexas e bem pensadas soluções jurídicas são tratadas como artificialismos profanos, fruto de imaginações irreais como se realizadas unicamente para lesar o Fisco e, não, nos termos da lei, para proteger o direito à propriedade privada, constitucionalmente assegurado.

Quanto ao ponto, cabe realçar que não se está aqui a defender arranjos fraudulentos e ilegais, arquitetados exclusivamente para burlar deveres e obrigações fiscais. A lei é senhora da realidade e árbitra imparcial dos fatos da vida. Logo, quando o contribuinte se organiza licitamente — com inteligência, exatidão e técnica jurídica —, exercendo com limpidez seu direito de economia tributária, tal opção deve ser respeitada pelo Fisco, somente podendo ser questionada e eventualmente desconstituída à luz de preceitos inerentes ao devido processo legal (administrativo e judicial), contraditório, ampla defesa e dever exauriente de motivação administrativa.

Objetivamente, o fato de o Fisco desgostar de dado planejamento tributário não é causa suficiente para invalidá-lo. Isso porque atos jurídicos perfeitos não se desfazem por imperfeitos ímpetos arrecadatórios. Em tempo, ao analisar a constitucionalidade do artigo 116, parágrafo único, do CTN (norma geral antielisão), o voto condutor da ministra Cármen Lúcia consignou de forma expressa que "a desconsideração autorizada pelo dispositivo está limitada aos atos ou negócios jurídicos praticados com intenção de dissimulação ou ocultação desse fato gerador", vindo a realçar que "a norma não proíbe o contribuinte de buscar, pelas vias legítimas e comportamentos coerentes com a ordem jurídica, economia fiscal, realizando suas atividades de forma menos onerosa, e, assim, deixando de pagar tributos quando não configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido licitamente evitada" (ADI n° 2446/DF, Plenário STF, j. 11.04.2022).

Como se vê, a menor onerosidade fiscal traduz direito fundamental do contribuinte, sendo, portanto, ônus impostergável do poder tributante demonstrar material e fundamentadamente a intenção de dissimular ou ocultar o fato gerador, sob pena de agir fiscalizatório abusivo, injustificado e arbitrário. Em linha de reforço, o egrégio STJ recentemente fez ecoar que "se a preocupação da autoridade administrativa é quanto à existência de relações exclusivamente artificiais (como as absolutamente simuladas), compete ao Fisco, caso a caso, demonstrar a artificialidade das operações, mas jamais pressupor que o ágio entre partes dependentes ou com o emprego de 'empresa-veículo' já seria, por si só, abusivo" (REsp n° 2026473/SC, j. 05.09.2023).

Por tudo, o estabelecimento de uma economia de mercado séria e concorrencial pressupõe balizas firmes de segurança jurídica e estabilidade das relações negociais. O país só tem a ganhar com o incremento das operações de M&A e a consolidação do mercado de private equity como um todo, potencializando o crescimento das empresas, abrindo oportunidades a seus colaboradores, catapultando lucros privados e consequentes incidências fiscais, em uma ordem juridicamente justa. E somente haverá justiça tributária quando o direito à menor onerosidade fiscal deixar de ser mera retórica em uma realidade de arrecadação injusta.

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr. é advogado, conselheiro do Instituto Millenium

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº **6057.2024/0002891-0** - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, **Nº 27/SUB-CS/2024**

Por empreitada **por preço Global** - Objeto: **Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de revitalização da tv. Acácia-mimosa - Grajaú, São Paulo - SP** - Data/hora da sessão pública: **09/09/2024, às 09:30 horas -** Local: www.compras.gov.br, Subprefeitura Capela do Socorro, **CÓDIGO UASG: 925068 -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/.

Cury Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 08.797.760/0001-83 - NIRE 35.300.348.231 - Código CVM nº 02510-0

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 05/08/2024, às 17h, na sede social na Rua Funchal, nº 411, 13º andar, conjunto 132-D, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-060. **Convocação:** Dispensadas todas as formalidades para a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único, do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"). **Instalação e Presença:** Constatada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, com a participação por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 19 do Estatuto Social, a reunião foi devidamente instalada. **Composição da Mesa:** Presidência da Mesa, **Ronaldo Cury de Capua**; e, Secretário, **Miguel Maia Mickelberg**. **Ordem do Dia e Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou comentários, deliberaram: 1. Aprovar o 2º ITR/24, cuja divulgação nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Companhia deverá ser promovida no dia 06/08/2024; 2. Aprovar a constituição do Comitê de ESG, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração; 3. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de ESG, conforme cópia devidamente arquivada na sede da Companhia, a qual deverá ser oportunamente divulgada nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia; 4. Aprovar a eleição dos seguintes membros do Comitê de ESG, com mandato de 02 anos a contar da presente data: **(i) Viviane Regina Mansi**, RG nº 30.864.439-6-SSP/SP, CPF nº 276.421.068-07, domiciliada em São Paulo/SP, na Rua Funchal, 411, 13º andar, CEP 04551-060, para ocupar cargo de Coordenadora do Comitê de ESG; **(ii) Luiz Gustavo de Souza Benguigui**, RG nº 56.880.317-6-SSP/SP, CPF/MF nº 636.365.577-34, domiciliado na Rua Funchal, 411, 13º andar, CEP 04551-060, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de membro do Comitê de ESG; **(iii) Nádia Daniela dos Santos**, RG nº 27.027.046-3-SSP/SP, CPF/MF nº 250.051.248-70, domiciliada na Rua Funchal, 411, 13º andar, CEP 04551-060, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de membro do Comitê de ESG. **(iv) Daniela Lima de Oliveira,** RG nº 32.877.135-1-SSP/SP, CPF/MF nº 282.627.268-39 domiciliada na Rua Funchal, 411, 13º andar, CEP 04551-060, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de membro do Comitê de ESG. **(v) Kauê dos Santos Nogueira Morato Santarelli**, RG nº 34.150.834-2-SSP/SP, CPF/MF nº 318.753.448-10, domiciliado na Rua Funchal, 411, 13º andar, CEP 04551-060, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de membro do Comitê de ESG. 4.1. Consignar que os membros ora eleitos atendem às regras de composição do Comitê de ESG previstas no Regimento Interno do Comitê de ESG e na Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês da Companhia. 4.2. Consignar que os membros ora eleitos estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, o respectivo termo de posse acompanhado da declaração de desimpedimento para exercício do cargo. 5. Tomar conhecimento de apresentação realizada pelo Comitê de Auditoria Não Estatutário, conforme cópia devidamente arquivada na sede da Companhia, que teve por objeto, dentre outras questões, apresentar as alterações propostas à Política de Gestão de Riscos da Companhia, com enfoque nos fatores de riscos ajustados, nova matriz de riscos e o Relatório Socioambiental da Companhia; 6. Aprovar a alteração da Política de Gestão de Riscos da Companhia, conforme cópia devidamente arquivada na sede da Companhia, a qual deverá ser oportunamente divulgada nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia; 7. Aprovar a celebração dos aditivos aos contratos de outorga firmados com os beneficiários do Plano ILP, de modo a refletir novas condições de outorga à luz das alterações aprovadas na AGOE 2024, conforme cópias dos documentos que ficam devidamente arquivados na sede da Companhia; 8. Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a efetivação das matérias aprovadas na presente reunião. **Encerramento:** Nada havendo mais para tratar e deliberar, o Presidente da Mesa providenciou o encerramento da reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida a aprovada, foi assinada por todos os conselheiros presentes. A presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 05/08/2024. **Mesa:** Ronaldo Cury de Capua - Presidente da Mesa, Miguel Maia Mickelberg - Secretário da Mesa. **Conselheiros de Administração Presentes:** Fabio Elias Cury, Raphael Abba Horn, Ronaldo Cury de Capua, Miguel Maia Mickelberg, Luiz Antonio Nogueira de França, Viviane Regina Mansi. **JUCESP** nº 302.159/24-1 em 13/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0137139) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 04 de junho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão - (IF 21F0137139), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90130/2024,** referente ao processo nº **024.00103967/2024-41,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUOTERAPIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 21/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

ONDE LÊ

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90124/2024,** referente ao processo nº **024.00083259/2024-86**, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 16/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

LEIA-SE

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90124/2024,** referente ao processo nº **024.00083259/2024-86**, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM DESEMBARAÇO ADUANEIRO - ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 21/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 358ª E 359ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0968384 / 21F0968392) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21F0968384 / 21F0968392), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação" **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO FISCAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico 800100/04/2024

MERCADORIAS: Eletrônicos, celulares, veículos e outros
RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS: do dia 23/09/2024, às 8h, até o dia 27/09/2024, às 18h.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA PARA LANCES: 30/09/2024 às 10 horas.
LOCAL: www.receita.fazenda.gov.br : e-CAC - opção "Sistema de Leilão Eletrônico".
EDITAL E INFORMAÇÕES: Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo, no sítio www.receita.fazenda.gov.br ou pelo e-mail leilao.rf08@rfb.gov.br.

ASSINA: Regis do Carmo Pacheco – Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 110/2024 – Pregão Eletrônico Nº 053/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 053/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de oxigênio medicinal de locação de concentradores de alta performance, para atender a demanda da Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **18/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 21 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcírio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 087/2024 – Pregão Eletrônico Nº 040/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª Edição

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 040/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de tacógrafos, peças, serviços e taxas de tacógrafos para atender a Secretaria de Educação e Esportes e as demais que necessitarem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **27/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 21 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 125/2024 – Pregão Eletrônico Nº 065/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 065/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para a contratação de empresa para prestação de serviços especializados com material incluso, destinado a recuperação de câmbio e retifica de motor completo do caminhão Ford Cargo 1319 ano 2014 – Placas FQP-4732 – á serviço da Cooperativa Joia Ribeirinha – Secretaria de Obras e Infraestrutura.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **30/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 21 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

BANCO PAN S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Julho de 2024

Data, hora: 30.07.2024, 10h. **Convocação:** por correspondência eletrônica enviada no dia 25.07.2024. **Presença:** totalidade dos seus membros. **Mesa:** Presidente: Roberto Balls Sallouti. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações aprovadas: (i)** Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, relativamente ao trimestre encerrado em 30.06.2024 ("Demonstrações Financeiras"); **(ii)** Revisão dos Estudos Técnicos de Viabilidade dos Créditos Tributários da Companhia, relativamente ao semestre encerrado em 30.06.2024 ("ECT"), e **(iii)** realização de aumento de capital na subsidiária da Companhia, a PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, no valor de R$1.000.000.000,00, nos termos dos materiais apresentados, os quais ficarão arquivado na sede da Companhia. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 30.07.2024. Conselho de Administração: Roberto Balls Sallouti; André Santos Esteves; Alexandre Camara e Silva; André Fernandes Lopes Dias; Sérgio Cutolo dos Santos; Fábio de Barros Pinheiro; Marcelo Adilson Tavarone Torresi; e Maíra Habimorad. JUCESP nº 303.928/24-4 em 14.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWSA S/A - CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024

Data, Hora, Local: 25.07.2024, às 10h, na sede social, Rua Itapaiúna, nº 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros. **Mesa**: Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: [A] em atenção aos atuais limites para aprovações de aportes e investimentos por parte desta Companhia, contemplados em seu vigente Estatuto Social, ratificação da autorização para regularização de precedente Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC") em sua subsidiária direta e integral Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda., CNPJ/MF 08.844.842/0001-31, com sede em Marília/SP, NIRE 35.220.905.249, no montante de R$ 13.618.000,00, em espécie e a ser, oportunamente materializado via Alteração do Contrato Social da TrayTecnologia; [B] ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia autorizados a assinarem todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações ora unanimemente aprovadas nesta solene reunião. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, SP, 25.07.2024. Membros do Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 302.124/24-0 em 12.08.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90128/2024,** referente ao processo nº **024.00079401/2024-91**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR NA MODALIDADE INTERNAÇÃO, EM CUMPRIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 21/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

RETURN CAPITAL S.A.

CNPJ nº 15.141.003/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações financeiras da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários
Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de março de 2023, foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R$ 30.800, mediante a emissão de 149 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 6.401.374 para R$ 6.432.174, divididos em 32.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R$ 380.000, mediante a emissão de 1.686 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 6.432.174 para R$ 6.812.174, divididos em 33.692 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 7.484.347 (31/12/2022 - R$ 6.457.614). O lucro líquido apresentado no exercício de 2023 foi de R$ 820.213 (31/12/2022 - R$ 69.685).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 8.018.835 (31/12/2022 - R$ 6.511.465). Desse montante, destacamos, R$ 7.281.527 (31/12/2022 R$ 5.965.269) representados por Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado e R$ 549.213 (31/12/2022 - R$ 483.815) representados por Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado.
Em 31 de dezembro de 2023, os passivos totais atingiram R$ 534.488 (31/12/2022 - R$ 53.851). Desse montante, destacamos, R$ 315.558 (31/12/2022 R$ 27.389) representados por Obrigações Passivos Fiscais Correntes. Em 2023 destacamos também R$ 211.351 (31/12/2022 R$ 16.550) representado por Outras Obrigações Sociais e Estatutárias.

São Paulo, 16 de agosto de 2024.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		**7.957.377**	**6.458.180**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	**5.247**	**4.410**
Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado		**7.284.870**	**5.968.059**
Aplicações Financeiras	5.a/18.c	7.281.527	5.965.269
Rendas a Receber	5.b	3.343	2.790
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado		**549.213**	**483.815**
Aplicações Financeiras	6.a/18.c	549.213	483.815
Outros Ativos		**6.873**	**221**
Ativos Fiscais		**111.174**	**1.675**
Correntes	17.c	109.815	1.675
Diferidos	17.d	1.359	-
Permanente		**61.458**	**53.285**
Imobilizado	7	486	114
Intangível	8	60.972	53.171
Total do Ativo		**8.018.835**	**6.511.465**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		**532.107**	**51.735**
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		**765**	**2.299**
Fornecedores	9	765	2.299
Provisões		**4.433**	**5.497**
Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares	10.a	4.433	5.497
Passivos Fiscais		**315.558**	**27.389**
Correntes	11	315.558	27.389
Outras Obrigações		**211.351**	**16.550**
Sociais e Estatutárias	18.c	211.351	16.550
Passivo Não Circulante		**2.381**	**2.116**
Provisões		**2.381**	**2.116**
Provisões para Passivos Contingentes, Compromissos e Outras Provisões	10.b	2.381	2.116
Total do Passivo		**534.488**	**53.851**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		6.812.174	6.401.374
Reservas de Lucros		672.173	56.240
Total do Patrimônio Líquido	12	**7.484.347**	**6.457.614**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**8.018.835**	**6.511.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita de Prestação de Serviços	18.c	35.634	57.087
(-) Impostos sobre a Receita		(5.078)	(4.938)
Lucro Bruto	**13**	**30.556**	**52.149**
Despesas Administrativas	14	(38.484)	(22.112)
Outras Receitas (Despesas)	15	-	4.487
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**(7.928)**	**34.524**
Receitas (Despesas) Financeiras	16	1.242.164	79.433
Resultado Antes da Tributação		**1.234.236**	**113.957**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(414.023)	(44.272)
Lucro Líquido		**820.213**	**69.685**
Nº de Ações (Mil)	12.a	33.692	31.857
Lucro por Lote de Mil Ações (em R$)		24,34	2,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	**820.213**	**69.685**
Resultado Abrangente	**820.213**	**69.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**820.213**	**69.685**
Ajustes ao Lucro		**(6.212)**	**96**
Depreciação e Amortização	7/8	3.843	63
Provisão para Processos Trabalhistas	14	783	33
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.d	(1.359)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(9.479)	-
Variações em Ativos e Passivos		**(1.211.948)**	**(3.584.821)**
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(1.381.656)	(3.541.075)
Aumento (Redução) em Outros Ativos		(6.652)	(80)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais		(108.140)	25.178
Redução (Aumento) em Rendas a Receber		(553)	(2.505)
Redução (Aumento) em Fornecedores		(1.534)	1.313
Redução (Aumento) em Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares		(1.847)	3.616
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais		422.778	(60.943)
Aumento (Redução) em Provisões		265	(4.107)
Impostos Pagos	17	(134.609)	(6.218)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		**(397.947)**	**(3.515.040)**
Atividades de Investimento			
Caixa Incorporado da controlada Atual Serviços	3	-	1.073.166
Aquisições de Imobilizado e Intangível	7/8	(12.016)	(7.354)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimento		**(12.016)**	**1.065.812**
Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	12.a	410.800	2.435.000
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		**410.800**	**2.435.000**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**837**	**(14.228)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**4**	**4.410**	**18.638**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**4**	**5.247**	**4.410**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**16.062**	**1.713**	**1.392**	**-**	**-**	**19.167**
Aumento de Capital	12.a	2.435.000	-	-	-	-	2.435.000
Incorporação	12.a	3.950.312	-	-	-	-	3.950.312
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	69.685	69.685
Destinações:							-
Reserva Legal	12.c	-	3.483	-	-	(3.483)	-
Dividendos	12.b/18.c	-	-	-	-	(16.550)	(16.550)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	49.652	-	(49.652)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**6.401.374**	**5.196**	**51.044**	**-**	**-**	**6.457.614**
Aumento de Capital	12.a	410.800	-	-	-	-	410.800
Outros		-	-	-	(9.479)	-	(9.479)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	820.213	820.213
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	41.010	-	-	(41.010)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(194.801)	(194.801)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	584.402	-	(584.402)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**6.812.174**	**46.206**	**635.446**	**(9.479)**	**-**	**7.484.347**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Return Capital S.A. ("Return Capital"), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Av. Juscelino Kubitschek, 2041/2235, Torre A, 19º andar - Parte, Vila Olímpia, São Paulo-SP, tem como finalidade a prestação de serviços relativos à administração financeira de cobrança extrajudicial, recebimento e recuperação de valores relativos a direitos creditórios, aquisição de portfólio de créditos vencidos, assessoria econômica financeira, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.

b) Reorganização Societária
Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido pela Return Capital e pela Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Em Dia") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. O Banco Santander, anteriormente acionista controlador da Atual Serviços, passou a deter 100% de participação na Return Capital.

c) Alteração da Apresentação das Demonstrações Financeiras
A partir do exercício de 2022 a Return Capital, se enquadrou como empresa de grande porte com base na Lei das Sociedades por Ações. Em função desse enquadramento, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas adotando as práticas contábeis de acordo com todos os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deixando de aplicar o pronunciamento específico CPC - PME.
Não houve alterações significativas nos tratamentos contábeis da Companhia em função da adoção de todos os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
A Diretoria Executiva autorizou a emissão de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em São Paulo, 16 de agosto de 2024.
O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em milhares de reais, moeda funcional da Companhia e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

d.1) Normas que entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

i. Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis:
Alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Essa alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Return Capital.

ii. Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:
Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Return Capital.

iii. Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:
Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Global effective tax rate" ou alíquota efetiva Global. Essa norma também requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não houve impacto para a Return Capital.

d.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

i. Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:
As alterações tem o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao CPC 26 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Return Capital verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

ii. Alteração ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:
Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no CPC 26 e CPC 40 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Return Capital verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

iii. Alteração ao CPC 06 - Arrendamentos:
Esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao CPC 06 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e a Return Capital verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

iv. Alteração ao CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis:
Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao CPC 02, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. a Return Capital verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de propriedade para investimento, ativos biológicos e instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.b.

b) Estimativas Utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores na elaboração das demonstrações financeiras. A Return Capital faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, são as melhores estimativas da administração de acordo com a norma aplicável.

Estimativas e Premissas Contábeis Críticas
Com base em premissas, a Return Capital faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são relativas a avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota 6).

c) Caixa e Equivalente de Caixa
Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

d) Reconhecimento e mensuração inicial
A Return Capital reconhece inicialmente os ativos, e passivos subordinados na data em que são originados.
Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual a Return Capital se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

i. Classificação

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Return Capital pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pela Return Capital.

Os ativos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado)"
• "Rendas a Receber (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado)"
• "Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado)"

ii. Avaliação do modelo de negócio
A Return Capital avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração.
Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

iii. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após a Return Capital alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

iv. Baixa de Ativos financeiros
A Return Capital baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual, a Return Capital não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.
Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas é registrada no resultado.
A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, não ocorreram eventuais ganhos/perdas com relação aos instrumentos patrimoniais.

v. Taxa de juros efetiva
A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

vi. Instrumentos de Patrimônio
Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor.
Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração da Return Capital tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor por meio de Outros Resultados Abrangentes.

vii. Passivos Financeiros
A Return Capital baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Fornecedores" (passivo financeiro mensurado ao custo amortizado);

viii. Mensuração ao valor justo
O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Return Capital tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.
Quando há um disponível, a Return Capital mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.
Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, a Return Capital utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

e) Imobilizado
O imobilizado é formado basicamente por equipamentos de uso, e a depreciação do imobilizado é feita pelo método linear utilizando a taxa de 20% ao ano.
A Return Capital, avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

f) Ativo Intangível
Os ativos intangíveis com vida útil definitiva são ativos não monetários sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 10 anos.
O ágio por expectativa de realização futura, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo intangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Em 2023, após a avaliação do Ativo Intangível não foram identificados indícios de Impairment.
A Return Capital avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.
A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as suas atividades.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, em vez disso, ao final de cada exercício, a Companhia revisa a vida útil remanescente dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, a mudança deve ser contabilizada como uma mudança na estimativa contábil. Os testes de redução ao valor recuperável do ágio são realizados anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução ao valor recuperável.
A Companhia avalia ao final de cada exercício se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

g) Outros Ativos
Inclui o saldo de todos os adiantamentos, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

h) Outros Passivos
Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

i) Reconhecimento de Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A Return Capital não possui outros itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas (ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, ganhos e perdas atuariais e mudanças nos valores justo de instrumentos financeiros de hedge).

j) Prestação de Serviços:
• Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas quando o controle do serviço é transferido a um cliente; e
• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Em 2023 ocorreu a mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O encargo do IRPJ passou a ser calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos passaram a serem calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
Em 2022 o encargo do IRPJ foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, com base no Lucro Presumido.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
Em 2023 a Return Capital, adotou o regime não cumulativo para o recolhimento das contribuições de Pis e Cofins, utilizando as alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. Em 2022 as alíquotas de Pis e Cofins eram de 0,65% e 3%, calculadas pelo regime cumulativo. As despesas de Pis e Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
A Return Capital é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas cível, tributário e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Return Capital. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

3. Incorporação de Negócios
Em 31 de outubro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a proposta de cisão total da Atual Serviços e a incorporação de parte do seu acervo líquido gerado pela cisão à Return Capital e Em Dia, a qual teve como referência o laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio líquido da Atual Serviços em 30 de setembro de 2022, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC Auditores").

Acervo líquido Incorporado na aquisição

Ativo	**30/09/22**
Circulante	**4.008.027**
Caixa e Equivalente de Caixa incorporados da Atual Serviços	1.073.166
Aplicações Financeiras	2.908.009
Ativos Fiscais Correntes	26.852
Permanente	**40.740**
Intangível	40.740
Total do Ativo	**4.048.767**

Passivo	**30/09/22**
Circulante	**92.844**
Passivos Fiscais Correntes	92.844
Passivo Não Circulante	**5.612**
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	5.612
Patrimônio Líquido	**3.950.311**
Capital Social	3.950.311
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.048.767**

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram considerados como "Caixa e Equivalentes de Caixa" os saldos correspondentes à depósitos bancários no montante de R$ 5.247 (31/12/2022 R$ 4.410). (Nota 18.c). A empresa não operou com derivativos nos exercícios.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Bancários [1]	5.247	4.410
Total	**5.247**	**4.410**

[1] Os saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo

5. Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado

a) Aplicações Financeiras

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Atual Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento No Exterior [1]	3.410.233	2.725.524
FIDC Santander Flex [2]	2.063.362	2.593.724
FIDC San Créditos Estruturados Não Padronizados [3]	1.626.768	629.912
FIDC Tiradentes [4]	35.815	16.109
FIDC D365 [5]	98.099	-
FIDC Tellus [6]	528	-
FIDC Precato IV Não-padronizados [7]	46.722	-
Total (Nota 18.c)	**7.281.527**	**5.965.269**

[1] **Atual Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento No Exterior:**
O Fundo Atual Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior ("Fundo Multimercado") iniciou suas operações em 03 de agosto de 2020, sob a forma de condomínio fechado com prazo indeterminado de duração e tem como objetivo investir seus recursos em uma carteira de ativos financeiros que envolva vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. O Fundo pode, dentre outras disposições contidas em seu regulamento, aplicar até 100% (cem por cento) em ativos classificados como de crédito privado. Portanto, está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes das carteiras dos fundos investidos, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos de crédito privado. A Carteira é composta pelos seguintes fundos:
(a) Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo. Tem por objetivo buscar retorno aos seus cotistas através de investimentos em ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, negociados no mercado interno, sendo vedada a aplicação em renda variável, derivativos e ativos emitidos no exterior, direta ou indiretamente.
(b) FIDC Atacado Não Padronizado. Busca proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, no longo prazo, por meio da aplicação dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de carteiras de direitos creditórios a vencer ou vencidos e não pagos quando de sua cessão para o Fundo, representativos de créditos originados de operações financeiras em Reais, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro nos segmentos anteriormente referidos. Os direitos creditórios podem estar judicializados ou podem ser originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial.
(c) FIDC Multisegmentos NPL Ipanema VI Não Padronizado. Busca proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, no longo prazo, por meio da aplicação dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de carteiras de direitos creditórios vencidos e não pagos quando de sua cessão para o Fundo.
(d) Itaú Top Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento. Busca aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seus recursos em cotas de fundos de investimento da classe "Renda Fixa", cujos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras, de forma consolidada, sejam compatíveis com a classificação renda fixa "referenciado ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") ou a taxa Selic. A rentabilidade do Fundo é impactada pelos custos e despesas do Fundo, inclusive taxa de administração.

[2] **Santander Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios:**
Constituído em 22 de setembro de 2022, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 30 de setembro do mesmo ano, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a investidores profissionais, assim definidos pelo Artigo 11, da Resolução CVM n 30, de 11 de maio de 2021. O Fundo tem como objetivo de investimento buscar proporcionar a valorização de suas cotas, por meio da aplicação preponderante de seus recursos na aquisição de direitos de crédito elegíveis e ativos financeiros, observada a política de investimento e de composição da carteira definida em seu regulamento. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de (i) de operações de empréstimo ou (ii) de operações de pagamento com cartões realizadas pelos usuários para a aquisição de bens e/ou serviços nos estabelecimentos, descontadas das taxas aplicáveis e organizadas através de unidades de recebíveis.

Continua...

INÊS 249

...Continuação

RETURN CAPITAL S.A.

CNPJ nº 15.141.003/0001-12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

[3] **San Créditos Estruturados I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados:** Constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores profissionais, tal como definidos pela legislação vigente. O Fundo teve início dia 25 de novembro de 2022, na data de subscrição inicial do Fundo com prazo de duração indeterminado, exceto se de outra forma vier a ser deliberado pelo cotista em assembleia geral. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos Creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão estabelecidos no regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo.

[4] **Grupo Tiradentes Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Educacional:** Iniciou suas atividades em 5 de abril de 2017 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O objetivo do Fundo é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios conforme política de investimento estabelecida em seu regulamento. Os direitos de crédito que serão adquiridos pelo Fundo serão originados de operações de prestação de serviços educacionais. Os direitos creditórios têm origem no financiamento de serviços educacionais prestados pelas instituições de ensino do Grupo Tiradentes aos estudantes. As instituições de ensino encaminharão os estudantes interessados em obter financiamentos para pagamento das mensalidades/semestralidades devidas às respectivas instituições de ensino a uma instituição financeira, que, após recebimento e análise dos documentos e verificação da política de crédito, concederá financiamento ao estudante. A existência, validade e exequibilidade dos direitos creditórios independam de prestação futura e, portanto, são créditos já performados. Os direitos creditórios têm como lastro o crédito concedido pela instituição financeira ao estudante de instituições de ensino, que serão representados por CCBs emitidas pelos devedores.

[5] **D365 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios:** Constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores profissionais, iniciou suas atividades em 8 de maio de 2023. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos Creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão estabelecidos no regulamento e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

[6] **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus:** Constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores profissionais, iniciou suas atividades em 30 de junho de 2023. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos Creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão estabelecidos no regulamento e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

[7] **Precato IV Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados:** Constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores profissionais, iniciou suas atividades em 26 de setembro de 2023. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos Creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão estabelecidos no regulamento e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento e na regulamentação aplicável.

b) Rendas a Receber

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de Recuperação de Crédito	3.096	2.565
Reembolsos a Receber	215	193
Outros [1]	32	32
Total (Nota 18.c)	**3.343**	**2.790**

[1] Refere-se à parcela a receber referente à venda de participação societária.

6. Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado
a) Aplicações Financeiras

Santander FI SBAC [1]	549.213	483.815
Total (Nota 18.c)	**549.213**	**483.815**

[1] São classificadas como equivalente de caixa com liquidação inferior a 90 dias. O fundo apresenta substancialmente aplicações em títulos públicos e operações compromissadas, e tem liquidez de aplicações e resgates em D-0, a rentabilidade em 2023 foi de 13,13% (2022 12,48%).

7. Imobilizado

	31/12/2023		
Composição:	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Maquinas e Equipamentos	657	(171)	486
Total	**657**	**(171)**	**486**

	01/01 a 31/12/2023		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**222**	**(108)**	**114**
Adições	435	-	435
Depreciação	-	(63)	(63)
Saldos no Fim do Exercício	**657**	**(171)**	**486**

	31/12/2022		
Composição:	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Maquinas e Equipamentos	222	(108)	114
Total	**222**	**(108)**	**114**

	01/01 a 31/12/2022		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**222**	**(72)**	**150**
Depreciação	-	(36)	(36)
Saldos no Fim do Exercício	**222**	**(108)**	**114**

8. Intangível

	31/12/2023		
Composição:	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Total**
Softwares em desenvolvimento	9.189	-	9.189
Softwares em uso	16.540	(3.037)	13.503
Acordo de não competição	1.595	(1.595)	-
Ágio de incorporada Aquisição de Investimento	41.323	(3.043)	38.280
Total	**68.647**	**(7.675)**	**60.972**

	01/01 a 31/12/2023		
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**54.022**	**(851)**	**53.171**
Adições	11.581	-	11.581
Amortização	-	(3.780)	(3.780)
Transferências de Incorporada	-	-	-
Saldos no Fim do Exercício	**65.603**	**(4.631)**	**60.972**

	31/12/2022		
Composição:	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Total**
Softwares em desenvolvimento	14.147	(851)	13.296
Acordo de não competição	1.595	-	1.595
Ágio de incorporada Aquisição de Investimento	38.280	-	38.280
Total	**54.022**	**(851)**	**53.171**

	01/01 a 31/12/2022		
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**5.104**	**-**	**5.104**
Adições	7.354	-	7.354
Amortização	-	(27)	(27)
Transferências de Incorporada	41.564	(824)	40.740
Saldos no Fim do Exercício	**54.022**	**(851)**	**53.171**

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Serviços de desenvolvimento de Softwares [1]	728	901
Compartilhamento de Infraestrutura Banco Santander [2] (Nota 18.c)	37	1.398
Total	**765**	**2.299**

[1] Refere-se substancialmente aos serviços de consultoria, estudo de infraestrutura, segurança, melhorias e desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema de cobrança.
[2] A partir de 2023 os pagamentos passaram a ser mensais e o saldo a pagar de 2022 foi quitado em 2023.

10. Provisões
a) Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão Férias e Encargos	1.395	1.585
Provisão de Bônus	3.038	3.911
Outras	-	1
Saldo no Final do Exercício	**4.433**	**5.497**

b) Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Escrow - Incorporada [1]	986	1.505
Contingências Trabalhistas	1.395	611
Total	**2.381**	**2.116**

[1] Obrigação Contratual com os antigos sócios da Return Capital, pois podem surgir passivos que possam impactar o fluxo de caixa e/ou os resultados da Companhia. Assim, foi definido uma cláusula no contrato principal da operação de compra da participação desses sócios, dispondo que parte do investimento contemplado na operação ficará retido (escrow) por um determinado período, para fazer frente a possíveis passivos que poderão surgir nos anos seguintes à concretização do negócio.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.
Em 31 de dezembro de 2023 as ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista totalizaram R$0 (31/12/2022 R$0).

11. Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos e Obrigações Trabalhistas sobre Folha	564	583
Impostos a Recolher de Terceiros	85	21
Impostos sobre Receita a Pagar Próprios	7.598	226
Impostos sobre o Lucro a Pagar	307.311	26.559
Total	**315.558**	**27.389**

12. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
Os Acionistas aprovaram em reunião realizada em 31 de outubro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de R$3.950.312, resultante da cisão total da Atual Serviços com emissão de 19.602 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$16.062 para R$3.966.374, divididos em 19.801 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.
Os Acionistas aprovaram em reunião realizada em 21 de novembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de R$835.000, mediante a emissão de 4.144 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$3.966.374 para R$4.801.374, divididos em 23.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.
Os Acionistas aprovaram em reunião realizada em 5 de dezembro de 2022, o aumento do Capital Social no montante de R$1.600.000, mediante a emissão de 7.912 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$4.801.374 para R$6.401.374, divididos em 31.857 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.
Os Acionistas aprovaram em reunião realizada em 31 de março de 2023, o aumento do Capital Social no montante de R$ 30.800, mediante a emissão de 149 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 6.401.374 para R$ 6.432.174, divididos em 32.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.
Os Acionistas aprovaram em reunião realizada em 26 de dezembro de 2023, o aumento do Capital Social no montante de R$ 380.000, mediante a emissão de 1.686 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 6.432.174 para R$ 6.812.174, divididos em 33.692 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas elas detidas pelo Banco Santander.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Os dividendos são apurados e pagos com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses. Esses dividendos poderão ser imputados integralmente aos dividendos obrigatórios. Os dividendos obrigatórios, asseguram aos acionistas 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

	31/12/2023	
	Em milhares de reais	**Reais por milhares de ações**
Dividendos [1] (Nota 18.c)	211.351	6,46
Total	**211.351**	

	31/12/2022	
	Em milhares de reais	**Reais por milhares de ações**
Dividendos [2] (Nota 18.c)	16.550	0,52
Total	**16.550**	

[1] Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, foram destacados R$194.801 (em 2022 R$16.550) a título de dividendos mínimos obrigatórios e pagos em 28 de junho de 2024.
[2] Em 2022 foram destacados R$16.550 a título de dividendos mínimos obrigatórios e pagos em 22 de fevereiro de 2024.

c) Reservas de Lucros
Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
Reserva para Equalização de Dividendos
A reserva para equalização de dividendos tem a finalidade de garantir recursos para pagamentos de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

13. Receitas com Prestação de Serviços (Líquidas)

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita Bruta com Prestação de Serviços [1]	35.634	57.087
Menos:		
PIS	(588)	(371)
Cofins	(2.708)	(1.713)
ISS	(1.782)	(2.854)
Receita Líquida	**30.556**	**52.149**

[1] Serviços de Recuperação de Créditos

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Salários e Encargos	(15.562)	(17.178)
Provisão para Processos Trabalhistas	(783)	(33)
Assistência Médica	(758)	(665)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros [1]	(4.893)	(3.021)
Despesa Locações	(218)	(210)
Despesa com Telefone/Internet	(68)	(70)
Despesa Viagens e Estadias	(25)	(46)
Despesas com Publicações	-	(55)
Cursos e Treinamentos	(24)	-
Compartilhamento de Infraestrutura (Nota 18.c)	(100)	(699)
Despesas Tributárias	(29)	(38)
Depreciação (Nota 7)	(63)	(36)
Amortização (Nota 8)	(3.780)	(27)
Patrocínio [2]	(11.954)	-
Feiras e Eventos	(198)	
Outros	(29)	(34)
Total	**(38.484)**	**(22.112)**

[1] Refere-se substancialmente à serviços de armazenamento de dados e informática.
[2] Patrocinios Lei Fundo do Idoso, Lei Rouanet, Lei do Esporte e Lei da Criança e Adolescente.

15. Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Outras Receitas	**-**	**4.487**
Reversão de Impostos Extemporâneo [1]	-	4.487
Total	**-**	**4.487**

[1] Crédito de imposto de renda sobre aplicações financeiras transferido para a Liderança Capitalização após o processo de incorporação da Atual Serviços

16. Receitas (Despesas) Financeiras

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas Financeiras	**1.296.924**	**82.464**
Receitas de Aplicações em Renda Fixa (Nota 18.c)	170.184	28.935
Receitas de aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Fidc (Nota 18.c)	1.126.740	53.529
Despesas Financeiras	**(54.760)**	**(3.031)**
Atualização Monetária Escrow	(141)	(59)
Impostos Receitas e Operações Financeiras	(54.612)	(2.969)
Outros	(7)	(3)
Total	**1.242.164**	**79.433**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social
a) Lucro Real 2023

	IRPJ e CSLL 01/01 a 31/12/2023
Resultado Antes da Tributação	**1.234.236**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, Respectivamente	**(419.640)**
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis	(3.920)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias	1.359
Incentivos Lei Ruanet	11.954
Outros Ajustes	(3.776)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(414.023)**
Impostos Correntes	(415.382)
Impostos Diferidos	1.359
Impostos Pagos no Exercício	134.609
Aliquota Efetiva	**33,65%**

b) Lucro Presumido 2022

	01/01 a 31/12/2022
Receita Operacional	**57.087**
Base de Cálculo do Imposto de Renda sobre Receita Operacional - 32%	**18.268**
Receita Financeira	**94.264**
Base de Cálculo do Imposto de Renda sobre Receita Financeira - 100%	94.264
Base de Cálculo imposto de renda total	**112.532**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 15% e 9% e adicional 10% respectivamente	**(38.261)**
Imposto de Renda e Contribuição Social de Incorporada [1]	(6.035)
Outros Ajustes	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(44.272)**
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	(44.272)
Impostos Pagos no Exercício	(6.218)
Aliquota Efetiva	**38,85%**

[1] Refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição social com base na apuração pelo Lucro Real da incorporada Atual Serviços.

c) Ativos Fiscais Correntes
Em 31 de dezembro de 2023 os ativos fiscais corrente referem-se, substancialmente ao crédito de imposto de renda sobre aplicações financeiras no montante de R$ 109.815 (em 2022 refere-se basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no montante de R$1.675).

d) Ativos Fiscais Diferidos

Natureza e Origem:	**Saldo em 31/12/2022**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31/12/2023**
Provisões para bônus e Participação nos Lucros e Resultados	-	1.033	-	1.033
Provisões para Contingências Trabalhistas	-	266	-	266
Outras Provisões	-	60	-	60
Total	**-**	**1.359**	**-**	**1.359**

e) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais

	31/12/2023		
	Ativos Fiscais Diferidos - Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
2024	100	35	135
2025	280	101	381
2026	620	223	843
Total	**1.000**	**359**	**1.359**

18. Transações entre Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
A Return Capital é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander Brasil S.A., controlador que possui 100% da Return Capital.
A Return Capital não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.
Em 2023 e 2022 não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.
b) Participação Acionária
A Return Capital é controlada pelo Banco Santander que possui 32.692 mil ações ordinárias e nominativas, correspondentes a 100% do Capital Social.
c) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e resultados de transações são:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	**5.247**	**4.410**
Banco Santander Brasil [1]	5.247	4.410
Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado (Nota 5.a)	**7.281.527**	**5.965.269**
Atual Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento No Exterior [2]	3.410.232	2.725.524
FIDC Tiradentes [2]	35.815	16.109
FIDC Santander Flex [2]	2.063.362	2.593.724
FIDC San Créditos Estruturados Não Padronizados [2]	1.626.768	629.912
FIDC D365 [2]	98.099	-
FIDC Tellus [2]	528	-
FIDC Precato IV Não-padronizados [2]	46.723	-
Rendas a receber (Nota 5.b)	**3.096**	**2.565**
FIDC Multissegmentos NPL Ipanema VI Não Padronizados	3.046	2.565
FIDC Atacado - Não Padronizado	50	-
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado (Nota 6)	**549.213**	**483.815**
Santander Fundo de Investimento SBAC Renda Fixa Referenciado DI [3]	549.213	483.815
Passivo		
Contas a Pagar Coligadas	**37**	**1.398**
Banco Santander Brasil [1] (Nota 9)	37	1.398
Dividendos a Pagar	**211.351**	**16.550**
Banco Santander Brasil [1] (Nota 12.b)	211.351	16.550

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado		
Receitas com Prestação de Serviços	**35.634**	**57.087**
FIDC Multissegmentos NPL Ipanema VI Não Padronizados	35.034	56.487
FIDC Atacado - Não Padronizado	600	600
Resultado Financeiro	**1.296.924**	**82.464**
Atual Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento No Exterior [2]	570.706	880
FIDC Tiradentes [2]	4.707	644
FIDC Santander Flex [2]	295.260	42.093
FIDC San Créditos Estruturados Não Padronizados [2]	248.089	9.912
FIDC D365 [2]	7.728	-
FIDC Tellus [2]	(472)	-
FIDC Precato IV Não-padronizados [2]	722	-
Santander Fundo de Investimento SBAC Renda Fixa Referenciado DI [3]	170.184	28.935
Despesas Operacionais	**(100)**	**(701)**
Universia Brasil S.A [2]	-	(2)
Banco Santander Brasil [1] (Nota 14)	(100)	(699)

[1] Controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeeck B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
[2] Controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A.
[3] Administrado pela Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

19. Gerenciamento de Riscos
A gestão de riscos da Return Capital é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Return Capital está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações do caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de notícias negativas que possam influenciar a opinião pública negativamente em relação a marca e aos fundos de investimento sob gestão, independentemente desta notícia se basear em fatos verídicos.
- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

20. Eventos Subsequentes
Em 16 de agosto de 2024 o Banco Santander Brasil aprovou o aumento de capital no montante de R$ 577.000 mil mediante a emissão de 2.468 mil novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 233,82 por ação ordinária, calculado com base no valor patrimonial contábil das ações da Companhia na data-base de julho de 2024. Em virtude desse aumento de capital, o Capital Social da Companhia passa a ser de R$ 7.389.174 mil dividido em 36.160 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente - Nicolás Vergara

Diretores

Marcus Edson Barreto Brito | Paulo Moraes Ferreira
Paolo Ives Ramirez Boldrin | Sandro Kohler Marcondes

Contabilista

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Return Capital S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ/ME Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA 1. Data, hora e local: 26 de abril de 2024, às 14:00 horas, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I, e parágrafos 2º e 3º do artigo 28, da Resolução CVM 81/2022, conforme alterada, esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") foi considerada como realizada na sede social da Companhia, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900. **2. Convocação e Publicações**: As publicações referidas nos artigos 124 e 133 da Lei n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A.") foram efetuadas no Jornal do Comércio de Porto Alegre, e no Valor Econômico São Paulo/SP, bem como nas páginas dos mesmos jornais na internet, nas datas e páginas a seguir, respectivamente: (a) Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria, em 23.02.2024, nas páginas 11/12 e 13/14; e (b) Edital de Convocação, nos dias 26, 27 e 28.03.2024, nas páginas 17, 07 e 04; e E5; E6; e E2. **3. Presenças**: Presentes acionistas representando 62,23% das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme votos manifestados via Boletim de Voto a Distância e registro de presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia nos termos do inciso II, do parágrafo 2º, do artigo 28 da Resolução CVM nº 81/22. Considerando não ter sido atingido o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., a Assembleia Geral Extraordinária não foi instalada para fins de deliberar sobre os itens "(iii)" e, "(iv)" da ordem do dia prevista no Edital de Convocação. Presentes, ainda, os administradores da Companhia e o representante da empresa **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda**, Código CVM 2879, inscrita no CNPJ nº 61.562.112/0006-35, Sr. Rafael Biedermann Mariante, a qual ficou disponível para esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia. Em atendimento ao disposto no artigo 164, caput, da Lei das S.A., compareceu, ainda, o Sr. Renê Sanda, Presidente do Conselho Fiscal, Rosangela Stuffert e Letícia Pedercini Issa, membras do Conselho Fiscal, e os Srs. Sérgio L. C. Ribas, Odivan C. Cargnin, Fabiano A. de Oliveira e Henrique Zugman, membros da administração da Companhia, Paulo Iserhard, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Paulo S. V. Mallmann, Roberto Faldini e Maria Cristina C. Ricciardi, membros do Conselho de Administração, Roberto Lamb, Coordenador do Comitê de Auditoria e Wladimir Omiechuk, membro do Comitê de Auditoria. **4. Mesa**: Péricles Pereira Druck – Presidente e Clarissa Figueiredo de Souza Freitas - Secretária, indicada pelo Presidente, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **5. Ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; (iii) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2024; (iv) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2024, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e (v) Caso aprovada a matéria do item "iv", eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Eleger, nos termos do artigo 150, caput, da Lei das Sociedades por Ações, 1 (um) novo membro para o Conselho de Administração, até o término do mandato em curso; e (ii) Conduzir, nos termos do artigo 10, caput, do estatuto social da Companhia, o Sr. Paulo Iserhard, eleito como membro independente do Conselho de Administração da Companhia em 24 de abril de 2023, ao cargo de VicePresidente do Conselho de Administração da Companhia até o término do mandato em curso. **6. Documentos**: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia, na sede social da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.**, no site de relações com investidores da Companhia (www.irani.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br): (i) as cópias das publicações do Edital de Convocação referido no item 2 acima, (ii) a Proposta da Administração, e (iii) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes. **7. Deliberações: 7.1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **7.1.1**. Aprovar, pela unanimidade dos votos proferidos, por 146.459.338 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e oito) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 2.749.853 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três) abstenções, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **7.1.2**. Aprovar, pela unanimidade dos votos proferidos, por 149.190.491 (cento e quarenta e nove milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e um) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 18.700 (dezoito mil e setecentos) abstenções, a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no valor de R$ 383.433.760,98 (trezentos e oitenta e três milhões quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta reais e noventa e oito centavos), (i) do qual foi reduzido o montante de R$ 19.171.688,05 (dezenove milhões cento e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinco centavos), destinado à reserva legal, e (ii) ao qual foram acrescidos (ii.a) o montante de R$ 1.237.346,16 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), decorrente da realização de reserva de lucros a realizar, e (ii.b) o montante de R$ 9.052.804,99 (nove milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos), decorrente da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial), resultando no lucro líquido ajustado de R$ 374.552.224,08 (trezentos e setenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e oito centavos) nos termos do artigo 202, inciso I, da Lei das S.A., para distribuição de dividendos aos acionistas conforme segue: a) R$ 93.638.056,02 (noventa e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cinquenta e seis reais e dois centavos), correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, sendo que este montante já foi declarado e pago aos acionistas, "ad referendum" desta Assembleia, e aprovado pelo Conselho de Administração como dividendos intercalares, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, da seguinte forma: a.1. em 03.05.2023, o valor de R$ 20.376.177,00 (vinte milhões, trezentos e setenta e seis mil, cento e setenta e sete reais), pagos em 08.05.2023, à razão de R$ 0,0843634412 por ação ordinária; a.2. em 02.08.2023, o valor de R$ 54.935.057,00 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cinquenta e sete reais), pagos em 07.08.2023, à razão de R$ 0,2290583978, por ação ordinária; a.3. em 03.11.2023, o valor de R$ 16.022.571,00 (dezesseis milhões, vinte e dois mil, quinhentos e setenta e um reais), pagos em 08.11.2023, à razão de R$ 0,0668080574, por ação ordinária; e a.4. em 29.02.2024, o valor de R$ 2.304.251,02 (dois milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e dois centavos), pagos em 05.03.2024, à razão de R$ 0,009607855, por ação ordinária. b) R$ 93.638.056,02 (noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil, cinquenta e seis reais e dois centavos), correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, destinados ao pagamento de dividendos adicionais, propostos conforme Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, à razão de R$ 0,390521558 por ação ordinária, os quais serão colocados à disposição dos acionistas até 31.05.2024, isentos de IRRF de acordo com o artigo 10º da Lei nº. 9249/1995; e b.1. Conforme aprovado, as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-proventos a partir de 29 de abril de 2024 (inclusive). c) R$ 187.276.112,04 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e doze reais e quatro centavos), destinados à reserva de Retenção de Lucro, com vistas a financiar as atividades operacionais e novos investimentos da Companhia, conforme orçamento de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 23.02.2023 e ratificado por esta Assembleia. **7.1.3**. Aprovar, pela maioria dos votos proferidos, por 145.050.894 (cento e quarenta e cinco milhões, cinquenta mil, oitocentos e noventa e quatro) votos favoráveis, 2.982.761 (dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e um) votos contrários e 1.175.536 (um milhão, cento e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis) abstenções, a fixação da remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, em até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Referido montante refere-se à remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado) da Companhia, para período de janeiro a dezembro de 2024 (sem o INSS atribuído à Companhia) e compreende: (i) honorários fixos e benefícios; e (ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas. **7.1.4**. Aprovar, pela unanimidade dos votos proferidos, por 149.190.271 (cento e quarenta e nove milhões, cento e noventa mil, duzentos e setenta e um) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 18.920 (dezoito mil, novecentos e vinte) abstenções, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2024, conforme o previsto nos art. 15, § único e 16, do Estatuto Social da Companhia. O Conselho Fiscal será composto de três (3) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e substituíveis pela Assembleia Geral, para o exercício social de 2024, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **7.1.5**. Eleger, para o Conselho Fiscal, registrando-se os votos favoráveis e abstenções indicados abaixo: a. Eleitos em votação em separado, por 17.036.345 (dezessete milhões, trinta e seis mil trezentos e quarenta e cinco) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 18.700 (dezoito mil e setecentos) abstenções, representando a unanimidade de votos proferidos pelos acionistas minoritários da Companhia, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, as Sras. **LETICIA PEDERCINI ISSA**, brasileira, Bacharel em Administração, divorciada, inscrita no CPF nº 050.802.886-80, CI-SSP/MG-RG nº 7.837.394, com endereço comercial na rua Caraça, 248, 6º andar, Serra, Belo Horizonte, MG, CEP 30220-260, e **MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ**, brasileira, Bacharel em Ciências Econômicas, divorciada, inscrita no CPF nº 136.012.018-10, CI-SSP/SP-RG nº19.114.234-7, com endereço na rua Laurindo Felix da Silva,47, Bairro Luiz Fagundes, Mairiporã/SP,CEP 07625-030, para os cargos de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, respectivamente. b. Eleitos em votação geral: (i) por 132.151.747 (cento e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e sete) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 2.399 (dois mil, trezentos e noventa e nove) abstenções, representando a unanimidade de votos proferidos pelos acionistas da Companhia, os Srs. **RENE SANDA**, brasileiro, aposentado, casado com regime comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob nº 050.142.628-05, CI-SSP/ DF RG nº 11583184-8, residente e domiciliado na SHIN QI 02, Conj. 10, Casa 14, Lago Norte, CEP: 71510- 000, em Brasília-DF, e **ANDRE LUIS MARTINEWSKI**, brasileiro, professor, casado, inscrito no CPF nº 442.486.280-15 e CI-SSP/RS RG nº 1011880661, residente e domiciliado na rua Phoenix, 31, em Canoas, RS, CEP: 92.031-085, para os cargos de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, respectivamente; e os Srs. (ii) por 132.151.747 (cento e trinta e dois milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e sete) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 2.399 (dois mil, trezentos e noventa e nove) abstenções, representando a unanimidade de votos proferidos pelos acionistas da Companhia, **ROSÂNGELA COSTA SÜFFERT**, brasileira, contadora, casada, inscrita no CPF nº 593.832.670-20, e CI-SSP/RS RG nº 8035218984, residente e domiciliada na rua Attilio Bilibio, 120- casa 118, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, CEP: 91530-008, e **MIRCON ROBERTO BECKER**, brasileiro, contador, união estável, inscrito no CPF nº 711.000.329-91, e CI-SSP/SC RG nº 1.889.425, residente e domiciliado na rua Francisco Lindner, 477, Centro, Joaçaba/SC, CEP: 89600-000, para os cargos de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, respectivamente. c. A posse dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos está condicionada à assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio, sendo que tais membros aceitaram os seus respectivos cargos declarando conhecer plenamente a legislação, preencher todos os requisitos legais para o exercício dos cargos e não estarem impedidos de exercer esses cargos por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **7.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 7.2.1**. Aprovar, pela maioria dos votos proferidos, por 137.927.736 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e seis) votos favoráveis, 86.807 (oitenta e seis mil, oitocentos e sete) votos contrários e 11.194.648 (onze milhões, cento e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito) abstenções, a eleição do Sr. **CARLOS FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA SOUTO**, brasileiro, diretor de empresas, casado, inscrito no CPF n° 469.694.890- 00, e RG SSP RS n° 7022007335, residente e domiciliado na rua Eng. Ildefonso Simões Lopes, n° 201, Bairro Três Figueiras, Porto Alegre, RS, CEP: 91.330- 180,para compor o Conselho de Administração da Companhia, até o término do mandato em curso, a saber até a data da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício social a encerrar-se em 31.12.2024, em razão da renúncia do Sr. Eurito de Freitas Druck da posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração em 11.03.2024. A posse do membro do Conselho de Administração fica condicionada à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia, no qual (i) declarará não estar incurso em nenhum crime que o impeça de exercer a atividade mercantil e não ser considerado Pessoas Expostas Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo; (ii) aderirá à cláusula compromissória estatutária prevista no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) declarará observar o Regulamento de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. **7.2.2**. Aprovar, pela maioria dos votos proferidos, por 137.796.956 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e seis) votos favoráveis, 216.587 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e sete) votos contrários e 11.195.648 (onze milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito) abstenções, a condução do Sr. Paulo Iserhard, eleito como membro independente do Conselho de Administração da Companhia em 24.04.2023, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia até o término do mandato em curso, nos termos do artigo 10, caput, do Estatuto Social da Companhia. **8. Forma da ata e publicação**: A Assembleia autorizou, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., aprovar a lavratura desta ata na forma sumária e autorizar a sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas. **9. Encerramento e Aprovação da Ata**: Encerradas as deliberações, a Assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a presente ata foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pela mesa, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do parágrafo 1º do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia. As manifestações de voto e abstenções foram apresentadas, autenticadas pela mesa e arquivadas na sede social. Os votos manifestados por meio dos boletins de voto a distância foram arquivados na Companhia. A lista de acionistas presentes consta do Anexo A desta ata. **10. Assinaturas**: **Mesa**: Presidente: Péricles Pereira Druck; e Secretário: Clarissa Figueiredo de Souza Freitas. Declaramos que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Porto Alegre, RS, 26 de abril de 2024. **Péricles Pereira Druck –** Presidente. **Clarissa Figueiredo de Souza Freitas** – Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 10410357 em 10/06/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241532817 - 10/05/2024. Autenticação: 107642385F4340340C9CDC72358FB438CEAF. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização da Licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0059.2024.PE.0052

ABERTURA: 5 DE SETEMBRO DE 2024 - ÀS 10H

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, CÓPIAS, ENCADERNAÇÕES E CONGÊNERES PARA SENAC OURINHOS".

RETIRADA DO EDITAL: disponível para conhecimento público no site www.sp.senac.br/sites/licitacao

Informações adicionais: licitacao.gms@sp.senac.br Telefone: (11) 3236-2954

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OURINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 65.392.771/0001-17
NIRE 35.300.130.006

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15.05.2024, às 14h00

CERTIDÃO – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Certifico o registro sob nº 300.150/24-6 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90040/2024 - OBJETO: Aquisição de 240 placas HBA FC de 16Gbps, novos e sem uso anterior, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 9h do dia 04/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: **6018.2024/0079098-3** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90617/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE S FORMOTEROL 12MCG CÁPSULA.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 03 de setembro de 2024,** a cargo da **3ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0066662-0** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90585/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE FREEZER VERTICAL PARA BANCO DE LEITE**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 27 de agosto de 2024**, a cargo da **6ª CPL/SMS**

PROCESSO: **6018.2024/0056682-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90621/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisição de bilirrubinômetro, contemplando entrega, instalação, manutenção e testes de funcionamento e treinamento operacional durante o período da garantia, por emenda parlamentar federal para o Hospital Municipal Josanias Castanha Braga, vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 02 de setembro de 2024**, a cargo da **1ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0066445-7** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90578/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisição de mesa ginecológica elétrica, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional e manutenção durante o período da garantia, por liberação de recursos através da portaria 2.506, de 19 de dezembro de 2023, para o Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00min do dia 23 de agosto de 2024.**

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ANIM3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Agosto de 2024 às 09:00 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 08/08/2024, às 09:00 hs, de forma presencial e também por meio de videoconferência, centralizada na sede da Companhia, na Rua Harmonia, 1.250, 9° andar, São Paulo - SP, CEP 05435-001. **Convocação:** Todos os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do artigo 5° do Regimento Interno. **Presenças**: Presentes os seguintes Conselheiros: Srs. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Ana Paula de Assis Bogus, Paula Maria Harraca, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Marcelo Barbalho Cardoso. Presentes, também, membros da Diretoria da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho e, ainda, os auditores independentes Tomas Menezes e Susanne Murta, representantes da Ernst & Young (EY). **Mesa:** Sr. Daniel Faccini Castanho - Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram: (i) pela aprovação dos resultados e demonstrações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 2° trimestre do exercício social de 2024, conforme apresentados ao Conselho de Administração e arquivados na sede da Companhia, considerando, inclusive, a recomendação favorável do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, autorizando ainda a sua respectiva divulgação, na forma da legislação aplicável; (ii) pela aprovação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do Novo Código de Conduta e Ética da Companhia, conforme apresentado ao Conselho de Administração e arquivado na sede da Companhia. **Item informativo: Reporte do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:** Fica registrado que foi apresentado o reporte das atividades desenvolvidas pelo referido Comitê, contemplando todas as reuniões realizadas durante o segundo trimestre de 2024. Por fim, consignou que os membros do CAR examinaram, discutiram e se manifestaram favorável à sua aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08 de agosto de 2024. JUCESP nº 305.381/24-6 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

Agis Construção S.A.

CNPJ 61.099.826/0001-44 - NIRE 35.300.069.587

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Dia, Hora e Local: 04 de julho de 2024, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Paulista, 2421, 8º andar, sala 1, Bela Vista, CEP 1311-300, nesta Capital do Estado de São Paulo. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976. **Mesa:** Sr. Erasto Messias da Silva Junior, Presidente; e Sr. Fabiano Kruchin, Secretário. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente consignou a renúncia apresentada pelo Sr. **Alexandre Biselli**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.817.007-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 124.886.858-79, residente e domiciliado na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor Adjunto da Companhia, nos termos de sua carta de renúncia datada de 13 de junho de 2024 e sobre a qual os acionistas tomaram conhecimento prévio, pelo que nesta oportunidade reiteram os agradecimentos pela sua atuação enquanto exerceu o respectivo mandato. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que a atual Diretoria Executiva estava à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações julgadas necessárias e que a Assembleia se manifestaria sobre a seguinte, **Ordem do Dia: (i)** Deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia; **(ii)** Deliberar sobre o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC pela Agis Mineração Ltda.; **(iii)** Deliberar sobre o aumento de capital social mediante a capitalização da Reserva de Lucros; **(iv)** Deliberar a alteração do caput do artigo 4º, considerando as aprovações dos itens (ii) e (iii) acima; **(v)** Deliberar a distribuição de dividendos decorrentes de parte do saldo da Reserva de Lucros de exercícios anteriores; **(vi)** Deliberar sobre a nova estrutura administrativa da Companhia, compreendendo a extinção dos cargos de Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, Diretor Comercial e Diretor de Engenharia, além da criação do cargo de Diretor de Administração e Finanças e a renomeação do cargo de Diretor de Operações para Diretor de Engenharia e Operações; **(vii)** Deliberar a alteração do parágrafo 1º do artigo 4º, bem como dos artigos 5º ao 8º, artigo 10 e parágrafo 2º do artigo 15, todos do Estatuto Social da Companhia, considerando a aprovação do item (vi) acima; **(viii)** Deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria para o novo cargo criado; e **(ix)** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade: (i)** Aprovada a alteração do objeto social da Companhia para contemplar a execução de obras e/ou projetos de engenharia elétrica e montagens eletromecânicas, incluindo substações e sistemas de alimentação elétricas, razão pela qual o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto a execução de serviços e/ou obras de construção civil e/ou engenharia civil, obras e/ou projetos de engenharia elétrica e montagens eletromecânicas em todos os ramos dessas atividades, especialmente a construção de vias e estradas rodoferroviárias, barragens, portos, aeroportos, edificações, canais, irrigação, prospecções, linhas de transmissão, subestações e sistemas de alimentação elétricas, telegráficas e telefônicas, oleodutos, gasodutos, adutoras e demais dutos livres ou forçados, drenagens, saneamento, urbanismo, paisagismo, levantamentos topográficos, mecânica de solos e fundações especiais, planejamento de obras, controle de qualidade e normas técnicas, dragagens, montagens e instalações industriais, estudos, projetos, serviços de terraplenagem em geral, pavimentação, obras de arte corrente, especiais e túneis, serviços de assistência técnica, assessoria e consultoria dessas atividades, operando diretamente ou indiretamente, por conta própria ou de terceiros, mediante representações, comissões ou consignações, além da exploração de serviços públicos em todos os setores e modalidades, mediante o regime de concessão, permissão, parceria ou qualquer outro, podendo, ainda, exercer quaisquer outras atividades industriais e comerciais correlatas ou afins, tais como compra e venda de materiais e produtos do ramo em geral, manufatura, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos, bem como participar, como sócia ou acionista, de outras sociedades."*; **(ii)** Aprovado o aumento do capital social da Companhia em R$1.510.000,00 (um milhão quinhentos e dez mil reais), passando dos atuais R$239.008.581,00 (duzentos e trinta e nove milhões, oito mil, quinhentos e oitenta e um reais), para R$240.518.581,00 (duzentos e quarenta milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e um reais), com a emissão de 85.359 (oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pela acionista Agis Mineração Ltda., totalmente subscritas e integralizadas, mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I, sendo que a acionista Agrocap Participações Ltda. renuncia expressamente ao seu direito de preferência para subscrição das novas ações emitidas; **(iii)** Ato contínuo, as acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia em mais R$9.481.419,00 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e dezenove reais), passando de R$240.518.581,00 (duzentos e quarenta milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e um reais) para R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Lucros, conforme estabelece o artigo 169, § 1º da Lei nº 6.404/76, pelas acionistas Agis Mineração Ltda. e Agrocap Participações Ltda., na proporção de suas participações no capital social da Companhia; **(iv)** Como consequência das deliberações aprovadas nos itens (ii) e (iii) acima, o caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 4º - O Capital Social é de R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), integralmente realizado e dividido em 22.916.351 (vinte e dois milhões, novecentos e dezesseis mil e trezentas e cinquenta e uma) ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas, podendo ser representadas por títulos múltiplos à vontade dos Acionistas. Parágrafo 1º: (...)."*; **(v)** Aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) decorrentes de parte do saldo da Reserva de Lucros de exercícios anteriores. Os dividendos serão pagos ao acionista no decorrer do presente exercício social de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia; **(vi)** Aprovada a alteração da estrutura administrativa da Companhia, compreendendo a extinção dos cargos de Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças, Diretor Comercial e Diretor de Engenharia, além da criação do cargo de Diretor de Administração e Finanças e a renomeação do cargo de Diretor de Operações para Diretor de Engenharia e Operações; **(vii)** Como consequência da deliberação aprovada no item (vi) acima o parágrafo 1º do artigo 4º, bem como dos artigos 5º ao 8º, do artigo 10 e do parágrafo 2º do artigo 15, todos do Estatuto Social da Companhia, passarão a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 4º - (...). Parágrafo 1º: As ações ou títulos múltiplos emitidos pela Sociedade serão assinados pelo Diretor Presidente e o Diretor Administração e Finanças, ou Procuradores especiais na forma da lei. Poderá a Diretoria cobrar dos acionistas o custo incorrido na emissão dos respectivos certificados. Parágrafo 2º: (...)."; "Artigo 5º - A Sociedade será gerida e administrada por uma Diretoria Executiva composta por 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Administração e Finanças, 1 (um) Diretor Jurídico, 1 (um) Diretor de Engenharia e Operações e 1 (um) Diretor de Compliance, os quais poderão ser auxiliados por até 5 (cinco) Diretores Adjuntos, sendo eles acionistas ou não, residentes no País, com mandato unificado de 3 (três) anos, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, estando, também, autorizados a cumular cargos e podendo, ainda, permanecerem vagos se assim deliberado em Assembleia Geral. Parágrafo 1º: (...). Parágrafo 2º: (...)."; "Artigo 6º - Competência da Diretoria Executiva: I) Zelar pelos interesses da Companhia; II) Cumprir todas as leis e atos relativos à atividade social; III) Cumprir o presente Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais; IV) Organizar e expor, anualmente à Assembleia Geral Ordinária, o Balanço e as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício, acompanhadas ou não do parecer dos Auditores; e V) Aplicar e distribuir os lucros apurados conforme o Estatuto Social e a determinação da Assembleia Geral. Competência da Diretoria Adjunta: I) Zelar pelos interesses da Companhia; II) Cumprir todas as leis e atos relativos à atividade social; III) Cumprir o presente Estatuto, as deliberações da Diretoria Executiva de sua respectiva área de atuação e, no que couber, as da Assembleia Geral; IV) Colaborar com a Diretoria Executiva; V) Desempenhar funções administrativas e técnicas, submetendo-se e auxiliando a Diretoria Executiva no desempenho de suas funções; VI) Substituir provisoriamente o Diretor Executivo da área de atuação para a qual for designado pelo Diretor Presidente, no desempenho das funções administrativas e técnicas, respeitadas as limitações fixadas no caput do Artigo 7º. Parágrafo Único: A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os interesses sociais, seja por meio digital ou presencial na sede social, para tratar dos assuntos de gestão da Sociedade. A reunião poderá ser convocada por qualquer Diretor Executivo mediante comunicação por escrito aos demais com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e será instalada com a presença de, pelo menos, 3 (três) Diretores Executivos, sendo que nenhuma convocação será necessária caso todos os Diretores Executivos estejam presentes na respectiva reunião. A presença dos Diretores Adjuntos apenas se fará obrigatória quando expressamente convocados ou quando estejam atuando em substituição a um Diretor Executivo. As deliberações das Reuniões da Diretoria serão tomadas pela maioria dos votos dos Diretores Executivos presentes, sendo que no caso de empate será a decisão levada para deliberação final pela Assembleia Geral, não cabendo aos Diretores Adjunto eventualmente convocados qualquer direito a voto, sendo tais deliberações registradas no Livro de Registro de Atas da Diretoria."; "Artigo 7º - Os Diretores Executivos: Presidente, de Administração e Finanças, de Engenharia e Operações, e Jurídico terão, individualmente, as seguintes funções e prerrogativas na administração da Sociedade, quais sejam: administração geral dos negócios sociais, resolvendo sobre todos os assuntos de interesse social, praticando todos os atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, inclusive firmar contratos em geral e nomear preposto, observando e preservando o disposto no Estatuto e cumprindo as deliberações das Assembleias Gerais, podendo, para tanto, praticar atos inerentes ao dia a dia da Sociedade, cabendo, ainda, poderes de representação da Sociedade perante Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Conselhos Federais e Regionais, quer no Brasil ou no Exterior, Sociedades concessionárias de serviços públicos, empresas privadas, e outras, requerendo tudo o que for necessário, exceção feita aos poderes exclusivos conferidos nos parágrafos subsequentes. Caberá aos Diretores Adjuntos o desempenho das atribuições que lhes forem designadas pelo Diretor Executivo de sua respectiva área de atuação, bem como a prática dos atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, observando as diretrizes e estratégias estabelecidas pela Diretoria Executiva, sendo-lhes vedado firmar compromissos, procurações, contratos em geral e representar a Sociedade, salvo se expressamente autorizados através de procuração com poderes específicos. Parágrafo 1º: Além das atribuições que lhe são conferidas nos termos do caput do presente artigo, serão poderes únicos e exclusivos do (a) Diretor Presidente: coordenação geral dos demais Diretores; autorizar a emissão de Atestado Técnico em nome da Sociedade, os quais deverão ser assinados conjuntamente pelo Diretor Presidente e respectivo Responsável Técnico designado para execução de determinada obra; e poderes para receber citações judiciais; (b) Diretor de Administração e Finanças: exercer a coordenação geral e supervisão dos assuntos administrativos e financeiros; (c) Diretor Jurídico: exercer a coordenação geral e supervisão dos assuntos jurídicos; (d) Diretor de Engenharia e Operações: coordenar e acompanhar a execução das obras, de forma a garantir o cumprimento das normas técnicas e da legislação aplicável; (e) Diretor de Compliance: gerir o programa de integridade e ética da Sociedade, por meio de políticas específicas e procedimentos internos, assim como supervisionar e monitorar seu funcionamento; (f) Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Executivo: firmar instrumentos de cessão de créditos e de direitos oriundos de ações judiciais; (g) Diretor Presidente em conjunto com Diretor de Engenharia e Operações: designar os Responsáveis Técnicos pelas obras executadas pela Sociedade; (h) Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor Jurídico e Diretor de Engenharia e Operações, sempre em conjunto de 2 (dois): ressalvadas as atribuições específicas estabelecidas nas alíneas anteriores, poderão comprar, vender e onerar, de qualquer forma, bens móveis e imóveis da Sociedade, mesmo os que integrem o Ativo Imobilizado, independente de autorização da Assembleia Geral, podendo, para tanto, assinar tudo que for necessário, assim como receber e pagar qualquer quantia e dar quitação, podendo, ainda, assinar instrumentos de consórcio, assumir obrigações e compromissos nesse sentido, emitir, caucionar e sacar títulos de crédito em geral e abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, nomear procuradores para o exercício das atividades inerentes à Sociedade, de modo que tais poderes sejam específicos, nomear advogado(s), para o foro judicial ou extrajudicial visando aos interesses da Sociedade, assinar as cautelas e títulos múltiplos emitidos pela Sociedade, assinar todos os documentos e escrituras que envolvam responsabilidade financeira para a Sociedade. Parágrafo 2º: (...). Parágrafo 3º: Dependerá de aprovação prévia da Assembleia Geral Extraordinária a decisão e assinatura dos documentos, nos atos de compra, incorporação e fusão com outra empresa ou venda e exoneração, de qualquer forma, de participações societárias. A exigência aqui prevista não abrange a constituição ou alteração de consórcios ou a integração, quer como sócia ostensiva, quer como sócia participante em sociedades em conta de participação, cujos instrumentos serão firmados na forma da alínea "h" do Parágrafo 1º acima, ou por procurador com poderes específicos para tanto, nomeado por 2 (dois) dos referidos Diretores Executivos. Parágrafo 4º: (...)."; "Artigo 8º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, as funções descritas no Parágrafo 1º, alínea "a", do Artigo 7º, deverão ser executadas conjuntamente por dois Diretores dentre os Diretores de Administração e Finanças, Jurídico e de Engenharia e Operações."; "Artigo 10 - No caso de vagarem quaisquer dos cargos da Diretoria Executiva, será convocada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a Assembleia Geral para eleição de substituto, sendo que até a posse deste, os Diretores Executivos indicados no caput do artigo 7º representarão a Sociedade, em conjunto de dois, relativamente aos poderes específicos do cargo vago, observando-se que na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Engenharia e Operações, as funções administrativas e técnicas serão exercidas por um Diretor Adjunto indicado pelo Diretor Presidente."; "Artigo 15 - (...). Parágrafo 2º: A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro."*; **(viii)** Aprovada a eleição para o cargo de Diretor de Administração e Finanças, para um mandato a se iniciar nesta data e a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, do Sr. **Fabiano Kruchin**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9038689478 SJS/RS e inscrito no CPF sob o nº 812.162.890-34, domiciliado nesta Capital e com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 2421, 8º andar, sala 1, Bela Vista, CEP 1311-300, nesta Capital do Estado de São Paulo, o qual toma posse nesse ato e assume o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que afirmou expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, conforme expressamente declarado no respectivo Termo de Posse que fica anexado à presente Ata e arquivado na sede da companhia. Em consequência da deliberação acima, a composição da Diretoria até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, passa a ser a seguinte: __Diretoria Executiva:__ Erasto Messias da Silva Junior - Diretor Presidente; Fabiano Kruchin - Diretor de Administração e Finanças; Patricia Bueno Moreira - Diretor Jurídico e Diretor de *Compliance*; José Lima da Silva Junior - Diretor de Engenharia e Operações. __Diretoria Adjunta:__ Eduardo Bezerra Alves; Eduardo Augusto Mesquita Junior; e André Antunes da Silva; e **(ix)** Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações aprovadas, sendo que a nova redação do Estatuto Social da Companhia teve sua leitura dispensada pelo Sr. Presidente, pois a sua minuta foi aprovada por unanimidade e sem quaisquer restrições. Com a aprovação, o Estatuto Social da Companhia consolidado passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Estatuto Social da Agis Construção S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º -** A **Agis Construção S.A.** é uma sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2421, 8º andar, sala 1, Bela Vista, CEP 1311-300, regendo-se por este Estatuto e pela lei em vigor. **Parágrafo Único:** Mediante deliberações da Diretoria Executiva, a Sociedade poderá abrir, ou fechar filiais, escritórios, depósitos ou representações no País ou exterior, observadas as formalidades legais. **Artigo 2º -** O Prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º -** A Sociedade tem por objeto a execução de serviços e/ou obras de construção civil e/ou engenharia civil, obras e/ou projetos de engenharia elétrica e montagens eletromecânicas em todos os ramos dessas atividades, especialmente a construção de vias e estradas rodoferroviárias, barragens, portos, aeroportos, edificações, canais, irrigação, prospecções, linhas de transmissão, subestações e sistemas de alimentação elétricas, telegráficas e telefônicas, oleodutos, gasodutos, adutoras e demais dutos livres ou forçados, drenagens, saneamento, urbanismo, paisagismo, levantamentos topográficos, mecânica de solos e fundações especiais, planejamento de obras, controle de qualidade e normas técnicas, dragagens, montagens e instalações industriais, estudos, projetos, serviços de terraplanagem em geral, pavimentação, obras de arte corrente, especiais e túneis, serviços de assistência técnica, assessoria e consultoria dessas atividades, operando diretamente ou indiretamente, por conta própria ou de terceiros, mediante representações, comissões ou consignações, além da exploração de serviços públicos em todos os setores e modalidades, mediante o regime de concessão, permissão, parceria ou qualquer outro, podendo, ainda, exercer quaisquer outras atividades industriais e comerciais correlatas ou afins, tais como compra e venda de materiais e produtos do ramo em geral, manufatura, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos, bem como participar, como sócia ou acionista, de outras sociedades. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 4º -** O Capital Social é de R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões), integralmente realizado e dividido em 22.916.351 (vinte e dois milhões, novecentos e dezesseis mil e trezentas e cinquenta e uma) ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas, podendo ser representadas por títulos múltiplos à vontade dos Acionistas. **Parágrafo 1º**: As ações ou títulos múltiplos emitidos pela Sociedade serão assinados pelo Diretor Presidente e o Diretor Administração e Finanças, ou Procuradores especiais na forma da lei. Poderá a Diretoria cobrar dos acionistas o custo incorrido na emissão dos respectivos certificados. **Parágrafo 2º:** As ações são indivisíveis perante a Sociedade e a cada ação ordinária cabe um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Administração - Artigo 5º -** A Sociedade será gerida e administrada por uma Diretoria Executiva composta por 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Administração e Finanças, 1 (um) Diretor Jurídico, 1 (um) Diretor de Engenharia e Operações e 1 (um) Diretor de *Compliance*, os quais poderão ser auxiliados por até 5 (cinco) Diretores Adjuntos, sendo eles acionistas ou não, residentes no País, com mandato unificado de 3 (três) anos, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, estando, também, autorizados a cumular cargos e podendo, ainda, permanecerem vagos se assim deliberado em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º:** Os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a posse da nova Diretoria, mesmo após o decurso do prazo de seus mandatos. **Parágrafo 2º:** A remuneração global dos Diretores será fixada anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 6º -** Competência da __Diretoria Executiva__: I) Zelar pelos interesses da Companhia; II) Cumprir todas as leis e atos relativos à atividade social; III) Cumprir o presente Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais; IV) Organizar e expor, anualmente à Assembleia Geral Ordinária, o Balanço e as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício, acompanhadas ou não do parecer dos Auditores; e V) Aplicar e distribuir os lucros apurados conforme o Estatuto Social e a determinação da Assembleia Geral. Competência da __Diretoria Adjunta__: I) Zelar pelos interesses da Companhia; II) Cumprir todas as leis e atos relativos à atividade social; III) Cumprir o presente Estatuto, as deliberações da Diretoria Executiva de sua respectiva área de atuação e, no que couber, as da Assembleia Geral; IV) Colaborar com a Diretoria Executiva; V) Desempenhar funções administrativas e técnicas, submetendo-se e auxiliando a Diretoria Executiva no desempenho de suas funções; VI) Substituir provisoriamente o Diretor Executivo da área de atuação para a qual for designado pelo Diretor Presidente, no desempenho das funções administrativas e técnicas, respeitadas as limitações fixadas no caput do Artigo 7º. **Parágrafo Único:** A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os interesses sociais, seja por meio digital ou presencial na sede social, para tratar dos assuntos de gestão da Sociedade. A reunião poderá ser convocada por qualquer Diretor Executivo mediante comunicação por escrito aos demais com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e será instalada com a presença de, pelo menos, 3 (três) Diretores Executivos, sendo que nenhuma convocação será necessária caso todos os Diretores Executivos estejam presentes na respectiva reunião. A presença dos Diretores Adjuntos apenas se fará obrigatória quando expressamente convocados ou quando estejam atuando em substituição a um Diretor Executivo. As deliberações das Reuniões da Diretoria serão tomadas pela maioria dos votos dos Diretores Executivos presentes, sendo que no caso de empate será a decisão levada para deliberação final pela Assembleia Geral, não cabendo aos Diretores Adjunto eventualmente convocados qualquer direito a voto, sendo tais deliberações registradas no Livro de Registro de Atas da Diretoria. **Artigo 7º -** Os Diretores Executivos: Presidente, de Administração e Finanças, de Engenharia e Operações, e Jurídico terão, individualmente, as seguintes funções e prerrogativas na administração da Sociedade, quais sejam: administração geral dos negócios sociais, resolvendo sobre todos os assuntos de interesse social, praticando todos os atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, inclusive firmar contratos em geral e nomear preposto, observando e preservando o disposto no Estatuto e cumprindo as deliberações das Assembleias Gerais, podendo, para tanto, praticar atos inerentes ao dia a dia da Sociedade, cabendo, ainda, poderes de representação da Sociedade perante Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Conselhos Federais e Regionais, quer no Brasil ou no Exterior, Sociedades concessionárias de serviços públicos, empresas privadas, e outras, requerendo tudo o que for necessário, exceção feita aos poderes exclusivos conferidos nos parágrafos subsequentes. Caberá aos Diretores Adjuntos o desempenho das atribuições que lhes forem designadas pelo Diretor Executivo de sua respectiva área de atuação, bem como a prática dos atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, observando as diretrizes e estratégias estabelecidas pela Diretoria Executiva, sendo-lhes vedado firmar compromissos, procurações, contratos em geral e representar a Sociedade, salvo se expressamente autorizados através de procuração com poderes específicos. **Parágrafo 1º:** Além das atribuições que lhe são conferidas nos termos do *caput* do presente artigo, serão poderes únicos e exclusivos do **(a) Diretor Presidente:** coordenação geral dos demais Diretores; autorizar a emissão de Atestado Técnico em nome da Sociedade, os quais deverão ser assinados conjuntamente pelo Diretor Presidente e respectivo Responsável Técnico designado para execução de determinada obra; e poderes para receber citações judiciais; **(b) Diretor de Administração e Finanças:** exercer a coordenação geral e supervisão dos assuntos administrativos e financeiros; **(c) Diretor Jurídico:** exercer a coordenação geral e supervisão dos assuntos jurídicos; **(d) Diretor de Engenharia e Operações:** coordenar e acompanhar *a execução das obras*, de forma a garantir o cumprimento das normas técnicas e da legislação aplicável; **(e) Diretor de *Compliance*:** gerir o programa de integridade e ética da Sociedade, por meio de políticas específicas e procedimentos internos, assim como supervisionar e monitorar seu funcionamento; **(f) Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Executivo:** firmar instrumentos de cessão de créditos e de direitos oriundos de ações judiciais; **(g) Diretor Presidente em conjunto com Diretor de Engenharia e Operações:** designar os Responsáveis Técnicos pelas obras executadas pela Sociedade; **(h) Diretor Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor Jurídico e Diretor de Engenharia e Operações, sempre em conjunto de 2 (dois):** ressalvadas as atribuições específicas estabelecidas nas alíneas anteriores, poderão comprar, vender e onerar, de qualquer forma, bens móveis e imóveis da Sociedade, mesmo os que integrem o Ativo Imobilizado, independente de autorização da Assembleia Geral, podendo, para tanto, assinar tudo que for necessário, assim como receber e pagar qualquer quantia e dar quitação, podendo, ainda, assinar instrumentos de consórcio, assumir obrigações e compromissos nesse sentido, emitir, caucionar e sacar títulos de crédito em geral e abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, nomear procuradores para o exercício das atividades inerentes à Sociedade, de modo que tais poderes sejam específicos, nomear advogado(s), para o foro judicial ou extrajudicial visando aos interesses da Sociedade, assinar as cautelas e títulos múltiplos emitidos pela Sociedade, assinar todos os documentos e escrituras que envolvam responsabilidade financeira para a Sociedade. **Parágrafo 2º:** Exceto para o foro em geral ou nas hipóteses de representação da Sociedade no exterior, as procurações terão prazo determinado, podendo, toda e qualquer procuração, ser revogada caso seja julgado conveniente. **Parágrafo 3º:** Dependerá de aprovação prévia da Assembleia Geral Extraordinária a decisão e assinatura dos documentos, nos atos de compra, incorporação e fusão com outra empresa ou venda e exoneração, de qualquer forma, de participações societárias. A exigência aqui prevista não abrange a constituição ou alteração de consórcios ou a integração, quer como sócia ostensiva, quer como sócia participante em sociedades em conta de participação, cujos instrumentos serão firmados na forma da alínea "h" do Parágrafo 1º acima, ou por procurador com poderes específicos para tanto, nomeado por 2 (dois) dos referidos Diretores Executivos. **Parágrafo 4º:** A Sociedade terá como responsáveis técnicos engenheiros ou arquitetos, devidamente registrados no CREA ou CAU, os quais agirão com independência no exercício de suas funções técnicas, assinando todos os trabalhos de ordem técnica a cargo da Sociedade. **Parágrafo 5º:** Fica incorporado à Sociedade o "*know-how*" dos Diretores. **Artigo 8º -** No caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, as funções descritas no Parágrafo 1º, alínea "a", do Artigo 7º, deverão ser executadas conjuntamente por dois Diretores dentre os Diretores de Administração e Finanças, Jurídico e de Engenharia e Operações. **Artigo 9º -** No caso de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores, as suas funções serão exercidas por outro Diretor designado pelo Diretor Presidente, observado o disposto no caput do artigo 7º. **Artigo 10 -** No caso de vagarem quaisquer dos cargos da Diretoria Executiva, será convocada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a Assembleia Geral para eleição de substituto, sendo que até a posse deste, os Diretores Executivos indicados no caput do artigo 7º representarão a Sociedade, em conjunto de dois, relativamente aos poderes específicos do cargo vago, observando-se que na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Engenharia e Operações, as funções administrativas e técnicas serão exercidas por um Diretor Adjunto indicado pelo Diretor Presidente. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 11 -** A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a matéria que lhe é cometida por lei, extraordinariamente quando convocada pela Diretoria Executiva e nos casos estabelecidos em lei. **Artigo 12** - Os acionistas presentes escolherão o Presidente da Assembleia que, por sua vez, convidará um dos presentes para servir como secretário. Não estando presente nenhum Diretor, os acionistas indicarão quem a presidirá. A prova de qualidade de acionista, e a sua representação na Assembleia, regem-se pelo disposto em lei. **Artigo 13 -** As deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes, observadas as restrições estabelecidas pela lei. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 14 -** O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) membros com igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral, tendo a qualificação, remuneração, residência, atribuições e prazo de duração de mandato previstos em lei, e somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas detentores da quantidade de ações fixadas na lei. **Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Lucros - Artigo 15 -** O exercício social coincide com [illegible] **Diretoria Executiva:** Erasto Messias da Silva Junior - Diretor Presidente; Fabiano Kruchin - Diretor de Administração e Finanças; Patricia Bueno Moreira - Diretor Jurídico e Diretor de *Compliance*; José Lima da Silva Junior - Diretor de Engenharia e Operações. **Diretoria Adjunta:** Eduardo Bezerra Alves; Eduardo Augusto Mesquita Junior; e André Antunes da Silva. **Acionistas:** Agrocap Participações Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco e Agis Mineração Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco. A presente é Cópia Fiel da Original Transcrita em Livro Próprio. **Erasto Messias da Silva Junior** - Presidente - RG nº 15.769.119-6 SSP/SP; **Fabiano Kruchin** - Secretário - RG nº 9038689478 SJS/RS. **Visto do Advogado: Fernando Bissoletti** - OAB/SP nº 256.360. **JUCESP** nº 299.817/24-6 em 08/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 16 de agosto de 2024, às 12h00, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **IGUÁ SANEAMENTO S.A.** ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença**: Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa**: Presidente: Vital Meira de Menezes Junior; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **1. Aprovação da participação da Iguá na licitação da concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da microrregião de água e esgoto de Sergipe – MAES, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 398, de 29 de dezembro de 2023, regulada por meio do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2024. V. Discussões e Deliberações**: O Conselho de Administração discutiu e deliberou o que segue: **1. Aprovação da participação da Iguá na licitação da concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da microrregião de água e esgoto de Sergipe – MAES, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 398, de 29 de dezembro de 2023, regulada por meio do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2024.** A matéria foi incluída na plataforma de governança corporativa, Atlas Governance, para aprovação dos conselheiros acerca da participação da Iguá na licitação da concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da microrregião de água e esgoto de Sergipe – MAES, o material para subsidiar a deliberação foi incluído nos anexos do item de pauta. O Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Roberto Correa Barbuti, apresentou atualizações sobre a concessão. A matéria foi colocada em discussão e em deliberação. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a participação da Companhia na licitação da concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da microrregião de água e esgoto de Sergipe – MAES, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 398, de 29 de dezembro de 2023, regulada por meio do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2024. As propostas comerciais a serem apresentadas no certame, bem como a celebração dos respectivos contratos de concessão em caso de vitória no certame, deverão obedecer às diretrizes a serem aprovadas por este Conselho de Administração. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e determinou a lavratura da Ata, que conferida e aprovada foi assinada eletronicamente pelos membros votantes. O Presidente e a Secretária da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa**: Vital Meira de Menezes Junior - Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes**: Vital Meira de Menezes Junior, Carlos da Costa Parcias Junior, Ricardo Szlejf, Vanessa Cristina Resende Viana, Maria Silvia Bastos, Cleverson Aroeira da Silva e Jerson Kelman. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 16 de agosto de 2024. **Thaís da Rosa Mallmann** - Secretária. JUCESP-Protocolo nº 2.254.151/24-1 em 20/08/2024.

LWSA S/A - CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

__Data, Hora, Local__: 31.07.2024, às 09 horas, na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. __Presença__: Totalidade dos Membros de seu Conselho de Administração. __Mesa__: Presidente: Ricardo Gora, Secretário: Rafael Chamas Alves. __Deliberações Aprovadas__: (1) aceitação do pedido de renúncia de Aline Silva Rutman Goldsztejn, brasileira, divorciada, advogada, RG 30.551.585-8 SSP/SP, CPF/MF 288.800.968-42, residente em São Paulo/SP, ao cargo de Diretora Jurídica Corporativa, para o qual havia sido reeleita no âmbito da RCA, de 01.12.2023, JUCESP em 27.12.2023, nº 486.548/23-5; (2) aceitação do pedido de renúncia de Aline Silva Rutman Goldsztejn, já qualificada acima, ao cargo de Membro do Comitê de Ética e Conduta, para o qual havia sido reeleita no âmbito da RCA, de 04.05.2023, JUCESP em 25.05.2023, nº 214.744/23-1; (3) ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria (bem como demais representantes legais devidamente constituídos) autorizados a assinarem todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações aprovadas nesta solene reunião. __Encerramento__: Nada mais. São Paulo, SP, 31.07.2024. __Membros do Conselho de Administração__: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, Manuela Vaz Artigas. JUCESP 301.038/24-7 em 12.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90131/2024,** referente ao processo nº **024.00109346/2024-71,** objetivando a **__CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR, FISIOTERAPIA (MOTORA E RESPIRATÓRIA), EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL__,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 21/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

MOBLY S.A.

CNPJ nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.300.561.201 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024

Convocamos os senhores acionistas da **MOBLY S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como emissor de valores mobiliários categoria "A" sob o código 2546-1 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **__de modo exclusivamente à distância e digital__**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2024, às 9:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre a ordem do dia a seguir. **Considerações sobre as matérias da ordem do dia:** As matérias da ordem do dia da Assembleia serão deliberadas no contexto do fato relevante divulgado pela Companhia em 8 de agosto de 2024, pelo qual a Companhia informou sobre a celebração, pela administração da Companhia e pelo FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (em conjunto "**Acionistas Controladores Tok&Stok**"), do Acordo de Contribuição (*Contribution Agreement)* para fins de um aumento de capital da Companhia por meio da contribuição, na data de fechamento, das ações emitidas pela Estok Comércio e Representações S.A. ("**Tok&Stok**") de titularidade dos Acionistas Controladores Tok&Stok ("**Acordo de Contribuição**" e "**Operação**", respectivamente), aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2024. O fechamento da Operação está condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas e precedentes descritas no Acordo de Contribuição, de acordo com o artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**") ("**Condições Precedentes**"), incluindo as aprovações pelos Srs. acionistas das matérias da ordem do dia da Assembleia. Uma vez que as Condições Precedentes sejam cumpridas, o Conselho de Administração da Mobly definirá a data em que as deliberações da ordem do dia da Assembleia serão efetivamente realizadas e divulgará um fato relevante anunciando a data de fechamento da Operação e os detalhes dos procedimentos relacionados ao fechamento da Operação, incluindo, entre outros, o prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas da Companhia na emissão Novas Ações (conforme definido abaixo) e nas Debêntures Conversíveis (conforme definido abaixo), bem como os termos e condições finais das emissões de Bônus de subscrição (conforme definido abaixo) e de Debêntures Conversíveis. Além disso, as partes do Acordo de Contribuição e a Home24 Holding GMBH & CO. KG, atual acionista controladora da Mobly ("**Home24**"), também assinaram, em 8 de agosto de 2024, o Compromisso de Voto e Outras Avenças (*Voting Commitment Agreement and Other Covenants*) ("**Acordo de Voto**"), por meio do qual a Home 24 comprometeu-se a votar a favoravelmente às matérias da ordem do dia da Assembleia, e ceder, a título gratuito, seu direito de preferência na subscrição das Novas Ações aos Acionistas Controladores da Tok&Stok e a credores afiliados aos Acionistas Controladores da Tok&Stok em relação às Debêntures Conversíveis. Os demais acionistas Tok&Stok poderão compartilhar da cessão dos direitos de preferência na subscrição das Novas Ações e das Debêntures Conversíveis, conforme o caso, caso optem por aderir ao Acordo de Contribuição. Em razão do acima exposto, **__as matérias submetidas à apreciação da Assembleia são interdependentes, vinculadas entre si, e com efeitos sujeitos ao cumprimento (ou renúncia) das Condições Precedentes__**. A satisfação das Condições Precedentes, o fechamento da Operação e a data de eficácia das deliberações tomadas na Assembleia serão informados aos senhores acionistas por meio de fato relevante a ser divulgado pela Companhia oportunamente. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração do Acordo de Contribuição pela Mobly e a contribuição, na data do fechamento da Operação, de ações ordinárias de emissão da Tok&Stok representativas de, no mínimo, 51,38% do capital social votante e total da Tok&Stok, e de, no máximo, 100,0% do capital social votante e total da Tok&Stok no Aumento de Capital de que trata o item (ii) da ordem do dia, nos termos dos artigos 8º, 166 e 170 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, sendo certo que cada 1 ação ordinária de emissão da Tok&Stok dará ao seu titular o direito de subscrever 0,098789 Nova Ação da Mobly (conforme definido abaixo); **(ii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 13.682.205 novas ações ordinárias e, no máximo, 56.520.336 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Novas Ações**") ao preço de emissão por ação de R$ 4,08 (quatro reais e oito centavos), perfazendo o montante mínimo de R$ 55.823.396,40 e máximo de R$ 230.602.970,88, a serem integralizadas (a) em bens, mediante a contribuição de ações de emissão da Tok&Stok pelos Acionistas Controladores Tok&Stok e, conforme o caso, demais acionistas minoritários da Tok&Stok, ou (b) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Novas Ações, nos termos do artigo 171, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Aumento de Capital**"), com delegação de poderes ao Conselho de Administração para determinar a data de início do período de exercício do direito de preferência, alterar o número máximo de Novas Ações a serem emitidas no Aumento de Capital e o e o valor máximo do Aumento de Capital (até a data de início do prazo de exercício do direito de preferência), bem como homologar o aumento de capital parcialmente, observado o número mínimo de Novas Ações e o valor mínimo do Aumento de Capital, determinar o tratamento de sobras de ações não subscritas e estabelecer a alocação entre a conta de capital social e a conta de reserva de capital do valor total de emissão, nos termos do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** a ratificação da nomeação e da contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Tok&Stok para os fins da contribuição de ações de emissão da Tok&Stok no Aumento de Capital como forma de integralização de Novas Ações, com data-base de 30 de junho de 2024, em conformidade com o artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações ("**Laudo de Avaliação**"); **(iv)** exame do Laudo de Avaliação; **(v)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, delegar poderes para o Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre **(a)** a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, os quais darão o direito ao seu detentor de subscrever até 0,555556 ação ordinária adicional de emissão da Mobly para cada 1 Nova Ação subscrita e integralizada no Aumento de Capital, ao preço de preço de exercício de R$9,00 por ação ordinária ("**Bônus de Subscrição**"), e **(b)** a 1ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Companhia ("**Debêntures Conversíveis**"),a serem integralizadas mediante (b.1) contribuição de direitos creditórios em face da Tok&Stok detidos por acionistas da Tok&Stok ou credores afiliados de acionistas da Tok&Stok na da data do fechamento da Operação; ou (b.2) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Debêntures Conversíveis, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Debêntures Conversíveis**"), bem como definir os termos e condições finais da emissão de Bônus de Subscrição e de Debêntures Conversíveis, incluindo quantidades, valores, prazos, entre outros, observados os termos substancialmente acordados no Acordo de Contribuição, anteriormente à data de início do prazo para exercício do direito de preferência do Aumento de Capital e da emissão das Debêntures Conversíveis; **(vi)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, a reforma e a consolidação do estatuto social da Companhia para (a) alterar o capital autorizado previsto no *caput* do artigo 6º, (b) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração previsto no artigo *caput* do artigo 12, (c) ajustes de redação para fins de clareza nas competências do Conselho de Administração previstas nos incisos do artigo 16, (d) inclusão de novo artigo 35 com cláusula de proteção à dispersão acionária, dentre outras alterações, conforme destacadas proposta da administração divulgada nesta data; **(vii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e fechamento da Operação, definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para o primeiro mandato a se iniciar na data de fechamento da Operação; **(viii)** condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato, com prazo unificado de 2 anos, a se iniciar na data de fechamento da Operação; **(ix)** autorização para que a administração da Companhia tome todas as providências necessárias para efetivar a Operação, nos termos do Acordo de Contribuição, bem como as deliberações das matérias da ordem do dia desta Assembleia. **Instruções e Informações Gerais:** A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos: **(i)** por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Resolução CVM 81; ou **(ii)** por meio do boletim de voto à distância. Reitera-se que **__não haverá__** a possibilidade de os acionistas comparecerem fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo à distância e digital. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade. Ainda, os acionistas poderão, observado o disposto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração. *Participação por meio da Plataforma Digital.* O acionista que desejar participar da Assembleia de forma digital deverá acessar o link https://assembleia.ten.com.br/074416863/auth ("**Link da Plataforma Digital**"), preencher as informações necessárias para realizar o cadastro e anexar toda documentação necessária para participação na Assembleia (conforme especificado a seguir), **até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024**. Na realização do cadastro, os acionistas deverão encaminhar, por meio do Link da Plataforma Digital, conforme o caso: **(i)** comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; **(ii)** o instrumento de mandato; e/ou **(iii)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos: (iii.1) ***pessoa física***: cópia do documento de identidade do acionista; (iii.2) ***pessoa jurídica***: (a) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (iii.3) ***fundo de investimento***: (a) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (b) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento. As informações e documentação enviadas pelo acionista (ou seu representante legal) através do Link da Plataforma Digital dentro do prazo acima mencionado, serão avaliadas pela Companhia e o acionista (ou seu representante legal) receberá e-mail informando sobre a aprovação ou não do seu cadastro. Caso não aprovado, será permitido ao acionista (ou seu representante legal) que regularize seu cadastro até às 9:00 horas do dia 19 de setembro de 2024. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância e digital na Assembleia por meio da Plataforma Digital não receba e-mail com a confirmação de cadastro no prazo acima mencionado, deverá entrar em contato com a Companhia pelo endereço ri@mobly.com.br, para que a Companhia possa analisar o ocorrido e auxiliar o acionista na finalização de seu cadastro. **Os acionistas (ou representantes legais) que não enviarem a solicitação de cadastramento, incluindo o envio da documentação aplicável, no prazo acima referido (ou seja, até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024) não poderão participar digitalmente da Assembleia.** *Participação por meio do Boletim de Voto.* Em atendimento à Resolução CVM 81, a Companhia adotou o sistema de votação a distância e disponibilizou o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") referente à Assembleia nas páginas eletrônicas abaixo indicadas. O acionista (ou representante legal) poderá enviar suas instruções de voto **(i)** diretamente à Companhia, por e-mail (ri@mobly.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto "Mobly – AGE Tok&Stok", na forma detalhada no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados em 21 de agosto de 2024 ("**Manual de Participação e Proposta da Administração**"); **(ii)** por meio dos seus agentes de custódia, de acordo com os procedimentos adotados pelos respectivos agentes de custódia que mantêm suas posições em custódia; ou **(iii)** ao Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("**Escriturador**"), escriturador das ações da Companhia, realizadas de forma eletrônica por meio da plataforma disponibilizada pelo Escriturador. É imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, as seguintes instruções deverão ser observadas: **(i)** os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e **(ii)** o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto. **A Companhia alerta que, em qualquer das hipóteses acima, os Boletins de Voto deverão ser recebidos em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 13 de setembro de 2024, de modo que eventuais Boletins de Voto recepcionados pela Companhia após a data indicada serão desconsiderados.** Para maiores informações sobre a participação do acionista na Assembleia pela Plataforma Digital (incluindo informações de representação dos acionistas da Companhia para Assembleia), bem como por meio do Boletim de Voto, veja o Manual de Participação e Proposta da Administração. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://investors.mobly.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia. São Paulo, 21 de agosto de 2024. **Marc Dominic Appelhoff -** Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 23/08/2024)